

tempopsicanalítico

49

Nº 2

TEMPO PSICANALÍTICO
49.2, 2017

Publicação da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle
Filiada a International Federation of Psychoanalytical Societies (IFPS)
Rua Visconde de Pirajá, 156, salas 307/310 - Ipanema - 22410-001 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.
Telefone: (21) 2522-0032
E-mail: spid@unisis.com.br - Homepage: <http://www.spid.com.br>

EDITOR RESPONSÁVEL:

Pedro Sobrino Laureano

EDITORAS ADJUNTAS:

*Daniela Teixeira Dutra Viola
Alexandra de Gouvêa Vianna*

COMISSÃO EXECUTIVA:

*Adelina Helena de Freitas
José Durval C. Cavalcanti de Albuquerque*

ASSISTENTE DE EDIÇÃO:

Lucília Soares

REVISÃO:

Sandra Felgueiras

DIAGRAMAÇÃO:

Marco Aurélio Costa Santiago

CONSELHO EDITORIAL

*Ana Cleide Guedes Moreira - UFPA
Ângela Maria Resende Vorcaro - UFMG
Anna Carolina Lo Bianco - UFRJ
Antônio Márcio Ribeiro Teixeira - UFMG
Edilene Freire de Queiroz - UNICAP
Francisco Moacir de Melo Catunda Martins - UNB
Fuad Kyrillos Neto. UFSJ
Luiz Augusto Monnerat Celes - UNB
Luiz Eduardo Prado de Oliveira - Paris 7, França
Marco Antônio Coutinho Jorge - UERJ
Marta Gerez Ambertin - UNT, Argentina
Nelson da Silva Júnior - USP
Octavio Almeida de Souza - Fiocruz
Raul Albino Pacheco Filho - PUC - SP
Ricardo Salztrager - Unirio*

Tempo psicanalítico. - V. 49.2 (2017) Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, 1978 - 280p.; 21-28 cm

Semestral (1978-1989), anual (1990-2007), Semestral (2008-)

ISSN 0101-4838

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

CD:616.8917

LINHA EDITORIAL

A revista Tempo Psicanalítico é uma publicação semestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: estudos teórico-clínicos, relatos de pesquisa, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área da Psicanálise e áreas relacionadas. Excepcionalmente serão publicados artigos não originais, de difícil acesso e/ou traduções.

Versão online: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-4838&lng=pt&nrm=iso

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

PEPSIC - http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php/Ing_es

SSCI - Social Sciences Citation Index - scientific.thomsonreuters.com

PsycINFO - American Psychological Association - <http://www.apa.org/pubs/database/psycinfo/index.aspx>

IndexPSI - www.bvs-psi.org.br

LILACS/BIREME Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS e da Organização Mundial da Saúde - <http://regional.bvsalud.org/php/index.php>

CLASE - www.dgbiblio.unam.mx/clase.html

PSICODOC - <http://www.psicodoc.org/>

QUALIS da CAPES - <http://qualis.capes.gov.br/webqualis> (A2)

tempopsicanalítico

49

Nº 2



SPID

Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle
Julho/Dezembro - 2017

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
------------------------	---

ARTIGOS

DA POESIA DITA QUE ADORMECE E DA ESCRITA

POÉTICA CHINESA QUE DESPERTA

Cleyton Andrade	9
-----------------------	---

MUROS DO VAZIO: NARCISO REVISITADO

Maicon Pereira da Cunha

Joel Birman	30
-------------------	----

MAQUINANDO LACAN: UMA ANÁLISE DOS USOS QUE DELEUZE E GUATTARI FAZEM DO ENSINO LACANIANO EM O ANTI-ÉDIPO

Wagner Honorato Dutra

Luís Flávio Silva Couto	50
-------------------------------	----

A INTERPRETAÇÃO PSICANALÍTICA: UM ESBOÇO DE FORMALIZAÇÃO

Vitor Hugo Couto Triska

Marta Regina de Leão D'Agord	84
------------------------------------	----

O SENSACIONISMO, O PRIMADO ESTÉTICO-FILOSÓFICO DO POETA ALBERTO CAEIRO E A PROPOSTA PSICANALÍTICA DA ATENÇÃO FLUTUANTE

Ana Rosa Gonçalves de Paula Guimarães

Caio César Souza Camargo Próchno	102
--	-----

O FUNCIONAMENTO MENTAL E AS BASES ANCESTRAIS DO PSIQUISMO SEGUNDO SABINA SPIELREIN

Fátima Siqueira Caropreso	126
---------------------------------	-----

TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO E PSICANÁLISE: REVISITANDO A LITERATURA	
Amanda Pilosio Gonçalves	
Bruna da Silva	
Marina Menezes	
Luana Tonial	152
A CRIANÇA E SUA FAMÍLIA: O CASO DO MENINO E O SEU AVATAR, O SOMBRA	
Ethyene Andrade Costa	
Jacqueline de Oliveira Moreira	182
ADOLESCENTES NO CIBERESPAÇO: UMA REFLEXÃO PSICANALÍTICA	
Natália Fernandes Kelles	
Nádia Laguárdia de Lima	202
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO MEDIADOR ESCOLAR: A FUNÇÃO DO CUIDADO	
PALOMA SÁ CARVALHO	234
HACIA UNA TEORÍA ANTIVITAL, ANTIHOMEOSTÁTICA Y ANTIADAPTATIVA DE LA VIDA EN FREUD: EL TRABAJO DEL CONCEPTO DE PULSIÓN	
Alejandro Bilbao	
Felipe Henríquez Ruz	258

EDITORIAL

A nova edição da *Tempo Psicanalítico* mantém a tradição da revista de trazer diversos temas relacionados à pesquisa em psicanálise, mostrando a diversidade inerente ao discurso psicanalítico.

As reflexões sobre a clínica estão presentes em “A criança e sua família: o caso do menino e o seu avatar, o Sombra”, “A interpretação psicanalítica: um esboço de formalização” e “Transtornos do espectro do autismo e psicanálise: revisitando a literatura”. O primeiro é um estudo de caso, que busca repensar as possibilidades de atuação do analista no atendimento a crianças, as quais, de maneira inconsciente, atualizam a história de sofrimento de suas famílias. Já o segundo busca um retorno aos fundamentos da interpretação psicanalítica em Jacques Lacan através dos estudos de seus seminários. No terceiro, as autoras realizam um interessante estudo sobre a produção psicanalítica recente sobre o autismo, apresentando algumas conclusões a respeito de problemas como etiologia e diagnóstico.

Os artigos “Muros do vazio: Narciso revisitado” e “Adolescentes no ciberespaço: uma reflexão psicanalítica” abordam questões contemporâneas a partir de uma leitura psicanalítica: o primeiro através de considerações sobre o narcisismo e seu potencial destrutivo, e o segundo através de reflexões sobre o recurso ao ciberespaço como forma de suprir a inconsistência do Outro.

Explorando a interface entre psicanálise e estética, o artigo “O sensacionismo, o primado estético-filosófico do poeta Alberto Caeiro e a proposta psicanalítica da atenção flutuante” aborda a doutrina “sensacionista” de Alberto Caeiro, um dos heterônimos de Fernando Pessoa, a partir de Freud e Bion, utilizando-se também das ideias de psicanalistas contemporâneos como Bollas, Ferro e Nasio. A arte também se encontra presente no artigo “Da poesia dita que adormece e da escrita poética chinesa que desperta”, em que o autor aborda o papel desempenhado pela escrita chinesa e pela poesia na obra do psicanalista Jacques Lacan como elementos de grande importância para a concepção lacaniana de interpretação analítica.

Alguns artigos retomam reflexões fundamentais sobre a metapsicologia, tema sempre atual na psicanálise: “O funcionamento mental e as bases ancestrais do psiquismo segundo Sabina Spielrein” investiga as bases do pensamento psicanalítico de Sabina Spielrein, desenvolvendo uma importante contribuição sobre uma autora normalmente lembrada mais por sua biografia do que por suas investigações metapsicológicas. Destaca-se a originalidade do artigo, que resgata uma autora pouco trabalhada nos meios psicanalíticos.

O artigo “Hacia una teoría antivital, antihomeostática y antiadaptativa de la vida en Freud: el trabajo del concepto de pulsión” debruça-se sobre o conceito freudiano de pulsão, buscando destacar sua originalidade ao apontar para um aspecto não homeostático de vida e rompendo com as concepções inerentes à ciência moderna.

Também no campo da teoria, o artigo “Maquinando Lacan: una análisis dos usos que Deleuze e Guattari fazem do ensino lacaniano em O Anti-Édipo” aborda um tema ainda polêmico tanto na psicanálise quanto na filosofia: aquele das relações entre a teoria psicanalítica e a filosofia de Deleuze e Guattari. Os autores realizam uma contribuição original ao recusar a forma opositiva – como muitas vezes tal debate é realizado, mostrando como a apropriação de aspectos da teoria lacaniana realizada por esses filósofos é, na verdade, propositiva e positiva.

Finalmente, o artigo “Considerações sobre o papel do mediador escolar: a função do cuidado” aborda a relação entre a psicanálise e o campo social, mais especificamente a partir de uma reflexão sobre o papel dos mediadores escolares nas instituições de ensino.

Boa leitura!

Alexandra Vianna
Daniela Viola
Pedro Laureano

DA POESIA DITA QUE ADORMECE E DA ESCRITA POÉTICA CHINESA QUE DESPERTA

*Cleyton Andrade**

RESUMO

O texto procura traçar coordenadas iniciais para a compreensão da referência lacaniana a respeito da interpretação com relação à escrita poética chinesa. Para isso, aborda um percurso que passa por uma crítica lacaniana à fala como um dito que adormece, pelo modo de o analista responder a isso com um corte, até chegar a uma discussão que procura indicar uma diferença entre fala e escrita. Diferença fundamental para uma concepção de interpretação analítica pensada a partir da escrita – e, sobretudo, de uma escrita que não é para ser lida – para chegar a um ponto de tornar pensável uma relação entre interpretação analítica e escrita poética, na condição de que esta última compreenda os elementos mínimos de uma escrita poética chinesa.

Palavras-chave: psicanálise; fala; escrita; interpretação analítica; escrita poética chinesa.

OF ORAL POETRY THAT FALLS ASLEEP AND OF CHINESE POETIC WRITING THAT AWAKENS

ABSTRACT

The text seeks to trace initial co-ordinates for the understanding of the Lacanian reference to interpretation in relation to Chinese poetic writing. To do so, it approaches a path that passes through a Lacanian critique of speech as a saying that falls asleep, a way for the analyst to respond with a cut, until arriving at a discussion that seeks to indicate a difference between speech and writing. A fundamental difference to a conception of analytical interpretation thought from writing – and, above all, a writing that is not to

*Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Instituto de Psicologia – Maceió, AL, Brasil.

be read – to arrive at a point of making possible a relation between analytical interpretation and poetic writing, provided that the latter understands the minimal elements of Chinese poetic writing.

Keywords: psychoanalysis; speaks; writing; analytical interpretation; Chinese poetic writing.

DE LA POÉSIE DITE QUE SE ENDORT ET DE L'ÉCRITURE POÉTIQUE CHINOISE QUE RÉVEILLE

RÉSUMÉ

Le texte cherche à retracer les coordonnées initiales pour comprendre la référence lacanienne concernant l'interprétation par rapport à l'écriture poétique chinoise. Pour cela couvre une route qui passe par une critique lacanienne du discours comme dit que endort, de la façon analytique de répondre avec une coupe, pour arriver à une discussion qui indique une différence entre la parole et l'écriture. Différence fondamentale à une conception de l'interprétation analytique pensée a cause de l'écriture – et surtout, un script qui ne doit pas être lu – pour arriver à un point de faire pensables une relation entre l'interprétation analytique et l'écriture poétique, à condition que ces derniers comprennent les éléments minimums d'une écriture poétique chinoise.

Mots clés: psychanalyse; parole; écriture; interprétation analytique; écriture poétique chinoise.

O início do ensino de Lacan é marcado pelo esforço de restituir a fala e o simbólico aos seus devidos lugares. Tanto uma quanto o outro eram ou negligenciados ou ignorados pela prática analítica contemporânea a Lacan. Era preciso dar à fala, destituída de seu lugar e função numa análise, o posto que lhe é devido na descoberta freudiana. Para isso, reter o que a distinção entre real, simbólico e imaginário permite reter era, para a prática, uma questão central. No texto de 1953, “Função e campo da fala e da linguagem” (1966/1998), já se encontram os primeiros encaminhamentos feitos para uma aproximação com a linguística estruturalista e com o projeto de retorno a Freud. O apoio na linguística, tanto de Saussure quanto de Jakobson, se tornará mais refinada alguns anos depois em “A instância da letra e a razão desde Freud” (1966/1998). Porém os efeitos dessa causa já se fazem sentir em 1953: não abrir mão

da importância do simbólico para a experiência analítica bem como da função da fala e do campo da linguagem haviam se tornado questões de sobrevivência da própria psicanálise. O modelo de ciência e das bases essenciais para a linguagem, pensadas a partir da linguística estruturalista, foi o passe de entrada para uma releitura mais rigorosa de Freud. A entrada de Lacan no cenário da psicanálise é caracterizada, portanto, pelo valor reintroduzido da fala e do simbólico. Essa era uma questão da qual não se podia abrir mão.

Dar o enfoque de primazia ao simbólico e à palavra é retomar e restituir os poderes da palavra, poderes estes sem os quais a experiência clínica seria reduzida a uma espécie de charlatanice. Afinal, como Freud demonstrara com clareza, as palavras têm o poder sobre nós e sobre a realidade. O problema da inadequação entre palavra e coisa, desde cedo levantado por Lacan, não foi e nem poderia ser um impeditivo para a primazia da palavra sobre a coisa, sobre o real e principalmente sobre o imaginário. A inadequação do simbólico ao real, considerado e reconhecido, não impediu um ensino fundado sobre a primazia do primeiro. Contudo, num momento final de seu ensino, a postura de Lacan com relação à fala difere da inicial: nenhuma tentativa de enlaçar o simbólico e o real conduz ao ato de palavra que possa fazer a coisa. Seria uma quimera crer que o simbólico seja adequado ao real. Da primazia chega-se, assim, a uma posição de precaução com a fala.

DE UM IMPASSE E DE UMA CRÍTICA À FALA

Estamos diante de um Lacan que havia se tornado um crítico da função da fala, sem abandoná-la. Essas críticas, que são acirradas no seminário *O momento de concluir* (1977-1978), não significam que uma análise transcorra sem a fala. Ao contrário, cabe a ela operar com o tipo de problema que produziu. É preciso que uma análise chegue a desfazer, pela fala, o que foi feito pela própria fala. Uma experiência analítica não se faz sem uma suposição, sem o sujeito e sem o saber. Um analista, em função disso, é suposto saber fazer alguma coisa com isso. A suposição que lhe cabe é de estar suficientemente preparado para acolher a insuficiência da fala na história do sujeito em análise, até mesmo porque ele, o analisante, não faz a menor ideia

disso. Ele ignora a debilidade de seu discurso – o que vale inclusive para um discurso sem palavras, que nem por isso deixa de ser semblante.

Não há discurso que não seja semblante. Não há o sonho de se colocar como desperto em cada um deles ou mesmo em algum dos quatro discursos. O universal do delírio, pelo qual não há um que escape à loucura, é correlato da loucura onírica da qual não se pode acordar. “O delírio é universal porque os homens falam e porque há linguagem para eles” (Miller, 1996, p. 192), a mesma linguagem que, pela fala, pelo significante, mata a coisa enquanto embala o sono da eterna infância. O significante não se adéqua à coisa, não faz nem oferece as bases para uma correspondência. A parceria é com outra palavra, um diálogo entre palavras que procuram se entender, conferindo mutuamente seus lugares e funções. Na diferença entre elas próprias pareciam se entender, é o que tudo indicava, mas não é bem assim. Inexiste uma correspondência biunívoca entre palavra e coisa, e essa parecia ser uma das condições iniciais para a psicanálise retomar a força de sua invenção.

Essa função de irrealização própria ao significante, que não se relaciona com a coisa e desfaz a realidade que cabe ao mundo, só é abalada quando essa paixão entre significantes é, de algum modo, estremecida. A fala interrompida é o anti-herói da comunicação, mas é, por isso mesmo, a possibilidade que sonha despertar. Somente com a cadeia interrompida é que o significante alcança o real. Talvez não se imaginasse que a psicanálise, que surge de um gesto poético de Freud – e não sou eu que o defino como poeta, é Lacan, na lição de 20 de dezembro de 1977 –, pudesse, partindo da experiência com a histeria, e com Lacan, extrair da psicose o modo de operar com a clínica. As frases interrompidas de Schreber comentadas por Lacan na década de 1950 demonstram como o significante pode se precipitar no real e como a esquizofrenia pode ensinar como “uma parte do simbólico se torna real” (Miller, 1996, p. 193).

Porém afirmar que o significante mata a coisa é o mesmo que dizer que se cria um vácuo com relação à referência. Não há uma referência externa à articulação significante que possa servir de juiz ou despertador, e qualquer relação do significante com a verdade deverá advir desse modo de se organizar numa cadeia, articulado apenas a outros significantes. Não podendo ser externa, a verdade é interna à articulação, à cadeia.

Frequentemente, em análise, alguns experimentam uma decepção ou cansaço resultante de inúmeras tentativas de localizar o momento exato, histórico, em que teve início seu sofrimento. Imaginam que poderão despertar num golpe de iluminação, sorte ou esforço, quando, enfim, descobrem tal referência externa ao próprio discurso, isso antes de se darem conta, com uma boa cota de investimento, de que essa referência não se produziu independente do discurso que os atravessou. Aprende-se a falar e falar deixa marcas (Lacan, 1977), e às conseqüências dessas marcas Lacan chama de sintoma.

Em consonância com essas marcas é possível extrair da articulação significativa uma referência que não se dá a ver claramente na realidade externa ao discurso, porque é o discurso que a dá à luz. Como a estrutura do discurso do mestre pode indicar, da articulação de dois significantes, S_1 e S_2 , se tem como produto uma referência que só é introduzida em função dessa conexão no campo da linguagem. O objeto a , produto dessa vinculação da fala, é uma referência nova. Os significantes e a linguagem já estavam lá, o novo é o objeto que daí se pode extrair. Pensar um significante que seja novo é outro tipo de problema.

A psicanálise não poderia se manter viva se não reconhecesse o impacto da fala na experiência clínica, afinal o significante é o elemento mínimo do inconsciente estruturado como uma linguagem, enquanto o sujeito e também o objeto a são efeitos da conexão de mais de um desses elementos mínimos. A consistência dessa referência vazia, porém positivada, se apoia inteiramente na articulação significativa, de modo que se mostra como uma consistência lógica, decorrendo da fala, pelo fato mesmo de haver a fala. “O objeto a como semblante tem seu lugar entre o simbólico e o real. É uma consistência lógica que faz semblante de ser, e é o que só é encontrado quando do simbólico se vai em direção ao real. O objeto a é uma elaboração simbólica do real” (Miller, 1996, p. 196). E é a fantasia que passa a ocupar o lugar do real, não se confundindo com ele, sendo, dele, apenas o semblante.

É com alguma desconfiança ou descrédito numa visão inflacionada do valor da fala que o analista deve se colocar diante da condução de uma análise. Isso não significa, entretanto, repetir o erro dos pós-freudianos, tornando-a inócua. Não se trata de buscar um além ou alguém da fala que facilmente

recairia num misticismo estéril, trata-se de uma desconfiança advertida. A trajetória da fala no debate da psicanálise encontra aí seu momento mais crítico, sem que seu limite assuma o caráter de uma inoperância. O corte que deve advir daí não implica em uma eliminação da fala, mas em uma posição advertida de que a primazia cedeu espaço à constatação de que se tratava de um semblante, e de que, enfim, se via reduzida a uma *tagarelice*¹. O uso do falatório, da tagarelice, exige uma posição do analista que esteja suficientemente preparada para isso, e o corte é a oposição que cabe ao analista frente a uma fala que se comporta desse modo.

O CORTE COMO UMA RESPOSTA À CRÍTICA

Como dito acima, o corte, assim como outras noções, não é inédito na obra de Lacan. Em 1953, em “Função e campo da fala e da linguagem” (1966/1998), já havia a noção de corte, cujas bases eram ainda anteriores a essa data². Neste texto, o corte de sessão pode operar exercendo a função de uma interpretação, entendida como pontuação. Esse corte, funcionando como um ponto de estofa permite que o analisante retome sua fala e recupere o sentido que se fazia ausente no momento inicial. Nessa direção, no mesmo ano, na abertura do Seminário livro 1, *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan (1975/1983) intervém com uma referência do procedimento da técnica Zen.

O mestre interrompe o silêncio com qualquer coisa, um sarcasmo, um pontapé. É assim que procede, na procura do sentido, um mestre budista, segundo a técnica *zen*. Cabe aos alunos, eles mesmos, procurar a resposta às suas próprias questões. O mestre não ensina *ex-cathedra* uma ciência já pronta, dá a resposta quando os alunos estão a ponto de encontrá-la (Lacan, 1975/1983, p. 9).

Dentre as diferenças que podemos levantar, deve ser ressaltado que, naquele momento, o corte era decorrente dos princípios de uma primazia da fala e do simbólico. Se, tal como um mestre zen, se podia cortar a sessão, era para que a análise retomasse de fato seu estatuto simbólico e a palavra pudesse recuperar sua devida importância. Esse corte finalizando uma sessão demonstra que o que está em jogo é também a noção de ressonância da interpretação. O corte, apoiado na noção de tempo lógico

e na estrutura de linguagem do inconsciente, encontra no zen, e no mestre zen, referências para uma técnica³. Ao final do ensino de Lacan, o corte passa a assumir uma feição mais radical, e, como afirma Miller (2009, p. 198): “disso decorre a oposição, nessa tagarelice, entre o analisante que fala, do qual Lacan diz – é surpreendente – que ele faz poesia”. Esse autor também aponta, referindo-se ao Seminário 25, que “nesse *Seminário* isso quer dizer: não é a interpretação que é poesia, é um passo a frente... O analisante fala, ao passo que o analista corta” (Miller, 2009, p.198).

No início da lição de 20 de dezembro de 1977 do Seminário *O momento de concluir*, Lacan aproxima o corte, o dizer do analista e a escrita. O analista trabalha com o impossível de dizer, e no ponto preciso em que esse impossível se faz presente. A tagarelice do analisante obtém como resposta o corte, porque *dizer* é coisa bem diferente de *falar*. Mesmo que nesse ponto Lacan coloque a poesia do lado da fala do paciente, e não do lado da interpretação analítica, é importante notar que ele aproximou a fala da poesia. No Seminário do ano anterior, na lição do dia 19 de abril do mesmo ano, ele havia afirmado que a poesia dita adormece, mas, logo após lançar a pergunta se a verdade desperta ou adormece, ele mesmo responde que depende do tom no qual ela é dita. É nessa sequência que Lacan afirma que a poesia dita adormece.

O dito poético não é o dizer poético. Sem debater se o dizer poético desperta ou não, já podemos pensar que, seguindo o raciocínio de Lacan, o primeiro, o dito poético, adormece. A fala que faz poesia numa análise talvez não passe de jogos de palavras, de significantes que remetam a significantes, por substituições metafóricas e deslocamentos metonímicos, ou com a retórica que for, mas não escapa do adormecimento. É o universal do delírio, no qual todo mundo é louco, mesmo que sejam loucos poetas. Retomando o contexto trazido na lição de dezembro: o analisante fala, faz poesia, faz poesia quando chega, ao que Lacan responde com um corte.

Lacan nesse momento é um crítico contundente da fala. Ao colocar a fala e a poesia juntas, acena para o fato de que o destino disso é o sono, o adormecimento. Isso não coloca em risco a relação da interpretação com a poesia; afinal, na sequência, o que ele aponta oferece um caminho ainda mais interessante: o analista corta, e o que o analista diz é corte e o seu

dizer participa da escrita. O enunciado que faz poesia pode recair para uma tagarelice, porém a enunciação poética tem um destino diferente. O modelo do corte para a resposta do analista parece não apontar necessariamente para o silêncio de um enunciado, mas para o silêncio que corresponda à dimensão do desejo do analista que faz emergir uma enunciação. O corte se apresenta não como um dito poético – nesse caso, o silêncio da boca fechada seria melhor –, mas o corte pode ser entendido como um dizer, este, sim, poético. Contudo, antes de levar à frente a pergunta a respeito do que pode ser isso, a saber, uma enunciação poética da interpretação, vale observar a terceira noção que Lacan aproxima: além do dizer e do corte, afirma que o dizer participa da escrita. Afirma, também, que algo do equívoco passa pela ortografia e que, ao se escrever de um modo diferente, graças à ortografia, pode-se fazer sonhar com outra coisa diferente daquela que é dita. Pela escrita, que manifesta modos diferentes de ortografia para as homofonias, pode-se, por exemplo, fazer aparecer uma inadequação entre enunciado e enunciação, entre dito e dizer. O analisante pode se ver dizendo algo bem distinto daquilo que queria ou acreditava falar.

Nesse sentido, não há dizer do analista que não seja corte, se esse dizer levar em conta a escrita. Sou levado a crer que o dizer interpretativo deve ser pensado em termos de corte e de escrita, assim como não parece haver de fato, nem de direito, uma diferença da posição de Lacan a respeito da relação que já havia feito entre interpretação e poesia, já que ele coloca, na segunda lição do Seminário *O momento de concluir* (1977-1978), a poesia do lado da fala do paciente, e o analista fazendo o corte. Resumidamente, ele o faz porque a poesia falada adormece, permanecendo como um mero jogo de palavras, um enunciado que desconsidera a posição do sujeito e do gozo. Em segundo lugar, porque o corte do analista não é antinômico ao seu dizer, principalmente levando-se em conta que sua referência é a escrita. Em terceiro lugar, porque é preciso cortar o enunciado que se pretende poético para que esse encontro do significante com o real possa criar a oportunidade de o sujeito sonhar com outra coisa, ou seja, de se deparar com algo que não atenda ao formalismo da consciência, posto que ele não sabe o que diz quando fala. Ele não sabe sobre sua enunciação quando formula um enunciado, pois a fala é inadequada para

a enunciação. Por isso, ela só pode produzir a coisa na fantasia, em um estado em que se confunde sonho com realidade, em que não se sabe se é o sonhador que sonha ser uma borboleta ou se é a borboleta a sonhar que é o sonhador que sonha ser uma borboleta.

Se o enunciado é incapaz de abrir uma comunicação ou via de acesso com a enunciação, é pelo fato de ele ser incapaz de saber sobre a enunciação. A frase deve ser entendida literalmente: não se sabe o que se diz quando se fala, e não se sabe porque não há como saber do dizer pela fala, e isso porque a enunciação tem uma relação muito maior com a escrita do que com a própria fala. Nesse mesmo ponto da lição, Lacan diz que nem no que diz o analisante, nem do que diz o analista há outra coisa senão escrita. O dizer numa análise é, portanto, da ordem de uma escrita, mesmo que o dito seja uma fala.

É DE UMA ESCRITA QUE SE TRATA

Posto isso, podem ser preservadas sem contradições algumas referências feitas no Seminário que precedeu a este. Naquela ocasião, em 17 de maio de 1977, Lacan pôde dizer que somente a poesia permite a interpretação, e, aproximadamente um mês antes, ele havia afirmado o que trouxe acima: que a poesia dita adormece. Nessa direção temos um exemplo da precisão lacaniana nesse ponto da discussão: 1) a poesia dita adormece; 2) só a poesia permite a interpretação; 3) o dizer do analista se refere a uma escrita; com isso temos que 4) “com o auxílio do que chamamos escrita poética, vocês podem ter a dimensão daquilo que poderia ser a interpretação analítica” (Lacan, 1977/1978, s.p.). Para que possa permitir a interpretação analítica – que se refere a uma escrita –, a poesia, pelo menos aquela à qual Lacan se refere, não pode ser pensada em termos de uma poesia que se sustenta pela fala. Para os fins a que se visa numa análise, a poesia deve então ser pensada com um suporte que não seja a fala: ela deve encontrar o seu ponto de sustentação na escrita, tal como a própria interpretação e, por extensão, a fala. Uma das consequências disso é que deve existir uma clara diferença entre fala e escrita.

Em análise um paciente diz durante uma sessão: “Minha dificuldade é relacionar minha fala com minha realidade. Não consigo formalizar

minha realidade no meu discurso”. Porém, de fato, não há exatamente uma realidade. A realidade tal como se apresenta para nós é constituída pela fantasia, e essa fantasia é o que fornece a matéria para a poesia (Lacan, 1977). Embora possa se pensar que não há muito a se fazer com isso, em verdade, há. A fantasia pode guiar uma poesia que não saia do adormecimento de uma queixa ou de uma série de sintomas na vida de alguém, e pode fazer com isso uma história, o que não implica que crie ou invente algo. Para Lacan, Freud foi um poeta. Não porque tivesse tagarelado, e sim porque pôde se apropriar de uma matéria e se colocar em condições de dar uma resposta inventiva para isso. Um cientista pode se apropriar de qualquer matéria da ciência e com isso fazer ciência; pode encontrar os hormônios sexuais e daí constituir um saber sobre o sexo. Porém o que Freud fez foi se deparar com a matéria do sexo e fazer do sexual algo bem diferente de um sentido. Nas palavras de Rancière (2012), Freud procurou repor a poesia no âmago da racionalidade científica.

O que orienta a interpretação em Freud à luz de Lacan é o real do sexo, o sexual como real. A invenção freudiana mantém o pensamento face a face com o sexual sem fazer disso uma simples relação de saber (Badiou, 2005/2007). O que instaura a singularidade de Freud é que desse encontro com o sexual não se extrai um saber sobre o sexo, uma compreensão ou uma semântica; afinal, ele “procura dissociar os efeitos do sexual de toda apreensão puramente cognitiva, e por consequência de toda subordinação ao poder da norma” (Badiou, 2005/2007, p. 115). O que fazem tanto os pós-freudianos, quanto Ricoeur, Jung, ou uma boa parte do pensamento ocidental, é introduzir a descoberta freudiana naquilo com o qual ela rompe. Procuram inserir o sexual na virtude de um saber sobre o sexo, no controle dos corpos e da normatização de um sistema hermenêutico, decifrável. O sem sentido do sexual se torna apenas uma cifra, que, caso se recorra adequadamente a um sistema semântico, poderia ser decifrada, recompondo de modo puramente normativo a homeostase do pensamento.

Inteiramente de acordo com Badiou (2005/2007, p. 125), o cito: “Essa manobra consiste sempre em fazer emergir sentido em vez de verdade, em injetar o ‘cultural’ na libido. É a manobra hermenêutica, e Freud percebeu logo que havia aí insidiosa negação de sua descoberta, que era preciso, em suma, retornar ao sexo nu, à radical ausência de sentido”.

E, ainda⁴ recorrendo a Badiou (2005/2007, p. 126): “O que os assusta é o fato de o sexo poder impor concepção de verdade desarticulada do sentido. O terrível é o sexo ser rebelde a qualquer oferta de sentido”. O esforço da exegese hermenêutica assume a direção de dar sentido e significação ao sexual enquanto, de fato, a questão diz muito mais respeito a uma verdade insensata e, nesse caso, irreparável. Então, seriam questões éticas absolutamente distintas pensar uma interpretação que se oriente pelo sentido sexual, pelo simbolismo sexual de um sistema semântico, e uma interpretação que se oriente a partir dessa “verdade insensata pelo fato, como diz também Lacan, de não haver relação-sexual” (Badiou, 2005/2007, p. 126).

Freud situou as coisas de um modo que triunfou (Lacan, 1977) sem que nada garantisse isso. O impasse entre linguagem e pulsão, entre qualitativo e o quantitativo, assim como o próprio inconsciente, são exemplos daquilo que pode ser a *poesia* de Freud: ter conseguido triunfar com uma invenção e uma criação, em que não se tem garantia de que não se irá passar da tagarelice. Lacan (1977-1978, lição de 20/12/1977) diz que Freud foi um poeta, assim como Marx: este fora um poeta que teve a vantagem de ter conseguido fazer um movimento político. Portanto, o paciente que chega com a tagarelice, que Lacan chama de *fazer poesia quando chega*, obtendo um corte como resposta, não é da mesma ordem que um esforço de poesia ao final de uma análise.

Não aprendemos a linguagem, mas aprendemos a falar. Uma nos antecede, a outra nos deixa marcas. É preciso saber o que fazer com essas marcas e dar um rumo para as suas consequências. Essas consequências receberam o nome de *sinthoma*. Em função disso o olhar é deslocado para o tipo de saber que agora está em jogo. O saber, essa outra figura em nada inédita, nos convida agora a um reexame. O saber que estaria associado à psicanálise gravitaria em torno do legível: não é uma legitimidade que está em jogo, mas uma legibilidade.

Uma análise não consiste em um despertar que implique numa liberação do sintoma. Não equivale a uma experiência do *satori*, na qual se acede a uma iluminação que libertará o sujeito do seu sofrimento. Ela não consiste em liberar o sujeito do seu *sinthoma*, o que porta uma dimensão de incurabilidade própria ao discurso psicanalítico. Disso, mais uma vez,

não se desperta. A análise consiste muito mais em saber em que consiste esse emaranhado do qual o sujeito não pode se livrar. Essa é a definição dada de uma análise na lição de 10 de janeiro de 1978: “a análise consiste em dar-se conta por que se tem esses ‘sintomas’ (*sinthomas*), de sorte que a análise está ligada ao saber” (Lacan, 1977-1978). Ainda segundo Lacan (1977-1978), “O inconsciente é isso: é que se aprendeu a falar e que devido a isso se deixou sugerir pela linguagem, toda uma sorte de coisas”.

Partindo do recurso saussuriano do qual se serviu Lacan, só poderemos compreender Freud partindo do princípio de que não há relação entre significante e significado, o que nos leva à conclusão inicial de que só seria possível ler Freud com Saussure – o que não era tão óbvio, e para perceber isso basta nos depararmos com os exemplos extraídos dos pós-freudianos: estes ignoravam esse ponto em que a percepção de que algo do sujeito da enunciação escapa à tentativa de enunciado.

A matemática se torna um meio de remediar a perda de verdade imposta por um discurso que se reduz apenas ao jogo de linguagem (dos sofistas ou mesmo da tagarelice da fala) e que, por não ter relação com a realidade, está apto a uma abertura ao real. O que mais interessa não são os cálculos numéricos, mas a possibilidade de tornar algo pensável. É o movimento do pensamento que está realmente em jogo. A matemática serve enquanto um pensamento que rompe com a realidade e com o sensível, e é independente da experiência da linguagem, bem como do sentido.

Não há ideal de ciência em Lacan, mas há um ideal de formalização que passa pela lógica matemática, que pode assumir uma dupla face. Em relação ao simbólico e à transmissibilidade da psicanálise, a formalização lógico-matemática ocupa o lugar de ideal para Lacan (Badiou, 2003), de modo semelhante ao que cumpriu o ideal de ciência para Freud. E, em relação ao real, a posição que Badiou extrai das palavras de Lacan não é de ideal, mas de compatibilidade: há uma compatibilidade entre matemática e real. Nesse sentido, a matematização é ao mesmo tempo “ideal disponível à transmissão integral e real como impasse da formalização” (Badiou, 2003, p. 37).

Mas como é possível saber sobre a verdade se a verdade é algo que não há como saber? Para qualquer conversa que gire em torno disso, se deverá ter em mente que há um pensamento fora da consciência, fora das apreensões

sensíveis da consciência, fora das qualidades. Nesse caso, a matemática, que é um pensamento, também não guarda nenhuma relação com a realidade, porque não depende da experiência sensível, seja para aquele que nunca aprendeu aritmética, seja para um doutor em física.

A matemática e, conseqüentemente, a matematização não dependem da experiência da consciência, não advêm da experiência sensível, não são determinadas pelas qualidades. Elas tornam pensável e apreensível o que a linguagem não consegue capturar adequadamente. Elas permitem localizar um ponto em que o ser pode ser tocado sem que seja necessariamente recoberto pelo saber e pelo sentido. E isso é fundamental para que compreendamos que o real não pode ser conhecido, porque não é dócil à linguagem e exclui o sentido, sem com isso ser incognoscível, inefável. A matemática e a matematização são essenciais para esse empreendimento que torna pensável e localizável algo que não é possível conhecer. É justamente por isso que a matematização pela via do matema pode ser uma abertura ao real.

Mas destaco que, acima de tudo, da matemática se apreende letras, que podem ser manejadas, manipuladas, trocadas de lugar. Sobretudo, as matemáticas fazem referência à escrita, e nela encontramos a escrita das fórmulas e dos cálculos, desprovidos da realidade e do sentido. São escritas de números e letras, que, enfim, não fazem outra coisa senão escrever o real. Há uma compatibilidade entre a matemática e o real (Badiou, 2003), assim como destes com a escrita. Entretanto, do real se diz que é aquilo que não cessa de não se escrever. Logo, somos levados a pensar, seguindo Lacan (1977-1978): de que modo o real apareceria se ele não se escreve? Cito o autor: “A escrita é um artifício. O real não aparece, pois, mais que por um artifício ligado ao fato de que há a fala e inclusive o dizer. E o dizer (*le dirre*) concerne ao que se chama a verdade” (Lacan, 1997-1978, lição 10/01/1978; tradução nossa). Ao se passar pela escrita pode-se estar um pouco mais próximo, portanto, do que se considera que seja o real.

Há uma escrita do inconsciente, e trata-se, então, de ler as formações do inconsciente. Se a noção de *leitura* é uma metáfora, ou uma analogia, é preciso saber sobre quais bases ela se ergue. Nesse sentido, não parece ser na mesma linha do que Freud e o próprio Lacan já haviam referido ao falarem de um texto do sonho e do inconsciente, por exemplo. É uma

leitura outra, porque o texto deverá ser lido de outro modo, ou porque o que deve ser lido é de outra ordem.

O *sujeito* que é *suposto ao saber* é suposto saber ler o quê? É uma das perguntas, juntamente com a questão que interroga a legibilidade do que poderá ser lido. Portanto, não falamos mais do texto que Freud viu nos sonhos e nos sintomas, à espera de ser lido. Havendo um texto, ou melhor, uma escrita, esta pode estar lá não com o intuito de ser lida, de comunicar: uma escrita não é, necessariamente, para ser lida. Qualquer um já tomou notas de alguma coisa, apostando que elas poderiam ser úteis em algum momento, sem nunca terem, na verdade, voltado às suas anotações – estas devem estar em alguma gaveta, em alguma parte de algum arquivo, ou perdidas no tempo. A questão é, justamente, o que fazer com uma escrita que não é para ser lida. Por isso vale a pena apreender essa indicação de Lacan ao lugar ou fazer do aprendiz.

APRENDER A LER UMA ESCRITA ILEGÍVEL

A aposta de Confúcio no homem se sustenta em três pilares: o aprender, a qualidade humana e o espírito ritual. Este último, o espírito ritual, ou simplesmente, *os ritos*, é o que está na base da conduta social tanto do chinês quanto do japonês, o que geralmente é chamado de *cerimonial*. A qualidade do homem é tornar-se um homem de bem, e o que determina a condição de sabedoria para o chinês, a partir de Confúcio, é justamente a disposição para o aprendizado. O sábio chinês não é aquele que domina uma disciplina ou conteúdo, o sábio é acima de tudo aquele que sabe ouvir e aprender com isso. Confúcio (2012, p. 33) diz: “Aos 15 anos, empenhei-me no estudo. Aos 30, estabeleci-me. Aos 40, já não tinha dúvidas. Aos 50, compreendi o Mandato do Céu. Aos 60, meus ouvidos estavam afinados. Aos 70, [consegui] seguir o que desejava meu coração, sem infringir as regras”.

É preciso aprender a ler, mesmo que a escrita não seja para ser lida. Diante não mais da primazia do simbólico e da fala, mas de uma reconfiguração de ambos, não há como se furtar a uma confusão: aquela que diz respeito à inadequação do simbólico ao real tem como resultado um efeito de confusão em que a inadequação da fala tampouco

permite que o significante sirva para nos orientarmos. Com a fala, com o simbólico, e assim como com o amor, estamos sujeitos a nos embarçarmos de modo especial. Mesmo que não se possa esperar muita coisa, e parecia que Lacan não esperava muito mais, resta uma posição de aprendiz. Também aí a interpretação se apresenta mais uma vez como um ponto de convergência das aporias deste final do ensino. Como diz Miller (2009, p. 194), “Tudo o que se pode dizer é que a interpretação como ‘ler de outro modo’ demanda o apoio da escrita, isto é, a referência feita para que os sons emitidos possam ser escritos de outro modo, distinto daquele que se pretendeu... Certamente há escrita no inconsciente”.

Para uma interpretação que seja leitura, a escrita não é necessariamente algo que seja dado a ler. Mesmo que seja uma escrita que não foi feita para ser lida, o discurso analítico nasce com uma vocação confucionista: aprender a ler e a transmitir o modo dessa leitura. Em tempos de uma escrita borromeana e da escrita joyceana para pensar o *sinthoma*, a escrita que Lacan sugere para pensar a interpretação não é, aparentemente, nenhuma das duas. É outra escrita não menos instigante, nem menos fascinante, é a escrita poética. Para pensar o *sinthoma*, uma escrita. Para a interpretação, outra, mas ainda assim uma escrita. E só há duas possibilidades: ou elas são homogêneas, pelo menos bem próximas, ou são heterogêneas, e, em qualquer das possibilidades, o trabalho não será menor.

De um lado, se forem homogêneas – as escritas borromeana, joyceana e a poética –, algo se justifica, e algo não se justifica. Justifica-se pelo fato de que tanto o *sinthoma* quanto a interpretação, são pensados a partir da escrita e de que se as escritas não forem homogêneas, seriam ao menos correlatas. A correlação entre a escrita dos nós borromeanos e a de Joyce foi desenvolvida no Seminário livro 23 *O sinthoma*, não sendo, entretanto, uma escrita da interpretação.

De outro lado, se forem heterogêneas, havendo apenas uma coincidência de se tratar, nos três casos, de uma escrita, então é preciso dizer por que uma interpretação seria pensada a partir de uma referência que seja heterogênea às referências que norteiam a noção de inconsciente. Isso implicaria dizer que seria a primeira vez que Lacan pensaria uma interpretação em dissonância com a noção que elabora acerca do inconsciente e da clínica.

Portanto, até mesmo por uma coerência interna ao pensamento lacaniano, é preciso supor e acreditar na primeira hipótese, a saber, que há uma correlação entre a escrita poética como referência para a interpretação e a escrita de Joyce e a dos nós borromeanos.

UMA ESCRITA POÉTICA, MAS NÃO QUALQUER UMA

Se até o momento, com o que acabei de escrever, não houve um incômodo ao me referir à escrita poética sem dizer especificamente que se trata da escrita poética chinesa, digo agora: esse é um dos problemas. A indicação de Lacan para apontar o que há de essencial na escrita poética para orientar a interpretação não se dissocia do fato de essa escrita poética ter que ser chinesa. Não é indiferente que seja chinesa ou não, faz toda a diferença. Porém isso é frequentemente esquecido ou ignorado. *Chinesa*, que muitos entendem como um adereço da retórica lacaniana, é exatamente aquilo que confere toda a precisão a seu enunciado. Isso não quer dizer que tenhamos todos que aprender mandarim, ler poesias chinesas, ou nos tornarmos poetas chineses, muito menos que tenhamos que fazer análise e o passe em mandarim. Não se trata de uma mudança do campo linguístico. Não se trata de uma questão de idioma ou de uma superioridade da poesia chinesa em relação às demais. Trata-se tão somente de apreender o que Lacan (1977-1978, s.p.) procurou indicar através dela, pois isso é que orientaria a interpretação: “É necessário que tomemos da escrita chinesa a noção do que é a poesia. Não que toda poesia – a nossa especialmente – seja tal que possamos imaginá-la assim. Mas, talvez, justamente, vocês sintam nela qualquer outra coisa, como os poetas chineses que não podem fazer de outra forma senão escrever”.

Não parece haver equívoco nessa passagem: para pensar a escrita poética como referência para a interpretação, não podemos pensar que seja qualquer poesia, principalmente a nossa, ocidental, por exemplo. Mas devemos apreender na escrita chinesa a noção de poesia referida por Lacan. É preciso verificar o que faz com que os poetas chineses *tenham* que escrever suas poesias.

Numa tradição apoiada numa poesia oral, a expressão *escrita poética* tende naturalmente a enfatizar a poesia, não a escrita. Esta ficaria voltada

para uma discussão de estilo ou de uma tendência dentro de uma teoria ou crítica literária. Falaríamos da escrita de Duras, da escrita de Neruda, de Guimarães Rosa, etc. Já no caso de falarmos da escrita poética chinesa, além de podermos tomá-la na mesma perspectiva discutindo a escrita de Li Po, a escrita de Du Fu, de Wang Wei, teríamos que dar ênfase à noção de *escrita*. Pensar a escrita poética chinesa é estar diante de uma questão a respeito da relação com a *escrita*. Não é sem motivo que Lacan (1977-1978, s.p.) destaca: “os poetas chineses que não podem fazer de outra forma senão escrever; o recurso da materialidade da escrita lhes é essencial”. Com isso, Lacan estabelece uma distância com relação à poesia oral: “A poesia dita, é um fato, adormece” (Lacan, 1977-1978, s.p.).

Não faria nenhum sentido ter havido todo um trabalho para diferenciar a escrita da fala, a letra do significante, para em seguida ignorar essa diferença ao abordar a interpretação. A teoria da escrita em Lacan não foi construída sem se apoiar na escrita chinesa, o mesmo acontecendo com a noção de letra e até a dos nós borromeanos. Por que a poesia que orienta a interpretação deveria ser uma poesia ocidental? Considerar “O seminário sobre a carta roubada” para pensar a escrita e a letra não é a mesma coisa que pensá-la a partir de *Lituraterra*. A referência à escrita ocidental, alfabética, não foi suficiente para uma elaboração satisfatória a respeito do assunto. Foi preciso mudar de eixo de investigação para que a metáfora deixasse de ser uma carta para ser uma planície que sofre efeitos de uma chuva erosiva.

Não haveria nenhum sentido desconsiderar toda a dimensão da escrita para pensar a interpretação. Por isso, me parece que a escrita poética a que Lacan se refere, não como alegoria, mas como fundamento, é a escrita poética chinesa. Obviamente essa *chinesa* pode ser dispensável, porém na condição de nos servirmos dela. Podemos vê-la em outras escritas poéticas, inclusive ocidentais, não tenho dúvidas, mas é preciso vê-las, é preciso saber do que se trata. Uma vez que saibamos o que ela é, quais suas características que servem como sendo a *semente* da interpretação, aí sim podemos abrir mão do semblante *chinês* para encontrar essa *escrita* em outras escritas. Na de Joyce por exemplo. Não sou o único que diz que podemos ver a escrita poética chinesa na escrita de Joyce, eu apenas acompanho o que já disseram Ezra Pound, Hugh Kenner e Haroldo de Campos...

CONCLUSÃO

Talvez seja necessário demarcar bem que um efeito cabe ao significante e outro à letra. Neste caso, justificaria a precisão de ser uma poesia *escrita*. A ressonância que pode ir além do sentido não pode ser acionada pelo significante, somente pela escrita e pela letra. Por isso se justifica que se refira a um auxílio destas. Lacan poderia situar aí a escrita matemática que isola a literalidade da letra. Poderia também convocar o matema naquilo que visa uma transmissão literal. E a lista pode se prolongar pela lógica até chegar à escrita dos nós borromeanos, por exemplo.

A eleição de Lacan para nos colocar a pensar uma forma de forçar uma ressonância que não seja a ressonância semântica se apoia numa articulação, num laço, ou melhor, no nó que ele torna evidente entre escrita e poesia. Antes de pensarmos uma escrita poética, pode ser prudente dividir essa expressão em duas partes, para só depois amarrá-las novamente. Além do mais, é curioso observar que Lacan reúne uma prática significante e uma prática da escrita numa expressão só. O uso habitual dessa expressão, *escrita poética*, nos adormeceu a ponto de não estranharmos a heterogeneidade que ela invoca, principalmente a partir da leitura de Lacan.

A poesia é uma prática significante, ela só existe por isso. O manejo que ela opera sobre o plano fonológico, as combinações de som e sentido que ela viabiliza são alguns dos elementos que lhe são mais característicos. Até em termos históricos a poesia expressa sua filiação ao canto e ao ritmo. A escrita, por sua vez, pode também se reduzir a uma prática significante, mas não é essa a perspectiva que mais interessa a Lacan. A escrita separada da fala, separada do significante, remete à materialidade e à letra tal como foram formuladas por Lacan a partir do início da década de 1970. Portanto, conforme o plano em que são tomadas, escrita e poesia pertencem a dois terrenos heterogêneos, a saber, o da letra e o do significante. Entretanto, mesmo assim, Lacan os reúne.

É fato que não há ineditismo algum na expressão *escrita poética*, nem precisaria ter. Para a psicanálise, contudo, essa expressão talvez tenha que ser tomada de uma maneira menos familiar. Esses dois campos distintos são amarrados por Lacan ao dizer que se visa a um forçamento

que produza outro tipo de ressonância. Ele amarra *escrita e poesia* nessa coisa híbrida chamada *escrita poética*. O problema é que o hábito nos deixou extremamente familiarizados com essa expressão, deixando-nos sonolentos diante dela, e seria preciso acordar para se interrogar como Chuang-tse ilustrou – se trata de Zhou ou da borboleta afinal? No sonho, essa diferença não aparecia.

Lacan percebeu de forma brilhante a diferença de relações que se estabelece com uma escrita alfabética ou com uma escrita que não a alfabética, o que permite extrair consequências da percepção de que uma escrita fonética tem uma implicação no sujeito totalmente distinta de uma escrita não fonética. A relação do sujeito com uma escrita que faz a notação dos sons de sua fala é de uma ordem, já a relação com uma escrita que se autoriza uma liberdade e não uma subordinação à fala abre outro campo de manejos possíveis. Para um ou para outro, o destaque e a importância da escrita podem variar. Nem na escrita o chinês se assemelha ao grego, tampouco na mitologia, na qual um e outro localizam a origem da escrita, elas têm vizinhança.

A relação que um chinês tem com a escrita é inteiramente diferente daquela que um ocidental tem, e por vezes é ainda distinta daquela que um ocidental imagina. Creio que passa por essa via o ponto em que Lacan faz o nó entre a escrita e a poesia: ele parece fazer o nó com os chineses. Ou melhor, parece fazer o nó entre a escrita e a poesia, por um lado, com *chinesa*, por outro lado, que ele coloca na sequência. Podemos concluir com algo que pode ser formulado aproximadamente desse modo: é com a escrita poética chinesa que Lacan amarra – borromeamente? – a heterogeneidade entre escrita e poesia. Os poetas chineses não podem fazer de outra forma a não ser escrevendo, ou seja, para eles a escrita não é acessória. Mais do que delimitar um meio de acessar o estilo de um autor, a escrita é a condição da poesia chinesa. Basta, assim, saber como e por quê. Porém, de um modo ou de outro, a escrita poética chinesa é o que dá a exata medida do que pode ser uma escrita poética que sirva para pensar a interpretação.

REFERÊNCIAS

- Badiou, A. (2003). *Lacan e Platão: o matema é uma ideia?* In Safatle, V. (Org.), *Um limite tenso: Lacan entre a filosofia e a psicanálise* (p. 13-41). São Paulo: UNESP.
- Badiou, A. (2007). *O século* (C. F. da Silveira, Trad.). São Paulo: Ideias & Letras. (Original publicado em 2005)
- Lacan, J. (1977-1978). *El seminário, libro 25: el momento de concluir* (inédito).
- Lacan, J. (1976-1977). *O seminário, livro 24: l'insu que sait de l'une-bénue s'aile à mourre* Edição Heresia (inédito).
- Lacan, J. (1983). *O seminário livro 1: os escritos técnicos de Freud* (3. ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1975)
- Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1966)
- Miller, J.-A. (1996). *Matemas I* (S. Laia, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Miller, J.-A. (2006). *La experiencia de lo real en la cura psicoanalítica*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J.-A. (2009). *Perspectivas do seminário 23 de Lacan: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rancière, J. (2012). *O inconsciente estético* (M. C. Netto, Trad.) (reimpressão). São Paulo: Editora 34.

NOTAS

- ¹ É certo que o lugar e a importância da fala para a psicanálise são bem maiores e cheios de variáveis do que o que pode ser expresso nesses três termos *primazia*, *semblante* e *tagarelice*. Faço uso desses termos como uma forma de balizar um trajeto sem sair de outro.
- ² Ver também da teorização sobre o tempo lógico e o manejo do tempo variável das sessões, em “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada – um novo sofisma” (1966/1998).
- ³ Tanto na abertura do Seminário livro 1, *Os escritos técnicos de Freud*, quanto na parte a respeito das ressonâncias da interpretação, intitulada em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, o zen e o mestre zen aparecem como exemplos de uma operação dessa ordem.
- ⁴ Badiou se refere aqui ao que assusta a religião e os padres, porém considero que

suas palavras se adéquam quase que perfeitamente à posição hermenêutica com relação ao sexual no contexto da descoberta freudiana.

Recebido em 01/08/2017
Aprovado em 04/09/2017

MUROS DO VAZIO: NARCISO REVISITADO

*Maicon Pereira da Cunha**

*Joel Birman***

RESUMO

A intenção deste artigo é refletir sobre o narcisismo na atualidade. Considerando que esse conceito deva ser entendido mais além da sua característica de ser um elemento central na construção de subjetividades, delinearíamos a ideia de um narcisismo pautado na noção de autodestruição. Além de pensar sobre seus aspectos mortíferos, ressaltamos que esse narcisismo revela uma condição que aponta para a fragilidade do laço social. Nesse sentido, algumas facetas da violência na atualidade serão evidenciadas, sublinhando os aspectos narcísicos em questão a partir da lógica do condomínio, em que a relação alteritária está posta em xeque, na medida em que se instala um a-partamento de si em relação aos outros.

Palavras-chave: narcisismo; contemporaneidade; violência.

WALLS OF EMPTINESS: NARCISSUS REVISITED

ABSTRACT

The aim of this article is to think about the narcissism today. Considering that this concept must be understood beyond its characteristic of being a central element in the construction of subjectivities, we outline the idea of narcissism founded on the notion of self-destruction. Besides thinking on the death aspects, we emphasize that this narcissism reveals a condition that points to the fragility of the social bond. In this sense, some facets of violence today will be highlighted, underlining the narcissistic aspects in question from the condominium logic, where the social relationship is questioned, in that it settles a self a-partment in relation to others.

Keywords: narcissism; contemporaneity; violence.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Psicologia – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Psicologia – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

INTRODUÇÃO

Uma das facetas mais adjetivas da atualidade se inscreve na leitura das relações intersubjetivas pautada pela espacialização em contraposição à categoria de tempo. O espaço assume uma prevalência cada vez mais intensa na constituição da experiência subjetiva. Birman (2012) sustenta que os sujeitos vivem sob a égide da sensação de um eterno presente, de maneira que a inscrição da espacialização da experiência psíquica comporta um quadro que delinea as formas pelas quais a dor exerce uma dominância sobre as subjetividades atuais, em detrimento do sofrimento. Isso porque o sofrimento pressupõe um apelo em direção ao outro, enquanto a dimensão da dor evidencia uma posição solipsista do sujeito na medida em que este se fecha ao outro.

É nesse contexto que afirmamos a pertinência da problemática da violência, enunciando uma discussão ampliada em sua configuração atual, que necessita de um urgente esforço para pautar um delineamento das formas pelas quais discursos sobre o fenômeno da violência são produzidos. Isso porque presenciamos um silenciamento sintomático no tocante a esse tema, enquanto aumentam vertiginosamente as demandas por penalizações mais duras. Alia-se a isso uma avalanche discursiva rumo à prevalência da judicialização da vida como forma privilegiada nos conflitos e impasses sociais. Essa composição está remetida a um incremento da violência e da crueldade como formas de manifestação de algo que se encontra num conjunto maior de elementos, entre os quais poderíamos caracterizar algumas das formas do mal-estar na atualidade.

Esse silenciamento comporta uma dimensão de blindagem da discussão acerca da complexidade social e individualiza a problemática, em lugar de descortinar os fios que fornecem a tessitura da rede simbólica à qual está referido. No bojo disso se encontra uma possível solução que se inscreve no registro do desejo de maior proteção contra o ato violento¹. A violência urbana, cada vez mais marcada pela dimensão da crueldade, tende a ser interpretada como problema individualizado. As manifestações de violência aumentam e com elas há um incremento da necessidade de punição ou de isolamento individual (ou grupal, nos casos relacionados à xenofobia) como forma principal do ideal de solução.

Assim, a extrapolação para o campo da delinquência encontra fundamentação a partir de atores contingenciais que não costumam ser levados em consideração nas discussões midiáticas mais amplas, e que, portanto, surgem como ato na cena social. Um ato violento pode ser compreendido como um protesto contra algo que não tem possibilidade de ser elaborado enquanto palavra na sua potência simbólica de doação de novos sentidos. Nesse campo, a contribuição de Winnicott (1987) no que se refere à delinquência é um importante vetor que elucida um componente relacional nessa trama. O autor disserta sobre a delinquência afirmando que esta seria uma condição advinda a partir de um quadro de privação emocional.

A criança, por meio do roubo, busca não somente o objeto, mas também a capacidade para procurá-lo criativamente. Pela sua conduta antissocial destrutiva, ela também procura o controle ambiental para reconquistar sua segurança e resolver sua ansiedade: “A criança antissocial está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional” (Winnicott, 1987, p. 122).

Portanto, entender a complexidade e as necessidades que uma pessoa tem para se tornar minimamente saudável, amando e trabalhando, ajuda na compreensão de determinados nós sociais. Vale ressaltar que a problemática da delinquência encontra sua equivalência nos quadros de xenofobia e na eleição de muros físicos ou simbólicos entre as pessoas, tão destacados em algumas narrativas do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a ideia deste artigo é apresentar algumas considerações acerca do processo de constituição subjetiva, bem como as falhas que podem instaurar rupturas e fragmentações nesse processo, privilegiando a ideia de narcisismo. Além disso, pretende-se elencar algumas considerações acerca do individualismo na atualidade no que se refere às relações interpessoais. Apresentaremos também as mutações no interior do que se entende por narcisismo, seja no âmbito da clínica, seja no que Lasch (1983) chama de cultura do narcisismo. Seguimos a hipótese de que a metáfora da lógica do condomínio (Dunker, 2015) oferece subsídios para a reflexão sobre um movimento de fechamentos

condominais como tentativas de proteção que, por sua vez, inserem a problemática do fechamento de si na relação com os outros.

O NARCISISMO NA ATUALIDADE

Para localizar o narcisismo na atualidade é preciso enunciar do que se trata nesse conceito que exerce uma importância axial na teoria psicanalítica. Essa importância se refere, sobretudo, ao fato de o narcisismo apontar para a questão da constituição do eu. É preciso ressaltar que Freud retoma em seu texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (Freud, 1914/2006, p. 81) o termo narcisismo, que já estava presente nas descrições clínicas no século XIX como forma de “denotar a atitude de uma pessoa que trata seu próprio corpo da mesma forma pela qual o corpo de um objeto sexual é comumente tratado – que o contempla, vale dizer, o afaga e o acaricia até obter satisfação completa”. A atitude narcisista estaria presente na homossexualidade, por exemplo, na medida em que o sujeito toma a si próprio como objeto de amor.

Além disso, o narcisismo poderia ser visto nos casos que Freud chama de parafrenia (demência precoce, em Kraepelin; esquizofrenia, em Bleuler). Na concepção freudiana a esse respeito, haveria uma retração da libido para o mundo interno em direção ao eu, como se percebe na megalomania. A partir disso, Freud problematiza toda a questão do desenvolvimento da libido que ora investe nos objetos, ora investe no eu e, nesse sentido, surge na psicanálise uma sistematização das formulações teóricas (muitas delas apenas desenvolvidas por psicanalistas pós-freudianos) sobre a constituição do sujeito. É importante lembrar que Freud retira do narcisismo sua carga de negatividade, de perversão, e pensa um narcisismo como necessidade na formação das subjetividades. É nesse sentido que Herzog e Pacheco-Ferreira (2014a, p. 9-10) afirmam que “o narcisismo instaura a possibilidade de um novo caminho de exploração psicanalítica através do estudo do Eu e de suas produções sintomáticas específicas”.

Freud afirma, antes mesmo de desenvolver a noção do narcisismo necessário para a estruturação do sujeito, que o choro é a fonte de todos os motivos morais (Freud, 1950 [1895]/2006), sendo, portanto, o aspecto

relacional com a mãe que carrega as excitabilidades do bebê, inserindo-o no registro simbólico, na medida em que os sons emitidos pelo bebê, seus desconfortos e seus sinais são apreendidos pela mãe, que lhe oferta um objeto para apaziguar a tensão do desprazer. As excitabilidades precisam achar um caminho, um destino, por assim dizer, e este somente é possibilitado pela oferta do outro, dada a precariedade do organismo biológico:

O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia*, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da *comunicação*, e o desamparo inicial dos seres humanos é a *fonte primordial* de todos os *motivos morais* (Freud, 1950 [1895]/2006, p. 370; grifos do original).

Se há falha nesses momentos iniciais do desenvolvimento é o abismo do desamparo que está lançado como um *gap* estrutural sob o qual se fundam as formas de subjetividades². A contemporaneidade se debruça bastante, do ponto de vista da clínica, nos quadros fronteiraços, nos quais alterações significativas no processo de constituição subjetiva são observadas.

Lasch (1983) desenvolve a ideia da sociedade americana pós anos 1970 como uma cultura do narcisismo. Ele chama a atenção para a massificação do narcisismo envolto numa atmosfera que se formula em sua amplitude social a partir de um movimento de depreensão da clínica rumo a uma compreensão mais ampla e global da ideia de autovalorização e autocentramento. Do ponto de vista da fenomenologia clínica, o autor sustenta que o paciente da atualidade não chega mais com uma queixa tipicamente histérica ou de neurose obsessiva. A repressão de outrora, que facilmente sugeriria a histeria de conversão, cede espaço a uma queixa da ordem de sua própria existência. As queixas são vagas. No lugar de um quadro fóbico, geralmente o paciente relata a dor de existir:

Ele [o paciente] não sofre de fixações ou fobias debilitantes, ou de conversão de energia sexual reprimida em moléstias nervosas; ao invés, ele se queixa de “insatisfação difusa, vaga, com a vida”, e sente que sua existência é fútil e sem finalidade. Ele descreve “sentimentos de vazio sutilmente experimentados, embora penetrantes, e de depressão”, “oscilações violentas de autoestima” e “uma incapacidade geral de progredir” (Lasch, 1983, p. 62).

As formas de sofrimento contemporâneo se identificam como perturbações da ordem do narcisismo. Seja nos quadros de depressões, toxicomanias, pânico, anorexia ou nas doenças psicossomáticas, a questão nevrálgica se fundamenta em um outro modo de relação com o investimento narcísico necessário para a constituição subjetiva. Isso seria resultado, fundamentalmente, de mudanças sociais significativas, dentre as quais podemos citar: as novas relações de trabalho arquitetadas segundo o modelo neoliberal, a desestruturação do modelo de família nuclear burguesa, e o advento da pílula anticoncepcional (Sennett, 1999; Birman, 2007).

Dentro da perspectiva da identificação das novas formas de sofrimento psíquico atrelado às perturbações narcísicas, o ponto de vista sustentado por Lasch (1983) é que há uma ampliação do conceito do narcisismo de forma a enunciar a caracterização do próprio sujeito contemporâneo. Este sujeito é marcado por um autocentramento no eu, todavia de forma superficial. O narcisismo atual faz predominar um tipo de relação na qual o outro é retido enquanto serve para o próprio usufruto do sujeito, sendo dispensado ao menor indício de essa experiência relacional trazer desprazer ou conflito (Birman, 2014). Assim, as relações intersubjetivas se localizam no registro da efemeridade.

O narcisismo enquanto metáfora da condição pós-moderna cria possibilidade de extrair consequências do modo de ação do sujeito atual frente à sua realidade: “proporciona-nos ele [o conceito de narcisismo], em outras palavras, um retrato toleravelmente agudo da personalidade ‘liberada’ de nossos dias [...] sua superficialidade protetora, sua evitação da dependência, sua incapacidade de sentir, pesar, seu horror à velhice e à morte” (Lasch, 1983, p. 76).

Em uma outra perspectiva teórica, podemos sublinhar que o conjunto de características que, de uma forma ampla, permite apontar o *modus operandi* do sujeito atual se encontra no delineamento da chamada pós-modernidade. Em seu livro *O mal-estar da pós-modernidade*, Bauman (1998, p. 156) sustenta que “os mal-estares, aflições e ansiedades típicas do mundo pós-moderno resultam do gênero de sociedade que oferece cada vez mais liberdade individual ao preço de cada vez menos segurança”. O indivíduo pós-moderno tem uma chance de romper com tudo o que, por um lado, traz

segurança, mas, por outro, o aprisiona. Ele agora tem a liberdade de escolha e isso tem relação com sua identidade. Ele deixa de lado a solidez de uma identidade marcada por princípios fortemente consolidados e passa a adotar um ideal de flexibilização de sua identidade:

atualmente, o problema da identidade resulta principalmente da dificuldade de se manter fiel a qualquer identidade por muito tempo, da virtual impossibilidade de achar uma forma de expressão da identidade que tenha boa probabilidade de reconhecimento vitalício, e a resultante necessidade de não adotar nenhuma identidade com excessiva firmeza, a fim de poder abandoná-la de uma hora para outra, se for preciso (Bauman, 1998, p. 155).

O ponto a ser ressaltado nessa leitura é que, na impossibilidade de viver o sofrimento, o indivíduo pós-moderno acaba por se lançar à busca pelo novo, pelo arriscado. Atualmente, vive-se intensamente o risco em detrimento da rotina, que outrora trazia a estabilidade. O movimento contemporâneo é pela busca do novo. Com isso, tudo se torna efêmero, momentâneo. Aquilo que ontem era uma grande novidade hoje já corre o risco de ser atrasado. O tempo parece passar mais rápido e o resultado disso é uma pobreza no processo de elaboração psíquica³.

A LÓGICA DO CONDOMÍNIO

Em um estudo extremamente meticuloso e denso, Dunker (2015) propõe uma análise que se baseia no diagnóstico das modalidades de relações intersubjetivas atuais. Essa análise está referida à realidade brasileira, mas pode perfeitamente ser extrapolada para uma análise em nível global (pelo menos nas sociedades de economia mais desenvolvidas, baseadas no neoliberalismo). Dentre outros fenômenos profundamente analisados, talvez o que o autor denomina de uma *lógica do condomínio* nos ajude a pensar acerca de algumas condições que refletem ressonâncias do narcisismo da atualidade.

A metáfora da lógica do condomínio põe à luz uma configuração bastante conhecida nos grandes centros urbanos, que é a face da privatização das relações, balizadas por muros que são erigidos: “Um lugar fortemente delimitado (muros), no qual a representação é substituída

pela administração funcional (síncrico) que cria uma rígida lei própria (regulamentos) conferindo suplemento de identidade moral a seus habitantes” (Dunker, 2015, p. 58). Os muros evocam, do ponto de vista material, a representação de defesas que se constroem na delimitação de um espaço, de onde se instauram as relações do dentro e do fora e as caracterizações peculiares oriundas dessa determinação espacial.

Entendido como uma estrutura de defesa, o muro é eleito como elemento discursivo que condensa a caracterização da equivalência das estruturas social e psíquica. O lugar do muro como eixo central surge na formulação dos condomínios e passa a ser o signo central do planejamento e construção de novas formas de vida⁴. Nesse estilo de funcionamento tão disseminado na contemporaneidade a ideia da almejada segurança tem uma função estratégica, pois, numa perspectiva militar, há uma facilitação da observação do outro (inimigo) e a sensação de proteção ofertada pelo levantamento dos muros.

Os muros materializam de maneira radical a segregação, operando um corte entre os que podem lá estar, por uma evidente distinção econômica, e os que não podem. Aliás, estes até podem – mas de uma maneira muito bem conformada, que pode ser exemplificada pela distinção entre o elevador social e o de serviço: “a segregação surge do fracasso em articular a diferença e a divisão” (Dunker, 2015, p. 55). Na medida mesmo em que se radicaliza a proposta de *a-partamento* num plano que se institui no interior da vida contemporânea sob a égide do neoliberalismo e do individualismo, a segregação se articula intimamente com a indiferença em relação ao outro e suas particularidades – o que resulta em um modelo muito próprio de relações de poder.

O ressentimento é um produto dessa trama, e é também combustível na reação para os que se encontram fora do condomínio. A violência da eleição dos muros como tentativa de proteção promove violência como resposta sintomática do outro, pois o registro da comunicação e interação se estabelece como um tecido puído dominado pelo medo e pela raiva: “o muro é uma estrutura de defesa contra a falta (pedido), uma mensagem de indiferença contra o outro (recusa), uma alegoria de felicidade interna (oferecimento) e uma negação indeterminada de reconhecimento” (Dunker, 2015, p. 63). Nesse sentido, as narrativas que

compõem a lógica do condomínio levam Dunker a postular as quatro figuras da patologia do social de nossa época:

1. O *ressentimento*, derivado da soberania imaginária do Outro e da obstrução da faculdade do *pedir*. O ressentimento é um efeito estrutural da soberania excessiva do Outro, da consolidação fantasmática de sua onipotência, por identificação redutiva a uma alteridade encarnada e positiva. É fácil perceber como o ressentimento prospera naqueles que se sentem excluídos pelos muros do condomínio;
2. O *cinismo*, que procede da instrumentalização do sentido e da fixação na posição da *recusa*. Cinismo é, antes de tudo, uma patologia da crítica, uma patologia da possibilidade de dizer não de forma determinada ou indeterminada. O cínico recusa aceitando e aceita recusando, neutralizando assim a função de resistência e de detenção da demanda;
3. A degradação do sentimento de *respeito*, associada ao declínio de determinada gramática de *autoridade*, decorrente da exclusão ou do fracasso do oferecimento de meios de participação no universo da produção, do consumo e da reprodução cultural. A autoridade é principalmente um efeito de recusa ao exercício direto de poder. Ela envolve um processo gradual de substituição simbólica do exercício do poder pela suposição de que este pode ser exercido à distância, por meio de indeterminações ou representantes. A autoridade é principalmente um efeito de crença de que seu agente tem os meios para exercer o poder, mas, ainda assim, não o faz (recusa);
4. O sentimento de *exílio* e *isolamento*, que instaura a inadequação generalizada a qualquer espaço de pertencimento. “Não é isso” torna-se uma legenda para a impossibilidade de pertencimento. Sua origem é naturalmente o ponto genético do desejo, seu apaziguamento pela interpolação do objeto ou, ainda, a formação de equivalentes de angústia (a falta da falta). (Dunker, 2015, p. 66).

Para além das interessantes problematizações acerca das relações intersubjetivas do ponto de vista antropológico, a metáfora condominial fornece elementos que condensam a ilustração da própria constituição dos sujeitos, na medida em que o eu se forma através da necessária delimitação gradual que organiza a dimensão de um interior e um exterior a partir da diferenciação em relação ao outro. Cabe ressaltar, todavia, que essa constituição se forja na relação matricial com o outro. Esta particularidade aponta para a complexidade que é a relação alteritária.

Nesse campo, o narcisismo entendido como um elemento fundamental na constituição das subjetividades a partir de um necessário investimento libidinal do outro é crucial na compreensão da dinâmica das ditas patologias narcísicas atuais. É nesse quadro da atualidade que se evidenciam as consequências de um modelo de relação em que predomina o modo narcísico de subjetividade em lugar dos quadros tipicamente neuróticos.

NARCISISMO E FALHAS CONSTITUCIONAIS

Em uma analogia interessante, Herzog e Pacheco-Ferreira (2014b, p. 24) afirmam que a produção psicanalítica contemporânea verifica um deslocamento que vai de Édipo a Narciso e que “conduz, no âmbito da clínica, a um arrefecimento das famosas psiconeuroses dos tempos de Freud e a um aumento significativo das chamadas patologias narcísico-identitárias”. O conjunto que reúne as caracterizações clínicas do que tem sido designado como sofrimento narcísico não seria um eixo pelo qual poderíamos nos referir a uma entidade psicopatológica definida, mas antes é um indicativo das formas pelas quais se buscam alternativas teórico-clínicas para o sofrimento na atualidade (Gondar, 2014).

De acordo com Monteiro e Cardoso (2014) não há uma uniformidade no meio psicanalítico para a denominação desses estados clínicos. Entretanto, as autoras apontam duas grandes correntes nas quais as patologias narcísicas estão circunscritas: uma corrente dominante na escola inglesa e uma outra entre autores franceses. A primeira utiliza o termo *borderline*, que surgiu para dar lugar a certos pacientes que não se encaixavam na classificação psicanalítica clássica, mas que poderiam justificar uma proposta de modalidade singular de tratamento, pois estariam em uma estrutura própria. Nessa corrente dominante, portanto, existiria uma etiologia específica, enquanto na corrente difundida pelos autores franceses essas patologias não configurariam uma estrutura determinada. Os autores franceses se referem a esse campo como estados ou situações-limite, o que sinalizaria para algo de transitório.

Apesar das diferentes concepções a respeito das patologias-limite, existe uma similaridade nas caracterizações dessas patologias, que poderíamos

resumir na questão da instabilidade, flutuações, mudanças bruscas. Essas mudanças condicionariam um padrão oscilatório dos afetos no qual uma característica marcante seria a ocorrência de um problema no processo de construção e investimento pulsional das fronteiras externas e internas do eu (Figueiredo, & Cintra, 2004).

Green (1988b, p. 88) postula que, no que concerne ao funcionamento mental do paciente fronteiro, pode-se observar um modo paradoxal de elaboração. Isso porque nesse paciente “não existe uma divisão nítida entre pensamentos, representações e afetos e não podem [os processos de pensamento] ser destacados dos instintos salvo através de uma intensa divisão, às vezes acompanhada de crenças mágicas e de uma onipotência investida narcisicamente”. Esses quadros revelam uma configuração que permite apontar uma certa fragmentação do sujeito.

Conforme sustentam Lazzarini e Viana (2010), muitos autores atuais que pensam essa problemática admitem uma hipótese de que pode haver uma falha básica na constituição do eu narcísico ou mesmo nas instâncias ideais desses sujeitos. O que estaria em jogo, fundamentalmente, seria uma falha no recalçamento primário atribuída a uma espécie de insuficiência dos cuidados maternos na primeira infância. Nessa perspectiva, a escolha objetual se daria “com base na eleição narcísica na qual ocorre a identificação. Na impossibilidade de escolha do objeto externo elege-se o objeto a partir da imagem e semelhança do próprio eu transformado em seu próprio ideal” (Lazzarini, & Viana, p. 269). A dimensão da alteridade se encontra prejudicada, apontando para patologias que afetam crucialmente o sentido e o valor do eu⁵.

As autoras fundamentam, sobretudo à luz do pensamento de André Green, a análise das ressonâncias do narcisismo na clínica psicanalítica contemporânea, de forma a apontar o desamparo como um eixo fundamental sobre o qual se organizam esses sujeitos. Isso porque, na referência a uma subjetividade narcísica, está em jogo um sentimento de si mesmo que necessita do investimento libidinal do outro, e é nesse processo mesmo que há uma falha. Portanto, a falha instaura um desamparo que revela a fragmentação subjetiva nesses casos. O desamparo leva a experiências de busca por encontrar objetos que possam recompor o espaço simbólico fissurado.

No entanto, essa busca se revela complexa, pois os objetos entram no curto-circuito da repetição do que é narcisicamente conhecido, estando a dimensão da relação com o outro precariamente estabelecida. Nesse sentido, a busca por uma completude tem seu registro no campo da inflação egoica, via ego ideal.

Retomando a ideia da lógica condominial, o funcionamento desses sujeitos pode ser remetido à comparação dos muros construídos na defesa da frágil delimitação de si, relegando ao limbo o outro na sua legitimidade. Talvez um parêntese tenha que ser aberto, pois um interlocutor poderia afirmar que não existe uma consciência de apartamento do outro nesses sujeitos, sendo a dimensão do encontro o que eles buscam em suas tentativas. Entretanto, podemos observar que essa busca se revela caducante. Um exemplo seria a disseminação vertiginosa de redes sociais e aplicativos de celulares que promovem encontros entre as pessoas. Ao mesmo tempo que há a busca do outro, paradoxalmente os encontros se revelam cada vez mais fugazes, ou, em outras palavras, líquidos (Bauman, 2004)

Em que pese a intensa busca pelo outro, a descartabilidade imperiosa nas relações atuais incrementa o vazio que permanece de maneira cortante, haja vista o número de pessoas depressivas na contemporaneidade. Em outras palavras, existe algo de mortífero nesse recrudescimento de si, pois, na presente leitura de um individualismo performático, o que estaria em questão seria a falta de representantes narcísicos primários que permitam ao indivíduo recorrer a eles nos momentos de desespero, hipótese sustentada por Cabral e Tibúrcio (2016).

NARCISISMO (D)E MORTE

André (2014) promove uma problematização da ideia de narcisismo, ressaltando um ângulo interessante, de que este tem peculiaridades que levam não apenas à construção de vida, na medida em que há necessidade de investimento narcísico para que a vida aconteça, mas que podemos inseri-lo também numa perspectiva mortífera. O texto de André começa com uma alusão a um fatídico momento histórico para trabalhar as ambiguidades do narcisismo⁶. No nazismo, a onipotência narcísica de Hitler leva, em última instância, à autodestruição da Alemanha. Isso porque, nas palavras

de André, o retrato nazista nos anuncia “a face mais escura no narcisismo, aquela do fechamento do amor de si por si mesmo até a idealização, a sua própria destruição, a sua extinção” (André, 2014, p. 61; tradução nossa). O aspecto dualista, conflitante, presente no pensamento freudiano não passa despercebido na discussão trazida pelo autor.

O idealizado aspecto narcísico de unidade é posto em xeque durante todo o desenvolvimento do pensamento de Freud, seja do lado do sujeito, seja da própria construção da metapsicologia freudiana. O dualismo sempre presente em Freud sugere, em um primeiro momento, uma polarização que indica um conflito entre pulsão de autoconservação e pulsão sexual desde 1910, com o texto “Concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão” (Freud, 1910/2006). Nessa oposição, uma energia libidinal seria o motor da pulsão sexual, enquanto na pulsão de autoconservação o equivalente seria algo da ordem de uma necessidade. Com o advento do conceito de narcisismo se verificou a tomada do eu como um objeto investido libidinalmente. Onde estaria, portanto, o aspecto do conflito, se só restaria então pulsão sexual?

Essa pergunta impõe uma questão controversa em psicanálise, qual seja, o modo pelo qual Freud migrou de sua primeira para sua segunda tópica. Não entraremos especificamente nesse terreno, todavia, no que tange a nosso interesse, lembramos que as pulsões de autoconservação, também chamadas de pulsões do eu, abrigavam a estruturação do eu protegido, visando, assim, à autoconservação do indivíduo; e que, com o conceito de narcisismo, o eu passa a ser concebido de maneira erogeneizada; portanto, inserido no registro das pulsões sexuais.

Esse quadro impôs, segundo Birman (1997), a necessidade de iniciar uma revisão da metapsicologia, que mais tarde culminaria com a elaboração da segunda tópica, com o texto “O ego e o id”, de Freud (1923/2006). Essa revisão foi impulsionada pela necessidade de esclarecimento dos fatos concernentes às neuroses de guerra e aos sonhos traumáticos e com a postulação da pulsão de morte em “Além do princípio de prazer” (Freud, 1920/2006), instaurando a partir de então, o conflito entre pulsão de morte, de um lado, e as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais agrupadas na chamada pulsão de vida. A pulsão de morte se descortinou, retomando a ideia do conflito.

André (2014) afirma que o conceito de narcisismo não figurou com densidade a partir da segunda tópica freudiana, senão com a ideia de narcisismo das pequenas diferenças no texto “O mal-estar na civilização” (Freud, 1930/2006), e neste contexto carregado pelo tom de destrutividade. André ainda afirma que o narcisismo precisou ser reinserido no arcabouço teórico da psicanálise por outros autores pós-freudianos para explorar a necessidade de distinguir um narcisismo libidinal de um narcisismo destrutivo: “A ideia da morte, senão a morte ela mesma, que é um possível que jamais a vida realiza, é precisamente a ferida narcísica por excelência” (André, 2014, p. 63; tradução nossa). Em outras palavras, o eixo conectivo da ideia de plenitude, ou de vida eterna (ausência de conflito) seria a face delirante do fantasma de Narciso.

Conjugar, pois, dentro de um mesmo registro, as faces tanto de investimento e ligação libidinal, necessários para a subjetivação, quanto o próprio caráter mortífero do narcisismo é ampliar a perspectiva sobre esse conceito importante. E, no bojo dessa consideração, sublinhamos que o narcisismo, levado às últimas consequências, e fechado em si mesmo, realiza a epifania, de maneira visceral, do núcleo mortífero que circunda e perpetua a morte, rasgando o véu do desamparo que acossa sempre o sujeito. A experiência do desamparo revela a sombra do terror do vazio, do qual se tenta constantemente fugir, e que, na contemporaneidade, impele à ação e à performatividade. Nessa medida, a fantasia de onipotência narcísica é o norteador basilar que regula as interações entre os sujeitos.

Este cenário reflete um solipsismo que descortina uma superficial proteção narcísica, ao mesmo tempo que denota uma atividade egoica mortífera, pois desamparada. Assim, do ponto de vista de uma visão clínica a esse respeito, Green (1988a) nos ajuda a refletir, a partir da categoria de um narcisismo negativo, ou um narcisismo de morte. Para o autor, os estados fronteiriços de analisabilidade, que constituem a clínica do vazio, são caracterizados pelo prejuízo na constituição dos limites intrapsíquicos, o que significa tanto uma permeabilidade nas fronteiras entre id, ego e superego, como também uma fragilização das fronteiras entre o eu e o outro.

Essas frágeis limitações situadas nos limites e fronteiras atingem a capacidade representacional e o investimento afetivo, o que impõe uma dupla angústia de intrusão e separação, denotando uma baixa intensidade

vinculatória, que dificulta a construção de recursos simbólicos na proteção frente à angústia. Em outras palavras, o excesso pulsional fragilmente contornável radicaliza o desamparo. A camada protetora do psiquismo se constitui de forma frágil e o aparelho psíquico fica mais vulnerável às invasões das intensidades. Diante disso, o sujeito tenta se defender com defesas primitivas, como a clivagem e o desinvestimento pulsional.

Portanto, podemos inferir que no movimento de fechamento em si mesmo é a busca por um estado de proteção narcísica que se almeja, lugar central da localização da fantasia e do ideal da ausência de conflitos, no qual o medo da fragmentação tem como resultante o apartamento da relação com o mundo externo. Essa trama exacerbadamente narcísica não é senão a metáfora social do correlato individualista que perpetraram os nossos tempos. O vazio que se vive dentro de si mesmo e/ou dentro dos condomínios e/ou dentro dos carros com vidros sempre suspensos é o vazio da experiência de alteridade, de vínculos intersubjetivos, fundamentalmente. Esse é um narcisismo que não vincula, que faz perder a vida dentro do caráter mortífero que é a busca desenfreada por si mesmo, sem o outro.

NARCISISMO E VIOLÊNCIA

Retomando a noção da lógica do condomínio sintetizamos uma reflexão sobre a violência. Atualmente, uma especificidade que merece ser evidenciada é a dimensão da crueldade, e uma possível compreensão sobre esse fenômeno a que assistimos cada vez mais intensamente pode ser localizada no modo como se privilegiam os meios pelos quais são organizadas as relações intersubjetivas. Na lógica do condomínio, o afeto do medo é o eixo articulador principal, motor da ação do distanciamento em relação ao outro. Disso deriva uma espécie de indiferença nas relações, precisamente o que Efken e Cardoso (2016, p. 1) situam como a fonte da crueldade. Para os autores, “o agir cruel implica a negação da existência do objeto como recurso para a afirmação de si, recurso de caráter extremamente precário”. A recusa da diferença seria o eixo interpretativo da formulação condominial tanto em nível psíquico quanto social. Do ponto de vista da crueldade em ato, a aposta dos autores é de que o apelo

à crueldade se fundamenta no contato do sujeito com a alteridade num encontro inicial caracterizado pela indiferença do outro materno:

Utilizamos aqui o termo indiferença em seu sentido estrito, ou seja, de negação da diferença. Trata-se de um “outro”, que não afeta psiquicamente a criança de modo a lhe oferecer recursos para o seu trabalho de ligação das experiências de prazer, mas, muito pelo contrário, o sujeito é deixado em uma situação de desamparo e vigência de intensidades (Efken, & Cardoso, 2016, p. 1).

Assim, os atos violentos ganham contornos de requinte de crueldade, que é uma característica da violência nos grandes centros urbanos na atualidade, em que muito além da ambição pelo objeto roubado está em jogo um aniquilamento do outro, chegando à própria morte sem piedade, e sem um aparente prazer, sem culpa. A indiferença funciona em uma espécie de via de mão dupla, pois quem comete o ato cruel estaria já operando numa lógica na qual teria sido refém das suas próprias excitabilidades com um investimento libidinal precário.

Portanto, associamos a problemática tanto aos que estão do lado de dentro, quanto os que estão do lado de fora dos muros condominiais. Em outras palavras, o outro lhe teria sido também indiferente do ponto de vista da maternagem. Não pretendemos evocar uma culpa às mães/cuidadoras, mas sim instaurar uma reflexão mais ampla do papel do cuidado do outro na atualidade. Sublinhamos que esse cenário que estamos esboçando é um plano de fundo maior, no qual a relação com o(s) outro(s) é profundamente marcada pela precariedade e pela indiferença.

Com efeito, é nessa seara que a lógica do condomínio foi trazida enquanto metáfora social do que acontece como forma privilegiada de relacionamentos na nossa atualidade e os efeitos desse frágil laço social, marcado por um autocentramento narcísico. Esse autocentramento leva a uma ética do desamparo, caracterizando esse narcisismo por um forte traço de autodestruição. E um efeito importante é o exercício da violência e da crueldade como marcas da necessidade de redução do objeto a um nada, na tentativa da afirmação de si. Paradoxalmente, o agir cruel só faz matar e morrer. É assim que esse paradoxo precisa ser pautado nas discussões sobre a violência na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conformações citadas necessitariam de um olhar mais rigoroso, pois não pretendemos ofertar uma resposta simples a uma problemática complexa que é a violência na sua relação com a sociedade e os sujeitos. No entanto, entendemos que, num plano mais metafórico/hipotético, algumas considerações expostas neste trabalho podem contribuir para o aprofundamento das questões que estão na ordem do dia das nossas discussões coletivas. O tema da violência ganha contornos e nuances cada vez mais carentes de luz a respeito desse tema, que é uma das facetas mais evidentes do nosso mal-estar na civilização na atualidade.

A busca pela ordem e segurança dentro dos espaços condominiais como tentativa de abolição da indeterminação e do risco, tão em voga na atualidade, cede espaço para uma forma de vida que cristaliza uma separação e propicia aversão e medo do outro. Se no mundo interno se intenta a todo custo alcançar a funcionalidade, a limpeza e a segurança, do lado de fora o império é o do *ethos* da indiferença. A lógica dos condomínios atual se destaca pela ausência de sentido de comunidade, o que se encaixa perfeitamente com a perspectiva das sociedades do individualismo.

No movimento de amor de si, então, é preciso o reconhecimento do outro, para, em última instância, não adoecer. Eis uma dificuldade grande dos tempos atuais. Em um belo poema de Oscar Wilde chamado “Os discípulos” (2000), destaca-se o choro do lago porque perdera os olhos de Narciso. O lago perdeu a si mesmo quando perdeu o olhar do outro. Ele se via no ato de ver. Narciso apaixonara-se pela própria imagem, que acreditava estar no fundo do lago. Portanto, ambos existiam na medida do olhar do outro.

A indicação da noção de espelhamento revela a fundamental importância da constituição subjetiva no encontro relacional. É por isso que o conceito de narcisismo deve ser enfatizado na atualidade. Um narcisismo positivo potencializa a busca de relações criativas com o objeto. Contudo, pretendemos sublinhar os aspectos mortíferos de um narcisismo negativo, no qual reina o desligamento, a desobjetalização, o ataque aos vínculos: é nessa medida que o fenômeno da violência ganha contornos sutis no tocante ao aspecto do gesto relacional.

REFERÊNCIAS

- André, J. (2014). Les destructions de Narcisse. *Revue française de psychanalyse*, 78 (1), pp. 61-67.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Birman, J. (1997). *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Editora 34.
- Birman, J. (2007). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira Editora.
- Birman, J. (2012). *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora.
- Birman, J. (2014). Drogas, performance e psiquiatrização na contemporaneidade. *Ágora*, 17 (Número especial), pp. 23-37.
- Cabral, N., & Tibúrcio, D. M. (2016). Narcisismo e biopolítica. *Tempo Psicanalítico*, 48(1), pp. 147-170.
- Dunker, C. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Efken, P. H. O., & Cardoso, M. R. (2016). A crueldade em ato: marca de uma indiferença extrema. In Bastos, A. (Org.), *Interpretação e ato na experiência analítica*, v. 1, p. 109-126. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Freud, S. (2006). A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 11. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910)
- Freud, S. (2006). Sobre o narcisismo: uma introdução. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (2006). Além do princípio de prazer. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (2006). O ego e o id. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)

- Freud, S. (2006). O mal-estar na civilização. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)
- Freud, S. (2006). Projeto para uma psicologia científica. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950 [1895]).
- Gondar, J. (2014). Um paradoxo nos sofrimentos narcísicos. In Herzog, R., & Pacheco-Ferreira, F. (Orgs.), *De Édipo a Narciso: a clínica e seus dispositivos*. Rio de Janeiro: Cia de Freud: UFRJ; Brasília, DF: CAPES PRODOC.
- Green, A. (1988a). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Green, A. (1988b). *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Figueiredo, L. C., & Cintra, E. M. U. (2004). Lendo Andre Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In Cardoso, M. R. (Org.), *Limites* (pp. 13-58). São Paulo: Escuta.
- Herzog, R., & Pacheco-Ferreira, F. (2014a). Prefácio. In Herzog, R., & Pacheco-Ferreira, F. (Orgs.), *De Édipo a Narciso: a clínica e seus dispositivos* (pp. 9-20). Rio de Janeiro: Cia de Freud: UFRJ; Brasília, DF: CAPES PRODOC.
- Herzog, R., & Pacheco-Ferreira, F. (2014b). De Édipo a Narciso: a técnica em questão. In Herzog, R., & Pacheco-Ferreira, F. (Orgs.), *De Édipo a Narciso: a clínica e seus dispositivos* (pp. 23-38). Rio de Janeiro: Cia de Freud: UFRJ; Brasília, DF: CAPES PRODOC.
- Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Lazzarini, E., & Viana, T. (2010). Ressonâncias do narcisismo na clínica psicanalítica contemporânea. *Análise Psicológica*, 28(2), 269-280.
- Maia, M. (2005). *Extremos da alma: dor e trauma na atualidade da clínica psicanalítica*. (2ªed.). Rio de Janeiro: Garamond.
- Monteiro, R. R. D. G., & Cardoso, M. R. (2014). A relação eu/outro nos estados limites: aspectos teóricos e clínicos. In Herzog, R. & Pacheco-Ferreira, F. (Orgs.), *De Édipo a Narciso: a clínica e seus dispositivos* (pp. 161-177). Rio de Janeiro: Cia de Freud: UFRJ; Brasília, DF: CAPES PRODOC.

- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Wilde, O. (2000). Os discípulos. In [Autor], *As obras-primas de Oscar Wilde* (trad. Marina Guaspari). Rio de Janeiro Ediouro.
- Winnicott, D. (1982). *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise* (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Winnicott. (1987). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.

NOTAS

- Nesse sentido, se aposta cada vez mais na lógica de um Estado Penal em detrimento de um Estado Social (Wacquant, 2001).
- ² Winnicott (1982) ressalta a importância fundamental da relação mãe-bebê como fundante do processo de subjetivação, bem como as falhas constitutivas que podem advir a partir daí.
- ³ É nesse campo que o estatuto do trauma ganha notoriedade, uma vez que a dimensão do tempo necessário para a metabolização no psiquismo se encontraria comprometido (Maia, 2005).
- ⁴ Os pomposos condomínios que surgiram principalmente em São Paulo, com Alphaville, expandiram a lógica da vida condominial para outros centros urbanos.
- ⁵ Nesse contexto surge a questão de como escapar da demanda intensa, na sociedade atual, pela perfeição, desde o corpo, passando pela dimensão do trabalho e das relações afetivas. Uma resposta é a tentativa de banir os afetos humanos básicos, como a angústia e a tristeza do luto, procurando dispositivos para sedá-los. Nessa condição, as drogas lícitas e ilícitas ganham espaço.
- ⁶ O texto se inicia com uma frase contundente do diretor *Lars von Trier* no *Festival de Cannes*, a respeito do filme *Melancholia*, quando o diretor diz: “*I understand Hitler*” (Eu compreendo Hitler).

Recebido em 03/02/2017

Aprovado em 15/08/2017

MAQUINANDO LACAN: UMA ANÁLISE DOS USOS QUE DELEUZE E GUATTARI FAZEM DO ENSINO LACANIANO EM O ANTI-ÉDIPO

Wagner Honorato Dutra*
Luís Flávio Silva Couto**

RESUMO

Este artigo consiste em uma análise das referências explícitas que Gilles Deleuze e Félix Guattari fazem ao ensino lacaniano em *O Anti-Édipo*. Trata-se de um estudo teórico no qual avaliamos a maneira *sui generis* como as ideias desses autores se conectam. Seguimos, nessa empreitada, um itinerário metodológico constituído por três procedimentos interdependentes e não sequenciais. No primeiro contextualizamos as referências a Lacan em suas coordenadas teórico-conceituais. No segundo descrevemos as relações que os temas analisados estabelecem entre si, os modos como estão articulados e os problemas que procuram responder. Por fim propomos hipóteses para explicar como as facetas do ensino lacaniano estão acopladas à máquina antiedipiana. Buscamos demonstrar que Deleuze e Guattari mantêm com as ideias do psicanalista francês uma relação positivo-constitutiva.

Palavras-chave: *O Anti-Édipo*; desejo; inconsciente; máquina; estrutura.

MACHINING LACAN: AN ANALYSIS ON THE USES MADE BY DELEUZE AND GUATTARI OF THE LACANIAN TEACHING IN THE ANTI-OEDIPUS

ABSTRACT

This article consists of an analysis of the explicit references that Gilles Deleuze and Félix Guattari make to the Lacanian teaching in The Anti-Oedipus. It is a theoretical study where we assess the sui generis manner through which these authors' ideas are connected. To this aim, we follow

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Departamento de Psicologia – Belo Horizonte, MG, Brasil.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Departamento de Psicologia – Belo Horizonte, MG, Brasil.

a methodology path made up by three interdependent and non-sequential procedures. In the first one we contextualize the references to Lacan in their theoretical-conceptual dimensions. In the second one we describe the relations that the analyzed themes establish among themselves, the way they are articulated and the issues they seek to address. Last but not least, we put forward hypotheses to explain how the Lacanian teaching facets are linked to the anti-oedipal machine. We seek for demonstrating that Deleuze and Guattari keep a positive-constructive relation with the French psychoanalyst.

Keywords: The Anti-Oedipus; desire; unconscious; machine; structure.

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos parte das críticas que Gilles Deleuze e Félix Guattari dirigem à psicanálise lacaniana em *O Anti-Édipo*. Tais críticas possuem nuances teóricas complexas que aqui serão trabalhadas, levando em consideração a definição proposta por Garcia-Roza (1994) de releitura de um texto. De acordo com esse autor:

Uma releitura não é um recitativo textual do original. Uma releitura, ou um trabalho de releitura, não implica em se proceder ao redobramento especular do texto. Rer ler um texto não é reproduzir monotonamente o seu conteúdo original, o seu conteúdo literal, mas produzir a partir dele um outro discurso. A releitura, contrariamente ao comentário, se propõe não como reveladora, mas como transformadora. E eu diria que joga, sobretudo, com a textualidade do texto, e não com a mesmidade do texto (Garcia-Roza, 1994, p. 16).

Para levar essa releitura a cabo lançamos mão de um método composto por três procedimentos interligados. O primeiro consiste em uma cartografia das coordenadas contextuais nas quais as referências a Lacan se situam. O segundo oferece indicações das relações que os temas analisados estabelecem entre si, os modos como estão articulados e os problemas que procuram responder. Na sequência e/ou concomitantemente propomos hipóteses para explicar os usos do ensino de Lacan na obra antiedipiana. Demonstraremos que a definição de um estatuto das críticas erigidas pelos autores a Lacan é de difícil delimitação, já que envolve especificidades que não podem ser reduzidas à mera oposição entre doutrinas antagônicas.

RITMOS DE UMA ESCRITA RIZOFORME

A primeira referência a Lacan aparece na seção I.4.3 intitulada O real e a produção desejante: sínteses passivas. Deleuze e Guattari identificam no ensino lacaniano – lido por Leclaire (1965/1998) – uma “admirável teoria do desejo” que:

[...] conta com dois polos: um em relação ao “objeto pequeno-*a*” como máquina desejante, que define o desejo em termos de uma produção real, ultrapassando qualquer ideia de necessidade ou de fantasma; e outro em relação ao “grande Outro” como significante, que reintroduz uma certa ideia de falta (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p.43).

Esse decalque oferece uma visão inicial de como os autores fazem uso das ideias de Lacan. Não há, em princípio, diferenças absolutas que tornem ambas as perspectivas teóricas excludentes entre si. Aliás, podemos dizer que a ideia de polo contida nesse enunciado – tão recorrente nos textos esquizoanalíticos – não implica nem mesmo em dualidade. As conexões antiedipianas produzidas com o ensino de Lacan são complexas e não se deixam capturar por fórmulas maniqueístas. De fato, há vários momentos no texto nos quais termos como esquizofrenia e paranoia, máquina e estrutura, imanente e transcendente, idealismo e materialismo, entre tantos outros, são pareados de modo a sugerir as ideias de dualidade e de contraposição. Entretanto, não é a esse tipo de oposição nominal que nos referimos, mas ao oposicionismo reativo e ressentido que a genealogia nietzschiana imputa à rebelião escrava da moral (Nietzsche, 1887/2012).

Assim, quando Deleuze e Guattari diferenciam dois polos na teoria lacaniana de desejo, eles não fazem isso para priorizar um (objeto *a*) em detrimento do outro (falta, significante). As coisas não são tão prosaicas assim. A concepção do inconsciente estruturado como uma linguagem – detalharemos isso mais adiante – não é simplesmente descartada, mas analisada em suas nuances, destacada de seu conjunto e conectada à problemática do inconsciente-máquina (o mesmo vale para o conceito de objeto *a*).

O pensamento de Deleuze e Guattari é um ato positivo e de ruptura. Ele nos força a pensar a partir de outro ponto de vista de modo a

compreender qual e como um problema é colocado. Com esses autores, a crítica adquire o estatuto preciso de criação e de implicação de novos conceitos da coisa criticada. Isso não deve ser interpretado como falta de compromisso com a verdade, mas como um gesto que conecta o pensamento com o fora, com as múltiplas concepções do verdadeiro. Criticar assume, então, um valor determinado pelo uso e permite “[...] constatar que um conceito se evanece, perde seus componentes ou adquire outros novos que o transformam, quando é mergulhado em um novo meio” (Deleuze, & Guattari, 1991/2016, p. 37).

Em relação ao objeto analisado neste artigo, temos que lidar com um segundo complicador, a saber, o estilo textual. *O Anti-Édipo* é um livro máquina, cuja superfície funciona como um *corpo sem órgãos* onde temas, argumentos, figuras e conceitos são registrados (síntese disjuntiva inclusiva) para compor arranjos provisórios (sínteses conjuntivas). Nesse processo de escrita, trechos são retomados, ampliados, reformulados em diferentes contextos. Eles obedecem à lógica dos agenciamentos dos fluxos, das intensidades e, por que não, dos ritmos. Por conseguinte, os temas trabalhados não possuem sentidos intrínsecos, mas valores definidos pelas formas como são usados.

As referências ao ensino lacaniano exemplificam isso. Elas são recorrentes e tendem a gerar no leitor impressões, às vezes, negativas. Roudinesco (1988), por exemplo, qualifica as teses antiedipianas como eminentemente simplistas. A historiadora da psicanálise as vê como um amontoado organizado em torno de um postulado único e sem fundamento, a saber, “[...] o capitalismo, a tirania ou o despotismo encontrariam seus limites nas máquinas desejantes de uma esquizofrenia ‘bem-sucedida’[...]” (Roudinesco, 1988, p. 533).

No entanto, se atentarmos para a definição de repetição proposta por Deleuze (1968/2015), aprendemos que ela não é sinônimo de generalidade ou redundância. A repetição, como conduta e ponto de vista, é uma maneira de comporta-se em relação a algo singular, insubstituível. Ela é “[...] o eco de uma vibração mais secreta, de uma repetição interior e mais profunda no singular que a alma” (Deleuze, 1968/2015, p. 11).

Essa conceituação se aplica perfeitamente às críticas que Deleuze e Guattari dirigem à psicanálise lacaniana em *O Anti-Édipo*. As “partes

lacanianas” são como peças ou “[...] totalidades fragmentárias que não se ajustam umas às outras [...]” (Deleuze, & Guattari, 1991/2016, p.45), mas participam de um mesmo empreendimento esquizoanalítico infinitamente variado. Elas aparecem sob a forma de citações diretas e indiretas – com e sem indicação de referência bibliográfica – e remetem aos diferentes períodos do ensino de Lacan (do ano de 1938 – *A família* – ao seminário dos anos de 1969 e 1970).

Ademais, as referências à psicanálise lacaniana servem para uma variedade de fins – embasar argumentos, justificar teorias, refutar ideias ou interpretações, criar conceitos – e abarcam os textos de seu fundador e as versões elaboradas por seus interpretes e discípulos. Também nesse caso, as interlocuções de Deleuze e Guattari são diversificadas, servem aos vários usos e finalidades e não podem ser qualificadas restritivamente em termos de oposição. Os alvos dos ataques são os “belos livros” escritos por psicanalistas, etnólogos e antropólogos que nas décadas de 1950, 60 e início de 70 gozavam de prestígio entre os intelectuais franceses. Essas obras articulam a psicanálise com os campos clínico, social e institucional-psiquiátrico e têm em comum o apreço por aspectos setoriais do ensino lacaniano. Elas testemunham como “[...] a ordem simbólica de Lacan foi desviada, utilizada para apoiar um Édipo de estrutura aplicável à psicose, e para estender as coordenadas familistas para fora do seu domínio real e mesmo imaginário” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 477).

Posto isso, não temos a ambição de resolver esse problema definitivamente ou abarca-lo em sua integralidade, mas apenas esboçar seus contornos e expor algumas das suas facetas. Na obra, as alusões a Lacan e aos seus intérpretes estão imbrincadas umas nas outras. Nossa análise incide sobre as seções nas quais identificamos referências explícitas ao texto lacaniano.

MAQUINANDO LACAN

As críticas dirigidas ao ensino lacaniano giram em torno da concepção de desejo e das suas articulações com as disciplinas inspiradas no estruturalismo (antropologia e linguística, principalmente). Em

relação à articulação da psicanálise com a linguística, os questionamentos dirigem-se – não restritivamente – ao conjunto de pressupostos que dão sustentação à concepção do inconsciente estruturado como uma linguagem.

Em Os dois sentidos do fluxo-esquiza: capitalismo e esquizofrenia, item 10.2 do capítulo III, Deleuze e Guattari (1972/2010) sintetizam e comparam a teoria de Saussure – tal como eles julgam ser apropriada, senão por Lacan, certamente por seus discípulos – com a do dinamarquês Louis Hjelmslev. As tensões entre as duas concepções de linguagem servem de pretexto para a problematização dos modelos estrutural e maquínico do inconsciente. Em um polo os autores situam a abordagem estruturalista de influência saussuriana/jakobsoniana e no outro a linguística dos fluxos imputada ao dinamarquês Hjelmslev. Eles asseveram “[...] que a linguística de Louis Hjelmslev se opõe profundamente ao empreendimento saussuriano e pós-saussuriano” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 321).

Diante dessa alegação, fica difícil não tomar as duas concepções linguísticas como sistemas opostos. Movidos por essa impressão, poderíamos dar um passo adiante e tratar a racionalidade dicotômica implícita nesse enquadramento como o protótipo das leituras deleuzo-guattarianas da psicanálise lacaniana. Embora essa decisão não seja totalmente infundada, julgamos mais apropriado adotar outra postura. Não negamos que as oposições estejam presentes, apenas recuamos diante do ímpeto de transformá-las em analisador exclusivo de tudo aquilo que se passa entre os autores. Na verdade, as coisas estão longe disso! O que Deleuze e Guattari qualificam como polos não são *entes* puros. Há sempre invasões recíprocas entre sistemas, territórios que se desterritorializam, fluxos que se precipitam. Assim, mesmo o inconsciente linguístico-estrutural comporta suas linhas de fuga. Operaremos a seguir um recorte sobre o texto antiedipiano com o intuito de demonstrar essa tese. Tentaremos mostrar como Deleuze e Guattari trabalham com as noções de “objeto *a*” e do “grande-Outro” na teoria lacaniana do desejo. Em nosso esquema, eles recebem os nomes de polo molecular e polo molar-estrutural respectivamente.

POLO MOLECULAR

As referências a Lacan estão difundidas por toda a obra antedidípiana. Apesar disso, conseguimos, com algum esforço, agrupá-las conforme tipos temáticos. Nesta seção, elas são trabalhadas em três subunidades: extrações lotéricas, inconsciente... rupturas e máquina infernal.

Extrações lotéricas

Na seção I.5.3, Segundo modo: cadeia ou código, e desligamento, Lacan é evocado em uma espécie de reverência por ter descoberto “[...] o rico domínio de um código do inconsciente envolvendo a ou as cadeias significantes [...]”; e de ter, com isso, “[...] transformado a análise” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 57). Rotulamos de “espécie de reverência” porque o reconhecimento aqui – e também quando os autores falam da “admirável teoria do desejo” na nota de rodapé 23 (páginas 43 e 44) – é investido de humor e ironia. Assim, mal falam do “rico domínio de um código do inconsciente” e já confrontam a lógica significativa com uma concepção linguística na qual “[...] não se pode continuar falando de *uma* cadeia ou mesmo de *um* código desejante” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 57); e que os signos que compõem as cadeias “[...] não são propriamente significantes” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 57).

Eles argumentam que as cadeias do inconsciente maquínico são formações abertas, plurívocas, construídas por signos de naturezas variadas trabalhando em todos os níveis e em todas as conexões. Cada signo “[...] fala sua própria língua, e estabelece sínteses com outros, que são tanto mais diretas em transversal quanto mais indiretas elas são na dimensão dos elementos” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 58). Logo, *isso* se torna um agenciamento das sínteses disjuntivas inclusivas que “[...] não implicam exclusão alguma, sendo que as exclusões surgem devido apenas a um jogo de inibidores e de repressores que determinam o suporte e fixam o sujeito específico e pessoal” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 58).

Considerando a argumentação até esse ponto, temos a impressão de que ela se sustenta num mais radical antagonismo. No entanto, os autores nos surpreendem ao sugerirem, em nota de rodapé, que o conteúdo um

tanto quanto enigmático da última citação literal condiz com a seguinte alegação de Lacan em “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache”:

[...] uma exclusão proveniente destes signos enquanto tais pode ocorrer apenas como condição de consistência numa cadeia a ser constituída; acrescentemos que a dimensão na qual se controla essa condição é unicamente a tradução da qual é capaz uma tal cadeia. [...] Demoremo-nos ainda um instante neste jogo. Isto para considerar que é a inorganização real pela qual estes elementos são misturados, no ordinal, ao acaso, que na ocasião da sua saída nos faz tirar à sorte... (Lacan, 1960a/1998, citado por Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 58).

Não sugeriremos uma hipótese para explicar essa referência antes de contextualizá-la. No texto, Lacan (1960a/1998) contrapõe o modelo proposto por Daniel Lagache – energético-econômico – ao seu modelo estrutural do inconsciente inspirado em Lévi-Strauss. Ele tenta demonstrar que o inconsciente comporta algo que remete, mas não se reduz, à lógica do significante. Sua concepção de estrutura engloba três “ditos” freudianos aparentemente discordantes entre si: o *isso* é não organizado; o inconsciente e a pulsão não abrangem a negação; as pulsões de morte fariam imperar o silêncio no *isso*.

Lacan (1960a/1998) julga que uma resposta à altura do desafio de construir uma teoria capaz de articular esses três enunciados não pode prescindir da função do significante, qualquer que seja a forma em que esse termo é considerado (materialidade irreduzível/letra ou loteria). Em ambas as perspectivas:

[...] evidencia-se que no mundo somente o significante tem o poder de suportar uma coexistência – constituída pela desordem (na sincronia) – de elementos em que subsiste a ordem mais indestrutível que se manifesta (na diacronia), fundamentando-se esse rigor associativo de que ele é capaz, na segunda dimensão, na própria comutatividade que ele exhibe, por ser intercambiável na primeira (Lacan, 1960a/1998, p. 665).

Para explicar o funcionamento do significante, Lacan (1960a/1998) recorre à teoria dos conjuntos, especialmente aos conceitos matemáticos de cardinal e ordinal. É justamente nesse ponto da argumentação que o recorte deleuze-guattariano é efetuado. O excerto lacaniano é citado em nota de rodapé para corroborar o postulado de que as disjunções inconscientes

são notadamente inclusivas. *A priori*, o inconsciente maquínico não conhece contradição entre os signos. A inscrição dos signos numa lógica exclusiva, própria da cadeia significante, ocorre somente *a posteriori* e em condições especiais. Como em um jogo de loteria, a ordem em que cada bolinha é extraída do globo giratório não coincide, necessariamente, com o número que está desenhado nela. No decorrer do sorteio, constatamos que não somente a sequência na qual as bolas são retiradas é aleatória – ex: a primeira bolinha retirada é a nº 9; a segunda é a nº 30 e assim por diante –, como também que só podemos afirmar que faltam algumas delas no globo porque as bolas que são extraídas são colocadas e organizadas em um anteparo. Por conseguinte, não consigo, só olhando para o globo, fazer uma estimativa exata de quantas bolas estão ali misturadas. Ora, é justamente essa inorganização inicial que permite a Deleuze e a Guattari sugerirem que os signos do desejo:

[...] compõem uma cadeia significante mas que em si mesmos não são significantes, que respondem, não às regras de um jogo de xadrez linguístico, mas às extrações de um jogo de loto, das quais sai ora uma palavra, ora um desenho, ora uma coisa ou um pedaço de coisa, só dependendo uns dos outros pela ordem das extrações ao acaso, só se mantendo em conjunto pela ausência de liame (ligações não localizáveis), e cujo único estatuto é o de serem elementos dispersos de máquinas desejantes também dispersadas (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 408).

As cadeias moleculares são heterogêneas e se assemelham mais a “[...] um desfile de letras de alfabetos diferentes, e no qual surgiria subitamente um ideograma, um pictograma, a pequena imagem de um elefante que passa ou de um sol que se levanta” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 58). A cadeia mistura morfemas e fonemas e “[...] captura fragmentos de outras cadeias das quais extrai uma mais-valia, como o código da orquídea ‘extrai’ a figura de uma vespa [...]” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 58).

Conseqüentemente, só devemos falar de uma escrita inconsciente se pudermos, com essa expressão, remeter a algo que se efetua no próprio Real. Afinal, a produção desejante maquina em todos os sentidos, compondo arranjos ou cadeias heterogêneas que: “[...] procedem por segmentos destacáveis, estoques móveis, como blocos ou tijolos voadores [...]” compostos por “[...] signos de alfabetos diferentes, mas também

figuras, uma ou várias miudezas, talvez mesmo um cadáver” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 59).

O conceito de cadeia, ao qual se referem Deleuze e Guattari, equivale ao de síntese disjuntivo-inclusiva, cuja função é distribuir, apropriar, assentar os objetos parciais sobre o *corpo sem órgãos*. “[...] essa rede faz com que as conexões produtivas passem para o próprio *corpo sem órgãos* e, com isso, canaliza ou ‘codifica’ os fluxos” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 433). Nota-se que a palavra “codifica” é colocada entre aspas para enfatizar e relativizar o seu uso na frase, já que, a rigor, não podemos falar de *código* no âmbito da cadeia molecular, mas de fluxos descodificados. Nesse nível, o *corpo sem órgãos* funciona como suporte não especificado que marca o limite molecular dos conjuntos molares e a cadeia tem apenas a função de “[...] desterritorializar os fluxos e fazê-los passar o muro do significante” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 434).

Em Lacan, diferentemente, a passagem do cardinal ao ordinal consiste no processo que inaugura a série indefinida dos números naturais de onde se articula toda a cadeia significante e se instaura a temporalidade. A função do traço unário do cardinal – condição de emergência do sujeito – só se torna efetiva e operatória em sua atualização no ordinal (Sauval, 1962).

Ora, enquanto em *O Anti-Édipo* a inorganização é um princípio efetivador *a priori*, em Lacan, por sua vez, ela só se torna efetiva *post hoc*. Ademais, nem mesmo o sentido em que o termo cadeia é empregado em cada contexto é o mesmo. A cadeia em Deleuze e Guattari é constituída de códigos que em si não são significantes. Esse é um caso concreto que exemplifica como as conexões dos autores com o pensamento de Lacan – e de tantos outros – são complexas e resultam de uma atitude construtivista. Eles fragmentam conceitos e modelos teóricos tratando seus componentes como objetos parciais que gozam de autonomia relativa.

Com efeito, se o processo finalizasse nesse ponto, todo o empreendimento não passaria de oposição destrutiva, confrontação que fala de si mesma por meio de generalidades vazias (Deleuze, & Guattari, 1991/2016). Todavia, a crítica antiedipiana dirigida às ideias de Lacan não se detém nisso. Os fragmentos conceituais são agenciados de tal modo que a adesão à totalidade do sistema original, agora desconstruída, devém supérflua. Deleuze e Guattari selecionam os elementos que julgam

pertinentes e com eles montam arranjos originais, constroem conceitos e extraem novas implicações e consequências da teoria criticada.

Neste tópico, onde analisamos a estrutura do inconsciente a partir das “extrações lotéricas”, fica patente a intenção de Deleuze e Guattari de implicar o polo da produção do real na teoria lacaniana do desejo. Demoremo-nos um pouco mais nesse procedimento tomando como exemplo outro contexto de aplicação.

Inconsciente... rupturas

As conversações com Lacan ocorrem, também, na seção I.5.4, Terceiro modo: sujeito e resíduo. Como podemos deduzir do título, o item é dedicado à caracterização do terceiro momento do ciclo produtivo do inconsciente. Nessa etapa não sequencial do ciclo produtivo chamada de consumo – ou de síntese conjuntiva – o sujeito é tratado como resíduo, isto é, como peça adjacente à máquina. Esse sujeito é impessoal, sendo, portanto, “[...] uma parte ao lado da máquina, mas uma parte já partilhada, à qual dizem respeito partes correspondentes aos desligamentos da cadeia e às extrações de fluxos operados pela máquina” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 60). Dito de outra forma, o sujeito é um resíduo metamorfo que consome os estados pelos quais passa – no *corpo sem órgãos* –, nascendo deles sempre como uma parte feita de partes.

Sob os olhares dos autores, a lógica desse processo aproxima-se da teoria lacaniana sobre a segunda operação concernente à causação do sujeito desenvolvida em “Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval” (Lacan, 1964/1998). Nesse texto, a análise do sonho do *licorne*, apresentada por Leclair e Laplanche no VI colóquio de *Bonneval*, serve para Lacan de contraponto para explicar sobre a natureza do inconsciente e sobre a teoria da causação do sujeito.

De acordo com Lacan (1964/1998), a causação do sujeito comporta duas operações fundamentais: a alienação e a separação. O sujeito se constitui no campo do Outro sendo um efeito da ação da linguagem. Isso implica em um paradoxo, pois a produção do “[...] significante no lugar do Outro ainda não discernido, [...] faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não possui a fala [...]” (Lacan, 1964/1998, p. 854). A alienação

não decorre do fato de essa operação se iniciar no Outro, mas em razão de este último ser para o sujeito o lugar de sua causa significante. Consequentemente, nenhum sujeito pode ser causa de si mesmo, sendo, por isso, o efeito deslizante em uma cadeia na qual um significante representa um sujeito para outro significante. A alienação tem a estrutura lógica de um *vel*, razão pela qual o sujeito é impelido a fazer uma escolha forçada – mas, frustrada – pelo sentido.

O significante produzido no lugar do Outro coloca o sujeito numa situação extemporânea, pois ali onde “[...] havia de pronto para falar [...] lá estava e não está mais” e “[...] por pouco mais lá estava por ter podido lá estar –, o que lá havia desaparece, por não ser mais que um significante” (Lacan, 1964/1998, p. 854).

Pela via da separação, por sua vez, “[...] o sujeito se realiza na perda em que surgiu como inconsciente mediante a falta que produz no Outro [...]” (Lacan, 1964/1998, p. 855). Lacan explica essa operação por meio da análise dos verbos *separare* (separar) e *parere* (gerar a si mesmo). Essa parte do texto de Lacan é evocada na 4ª seção da quinta parte do capítulo I intitulada Terceiro modo: sujeito e resíduo. Deleuze e Guattari conectam as palavras de Lacan às suas próprias noções de processo e de intensidade maquínica. Eles atribuem à formulação de sujeito do inconsciente lacaniano uma função processual compatível com a afirmação de que: “[...] o sujeito consome os estados pelos quais passa, e nasce destes estados, sempre concluído destes estados como uma parte feita de partes, cada uma das quais ocupa, por um momento” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 60). É a potência cambiante do inconsciente entrevista no hiato entre significantes que, na avaliação dos autores, permite ao psicanalista francês desenvolver um jogo mais maquínico do que etimológico dos verbos *parere*, *separare* e *se parere*. Eles atribuem a essa análise um caráter intensivo, especialmente quando Lacan (1964/1998) diz que a *pars* nada tem a ver com o todo e

[...] desempenha sozinha sua parte. Aqui, é da sua partição que o sujeito procede à sua parturição... razão pela qual ele pode conseguir o que lhe concerne, um estado que qualificaríamos de civil. Nada na vida de alguém desencadeia tanto furor para ser alcançado. Sacrificaria uma grande parte dos seus interesses para ser *pars* [...] (Lacan, 1964/1998, citado por Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 60-61).

Riaviz (1998) esclarece que a separação possibilita ao sujeito situar a falta no Outro e, ao mesmo tempo, gozar de certa margem de liberdade que Lacan qualifica de estado civil. Isso possibilita ao sujeito jogar *sua partida sozinho* no intervalo que se repete na “[...] estrutura mais radical da cadeia significante [...]”, “[...] lugar assombrado pela metonímia, [...] do desejo” (Lacan, 1964/1998, p. 858). Algo, portanto, que contesta os esforços de Laplanche e Leclaire de identificar a cadeia de significantes *Lili-plage-soif-sable-peau-pied-corne* – condensada na fórmula da *Li-corne* – ao inconsciente.

Logo, ao menos nesse aspecto, as ideias de Deleuze, Guattari e Lacan se conectam. Tanto as máquinas desejantes quanto o inconsciente lacaniano funcionam “[...] nos hiatos e rupturas, nas avarias e falhas, nas intermitências e curtos-circuitos, nas distâncias e fragmentações, numa soma que nunca reúne suas partes num todo” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 61-62). Novamente, a admirável teoria do desejo de Lacan é cotejada naquilo que funciona como índice do real ou, para sermos mais precisos, recebe o nome de *objeto a*.

Máquina infernal

No item II.4.5, intitulado *Será que a fronteira passa entre o simbólico e o imaginário?*, defrontamo-nos com a surpreendente afirmação: “O *objeto a* irrompe no seio do equilíbrio estrutural à maneira de uma máquina infernal, a máquina desejante” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 116). Os autores estabelecem a relação entre os termos com base em um critério pragmático-funcional, também empregado na leitura do artigo “*La réalité du désir*”, publicado por Leclaire em 1965. Sob o ponto de vista antiedipiano, o *objeto a* funciona como operador conceitual que reorienta a teoria lacaniana do inconsciente para o campo das multiplicidades. Ele é um agente desestabilizador que permite a Lacan “[...] esquizofrenizar o campo analítico, em vez de edipianizar o campo psicótico” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 409); e a Leclaire (1965/1998) apresentar “[...] a ficção do ‘puro ser do desejo’ como um conjunto de puras singularidades”¹ (Leclaire, 1965/1998, p. 150; tradução nossa).

Notemos que, novamente, um conceito lacaniano é pinçado – agora por uma via indireta – e transformado em veículo da teoria deleuzo-guattariana do desejo. A análise mais abrangente da noção de *objeto a* sob o ângulo da psicanálise lacaniana corrobora essa tese. Consideremos primeiramente o *objeto a* como é tematizado no texto de Leclaire (1965/1998). Lá, o termo é definido como “[...] o irracional por excelência, o paradoxo de uma ligação inexistente, a negação da cópula, a falta em toda sua nudez, puro vetor, puro sentido”² (Leclaire, 1965/1998, p. 151; tradução nossa). Ele é ausência radical, puro ser que atua como causa do desejo.

Ora, predicados como “falta”, “irracional por excelência” e “puro sentido” seriam apropriados para qualificar o *modus operandi* do inconsciente maquínico? Uma incursão pelas páginas iniciais de *O Anti-Édipo* – seção I.4.3, O real e a produção desejante: sínteses passivas – já é suficiente para respondermos não a essa pergunta. Certas passagens atestam que o desejo é o “[...] conjunto de *sínteses passivas* que maquinam os objetos parciais, os fluxos e os corpos, e que funcionam como unidades de produção” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 43). O desejo é autoprodução inconsciente do real imanente às condições concretas de existência objetiva. O real deleuzo-guattariano não é uma instância impossível, nem *coisa em si* incognoscível. Ele é, ao contrário, pura potência “[...] que o desejo abraça [...] e a reproduz de uma maneira tanto mais intensa quanto menos necessidade ele tem” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 23).

Consequentemente, ao desejo nada falta. Aliás, a falta é contraproduzida pela instância de antiprodução que incide sobre as forças produtivas apropriando-se delas. Nesse sentido, ela nunca é primeira em relação à produção desejante, nem mesmo atua como causa. “A falta é que vem alojar-se, vacuolizar-se, propagar-se de acordo com a organização de uma produção prévia” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 25).

Esse conjunto de enunciados evidencia que a noção de falta e os sentidos veiculados por ela – *coisa em si* incognoscível e causa – não se alinham à teoria antiedipiana do desejo. Por parte de Deleuze e Guattari isso não é um problema já que, em conformidade com o que dissemos até agora, é nas apropriações parciais, nas bricolagens conceituais que o pensamento deleuzo-guattariano realiza o que lhe é de mais próprio.

O mesmo não pode ser dito sobre Serge Leclaire. Na mesa redonda coordenada por François Châtelet em 1972, o então discípulo de Lacan discorda de Deleuze e Guattari quanto à decisão de conferir autossuficiência ao *objeto a*. Em uma referência implícita à teoria dos quatro discursos, trabalhada no livro 17 do *Seminário* de Lacan, Leclaire salienta que “[...] o conceito de objeto ‘a’ em Lacan faz parte de um quaternário que compreende o significante, pelo menos duplo (S_1 e S_2), e o sujeito (S barrado)” (Deleuze, 1972/2010, p. 286). Além disso, não há para ele como “[...] sustentar uma tese, um projeto, uma ação, uma ‘coisa’, sem introduzirem em algum lado uma dualidade e tudo o que acarreta” (Deleuze, 1972/2010, p. 286).

Pelo lado de Lacan, as utilizações nada ortodoxas e as imbricações inventivas que Deleuze e Guattari fazem de seu ensino são mais complicadas de qualificar. Considerando sua reação inicial à publicação de *O Anti-Édipo*, essas apropriações são no mínimo mal vistas. Porém, se dermos crédito ao que Catherine Millot disse a François Dosse (2010), tendemos a conduzir nossas especulações para outra direção. A antiga aluna da Escola de Paris insinua que as críticas antiedipianas causaram algum impacto no ensino lacaniano, especialmente na relativização do Édipo e na teoria dos nós borromeanos. Provavelmente, as conversações entre esses autores não se deram por uma via de mão única. Levando em conta o seminário Nomes-do-pai de 1963 – e, mesmo antes disso, o seminário 6 – constatamos que o próprio Lacan já relativizava a função do Outro. Algo, portanto, que vai ao encontro, em certa medida, à problematização antiedipiana sobre o tema.

Palombini (2009) corrobora essa hipótese ao propor que “[...] o debate mantido entre esses autores – mesmo quando não explicitado – marcou de forma decisiva as suas produções, dando mostras da efetividade de uma interlocução que, ao pôr em causa suas diferenças, fez-se produtora de movimentos e transformações” (Palombini, 2009, p. 39).

De qualquer modo, mesmo que Lacan não tenha dado importância ao *O Anti-Édipo*, não deixaremos de fazer uma provocação. Deleuze e Guattari agem como autênticos lacanianos quando não imitam Lacan. Ao menos é o que aparenta ser quando nos deparamos com ditos lacanianos como o seguinte:

Então relaxem, sejam mais naturais quando vocês recebem alguém que vem lhes pedir análise. Não se sintam tão obrigados a darem uma de importante. Mesmo como bufões, vocês estão justificados. Só precisam assistir à minha televisão. Sou um palhaço. Tomem exemplo nisso e não me imitem! A seriedade que me anima é a série que vocês constituem. Vocês não podem ao mesmo tempo estar nela e sê-la (Lacan, 1974/2017).

Chistes à parte, tudo isso mostra como as relações entre esses autores possuem nuances sofisticadas e resistentes às categorizações estanques (oposição, semelhança ou identidade). O uso que Deleuze e Guattari fazem do *objeto a* não foge dessa regra. No caso em questão, no qual analisamos a maneira como o *objeto a* se conecta à pragmática do desejo, notamos que o uso criativo do construto lacaniano enfatiza apenas certos aspectos.

Couto e Rabinovich (2001) explicam que o *objeto a* é um conceito complexo utilizado por Lacan em um número considerável de articulações teóricas. Enquanto causa, ele provoca o desejo sem ser, entretanto, capturado por qualquer tentativa de significação. Ele é objeto metonímico circulante entre os significantes, o resíduo da operação que permite ao sujeito inserir-se na ordem simbólica. É justamente por ser um resto do sistema significante e ao mesmo tempo ser irreduzível a ele que *objeto a* funciona como causa de desejo. Ele é um construto lógico pelo qual se tenta explicar aquilo que move o desejo sem ser movido – o *motor imóvel* do desejo lacaniano.

A problemática do *objeto a* remete à concepção de falta, à ideia de que desejamos aquilo que no outro é também falta. Ele é o resto, o quociente produzido pela incidência da falta no real. O termo pode ser entendido, ainda, como ponto de perda que se articula com a repetição da cadeia significante. Ele implica em um *mais-de-gozar* intrinsecamente ligado à falta constitutiva (Couto, & Rabinovich, 2001).

Sob esse ângulo, o *objeto a* nada tem a ver com a máquina desejante, na medida em que ela não comporta qualquer coisa que possa ser qualificada de falta. A ideia de falta é inapropriada não por conter alguma característica que em si a desqualifique. Ela somente não se aplica à maneira como Deleuze e Guattari problematizam o desejo, nem às condições sob as quais ele é formulado.

No paradigma da imanência, não faz sentido falar em retorno à origem, nem descrever as etapas ou os tempos lógicos de processos constitucionais

quaisquer. A primeira frase de *O Anti-Édipo* – “Isso funciona em toda parte” – é providencial nesse sentido, porque define o desejo enquanto processo em funcionamento. No registro processual, o importante é saber como *isso* funciona, como as máquinas agenciam suas conexões e não o porquê. “O inconsciente não levanta problema algum de sentido, mas unicamente problemas de uso. A questão do desejo não é ‘o que isso quer dizer?’, mas *como isso funciona*” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 149).

No entanto, o fato de a falta não dizer respeito ao funcionamento maquínico não faz dela um objeto descartável. Ao contrário, há em *O Anti-Édipo* inúmeras referências não somente a ela, mas também ao significante e à circunscrição do desejo ao campo do Outro. Esse polo é problematizado em muitos contextos e, com mais frequência, pelo viés da sua utilização por terceiros. Há menos críticas dirigidas a Lacan nesse domínio, mas elas podem ser descritas e avaliadas.

POLO MOLAR-ESTRUTURAL

O esquema estruturante das formações molares, tal como é retratado no tópico IV.3.7, Estruturalismo, familismo e culto da falta, possui a mesma lógica que dá sustentabilidade à cadeia significante. Ele é agenciado pelo regime das disjunções exclusivas, das conexões globais e das conjunções biunívocas.

A unidade estrutural é o suporte no qual os signos devêm significantes e estão condicionados à ação do símbolo despótico ou significante mestre, “[...] que os totaliza em nome de sua própria ausência ou de seu próprio recuo” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 409). O funcionamento do desejo está condicionado à presença-ausência de um elemento/princípio que extrapola a cadeia e ao mesmo tempo reúne todos os significantes num conjunto do qual ele próprio não faz parte. Trata-se de “[...] um termo faltante, cuja própria essência é faltar” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 409). Em Lacan (1960b/1998) ele é designado da seguinte maneira:

Nossa definição do significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes, todos os demais não representam nada. Já que nada é representado senão para

algo. Ora, estando a bateria dos significantes, tal como é, por isso mesmo completa, esse significante só pode ser um traço que se traça por seu círculo, sem poder ser incluído nele. Simbolizável pela inerência de um (-1) no conjunto dos significantes (Lacan, 1960b/1998, p. 833).

A estrutura se organiza em torno de um termo faltante, ou antes, de um significante da falta:

É o significante eletivo da ausência de liame, o falo, que reencontramos no privilégio único de sua relação com a essência da falta, emblema da diferença por excelência, irreduzível, a dos sexos... Se o homem pode falar, é porque num ponto do sistema da linguagem há uma garantia da irreduzibilidade da falta: o significante fálico (Leclair, 1965/1998, citado por Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 410).

Ideia replicada por Roudinesco (1967) quando diz que a organização estrutural dos significantes em Lacan depende da ação de um significante mestre.

Em *Extrações lotéricas*, neste texto, vimos que o inconsciente lacaniano não se confunde com os significantes da cadeia, mas é definido pela articulação estrutural a que esses elementos estão submetidos. Naquele tópico, mostramos como o texto de Lacan é utilizado para dar ênfase ao polo da “inorganização” real na sua teoria do desejo. Aqui, diferentemente, o foco é o polo da organização molar “[...] com suas exclusões derivadas da função do significante [...]” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 434). Os autores alegam que a grade de leitura estrutural-significante não passa de um uso transcendente das sínteses do inconsciente discrepante com sua natureza *esquizo*-processual. Esse tipo de formalização subordina o inconsciente ao ordenamento simbólico e é característico da etapa do ensino em que Lacan afirma coisas como: o desejo, assim como uma usina, só se instala “[...] ali onde certas coisas privilegiadas se apresentam na natureza como utilizáveis, como significantes [...]. É preciso que já se esteja no caminho de um sistema tomado como significante” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 44). Ou ainda: mesmo os ditos objetos parciais “[...] já são considerados como outra coisa além do que são. São objetos que já estão trabalhados pelo significante, e que aparecem submetidos a operações cuja estrutura significante é impossível de se extrair” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 53).

Deleuze e Guattari discordam de que o conjunto das leis estruturais deva ser tratado como *conditio sine qua non* da origem e da manutenção das maquinações desejanças ou como atributo formal a-histórico. Para eles, o esquema subjacente ao postulado do significante destacável da cadeia estrutural é um derivado obsoleto do despotismo bárbaro.

Lemos em O significante despótico e os significados do incesto, item III.7.5, que o significante tem origem imperial. O ato de inscrevê-lo em um sistema imanente à língua, “[...] servir-se dele para evacuar os problemas de sentido e de significação, solvê-lo na coexistência de elementos fonemáticos em que o significado não é mais do que o resumo do valor diferencial respectivo destes elementos entre si [...]”, não elimina as pistas de sua descendência (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 274).

A vinculação da cadeia a um significante mestre atualiza no campo do inconsciente aquilo que no modo de produção asiático Deleuze e Guattari designam de *Urstaat*. Podemos seguir os rastros desse despotismo oriental – modelo abstrato e de idealidade que todo Estado aspira ser – quando, por exemplo, ao ler Saussure pelo prisma de Jakobson, Lacan destaca da cadeia um significante, um termo transcendente, marcador de ausência ou de lugar vazio, que opera “[...] as dobragens, os assentamentos e subordinações necessárias, donde escorre por todo o sistema o fluxo material inarticulado que ela talha, opõe, seleciona e combina: o significante” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 274-275).

O significante despota sobrecodifica a cadeia/território, sendo o significado seu efeito e não o que ele designa ou representa. A estruturação do inconsciente é, portanto, o passo derradeiro de um processo que atualiza o arcaísmo do símbolo despótico na forma de um significante da falta do símbolo zero. Podemos reconhecer nesse corolário uma referência ao pensamento de Lévi-Strauss interpretado por lacaniano. “Sem dúvida, Claude Lévi-Strauss, comentando Marcel Mauss, quis reconhecer nisso o efeito de um símbolo zero. Mas é do significante da falta desse símbolo zero, antes, que nos parece tratar-se em nosso caso” (Lacan, 1960b/1998, p. 836).

Logo, ao utilizar a lógica estrutural, a psicanálise descaracteriza as forças produtivas do inconsciente, fazendo com que antigas crenças – *Urstaat* – sejam reterritorializadas “[...] sobre o divã, na representação de Édipo e da castração” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 415). Há, sem dúvida,

outras passagens nas quais Deleuze e Guattari problematizam as relações entre Édipo, desejo e estrutura em Lacan. Eles fazem isso a partir de perspectivas distintas que, não obstante, podem ser agrupadas em dois eixos temáticos.

O primeiro é constituído por fragmentos advindos de diferentes períodos do ensino de Lacan e são utilizados para demonstrar que ele levou o Édipo ao seu ponto de autocrítica. Tenta-se mostrar que Lacan contribui para colocar em xeque algumas premissas que dão legitimidade ao agenciamento familista. A consecução desse objetivo se dá pela avaliação da implicação do desejo no campo social e pela formalização do mito freudiano.

O segundo eixo é composto por problemas teóricos atribuíveis a Lacan que de certo modo tornam viáveis as interpretações estritamente formais do seu ensino. Analisaremos, por ora, as nuances teóricas pertinentes ao duplo viés temático do primeiro eixo.

Autocrítica de Édipo por meio da implicação do desejo no campo social

O conceito de máquina em *O Anti-Édipo* estabelece a identidade de natureza entre o desejo e o campo social. As diferenças existentes entre esses termos decorrem das modalidades descritivas que utilizamos para analisá-las. Assim, o uso que Deleuze e Guattari fazem das teorias – inclusive da psicanálise lacaniana – é sensível às variações dos níveis analítico-descritivos. No âmbito das máquinas sociais, as conversações com Lacan se conectam com temas políticos, econômicos, culturais. Na seção III.11.1, A aplicação. Reprodução social e reprodução humana. As duas ordens de imagens, elas são utilizadas como parte da estratégia argumentativo-genealógica que tenta abalar as bases sob as quais se sustenta o agenciamento familista.

A seção mencionada trata dos funcionamentos dos modos de produção (máquinas sociais), dos seus respectivos *socius* e das condições que tornam possível a emergência, a consolidação e a perpetuação do familismo. As máquinas territorial e despótica operam em consonância com as máquinas de reprodução social, econômica e humana. No modo de produção capitalista, no entanto, o *socius* devém exclusivamente econômico sob a forma de capital-dinheiro. A máquina civilizada

apropria-se das forças e dos meios de produção como quantidades abstratas convergindo-as em força de trabalho ou capital (constante, variável, filiação, aliança...). O capital toma para si as relações de aliança e de filiação por meio da privatização da família. O fato de a família ser colocada fora de campo não a impede de participar ativamente dos processos sociais. Ao contrário, essa é a “[...] sua maior oportunidade social, porque é a condição sob a qual todo o campo social poderá *aplicar-se à família*” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 350).

O capitalismo preenche seu campo de imanência com imagens que só figuram alguma coisa e são reprodutivas quando incidem sobre as pessoas privadas. Tal operação faz das pessoas imagens de segunda ordem, *simulacros* que representam a imagem de primeira ordem das pessoas sociais. Essas pessoas privadas (imagens de imagens) compõem o microcosmo no qual pai, mãe e filho transformam-se em simulacros das imagens do capital, isto é, objetos de aplicação da axiomática social. Na família, “[...] *cada um* tem um pai e uma mãe a título privado, é um subconjunto distributivo que simula para cada um o conjunto coletivo das pessoas sociais, que fecha o domínio e emaranha suas imagens” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 351).

Édipo é o resultado da aplicação das imagens sociais de primeira ordem às imagens privatizadas das famílias de segunda ordem. Ele é o conjunto de chegada, nossa formação colonial íntima que responde a uma formação social específica. Tudo está arranjado de antemão, pois “[...] o campo social em que cada um age e padece como agente coletivo de enunciação, agente de produção e de antiprodução, assenta-se sobre Édipo, no qual cada um acha-se agora preso no seu canto [...]” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 352).

Um dos argumentos familistas – II.5.8, Desde a infância – induz-nos a crer que haveria um estado indiferenciado anterior à constituição do inconsciente, no qual o real, o imaginário e o simbólico estariam misturados. No esquema em questão, a linha temporal dos acontecimentos inicia-se com um momento pré-edípico das etapas mais precoces da personalidade restrito às relações com a mãe. Em seguida, estipula-se um segundo começo – o próprio Édipo com a lei do pai – para, enfim, invocar a latência como um *após, um a partir do qual* começa o além.

Deleuze e Guattari confrontam esse viés lógico-temporal-linear com uma concepção que situa as produções social e desejante em um mesmo plano de imanência. Eles rompem com o modelo das sucessões e das transições de estados – natureza x cultura, por exemplo – em proveito da filosofia do acontecimento. O aparente desprezo dos autores pelos regimes teóricos que se ancoram em princípios genéticos não decorre do fato de duvidarem de sua existência, mas por julgarem que os fatores determinantes dos investimentos libidinais são sempre atuais. Eles reforçam essa tese aproximando seu conteúdo à interpretação que Lacan (1953/1987) faz do caso do homem dos ratos. Em “O mito individual do neurótico” lemos:

É assim, então, que se apresenta a constelação familiar do sujeito. Seu relato sai, pedaço por pedaço, ao longo da análise, sem que o sujeito o vincule de forma alguma com o que quer que seja que aconteça de atual. É preciso toda a intuição de Freud para compreender que esses são os elementos essenciais do desencadeamento da neurose obsessiva. O conflito mulher rica/mulher pobre reproduziu-se, muito exatamente, na vida do sujeito, no momento em que o pai o impelia a esposar uma mulher rica e foi, então, que a neurose, propriamente dita, desencadeou-se (Lacan, 1953/1987, p. 14).

Deleuze e Guattari extraem dessas palavras – apenas aludidas, mas replicadas em diferentes partes do livro – consequências de grande impacto na concepção psicanalítica do desejo. Em IV.5.7, A teoria das “empregadas” em Freud, Édipo e o familismo universal. Miséria da psicanálise: 4, 3, 2, 1, 0, Lacan é considerado:

[...] o primeiro a sublinhar esses temas que bastam para pôr em questão todo o Édipo; e a mostrar a existência de um “complexo social” em que o sujeito tende ora a assumir seu próprio papel, mas ao preço de um desdobramento do objeto sexual em mulher rica e mulher pobre, ora a assegurar a unidade do objeto, mas, desta vez, ao preço de um desdobramento da “sua própria função social”, no outro extremo da cadeia (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 469-470).

O pensamento lacaniano sofre aqui uma torção – o polo das determinações simbólico-formais é rechaçado – para alinhar-se forçosamente à ideia de que o conjunto das determinações de um campo social não está subordinado a nenhum elemento transcendente (figurado

como Édipo ou como falo). Com efeito, há processos de subjetivação que não se deixam compreender pela codificação edipiana, mas pelas tensões geradas pelos polos esquizofrênico e paranoico.

A ciência, por exemplo, está em princípio ligada à axiomática social. Nesse registro, ela atende às necessidades do mercado e da inovação tecnológica. Funcionando assim, a ciência ajusta-se e contribui para criar e consolidar os parâmetros de normalização. Mas há também o polo *esquizo-revolucionário* que agencia os fluxos do conhecimento, linhas que fogem através da axiomática social engendrando signos desterritorializados. No domínio da experimentação inventiva, o conflito libidinal entre o elemento paranoico-edipianizante e o elemento *esquizo-revolucionário* pode resultar em um drama específico do cientista. Deleuze e Guattari remetem-nos ao texto de Lacan “A ciência e a verdade”, no qual lemos:

Existe o drama, o drama subjetivo que cada uma dessas crises custa. Esse drama é o drama do cientista. Tem suas vítimas, das quais nada diz seu destino se inscreva no mito do Édipo. Digamos que essa questão não é muito estudada. J. R. Mayer, Cantor, não vou fazer a lista de laureados desses dramas que às vezes chegam à loucura, onde logo surgiriam nomes de pessoas vivas: onde considero que o drama do que se passa na psicanálise é exemplar. E afirmo que ele próprio não pode aqui incluir-se no Édipo, exceto para questioná-lo (Lacan, 1966/1998, p. 884).

Essa passagem serve de base para a afirmação: “Lacan tem razão em dizer que, em função das crises e dos cortes da ciência, há um drama do cientista que por vezes o leva à loucura, e que, ‘neste caso, ele não incluiria a si mesmo no Édipo sem o pôr em causa’, consequentemente” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 138).

Notemos que o *drama do cientista* é compreendido de maneira distinta pelos autores, a começar pelo título de uma das seções de *O Anti-Édipo* no qual ele é tematizado: Arte e ciência, seção IV.5.11. Para Deleuze e Guattari, o *drama* serve de argumento para validar a tese segundo a qual cada criança é um pequeno Cantor a questionar a família como ente expressivo. Segundo eles, na ordem da produção tudo é anedipiano, já que:

[...] até o bebê nos seus jogos e suas comidas, nas suas cadeias e meditações, se encontra já preso a uma produção desejante atual, em que os pais desempenham o papel de objetos parciais, de testemunhas, de relatores e

agentes no decorrer de um processo que os transborda por todos os lados e que põe o desejo numa relação imediata com uma realidade histórica e social (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 138).

Mesmo na psicose, o complexo familiar é um simples indutor desprovido de qualquer papel organizador. O Édipo invade a consciência tão somente para dissolver-se e conectar-se aos investimentos intensivos da realidade histórica, política e cultural. A edipianização do psicótico consiste em impor a ele uma organização. Deleuze e Guattari optam por uma formulação diferente do problema: “[...] haveria como que dois grupos, os psicóticos e os neuróticos, aqueles que não suportam a edipianização e aqueles que a suportam e mesmo se contentam com ela, evoluindo nela” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 168).

Para compreendermos essa luta temos que considerar a família como dispositivo que não cessa de inscrever-se no desejo. Enquanto aparelho de captura, “[...] a família opera uma vasta captação de forças produtivas, desloca e reorganiza à sua maneira o conjunto dos cortes que caracterizam as máquinas do desejo” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 169).

Em contrapartida, a máquina explode as determinações propriamente familiares enquanto a libido investe um campo de desejo social. Isso não quer dizer que a constelação doméstica não exerça um papel inconsciente. Uma das formas de ela se efetuar é análoga ao que embriologistas dizem a propósito da gênese e do desenvolvimento do ovo. Deleuze e Guattari utilizam as noções de estímulo e de organizador para estabelecer um paralelo entre os dois processos e propor o seguinte: “[...] os pais são *estímulos de valor qualquer* que desencadeiam a repartição dos gradientes ou zonas de intensidade sobre o corpo sem órgãos [...]” e o campo social do desejo é o organizador “[...] que *designa* as zonas de intensidade, com os seres que as povoam, e determina seu investimento libidinal” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 472).

Para Lacan, diferentemente, o *drama* vivenciado por Cantor decorre do fato de ele não se inscrever no destino do Édipo. Trata-se do drama do psicótico, cuja estrutura formal a psicanálise desvela como processo resultante da forclusão do operador lógico-funcional nome-do-pai. Essas especificidades *quase* não são abordadas ou polemizadas no diálogo direto com Lacan, mas estão presentes, principalmente, nas críticas

dirigidas às obras dos seus discípulos e comentadores. De um modo geral, prevalece com Lacan uma relação positivo-constructiva. Todavia, em se tratando de levar Édipo ao seu ponto de autocrítica pela via molar-estrutural, há variações que avaliaremos a seguir.

Autocrítica de Édipo pelo polo molar-estrutural do desejo

Nas seções II.6.3 (O sentido é o uso), IV.3.2 (Contra o mito e a tragédia), IV.3.7 (Estruturalismo, familismo e culto da falta), a expressão *levar o Édipo ao ponto de sua própria autocrítica* surge de maneira quase inalterada. A fórmula é utilizada para qualificar a tarefa comum, mas não idêntica, realizável por agentes distintos. Dentre eles destacamos respectivamente: a esquizoanálise, Henry Miller e Lacan. Na seção O sentido é o uso, por exemplo, ela está circunscrita em um contexto argumentativo no qual Deleuze e Guattari definem a esquizoanálise como uma análise simultaneamente transcendental e materialista “[...] que leva à crítica de Édipo, ou leva Édipo ao ponto de sua própria autocrítica” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 150).

Nos três casos citados, notamos que a expressão é empregada em um sentido comum, mas existem nuances teóricas que merecem ser explicitadas. Por parte da esquizoanálise, temos que ter em mente que o Édipo é “[...] uma mistificação do inconsciente que só triunfou entre nós por ter montado suas peças e suas engrenagens através das formações anteriores” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 232). Ele é um agenciamento sócio-histórico cujo avesso é o inconsciente Real, maquinico e produtivo, que a esquizoanálise explicita por meio da reversão do teatro da representação. Sendo assim, de que maneira Lacan contribui com essa matéria? Identificamos dois tipos de contribuições. O primeiro é constituído por um conjunto de referências explícitas e implícitas a aspectos esparsos do ensino lacaniano. O segundo tipo de contribuição gira em torno da temática da formalização do inconsciente.

Ocorrências do primeiro tipo são localizáveis em partes dispersas de *O Anti-Édipo* e pertencem aos diferentes momentos do ensino de Lacan. No item II.8.2, A razão inversa, os autores fazem referência ao texto de 1938, *A família*. Eles compartilham com Lacan a inquietação diante do

fato de que “[...] Édipo tenha sido ‘descoberto’ na neurose, na qual estaria latente, e não na psicose, na qual, ao contrário, estaria patente” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 167).

Em, II.5.10, Vergonha da psicanálise em história, uma fala do seminário 17 é reproduzida sem indicação bibliográfica. A referência é feita no momento no qual Deleuze e Guattari defendem a tese de que o Édipo possui um caráter contingencial sendo nada mais que um dispositivo típico dos grupos sujeitados “[...] onde a ordem estabelecida é investida nas suas próprias formas repressivas” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 142). Eles partem da prerrogativa de que não são as formas do grupo sujeitado que são determinadas pelas identificações edípicas, mas, ao contrário, são as aplicações edípicas que utilizam as determinações do grupo sujeitado como ponto de partida.

Na percepção dos autores, o raciocínio que justifica essa inversão é análogo ao empregado por Lacan em *O avesso da psicanálise*. Na lição do dia três de março de 1970, Édipo e Moisés e o pai da horda, ele afirma que a segregação é a única origem da fraternidade. “Só conheço uma única origem da fraternidade – falo da humana, sempre o hímus –, é a segregação” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 107).

Esse enunciado faz parte do comentário de Lacan (1969-1970/1992) sobre o mito da instituição da cultura descrito Freud em “Totem e tabu”. Ele pontua certas inconsistências contidas na narrativa freudiana, tendo como contraponto a tragédia sofocliana.

Seja como for, eles se descobrem irmãos [...]. Depois decidem, todos em uníssono, que não vai se tocar nas mãezinhas. Pois além do mais há mais de uma. Poderiam trocar, pois o velho pai tem todas elas. Poderiam dormir justamente com a mãe do irmão, já que são irmãos apenas por parte de pai. Ninguém parece ter-se pasmado nunca com essa coisa curiosa – a que ponto Totem e tabu nada tem a ver com o uso da referência sofocliana (Lacan, 1969-1970/1992, p. 107).

Deleuze e Guattari contestam a crença de que a segregação seja uma consequência de Édipo, algo “[...] subjacente à fraternidade dos irmãos a partir da morte do pai”. Eles concordam com Lacan, mas não pelas mesmas razões, que ocorre justamente o contrário, ou seja, é a segregação que se constitui o fundamento de Édipo “[...] na medida em que o

campo social só se assenta sobre o liame familiar no caso de se pressupor um enorme arcaísmo, uma encarnação da raça em pessoa ou em espírito – sim, sou um de vocês...” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 142).

A problematização que Lacan faz sobre o uso freudiano do Édipo no seminário mencionado lhe serve, por sua vez, para elucidar a estrutura simbólica do inconsciente. Os autores de *O Anti-Édipo* atribuem a essa atitude um valor relativo e, por que não, ambíguo. Expliquemos melhor o que queremos dizer com isso.

Na seção II.4.5, Será que a fronteira passa entre o simbólico e o imaginário?, a concepção simbólico-estrutural do inconsciente é avaliada positivamente. Deleuze e Guattari retêm do diálogo com Lacan um excerto extraído de “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, formado pela junção dos seguintes enunciados: “O Édipo, todavia, não pode manter-se indefinidamente em cartaz em formas de sociedade nas quais se perde cada vez mais o sentido da tragédia” (Lacan, 1960b/1998, p. 827); e “Mas um mito não se basta em não sustentar nenhum rito, e a psicanálise não é o rito do Édipo” (Lacan, 1960b/1998, p. 833). Entendamos o sentido dessas citações tomando como ponto de partida o texto de Lacan.

Em “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, essas alegações fazem parte da estratégia argumentativa que Lacan desenvolve a partir da seguinte pergunta: “Será porventura preciso que se alie a prática, que em algum momento talvez adquira força de uso, de inseminar artificialmente as mulheres, desrespeitada a proibição fálica, com o esperma de grandes homens, para que extraia de nós um veredicto sobre a função paterna?” (Lacan, 1960b/1998, p. 827).

Ao levantar essa questão, ele quer estabelecer a maneira mais apropriada de compreendermos a função paterna. Para Lacan, as respostas para o problema não devem ser buscadas nos âmbitos das ciências biológicas, nem no mito grego como, até então, fizera a psicanálise freudiana. Em relação ao último viés teórico-interpretativo, o incômodo de Lacan é tamanho ao ponto de Miller (1991/1997) afirmar que existem no seu ensino “[...] todos os elementos de um artigo que poderíamos intitular: ‘O Édipo contra a psicanálise’ [...]” e que “[...] com o Édipo, a psicanálise houvesse passado para uma forma religiosa [...]” (Miller, 1991/1997, p.

425). O Édipo freudiano é demasiado trágico para que possamos transpô-lo para nossa cultura sem cometermos anacronismos.

A alternativa lacaniana para esses entraves teóricos é encontrada na articulação da linguística com a matemática. O resultado disso é a transformação do Édipo em uma estrutura formal dependente daquilo “[...] que parece desenrolar-se mais livremente no diálogo psicanalítico, depende, de fato, de embasamento redutível a algumas articulações essenciais e formalizáveis” (Lacan citado por Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 352).

Nesse modelo, o pai morto de Freud – de “Totem e tabu” – adquire o estatuto simbólico de *Nome do pai*, “[...] termo que subsiste no nível do significante, que, no Outro como sede da lei, representa o Outro. É o significante que dá esteio à lei e se precipita em mensagens de interdito dirigidas à criança (Não te deitarás com tua mãe) e à mãe (Não reintegrarás teu produto)” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 209).

Assim, é com a logicização de Édipo – promovida pela articulação entre a linguística estrutural e a matemática – que Lacan (1960b/1998) especifica a modalidade sob a qual a lei do pai se sustenta.

Que dessa autoridade da Lei o Pai possa ser tido como o representante original, eis o que exige especificar sob qual modalidade privilegiada de presença ele se sustenta, para-além do sujeito levado a ocupar realmente o lugar do Outro, ou seja, a Mãe. A pergunta, portanto, é afastada (Lacan, 1960b/1998, p. 828).

Porém estaria Lacan respondendo efetivamente à pergunta ou “[...] apenas adiando a questão”? (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 116). Conforme a argumentação desenvolvida até agora, temos indícios suficientes para concordar com a primeira opção, isto é, Lacan contribui para levar o Édipo ao seu ponto de autocrítica. No entanto, os acoplamentos lacanianos nessa temática comportam nuances que, à primeira vista, também tornam viáveis as interpretações estritamente formais do seu ensino. Deleuze e Guattari indicam essa possibilidade – segundo eixo do nosso esquema – quando, por exemplo, problematizam na seção III.7.8, Ainda não é Édipo:

Er será sempre esta a força de Lacan, ter salvo a psicanálise da edipianização furiosa a que ela ligava seu destino, ter procedido a esta salvação, ainda que à custa de uma regressão, mesmo que à custa de manter o

inconsciente sob o peso do aparelho despótico, de reinterpretá-lo a partir deste aparelho, a lei e o significante, falo e castração sim, Édipo não! — a era despótica do inconsciente (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 287).

Sob o viés da teoria do *Urstaat*, a resposta lacaniana ao problema edipiano mostra-se incipiente. Essa impressão ganha força quando consideramos o que Deleuze e Guattari dizem em Édipo e a recapitulação dos três estados, seção III.11.3. Eles situam Édipo na história universal das máquinas sociais definindo-o como um dispositivo que recapitula as três formas de Estado. Inicialmente, Édipo se prepara ou se instaura na máquina territorial como limite vazio inocupado. Em seguida, ele se forma na máquina despótica como limite ocupado simbolicamente — *Urstaat* — para, finalmente, se efetuar na máquina capitalista. “Eis por que Édipo junta tudo, tudo se reencontra em Édipo, que é certamente o resultado da história universal [...]” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 355).

Logo, Édipo nada seria se a máquina despótica não tornasse possíveis as causas formais da triangulação. A castração na ordem do significante despótico, como lei do déspota, é a condição formal das imagens edipianas. Trata-se de uma operação prodigiosa que funda o desejo na lei do déspota e introduz aí a falta. Por conseguinte, o que adianta Lacan queixar-se de não ter tido ajuda em seu esforço de “[...] sacudir o jugo de Édipo e levá-lo ao ponto de sua autocrítica [...]” se, aparentemente, seu empreendimento confina o desejo no ordenamento estrutural-significante? Nesse sentido, Lacan estaria fazendo algo semelhante ao que é narrado na “[...] história dos resistentes que, querendo destruir um pilar, equilibraram tão bem as cargas de explosivo que o pilar saltou e recaiu em seu próprio buraco” (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 356).

Diante do exposto, podemos dizer que, se por um lado o polo estrutural-simbólico da teoria do desejo permite a Lacan superar inconsistências teóricas, aporias do Édipo freudiano, por outro ele engessa ainda mais a produção do desejo. Nesse caso, o inconsciente lacaniano não passa de um paralogismo — *aplicação biunívoca* — que faz da psicanálise uma axiomática aplicada. Estamos diante de mais uma evidência de que não devemos tomar a noção de polo como categoria estanque dotada de valor absoluto. O tópico que acabamos de analisar é paradigmático porque demonstra que o polo molar-estrutural deve ser

considerado a partir de, pelo menos, dois pontos de vista. Além disso, se conectarmos esse esquema descritivo às reflexões pertinentes ao polo molecular do desejo ele se complica ainda mais. Pela via do *objeto a* Édipo é levado ao ponto de sua própria autocrítica, isto é:

[...] aquele em que a estrutura, para além das imagens que a preenchem e do simbólico que a condiciona na representação, descobre seu avesso como um princípio positivo de não-consistência que a dissolve: onde o desejo é revertido à ordem da produção, reportado aos seus elementos moleculares, onde nada falta a ele, porque ele se define como *ser objeto natural e sensível*, ao mesmo tempo em que o real se define como *ser objetivo do desejo* (Deleuze, & Guattari, 1972/2010, p. 410-411).

Em síntese, diremos que as conversações de Deleuze e Guattari com Lacan são abrangentes e multifacetadas e não se pautam exclusivamente por supostas motivações afetivo-circunstanciais e por oposições binárias. Com efeito, existem divergências e controvérsias teóricas e elas são acirradas quando os interlocutores são os intérpretes do ensino lacaniano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das referências explícitas que Deleuze e Guattari fazem ao ensino de Lacan em *O Anti-Édipo* demonstrou que elas fazem parte de uma complexa rede de acoplamentos teórico-conceituais. Ao longo do nosso estudo vimos que as conexões antiedípicas com o ensino lacaniano não se enquadram facilmente nos esquemas tradicionais de tipificação, tais como oposição, relação e analogia. Não questionamos a possibilidade e a pertinência do desenvolvimento de reflexões dessa natureza. No decorrer da nossa investigação, aliás, apresentamos alguns argumentos e hipóteses que dão margem a essas interpretações.

Todavia, comparada a esse tipo abordagem, a nossa mostrou-se mais restritiva, já que procurou explicar as montagens que Deleuze e Guattari fazem com os construtos lacanianos em uma obra específica. Em *O Anti-Édipo*, o valor e o sentido dessa conversação estão atrelados a diferentes estratégias argumentativas e teorizações. Deleuze e Guattari reconhecem a abrangência e a complexidade do ensino lacaniano e, talvez por isso, mantêm-se cautelosos ao dirigirem-se à figura de Lacan. Isso não

quer dizer que o psicanalista francês seja preservado, mas que prevalece com ele uma relação positivo-constitutiva, uma atitude de apropriação livre das suas ideias. Em se tratando de Lacan, as críticas são menos numerosas, não se limitam aos *Escritos* e incidem com maior frequência sobre construtos setoriais revisitados por seus intérpretes.

No entanto, engana-se quem vê nessa conversação o gesto de “retorno a” Lacan ou a intenção de elaborar uma nova versão do seu ensino. Em *O Anti-Édipo*, os temas lacanianos são agenciados em engenhosas bricolagens compostas por peças, fragmentos conceituais extraídos de diferentes engrenagens teóricas. Eles se articulam com outros acoplamentos (nietzschianos, kantianos, marxianos, freudianos, kafkianos...) para compor uma concepção original do desejo-máquina. Nesse empreendimento, a teoria do desejo em Lacan é valorizada, especialmente, nos elementos que nela funcionam como índice do Real.

Hoje, provavelmente, a leitura de *O Anti-Édipo* não suscita nos psicanalistas a aversão e as controvérsias de outrora. Parte do que Deleuze e Guattari fizeram com o *isso* no início da década de 1970 – a reabilitação do real na teoria do desejo – parece coadunar com leituras contemporâneas do ensino laciano. Miller (2011), por exemplo, não vê problema em tratar os termos máquina e estrutura como sinônimos. “Quando dizemos estrutura, entendemos que para além dos fenômenos chegamos a uma máquina, a uma matriz da qual eles são as manifestações, os efeitos” (Miller, 2011, p. 78).

Apesar de o termo máquina não ser empregado nesse contexto no sentido antiedipiano, ele se insere em uma versão revisitada de os *Escritos* e dos *Outros escritos* de Lacan que trazem o real para o centro do debate. Esse tipo de aproximação não é meramente fortuito, haja vista o crescente interesse dos psicanalistas pelo ultimíssimo ensino de Lacan. Nesse cenário, investigar se as críticas antiedipianas se sustentam, amplificam ou se dissipam, quando comparadas com as ideais desenvolvidas por Lacan no período derradeiro do seu ensino, parece ser um empreendimento promissor.

REFERÊNCIAS

- Couto, L. F. S., & Rabinovich, D. S. (2001). O psicanalista entre o mestre e o pedagogo. *Cadernos de Psicologia*, 11(1), 9-28.
- Deleuze, G. (2015). *Diferença e repetição*. Recuperado em 04 mai. 2015 de <<https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/deleuze-g-diferenca-e-repeticao.pdf>>. (Original publicado em 1968)
- Deleuze, G. (2010). Deleuze e Guattari explicam-se. In Orlandi, L. B. L. (Org.), *A ilha deserta e outros textos: textos e entrevistas (1953-1974)* (p. 277-294). São Paulo: Iluminuras. (Original publicado em 1972)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34. (Original publicado em 1972)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2016). *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34. (Original publicado em 1991)
- Dosse, F. (2010). *Gilles Deleuze & Félix Guattari: biografia cruzada*. Porto Alegre: Artmed.
- Freud, S. (1996). Totem e tabu e outros trabalhos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913)
- Garcia-Roza, L. A. (1994). Pesquisa de tipo teórico. *Psicanálise e universidade*, 1, 9-32.
- Lacan, J. (1981). *A família*. Lisboa: Assirio & Alvim. (Original publicado em 1938)
- Lacan, J. (1987). O mito individual do neurótico. *Falo: Revista Brasileira do Campo Freudiano*, 1, 9-20. (Original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1956-1957)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1957-1958)
- Lacan, J. (1998). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura de personalidade”. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1960a)
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1960b)

- Lacan, J. (1998). Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1964)
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1966)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1969-1970)
- Lacan, J. (2017). *A terceira*. Recuperado em 11 fev, 2017 de <<http://www.freud-lacan.com/index.php/fr/colloques/44-categories-fr/site/935-a-terceira>>. (Original publicado em 1974)
- Leclaire, S. (1998). La réalité du désir. In Leclaire, S. [Autor], *Écrits pour la psychanalyse 1: Demeures de l'ailleurs (1954-1993)*. Paris: Seuil/Arcanes. (Original publicado em 1965)
- Miller, J-A. (1997). O segredo do Nome-do-Pai. In Miller, J-A. [Autor], *Lacan elucidado: palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1991)
- Miller, J-A. (2011). *Perspectivas dos escritos e outros escritos de Lacan. Entre o desejo e o gozo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nietzsche, F. (2012). *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia de bolso. (Original publicado em 1887)
- Palombini, A. de L. (2009). Lacan, Deleuze e Guattari: escritas que se falam. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 39-42.
- Riaviz, V. N. (1998). *Alienação e separação: a dupla causação do sujeito* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Florianópolis.
- Roudinesco, E. (1967). L'Action d'une métaphore. *La pensée: Revue du rationalisme moderne. Arts. Sciences. Philosophie*, 162, 54-73.
- Roudinesco, E. (1988). *História da psicanálise na França: a batalha dos cem anos 1925-1985*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Sauval, M. (1962). *Notas de lectura de "Observación sobre el informe de Daniel Lagache"*. Recuperado em 11 fev. 2017 de <<http://www.sauval.com/angustia/s3lagache.htm>>.

NOTAS

- 1 “[...] la fiction du ‘pur être de désir’ comme un ensemble de pures singularités [...]”.
- 2 “[...] comme l’irrationnel par excellence, le paradoxe d’un lien inexistant, la négation de la copule, le manque dans toute sa nudité, pur vecteur, pur sens”.

Recebido em 27/06/2017
Aprovado em 19/09/2017

A INTERPRETAÇÃO PSICANALÍTICA: UM ESBOÇO DE FORMALIZAÇÃO

Vitor Hugo Couto Triska*
Marta Regina de Leão D'Agord**

RESUMO

A fim de investigar o fundamento da interpretação psicanalítica, propomos uma análise de algumas formalizações apresentadas nos livros 11 (1964), 16 (1968-1969) e 17 (1969-1970) dos seminários de Lacan. No primeiro é trabalhada a lógica da alienação e da separação para abordar a afânise do sujeito pelo significante. No segundo, a partir da formalização do campo do Outro, destaca-se o problema da verdade articulada a um elemento exterior ao campo do discurso e à falta de sentido. No terceiro, o matema do discurso do analista permite localizar o lugar de onde opera a interpretação psicanalítica. A comparação e aproximação entre essas três formalizações de diferentes momentos da obra de Lacan busca apontar a centralidade da questão do sentido e da verdade para uma compreensão crítica da interpretação psicanalítica.

Palavras-chave: interpretação; formalização; sentido; verdade.

L'INTERPRÉTATION PSYCHANALYTIQUE: UN ESSAI DE FORMALISATION

RÉSUMÉ

Afin d'étudier le fondement de l'interprétation chez Lacan, nous proposons une analyse des formalisations présentées dans trois de ses séminaires: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse (XI); D'un Autre à l'autre (XVI) et L'envers de la psychanalyse (XVII). Le premier (XI) porte sur la logique de

*Psicólogo, Psicanalista, Doutor em Psicologia Social e Institucional – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

**Psicóloga, Psicanalista, Doutora em Psicologia (UFRGS), Professora do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

l'aliénation et de la séparation pour approcher l'aphanisis du sujet par le signifiant. Dans le deuxième (XVI), à partir de la formalisation du champ de l'Autre, on détache la question de la vérité articulée à l'élément extérieur à l'univers du discours et au non-sens. Dans le troisième (XVII), le discours de l'analyste permet situer le lieu à partir duquel opère l'interprétation psychanalytique. Cette comparaison entre trois formalisations des différents moments de l'oeuvre de Lacan cherche établir la centralité de la question de la vérité et du sens pour une compréhension critique de l'interprétation psychanalytique.

Mots clés: interprétation; formalisation; sens; vérité.

A aproximação comparativa entre diferentes formalizações lacanianas não é óbvia; afinal, conforme apontado por diversos autores como Badiou (1968/2007), Milner (1995) e Rona (2012), os matemas de Lacan são escritas heterogêneas e *locais*. Cada um deles serve para abordar problemas teóricos específicos e localizados de maneira mais ou menos independente. Desse ponto de vista, os matemas tratariam de regiões do Real que não compõem um todo, isto é, um conjunto homogêneo e articulável. Podemos, contudo, a partir de uma leitura crítica, investigar aproximações possíveis que permitam extrair de diferentes matemas os elementos que sirvam para a construção de um fundamento comum para, entre outras, a questão da interpretação psicanalítica.

O DISCURSO DO ANALISTA: VERDADE E SEMIDIZER

$$\frac{a}{S_2} \rightarrow \frac{\$}{S_1}$$

Fig. 1: *o discurso do analista*
(Lacan, 1969-1970/1992)

Em *O avesso da psicanálise* (1969-1970/1992), seminário 17, Lacan apresenta os matemas de quatro discursos: do mestre, do histórico, do analista e do universitário. Abordaremos o discurso do analista, no qual o lugar ético a partir do qual opera o psicanalista produz um laço social específico. Nesse matema, no andar superior, o objeto *a* opera como *agente* e \$ ocupa o lugar do *outro*, enquanto que no andar inferior, por sua vez, S_2 , o significante do saber, encontra-se na posição da *verdade*

e S_1 , o significante mestre, aparece como a *produção*. Uma das leituras possíveis é que o analista, colocando-se a partir de sua falta-a-ser, isto é, presentificando uma falta (*a*) diante do analisante, destaca a dimensão de sujeito dividido (\$) deste, fazendo com que o saber (S_2) opere de modo a produzir atos psicanalíticos, significantes (S_1) que reordenam uma cadeia. Através dessa formalização Lacan também aborda o campo da técnica psicanalítica, principalmente pelos desdobramentos possíveis de S_2 no lugar da verdade, de modo que a interpretação e outras ferramentas técnicas são questões apresentadas de maneira articulada ao discurso do analista em *O avesso da psicanálise*.

Segundo Lacan (1969-1970/1992, p. 50; grifo nosso), “o que se espera de um psicanalista é [...] que *faça seu saber funcionar em termos de verdade*. É por isto mesmo que ele se confina a um semidizer”. Tal qual aparece no matema do discurso do analista, o semidizer seria justamente o saber funcionando como verdade, operando no campo do não-sentido como uma revelação que surge para além do campo da comunicação intersubjetiva entre dois lugares. Já no início de seu ensino, Lacan (1953/1998) chama de “fala vazia” a comunicação calcada no sentido e entre dois lugares, em oposição à “fala plena”, que desvela um saber remetido a um lugar terceiro e impessoal. A expressão francesa *ça parle*, traduzível por *isso fala*, dá conta dessa impessoalidade onde quem fala não é um dos *eus*, mas um lugar Outro. Assim, o semidizer lacaniano se caracteriza como “enunciação sem enunciado” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 49, lição de 14/01/70), o que corresponde à própria estrutura da interpretação, um dizer que não chega a atingir o estatuto de enunciado portador de sentido. A enunciação que atinge a dimensão da verdade é um dizer revelador que rompe o campo do sentido, portanto.

A partir desses desdobramentos extraídos do discurso do analista, destacam-se o não-sentido e a verdade como fundamentais à compreensão da interpretação. Buscando lançar luz sobre esses problemas, veremos a seguir de que forma esses elementos do seminário 17 se articulam a questões apresentadas em seminários anteriores, a saber, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964a/1998) e *De um Outro ao outro* (1968-1969/2008), que serão relidos criticamente neste artigo à luz da orientação lacanianiana de fazer o saber funcionar em termos de verdade.

ALIENAÇÃO

No seminário 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964a/1998), Lacan apresenta as noções de *alienação* e *separação*. O psicanalista toma o termo alienação da leitura marxista de Hegel, mas faz também uma leitura lógica a partir dos diagramas de Venn e dos teoremas de Morgan.

Dois círculos em intersecção são uma forma de representar uma proposição. Considerando cada círculo um termo ou classe, será sombreada a área que corresponde ao enunciado lógico em questão. Lacan utiliza a relação entre dois termos, *bolsa* e *vida*, a partir de uma popular disjunção: “a bolsa ou a vida”. Na figura 2, aparece sombreada a relação de intersecção “a bolsa e a vida”.

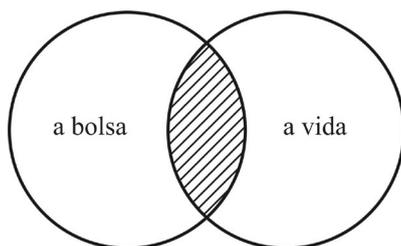


Fig. 2

(Lacan, 1964a/1998, p. 201)

Lacan aplica esses dois termos para realizar uma comparação à alienação constituinte, ou seja, seria um falso dilema escolher entre a bolsa e a vida, pois a bolsa sem a vida não teria utilidade. Intuitivamente, escolheríamos apenas a vida; trata-se, portanto, de uma escolha forçada e não de uma disjunção.

A vida e a bolsa serão transpostas para o campo do Outro e do sujeito, respectivamente. A intersecção entre os dois será a relação do sujeito com o não-sentido, de dois momentos lógicos nos quais ele se aliena e se separa do sentido. Ainda que essa teorização se dedique à constituição – antes lógica do que cronológica – do sujeito e à sua afânise, veremos como ela permite abordar a interpretação psicanalítica na sua relação com o saber e o não-sentido.

O termo latino *vel* equivale ao “ou” da disjunção inclusiva. Nesse caso, a escolha poderia ser a bolsa, a vida ou ambas. Aqui é importante situar o leitor quanto ao uso que Lacan fará do teorema de De Morgan para trabalhar o inconsciente como articulado ao não-sentido, isto é, como uma perda comum ao sujeito e ao Outro. Esse teorema mostra que a negação da disjunção de dois enunciados é logicamente equivalente à conjunção das negações dos dois enunciados (Copi, 1978). Assim sendo, dada a disjunção “ou a bolsa ou a vida”, seu correlativo será a conjunção das negações na forma de “nem a bolsa, nem a vida”.

Segundo Soler (1997, p. 60), a disjunção com a qual Lacan trabalha seria uma terceira forma, associada à expressão “escolha forçada”, em que um dos termos é sempre excluído. Convocando a operação de reunião entre dois conjuntos, há “um elemento que comporta que, qualquer que seja a escolha que se opere, há por consequência um *nem um, nem outro*” (Lacan, 1964a/1998, p. 200). Ou seja, trata-se de um elemento cuja escolha resulta na perda de ambos e, nesse exemplo, ele será a bolsa. Escolhendo-se a bolsa, perde-se a vida e, logo, também a bolsa (conjunção das negações: “nem a bolsa, nem a vida”). Escolhendo-se a vida, perde-se a bolsa, mas mantém-se uma vida privada da bolsa. De fato, a escolha fica resumida a manter ou não a vida, pois a bolsa será perdida em ambas alternativas. Na apropriação lacaniana da lógica da alienação há uma implementação, de modo que os elementos bolsa e vida darão lugar a *ser* (sujeito), *não-senso* e *sentido* (Outro), conforme a figura abaixo demonstra.

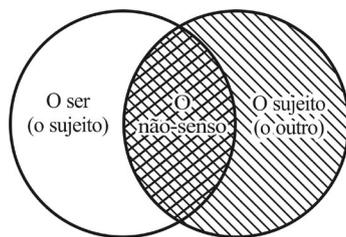


Fig. 3

(Lacan, 1964a/1998, p. 200)

Nesse momento lógico o sentido está atrelado ao Outro, enquanto que a intersecção entre sujeito (*ser*) e Outro é identificada ao não-

sentido (ou não-*senso*) – lugar do sujeito do inconsciente. Lacan assim apresenta a alienação: “Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso – escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso que é, falando propriamente, o que constitui, na realização do sujeito, o inconsciente” (1964a/1998, p. 200). Dado que toda determinação do sujeito é produzida por um Outro, e considerando-se seu estado de desamparo (*Hilflosigkeit*) inicial, a escolha pelo ser implicaria numa rejeição primordial do Outro e da possibilidade de advento do sujeito. Trata-se de uma escolha forçada pelo sentido no campo do Outro, escolha esta que inicialmente suprime a dimensão inconsciente do sujeito. A partir da concepção lacaniana de alienação, extrai-se uma oposição fundamental entre o sentido e o inconsciente, assim como uma aproximação deste ao não-sentido. Nesse momento, portanto, dá-se uma alienação à dimensão imaginária do Outro, o sentido, às custas da elisão do inconsciente.

Laurent (1997, p. 37) utiliza as fórmulas que J. A. Miller ofereceu em comentário sobre o Seminário 11. Essa leitura da alienação em Lacan permitirá uma articulação mais clara com o matema do discurso do analista. Notemos na figura abaixo que não há o lugar da falta, não há objeto *a*. Só o encontraremos mais adiante, no momento da separação.

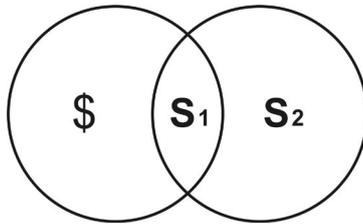


Fig. 4
(Soler, 1997, p. 61)

No trabalho de Miller, o sujeito é representado por \$, enquanto que o não-senso é substituído por S_1 e o sentido por S_2 . Aqui o S_1 (significante mestre) funciona como o significante unário e S_2 (saber) como o binário que produz sentido. Lembremos que no discurso do analista, por ocupar o lugar da verdade, S_2 produz semidizeres, isto é, significantes mestres

(S_1) fora do campo do sentido. O esquema acima, por sua vez, demonstra como S_2 funciona identificado ao campo do sentido no momento lógico da alienação. O significante, portanto, serve tanto à revelação da verdade quanto à produção do sentido, dependendo de como é trabalhado.

De acordo com a lógica da reunião, conforme proposta por Lacan, S_1 é um elemento pertencente a ambos os conjuntos que os círculos representam (o da esquerda possui os elementos \$ e S_1 , o da direita S_2 e S_1). Se a escolha se dá pelo sujeito (\$), perde-se o campo dos significantes, o Outro, pois o sujeito é decepado tanto de S_1 quanto do S_2 . Sem os significantes, sem a própria linguagem, perde-se também o sujeito, de maneira análoga ao que se dá na escolha da bolsa, onde tanto a bolsa quanto a vida são perdidas. Se, por outro lado, a escolha se dá pelo Outro, mantém-se o sentido produzido por S_2 , mas perdem-se o sujeito (\$) e o significante mestre que o produz (S_1) – a afânise. Como acontece quando se escolhe a vida, a bolsa é perdida. Por isso, estamos diante de uma escolha forçada pelo campo do Outro enquanto portador do significante que sustenta o sentido (S_2).

O sujeito estará alienado ao sentido (S_2) que afanisa sua causa (S_1), pois, assim como não há bolsa sem vida, o que Lacan propõe é que não há sujeito sem Outro. A escolha forçada é pelo sentido no Outro, excluindo o não-senso que revela a própria estrutura inconsciente, o Real. Aqui Lacan antecipa o que afirmaria mais diretamente em *R.S.I.* (1974-1975): o Real é aquilo que *ex-siste* ao sentido.

A alienação consiste nesse *vel* que [...] condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como afânise (Lacan, 1964a/1998, p. 199).

Na fala o sujeito está sempre dividido entre um significante apagado e outro cuja função opera como sentido. Esse movimento pode ser identificado no processo comum da fala quando, por exemplo, dizemos “dor” para completarmos com “mente” e formarmos “dormente”. “Mente” funciona como o S_2 do sentido apagando o S_1 “dor” que isoladamente teria produzido outro sentido. De forma simplificada, reconhecemos aqui a lógica da escansão. No caso de um lapso há alguma diferença.

Por exemplo, um analisante diz “foi na época em que eu *morri* com meu pai... digo, *morei* com meu pai”. Em se tratando de um ato falho, não seria preciso que uma letra fosse lida através da escuta, nem que uma escansão posterior fosse executada como no caso de “dormente”. “Morei”, enquanto tentativa de resgate do sentido original da frase planejada pelo paciente, é o apagamento do S_1 . Caberia ao analista somente destacar o *non-sens* do S_1 “morri”, impedindo o remendo de sentido tentado com o S_2 “morei”. Dessa forma, podemos extrair uma orientação técnica da seguinte frase de Lacan (1964a/1998, p. 208): “O de que o sujeito tem que se libertar é do efeito afanísico do significante binário [...]”.

Em “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise” (1912/1996, p. 132; grifos nossos), da mesma forma que pode ser observado em diversos pontos da obra, notamos que Freud dá singular importância ao estabelecimento do não-sentido nas associações do paciente, assim como da sua contrapartida por parte do analista, a saber, a atenção flutuante:

É errado determinar tarefas ao paciente, tais como coligir suas lembranças ou pensar sobre um período específico de sua vida. Pelo contrário, ele tem de aprender, acima de tudo [...], que *atividades mentais, tais como refletir sobre algo ou concentrar a atenção, não solucionam nenhum dos enigmas de uma neurose*; isto só pode ser efetuado ao se obedecer pacientemente à regra psicanalítica, que impõe a *exclusão de toda crítica do inconsciente ou de seus derivados*. Deve-se ser especialmente inflexível a respeito da obediência a essa regra com pacientes que praticam a arte de desviar-se para o debate intelectual durante o tratamento, que teorizam muito [...], evitam fazer algo para superá-lo.

O raciocínio e a reflexão, ou seja, o campo do sentido, alerta Freud, seriam antes entraves do que fomentos à livre associação. É a própria característica do inconsciente freudiano ser estranho a referências de sentido como a temporalidade, por exemplo. O que Lacan busca com suas formalizações é destacar a função do não-sentido produzido na fala, lugar do sujeito do inconsciente, ao qual Freud já havia sido sensível.

As ferramentas epistemológicas das quais Lacan se apropria, entre elas as topologias das superfícies e dos nós, justificam-se pela possibilidade de formalização a partir de referências geométricas não-euclidianas, isto é, alheias à experiência comum que temos do espaço

imaginizado em três dimensões. Se o discurso do analista destaca o funcionamento do saber no campo do *non-sens*, a formalização, por sua vez, promove uma matematização do Real enquanto *ex-sistência* ao sentido. Lacan rejeita assim a ideia de “boa forma” que constitui o *eu* e é correlato à hipótese pré-científica do movimento perfeitamente circular dos planetas. Da mesma forma que o geocentrismo seria solidário à concepção imaginária do mundo baseada na boa forma, o movimento elíptico descoberto por Kepler – que seria mais revolucionário do que as teorias heliocentristas (Lacan, 1972-1973/1985, p. 59) – representaria a passagem da intuição imaginária à representação simbólica via matematização. Assim como na ciência moderna, onde a matematização ataca a boa forma imaginária, a matematização lacaniana do Real visa um esvaziamento do sentido via formalização.

SEPARAÇÃO

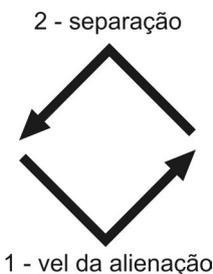


Fig. 5

(Lacan, 1964a/1998, p. 198)

Se na alienação observamos a forma lógica da reunião, na separação terá lugar a intersecção, colocando em questão a zona de intersecção entre sujeito e Outro. Separação e alienação estarão numa relação de retorno uma à outra. Muito embora Lacan empregue o termo separação, trata-se antes de uma aproximação e reconhecimento no Outro dos significantes determinantes do sujeito do que de uma separação do Outro. Se o aforismo lacaniano coloca que *o inconsciente é o discurso do Outro*, qualquer reconhecimento do sujeito do inconsciente não poderá se dar a partir de um afastamento do Outro. Lacan (1964a/1998, p.

202) inclusive acentua a raiz latina da palavra separação, onde encontra *engendrar*. Afastemos então a noção de separação enquanto desconexão ou afastamento do Outro, pois é uma separação do sentido o que está em questão.

Aquilo pelo que o sujeito encontra a via de retorno do *vel* da alienação é essa operação que chamei, outro dia, separação. Pela separação o sujeito acha, se podemos dizer, o ponto fraco do casal primitivo da articulação significante, no que ela é de essência alienante (Lacan, 1964a/1998, p. 207).

Qual seria o “ponto fraco do casal primitivo significante” S_1 e S_2 ? Ora, aquilo que toda articulação discursiva engendra, o objeto *a*. É isso que Lacan acentua na relação entre alienação e separação: “Pela função do objeto *a* o sujeito se separa, deixa de estar ligado à vacilação do ser, ao sentido que constitui o essencial da alienação” (1964a/1998, p. 243). Quando o objeto *a* opera, o sentido, que é “o essencial da alienação”, é suspenso – eis o fundamento da separação. Lembremos que é justamente o pequeno *a* que ocupa o lugar do agente no discurso do analista. Assim, ao presentificar a falta, o psicanalista contribui para o reconhecimento dos significantes mestres que, do Outro, determinam o sujeito da enunciação. Seguindo a esquematização de Miller citada por Laurent (1997), na separação, ao contrário do que vimos se dar na alienação, a dimensão da falta estará colocada através do objeto *a*.

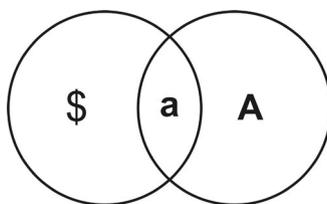


Fig. 6
(Laurent, 1997, p. 33)

Sendo o Outro o lugar dos significantes, uma substituição oportuna pode ser realizada para aperfeiçoar essa representação. É o que ocorre quando o *A*, do esquema acima, é substituído pelo par significante $S_1 \rightarrow S_2$.

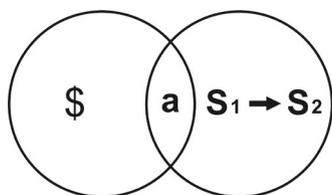


Fig. 7
(Laurent, 1997, p. 33)

Aqui se situam duas faltas, a do sujeito e a do Outro, que se recobrem no ponto de intersecção entre os dois campos. Destaca-se que o sujeito não pode ser inteiramente representado no Outro, pois este é insuficiente. Se uma primeira falta, dada pelo caráter parcial das pulsões, marca a barra sobre o sujeito, a segunda falta, no Outro, será designada pelo objeto a que marca o par significativo $S_1 \rightarrow S_2$. Lacan identifica a falta do Outro, lacunas no discurso, aos “por quês” das crianças que indagam os adultos, colocando a dimensão do enigma do desejo do adulto (Lacan, 1964a/1998, p. 203). De outro lado, a sua própria falta, enquanto perda, é o primeiro objeto que a criança oferece ao desejo enigmático dos pais. O vazio como um campo de relação entre $\$$ e A já estava representado em *A identificação* (1961-1962) na figura dos dois toros abraçados, o que reforça a não arbitrariedade dos esquemas de Lacan, mas antes desenvolvimentos racionais de um pensamento contínuo.

É no intervalo entre esses dois significantes que vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro com o qual ele tem que lidar [...], a mãe, no caso. É no que seu desejo está para além ou para alguém no que ela diz, do que ela intima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito (Lacan, 1964a/1998, p. 207).

Se na alienação o sujeito tem seu significante determinante afanizado, o S_1 , a separação, representa a suspensão do significante binário do sentido e um encontro com o lugar de intersecção com o Outro onde o sujeito não encontrará mais S_1 , mas o objeto a . Ao livrar-se do sentido, portanto, entra em cena a causa de desejo do sujeito. Lembramos aqui

da oposição entre desejo e gozo. Abandonar o gozo do sintoma requer suportar a falta. É na passagem do gozo ao desejo causado pelo pequeno *a* que a queda de sentido acontece.

Através da separação Lacan antecipa o que proporia de forma mais clara alguns anos depois em *O ato psicanalítico* (1967-1968), a saber, o final de análise como a travessia de analisante para analista. Assim, se a transferência tende a uma identificação idealizada ao analista, ao amor, fomentando sua face de resistência, cabe à função do desejo do analista reorientar a demanda em relação ao lugar de falta no qual se apoia o desejo. Trata-se, portanto, de uma possível formalização da formação do analista. O desejo do analista, essencial à direção do tratamento, coincidirá com a função do objeto *a*. Reforça-se assim a pertinência do discurso do analista, uma formalização na qual, retomemos, o objeto *a* opera como agente.

O OUTRO NÃO-TODO

A questão do sentido e não-sentido é central na concepção lacaniana da interpretação, visto que esta se propõe a “fazer surgir elementos significantes irreduzíveis, *non-sensical*, feitos de não-sentido” ou “isolar no sujeito um coração [...] de *non-sense*” (Lacan, 1964a/1998, p. 236). Lacan, portanto, caracteriza a interpretação como uma operação do significante que produz o não-sentido. Caminho aberto por Freud, conforme vimos, quando, em seus textos sobre técnica, recomenda fortemente a regra fundamental para evitar que o paciente racionalize suas associações através de trabalho intelectual, mas também em seus fundamentais trabalhos sobre os sonhos e as demais formações do inconsciente.

Em *De um Outro ao outro* (1968-1969/2008) o recalque primário é considerado o elemento que organiza uma estrutura enquanto ausente do campo discursivo, o primeiro saber não-sabido. Notemos que no esquema alienação-separação é S_1 que está inacessível, identificado ao lugar da falta. No seminário 16, porém, conforme mostra o esquema abaixo, é S_2 que faz essa função. Isso demonstra que a álgebra lacaniana não é usada de maneira fixa, de modo que em diferentes formalizações o mesmo elemento pode adquirir distintas funções. Uma compreensão

crítica dessas formalizações é, por isso mesmo, necessária, uma vez que elas não podem ser lidas de maneira unívoca e fechada.

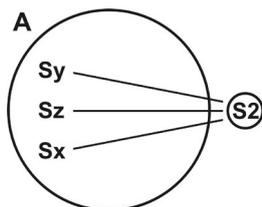


Fig. 8
(Lacan, 1968-1969/2008, p. 74)

Em outras palavras, o que se articula de uma configuração de significantes não significa, de maneira alguma, que se possa totalizar a configuração inteira, isto é, o universo assim constituído. Muito pelo contrário, esse universo deixa tal conjunto fora de seu campo, como não podendo ser situado como uma de suas partes, mas apenas articulado como elemento numa referência a outros conjuntos assim articulados (Lacan, 1968-1969/2008, p. 192).

Inspirado em Russell e Gödel, Lacan concebe o Outro como um universo faltante, que não pode ser totalizado. No esquema acima S_2 é o subconjunto que contém os demais significantes que não contém a si mesmos. Dado o paradoxo acerca de S_2 incluir a si mesmo, Lacan (1968-1969/2008, p. 74) conclui que ele deve necessariamente estar fora do universo de discurso. Se o Outro não contém todos os significantes, ele não é todo, porta uma falta. Trata-se de mais uma formalização que busca dar conta da potência conceitual do objeto a , fundamental para a construção do lugar de onde opera o analista.

Discutindo a posição do sujeito em relação ao par significante e o objeto, Miller afirma:

$S_1 - S_2$ quer dizer que o sujeito não poderia encontrar no significante designação própria, representante absoluto, identidade precisa. O sujeito do inconsciente não tem nome no Outro do significante. O que o detém, o que o fixa, é o objeto. A certeza subjetiva está sempre no nível do objeto. Na fala, o sujeito experimenta a despossessão de si, da “falta-a-ser” ($\$$), particularmente da falta-a-ser representada por *um* significante. [...] O sujeito do significante é sempre deslocado, e falta de ser (Miller, 1996, p. 100-101).

Dada a oposição lacaniana entre saber e verdade, onde esta é uma insuficiência de saber no Outro, a afirmação de Miller serve de desdobramento para o aforismo destacado neste artigo, a saber, que o analista deve *fazer o saber funcionar como verdade*. Há um significante que necessariamente remete à falta-a-ser do sujeito, o que, como demonstrado na esquematização alienação-separação, é um campo de intersecção entre sujeito e Outro. Na formalização do seminário *De um Outro ao outro* apresentada acima, esse significante é representado por S_2 . Em outros momentos do mesmo seminário, Lacan (1968-1969/2008, p. 177) simplesmente colocará um pequeno *a* no conjunto A (Outro) para representar esse lugar de falta, o qual o semidizer evoca.

O NÃO-SENSO E A FALTA

Vimos que no processo de alienação há um significante unário que fica afanizado pelo binário, porém, quando há o retorno sobre o primeiro significante (separação), encontra-se ali uma falta. Para tanto, é necessário suspender o efeito de sentido ao qual serve o significante binário. Em outras palavras: através de um semidizer, fazer com que o saber opere como uma verdade, não como sentido. O que se dá no processo alienação-separação é a alternância entre queda de sentido (efeito de verdade enquanto presença da falta no Outro) e a sua produção. Há um significante que desencadeia o processo, mas que desaparecerá. É necessariamente o significante que, fora de qualquer operação de sentido, remete à falta (objeto *a*) do universo de discurso (Outro).

Ora, de que tratamos: da falta de um significante ou da falta de sentido? Será a mesma coisa? Em *De um Outro ao outro* encontramos uma relação direta entre a falha no Outro e um significante com o qual o sujeito se identificaria em último termo (Lacan, 1968-1969/2006, p. 83). Do par significante que produz o sujeito haverá sempre um elemento incluído e outro excluído do Outro, remetido ao seu vazio; por isso que fazer surgir o significante que remete à falta do Outro é operar no não-senso, ao mesmo tempo que o não-senso convoca o lugar de falta que sustenta o desejo do sujeito. É essa ideia que ao longo da obra de Lacan fundamenta as numerosas referências à divisão do sujeito, como a figura de que está com “um pé fora e

um pé dentro” do Outro (Lacan, 1968-1969/2008, p. 292) ou que ele “não persegue mais que uma metade de si mesmo” (1964a/1998, p. 178).

A intervenção sobre a repetição de fonemas, por exemplo, identifica no eixo sincrônico do discurso os significantes determinantes do sujeito no Outro. Tal tipo de pontuação retira o sentido, reduz o significante simbólico à sua dimensão de letra real, faz com que o saber funcione como verdade. A escuta, devidamente marcada por escansões e citações, ao isolar um elemento fonético da fala, faz surgir um significante a mais, destacado do campo do sentido e remetido ao desejo. Segundo Lacan, “A interpretação não visa tanto o sentido quando reduzir os significantes a seu não-senso, para que possamos reencontrar os determinantes de toda a conduta do sujeito” (1964a/1998, p. 200-201). Não há nenhuma explicação por parte do analista sobre um possível significado da escansão realizada, o analista não traz de volta o sentido na comunicação, pois, pelo contrário, pode com esse ato terminar a sessão, deixando ao próprio analisante a tarefa inescapável de um novo retorno ao sentido através do movimento separação-alienação.

Em *A lógica do fantasma* (1966-1967/2002, lição de 14/12/66), Lacan já havia identificado o significante da interpretação, o que desencadeia o efeito de verdade, como um significante a mais, “demais”, no universo de discurso, identificado justamente a sua falta. Em *De um discurso que não fosse semblante* (1971/2009), Lacan retoma a suspensão de S_2 enquanto *Vorstellungsrepräsentanz*, representante da representação, para propor a interpretação em termos de *efeito de verdade*:

Ela só é verdadeira por suas consequências, tal como o oráculo. A interpretação não é submetida à prova de uma verdade que se decida por sim ou por não, mas desencadeia a verdade como tal. Só é verdadeira na medida em que verdadeiramente seguida. [...] O momento em que a verdade se decide unicamente – de seu desencadeamento para aquele de uma lógica que vai tentar dar corpo a essa verdade – é, muito precisamente, o momento em que o discurso, como representante da representação, é dispensado, desqualificado. Mas, se ele pode sê-lo, é porque, em alguma parte, ele o é desde sempre. É a isso que chamamos recalque. Já não é uma representação que ele representa, é essa série de discurso que se caracteriza como efeito de verdade (Lacan, 1971/2009, p. 13-14).

“Verdadeiramente seguida”, pois não é senão depois, num *après-coup*, que o efeito de verdade se dá; uma sequência de discurso alheia ao sentido, ou seja, libertada do efeito afanísico do *Vorstellungsrepräsentanz*, significante binário. Interessante notar que Lacan assinala que está aí o recalque, no efeito de verdade, e não num lugar submerso como um saber oculto. Tal ponto de vista é reforçado por alguns psicanalistas que utilizam a banda de Moebius como representação da relação consciente-inconsciente, demonstrando uma continuidade sem barreiras que delimitem que uma zona está acessível e outra escondida, ou que há uma que está em cima e outra embaixo, ou seja, a superfície é uma só. Então, é num jogo de continuidade, de sequência na série de significantes que está o sujeito do inconsciente, representado por um significante para outro significante.

REFLEXÕES FINAIS

Ainda que inicialmente divulgado como um retorno a Freud, o ensino de Lacan propõe diversas teorizações originais e não redutíveis à obra freudiana, permitindo novas concepções e ferramentas técnicas. Ao considerar a afirmação de Lacan (1964b/1998) segundo a qual “o inconsciente é o que dizemos”, Coutinho Jorge (2008, p. 80) comenta que “o inconsciente não se encontra num suposto mais-além da linguagem, nem em qualquer profundidade abissal ou oculta; ele se acha nas palavras [...]”. Na materialidade das palavras, isto é, nos ditos, há um dizer, ou melhor, semidizer que é equívoco e *non-sens*, objeto não de um ouvir, mas de uma escuta flutuante. A ideia de um inconsciente articulado pelo não-sentido dos significantes opõe-se à noção de inconsciente enquanto conteúdos submersos e profundos, produzindo uma nova perspectiva de interpretação em psicanálise. Esta não estaria baseada na atribuição de um sentido velado e inconsciente a alguma formação do inconsciente, mas na escuta e leitura dos significantes cujos sentidos podem ser suspensos. Nesse sentido, a interpretação lacaniana se dedica tanto ao destaque do não-sentido da linguagem quanto à falta no Outro. Eis a importância da oposição entre saber e verdade, pois, para Lacan, nem toda verdade pode ser apreendida pelo saber, isto é, nem toda verdade inconsciente será sabida. É para esse ponto de impossibilidade radical que a interpretação lacaniana aponta.

REFERÊNCIAS

- Badiou, A. (2007). *Le concept de modèle: introduction à une épistémologie matérialiste des mathématiques*. Librairie Arthème Fayard. (Original publicado em 1968)
- Copi, I. M. (1978). *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou.
- Coutinho Jorge, M. A. (2008). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*, v. I, 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Freud, S. (1996). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912)
- Lacan, J. (1961-1962). *L'identification*. Recuperado em 10 jan. 2017 de <staferla.free.fr>.
- Lacan, J. (1967-1968). *O ato psicanalítico*. Escola de Estudos Psicanalíticos. (publicação para circulação interna e uso dos membros)
- Lacan, J. (1974-1975). *R.S.I.*. Recuperado em 12 fev. 2014 de <gaogoa.free.fr>.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1972-1973)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1969-1970)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1964a)
- Lacan, J. (1998). Posição do inconsciente. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1964b)
- Lacan, J. (2002). *La lógica del fantasma: seminário 14*. Escuela Freudiana de Buenos Aires. Tradução de Carlos Ruiz. (publicação não comercial). (Seminário original de 1966-1967)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1968-1969)

- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1971)
- Laurent, E. (1997). Alienação e separação I. In Feldstein, R, Fink, B., & Jaanus, M. (Orgs.), *Para ler o seminário 11 de Lacan* (p. 31-41). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Miller, J.-A. (1996). *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Milner, J.-C. (1995). *L'Oeuvre claire: Lacan, la science, la philosophie*. Paris: Seuil.
- Rona, P. (2012). *O significante, o conjunto e o número: a topologia na psicanálise de Jacques Lacan*. São Paulo: Annablume.
- Soler, C. (1997). O sujeito e o Outro II. In Feldstein, R, Fink, B., & Jaanus, M. (Orgs.), *Para ler o seminário 11 de Lacan*, p. 58-67. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido em 21/01/2017

Aprovado em 22/08/2017

O SENSACIONISMO, O PRIMADO ESTÉTICO-FILOSÓFICO DO POETA ALBERTO CAEIRO E A PROPOSTA PSICANALÍTICA DA ATENÇÃO FLUTUANTE

Ana Rosa Gonçalves de Paula Guimarães*
Caio César Souza Camargo Próchno**

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar como se constitui o sensacionismo almejado nos poemas e na filosofia do heterônimo pessoano Alberto Caeiro e, também, o conceito de atenção flutuante proposto por Freud, complementado por Bion e por outros psicanalistas contemporâneos, como Bollas, Ferro e Nasio, a fim de observar as possíveis convergências e divergências acerca de ambos os conceitos no campo literário e psicanalítico. Partindo-se da interface psicanálise e literatura, foi pesquisada a proposta de Fernando Pessoa quanto à estética lançada na poesia de Alberto Caeiro e, após isso, levantou-se o conceito de atenção uniforme e parcialmente suspensa do campo psicanalítico, para, posteriormente, realizar a articulação entre os dois campos de conhecimento e entre os dois conceitos apresentados.

Palavras-chave: sensacionismo; atenção flutuante; psicanálise.

THE SENSATIONALISM, THE AESTHETIC-PHILOSOPHICAL PRIMACY OF THE POET ALBERTO CAEIRO AND PSYCHOANALYTIC PROPOSAL FLOATING ATTENTION

ABSTRACT

The objective of this study is to present how sensationism is sought in the poems and philosophy of the heteronymous personae Alberto Caeiro and also the concept of floating attention proposed by Freud, complemented by Bion and other contemporary psychoanalysts such as Bollas, Ferro e Nasio, in

*Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia, MG, Brasil.

**Professor Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia, MG, Brasil.

order to observe the possible convergences and divergences about both concepts in the literary and psychoanalytic field. Starting from the interface between psychoanalysis and literature, Fernando Pessoa's proposal for the aesthetics of Alberto Caieiro's poetry was researched and, after that, the concept of uniformly and partially suspended attention was lifted from the psychoanalytic field, to articulate the two fields of knowledge and between the two concepts presented.

Keywords: sensationism; floating attention; psychoanalysis.

A chamada grande literatura é de importância fundamental para a psicanálise, porque a narração ficcional de fatos novos integra acontecimentos reais ou verossímeis. Fatos se misturam em tempo e espaço, despertando no leitor horizontes inéditos e o envolvendo em situações emocionais novas ou recordadas. Assim, ambas as práticas, tanto a literária quanto a psicanalítica, atrelam-se ao despertar no Outro a reflexão, a identificação, o estranhamento e as originais possibilidades de posicionamento ou pensamento frente ao mundo e às circunstâncias.

Os psicanalistas como Freud e Bion frequentemente ressaltaram que a literatura contribui fortemente para o conhecimento do ser falante e, portanto, para a formação do analista. A literatura será, portanto, útil à análise e ao analista essencialmente, pois no texto o escritor convida seu leitor a não se ater justamente à coerência ou à elaboração secundária da linguagem emitida. Pode-se escutar, assim, uma verdade do inconsciente pelo meio constituído pela literatura, porém o analista é mais apto a ouvir os anseios, a angústia e o desejo de seu analisando, para interpretá-los.

Afigura-se, na psicanálise freudiana, de acordo com as pesquisas de Sampaio (2005), a presença da literatura: íntima e estrangeira, aliada e inimiga, objeto de fascínio e ao mesmo tempo de afastamento. Campo de ilusões e de disfarces, máscara enganadora, mas ao mesmo tempo companheira imprescindível na infundável sondagem da alma humana.

É à natureza do objeto da psicanálise que Freud remete, pois, o efeito literário de seus relatos clínicos. Para esclarecer a natureza do psiquismo, enquanto processo de produção de sentido, para pôr à mostra seu estofo ou material constituinte, é necessário recorrer a uma atitude semelhante àquela que adota o ficcionista; é necessário permitir a emergência do imaginário, da capacidade imaginativa e narrativa,

caso contrário não se dará conta daquilo que é da natureza mesma do psiquismo: o esforço permanente de significar e interpretar a própria experiência em seu decorrer na história. Na pormenorizada descrição de pensamentos e associações, no estabelecimento da sucessão de eventos significativos pelo sujeito, na reunião de estilhaços da experiência que escapam à possibilidade de significação, é ali que encontra a psicanálise a possibilidade de acesso a seu objeto (Sampaio, 2005, p. 167).

Conforme as contribuições de Sampaio (2005), ao tomar a literatura como modelo de uma construção científica, Freud conduziu o sujeito, já não mais um sujeito da razão, mas um sujeito atravessado pela ordem das paixões, no centro mesmo da produção da realidade, um sujeito inconsciente, que não pode ser considerado em si mesmo, mas como uma produção empreendida pelo imaginário.

O alcance da psicanálise e da literatura como formas de apreciação da condição humana, refere-se, para Rancière (2009), ao conceito do inconsciente freudiano, que se apoia na literatura e nas artes em geral, ao mesmo tempo assinalando relações de cumplicidade e de conflito com a estética. Os estudos estéticos de Freud marcam a inscrição do pensamento analítico na interpretação do pensamento estético uma vez que é desenvolvido sobre os elementos da arte e no qual se procura dizer em que a arte consiste enquanto informações do pensamento: o inconsciente é estabelecido e efetivado porque ele já existe fora do terreno propriamente clínico e no âmbito de identificação das obras de arte e da literatura.

Através da leitura do conto *Der Sandman* [O homem de areia], do escritor romântico alemão, E. T. A. Hoffmann, Freud foi incitado a escrever o seu artigo: *Das Unheimliche* [O inquietante] (1919/2010). O sentimento da “inquietante estranheza familiar”, tal como seria a melhor tradução para a palavra alemã, descrito pelo psicanalista é, nesse sentido, o produto fundamental de análise do conto acerca do fenômeno do duplo e das manifestações derivadas do inconsciente. Freud inclina-se a trabalhar com outras camadas da vida psíquica; com emoções atenuadas, que dependem de fatores concomitantes constituídos pelo material oferecido pela estética.

O inquietante poderia ser nomeado enquanto uma espécie de elemento assustador que retoma algo conhecido e bastante familiar. A

vivência da sensação de estranheza, da “inquietante estranheza familiar”, depende de condições simples e tem uma abrangência das mais complexas.

O sentimento do inquietante, portanto, de acordo com Freud (1919/2010), está diretamente ligado à figura do Homem de areia, visto que o medo de ferir ou perder os olhos, como destaque em um dos temas da narrativa, é uma angústia infantil, embora muitos adultos ainda a conservem. Nos estudos psicanalíticos do autor acerca dos sonhos, das fantasias e dos mitos, o medo em relação a ficar cego é frequentemente um substituto para o medo da castração. O ato de cegar-se, que remete a Édipo, é uma forma amenizada do castigo da castração. Ainda, sobre o aspecto inquietante do Homem de areia, Freud refere-se ao angustiado complexo infantil da castração e ao retorno do recalçado.

Alberto Caeiro, como heterônimo e mestre até mesmo de Fernando Pessoa ortônimo, em sua poética confere ao movimento sensacionista, primado filosófico e estético, a sensação como única realidade da vida. Freud (1995; 1940 [1938]/1996), contudo, aponta que o inconsciente é constituído por pensamentos e por pensamentos inconscientes, sendo que o campo pulsional não é dividido entre o pensar e o sentir.

A atividade do aparelho mental regula os sentimentos de prazer e desprazer: sentimentos desagradáveis estão relacionados a um aumento de quantidade de energia no aparelho psíquico, e o prazer relaciona-se à diminuição do estímulo. Para Freud (1995), o pensar produtivo, que é o alicerce de todo o pensar, visa repetir a vivência de satisfação ao trabalhar com ocupações psíquicas.

Na psicanálise, aquilo que permite ao analista estar livre de julgamento, de antecipações, focalizando o tempo presente e tentando estar acessível ao que é verbalizado de novo, de diferente no campo do discurso e comportamento do analisando, recebe o nome de atenção flutuante. No entanto, Freud (1995) ressalta que, no julgar primário, não se introduzem modificações no curso associativo, pois ele apenas compara o complexo perceptivo presente com a imagem do objeto de desejo, mas no curso eliminador está completamente sob o domínio das associações estabelecidas na vivência da satisfação.

Portanto, o objetivo deste estudo é o de apresentar uma leitura acerca do “sensacionismo” almejado nos poemas e na filosofia do

heterônimo pessoano Alberto Caeiro, desenvolver o conceito de atenção uniformemente suspensa de Freud e de “sem memória, sem desejo e sem ânsia de compreensão”, proposto por Bion (1967/2016), a fim de observar as possíveis convergências e divergências ao modo de percepção da realidade em ambas as práticas: a proposta pelo poeta e o conceito psicanalítico.

Foi feita a apresentação do poeta Fernando Pessoa e seu heterônimo Alberto Caeiro e uma breve apresentação do que é constituído como sensacionismo; em seguida, enfocou-se a questões da atenção flutuante – atenção uniformemente e parcialmente suspensa – a partir das formulações feitas por Freud (1912/1996; 1923 [1922]/1996) e do conceito de “sem memória, sem desejo e sem ânsia de compreensão”, desenvolvido por Bion (1967/2016), e a complementaridade de tal conceito, vindo a ser proposto pelos psicanalistas contemporâneos, como Bollas (2012), Ferro (2011) e Nasio (2010), a fim de observar a significância permeada pela temática. A articulação com o objetivo geral da pesquisa congrega uma leitura da poética de Alberto Caeiro e os elementos da regra fundamental da psicanálise – a atenção flutuante.

O MODERNISMO: FERNANDO PESSOA E ALBERTO CAEIRO

Fernando Pessoa nasceu em Lisboa, no dia 13 de junho de 1888. Em 1896, sua família se transfere para a cidade de Durban, na África do Sul, onde ele cursa o secundário e cedo revela sua vocação para a literatura. Em 1903, ingressa na Universidade do Cabo. Fernando Pessoa, educado em inglês, adquire gosto pela poesia lendo Milton, Byron, Edgar Allan Poe e outros poetas de língua inglesa (Reis, s.d.).

Em 1915, a revista *Orpheu* foi fundada por Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro e outros amigos, como Almada Negreiros e Luís de Montalvor, o que representou o marco inicial do Modernismo em Portugal.

Ao escrever sobre Fernando Pessoa, o poeta mexicano Octavio Paz (1982) declara que os poetas não têm biografia, pois sua obra é sua biografia. Afirma, ainda, que, no caso de Pessoa, nada em sua vida é surpreendente, exceto seus poemas. Homem de vida pública modesta dedicou-se a inventar. Por meio da poesia, criou outras vidas, despertando, assim, o interesse por sua própria vida tão pacata. Tornou-se, portanto, o enigma em pessoa.

Mais do que meros pseudônimos, outros nomes com os quais um autor assina sua obra, os heterônimos são invenções de personagens completos, que têm uma biografia própria, estilos literários diferenciados e que produzem uma obra paralela à do seu criador. Além disso, Fernando Pessoa viveu durante os primórdios do Modernismo, uma época em que a arte se fragmentava em várias tendências simultâneas, as chamadas vanguardas: Expressionismo, Futurismo, Dadaísmo, Surrealismo e muitas outras. Fernando Pessoa, introdutor das vanguardas modernistas em Portugal, ao se dividir levou a fragmentação da arte moderna às últimas consequências. Ainda sobre os heterônimos, Pessoa explicou em detalhes a “vida” de cada um de seus heterônimos. Com isso, apresenta a vida do mestre de todos, Alberto Caeiro:

Nasceu em Lisboa, mas viveu toda a sua vida no campo. Não teve profissão, nem educação quase nenhuma, só instrução primária; morreram-lhe cedo pai e mãe, e deixou-se ficar em casa, vivendo de uns pequenos rendimentos. Vivía com uma tia velha, tia-avó. Morreu tuberculoso (Pessoa, 2006, p. 14).

Como mestre dos outros heterônimos e do próprio Fernando Pessoa ortônimo, Caeiro, ao contrário destes, conseguiu submeter o “pensar ao agir”, o que lhe permitiu ambicionar: viver sem dor; envelhecer sem angústia e morrer sem desespero; não procurou encontrar sentido para a vida e para as coisas que o envolviam; sentir sem pensar e ser um ser uno (não fragmentado).

Pessoa cria uma biografia para Caeiro que se encaixa com perfeição à sua poesia, como se pode observar nos 49 poemas da série: *O guardador de rebanhos*, *O pastor amoroso* e em *Poemas inconjuntos*. Esse processo criativo espontâneo traduz exatamente a busca fundamental de Alberto Caeiro (Pessoa, 2006, p. 14), a busca pela completa naturalidade:

Eu não tenho filosofia: tenho sentidos...
 Se falo na natureza não é porque saiba o que ela é.
 Mas porque a amo, e amo-a por isso,
 Porque quem ama nunca sabe o que ama
 Nem por que ama, nem o que é amar...

Caeiro escreve com linguagem simples e o vocabulário limitado de um poeta camponês pouco ilustrado. Pratica o realismo sensorial, em uma atitude

de rejeição às elucubrações da poesia simbolista. Adere à temporalidade estática, cuja vivência é o presente, porque não pretende ter conhecimento do passado e nem mesmo do futuro. É um tempo objetivo que coincide com a sucessão dos dias e das estações. Desse modo, o poeta prende-se à eterna novidade do mundo, ao relacionamento direto com o Universo.

O poeta coloca-se, portanto, como inimigo do misticismo, que pretende ver “mistérios” por trás de todas as coisas, porque “pensar é estar doente dos olhos” – ou seja, os conceitos se reduzem às coisas. Como antimetafísico, deseja abolir a consciência dos seus próprios sentimentos ou “vício de pensar”, pois, segundo Caeiro, “as coisas não têm significação: têm existência, a qual é o seu próprio significado” (Pessoa, 2006, p. 79). Faz da oposição à reflexão a matéria básica das suas reflexões, as quais, nesse paradoxo, se aproximam da atitude zen-budista de pensar para não pensar, desejar não desejar. Caeiro busca ver as coisas como elas são, sem refletir sobre elas e sem atribuir-lhe significados.

Tenta-se, então, captar na sua essência irreduzível os fundamentos e motivações desse sensacionismo que alimenta os heterônimos pessoanos. Caeiro é o poeta das sensações verdadeiras, pois cultua os cinco sentidos, com predomínio das sensações visuais e auditivas. De acordo com Reis (s.d.), em um texto escrito por volta de 1916 Pessoa esboçara alguns princípios constitutivos de sensacionismo:

Para passar de mera emoção sem sentido à emoção artística, ou susceptível de se tornar artística, essa sensação tem de ser intelectualizada. Uma sensação intelectualizada segue dois processos sucessivos: é primeiro a consciência numa sensação de ordem diferente; é, depois, uma consciência dessa, e esse fato de haver consciência, isto é: depois de uma sensação ser percebida como tal – o que dá a emoção artística – essa sensação passa a ser percebida como intelectualizada, o que dá o poder de ela se expressar. Temos, pois: a sensação, puramente tal. A consciência da sensação, que dá a essa sensação um valor, e, portanto, um cunho estético. A consciência da sensação, de onde resulta uma intelectualização, isto é, o poder de expressão (Reis, s.d., p. 190).

Para Reis (s.d.) a relação do sensacionismo de Alberto Caeiro com o Modernismo se efetua a partir de seus mais salientes vetores ideológico-culturais e se explica pela função de reação ao tempo da modernidade.

Em um contexto histórico-cultural muito sensível ao progresso da técnica e vivendo ainda as sequelas do racionalismo positivista, Caieiro prefere afirmar diretamente a precariedade existencial do homem e a necessidade de, por força dessa precariedade, recuperar a inocência perdida que, somente pelo contato com a Natureza, é possível reencontrar. Mas, ao mesmo tempo, Caieiro despreza também as alternativas espiritualistas que o pensamento ocidental, na passagem do século XIX para o século XX, brandia contra as ilusões da técnica e da ciência.

Perfilhando o sensacionismo como filosofia de vida e processo de conhecimento, Caieiro não se limita a recusar uma cosmovisão de proveniência romântica, de natureza idealista e fundada, no que à criação artística diz respeito, no princípio da inspiração como atitude irracional; para além disso, a afirmação do primado das sensações e, mais do que isso, a sua dupla intelectualização (que permite uma expressão artística em que o intelecto disciplina a emoção) podem ser entendidos como reação epocal bem determinada: contra qualquer tipo de preocupação metafísica. O que acaba por conduzir a um ceptismo (científico, filosófico, religioso) que Caieiro assume de forma frontal e algo desenvolto (Reis, s.d., p. 191).

Ao usar a linguagem, Caieiro recorre naturalmente a uma rede de nomes que o faz mergulhar em uma atmosfera inventada que compromete e particularmente anula o desejo de apropriação do real sem interposição de filtros e nem intermediários. E, no entanto, o poeta esforça-se nesse sentido, ao conceber uma poética da simplicidade que refuta convenções ou tradições instituídas: a razão e a metafísica. Contudo, há um paradoxo, pois Caieiro é avesso à filosofia e às crenças ideológicas, mas propõe a sua teoria do não-pensar.

O realismo ingênuo pretendido por Caieiro crê na percepção das coisas realmente, isto é, os sentidos direcionam a representação do mundo: não nega haver ilusões da percepção, mas reivindica a forma com que os objetos são apresentados, não estando na mente, mas fora dela. O poeta, com isso, deseja estar distante do realismo científico, contudo, ao adotar a teoria do não-pensar valoriza a impossibilidade de uma realidade pré-discursiva, ou seja, a incapacidade para se abarcar o inassimilável diante das experiências da existência, do desconhecido e do infinito.

A ATENÇÃO FLUTUANTE

Freud, referindo-se ao tratamento de Anna O., em 1882, aponta Breuer como aquele a quem deva ser concedido o mérito de ter trazido a psicanálise à luz. A paciente apresentava alucinações e solicitou não ser interrompida em sua fala, pois “queria limpar sua chaminé” (*chimney sweeping*), “curar-se pela palavra” (*talking cure*), ou seja, a emoção seria expulsa pela eliminação sistemática dos afetos ligados às emoções. Com isso, a partir desses “diálogos-experiências” ocorre a “catarse”, diz Breuer, em referência ao rito antigo de “purificação da alma” (Fingermann, 2007; Forbes, 2009).

A inspiração de Freud para com a criação da regra fundamental da psicanálise – a associação livre – veio por meio do escritor alemão, Ludwig Börne, em “Como se tornar um escritor original em três dias”. A sugestão no livro era de que: “Durante três dias consecutivos, escreva tudo que lhe vier à cabeça. Você ficará espantado diante dos pensamentos originais e surpreendentes que saíram de sua mente” (Forbes, 2009, s.p.). Portanto, para Mezan (1995), o que Freud postula como sendo a regra fundamental da psicanálise é, justamente, a livre associação, ou seja, a suspensão da crítica lógica e da censura moral exercida sobre os processos mentais. Convidar o paciente a “dizer tudo o que lhe venha à cabeça” equivale a abandonar-se à aparente ilogicidade do processo primário. O inconsciente é o pulsional, o arcaico, as representações e afetos governados pelo processo primário e pelo princípio do prazer.

Sendo assim, o saber surgiria a partir de um método, porque o que foi dito ganharia um novo sentido ao possibilitar a saída da cena imediata – ego a ego (eu e você) – para outra cena, outro lugar, onde aquilo que é dito ganha um curso novo que ultrapassa aqueles dois – analista e paciente – que estão conversando.

A linguagem é a condição do inconsciente, pois é a condição do humano: alienado e forçado à sua “representação” pelo sistema de signos que possui, está fadado à divisão, ao desvanecimento e à intermitência. O “Penso, logo sou” cartesiano marca curiosamente a partição entre o “eu sou” e o “eu penso” (Fingermann, 2007, p. 25).

Os conceitos para Fingermann (2007) permitem apreender a função da fala no campo da linguagem na técnica analítica – seus significados e significantes. A associação livre, entre dizer tudo e dizer qualquer coisa,

trabalho forçado sem escapatória, tende à posse do dito e de sua estrutura, assim como do não dito e das vontades de costura que ele implica. A transferência orienta esses dois eixos, e seu manejo pelo analista divulga sua coerência mais do que denuncia a sua patologia. Já a atenção flutuante é um procedimento fundamental do tratamento da inscrição do neurótico e, também, como a contrapartida do analista à associação livre do paciente.

A Regra Técnica Fundamental do procedimento da “associação livre” foi desde então mantida no trabalho psicanalítico. De acordo com Freud em “Dois verbetes de enciclopédia” (1923 [1922]/1996), o tratamento é iniciado convidando o paciente a colocar-se na posição de um auto-observador atento e espontâneo, comunicando a todo momento o plano de seus sentimentos, pensamentos, sensações e buscando ser honesto consigo e com o analista ao não reter a comunicação de nenhuma ideia, mesmo que sentindo que ela seja desagradável, julgando-a absurda, sem importância demais ou irrelevante para o que está sendo buscado.

A nova técnica, ainda conforme a invenção do autor (Freud, 1923 [1922]/1996), modificou grandemente o quadro de tratamento devido ao fato de ter situado o médico em uma relação nova com o paciente cujos resultados surpreendentemente diferenciaram-se do método catártico em termos de procedimento, sendo necessário atribuir-lhe original denominação.

A técnica psicanalítica, no entanto, é simples, segundo Freud em “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise” (1912/1996), pois não requer nenhuma composição especial, nem mesmo adere à tomada de notas. Consiste em não conduzir-se a alguma restauração para algo específico e manter-se em “atenção uniformemente suspensa” ante o que se escuta. A partir disso, é conservado o intenso esforço da atenção flutuante, já que a mesma não poderia ser mantida por várias horas diariamente, evitando-se, com isso, o perigo do exercício da atenção deliberada.

É inevitável que, ao se concentrar a atenção, isto é, se fixar em um ponto na mente com clareza particular, outro será correspondentemente negligenciado. Mesmo efetuando a seleção, o médico, segundo Freud, se seguir expectativas, está se arriscando a nunca descobrir nada além do que já se sabe; e, se adotar as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber, porque o que percebe poderá servir aos paradoxais propósitos do inconsciente de se revelar de forma disfarçada. Também

não se deve esquecer que o que se escuta são, na maioria das vezes, coisas cujo significado é identificado apenas posteriormente: em um primeiro momento tem-se o conteúdo manifesto e, após, com o manejo do trabalho analítico, o conteúdo latente.

Ver-se-á que a regra de prestar igual reparo a tudo constitui a contrapartida necessária da exigência feita ao paciente de que comunique tudo o que lhe ocorre, sem crítica ou seleção. Se o médico se comportar de outro modo, estará jogando fora a maior parte da vantagem que resulta de o paciente obedecer à “regra fundamental da psicanálise”. A regra para o médico pode ser assim expressa: “Ele deve conter todas as influências conscientes da sua capacidade de prestar atenção e abandonar-se inteiramente à ‘memória inconsciente’”. Ou, para dizê-lo puramente em termos técnicos: “Ele deve simplesmente escutar e não se preocupar se está se lembrando de alguma coisa” (Freud, 1912/1996, p. 126).

O analista deve ajustar-se ao paciente, assim como um receptor telefônico se encaixa ao microfone transmissor, de forma que o receptor modifique as ondas sonoras e as oscilações na linha telefônica, de maneira que o inconsciente do médico seja capaz de, por meio dos derivados inconscientes que lhe são transmitidos, reconstruir esse inconsciente, que foi permitido através das associações livres do paciente.

Assim como o receptor transforma o novo estímulo em ondas sonoras, as oscilações elétricas na linha telefônica, que foram criadas pelas ondas sonoras, da mesma maneira o inconsciente do médico é capaz, a partir dos derivados do inconsciente que lhe são comunicados, de reconstruir esse inconsciente que determinou as associações livres do paciente. Bollas (2012, p. 41) destaca: “Assim, para seres conscientes, somos um tanto quanto adormecidos. Aquilo que aprendemos, descobrimos quando não estamos despertos. Vivemos com nossos pacientes, de inconsciente para consciente”.

Talvez posassem ser simpáticos àqueles analistas que se precipitam e reivindicam o conhecimento sobre o que está “acontecendo realmente” em uma hora. Afinal, é um lugar difícil de estar, a posição psicanalítica. Não se descobre muita coisa – e, ainda assim, se está rodeando pelo movimento do significado. Porém, se sentirmos empatia pela necessidade de “saber” em meio à avassaladora complexidade da expressão mental, devemos, ao mesmo tempo, ter bastante cautela com qualquer

psicanalista, ou grupo de analistas, que alegue ter encontrado um modo de decodificar o inconsciente (Bollas, 2012, p. 41).

O funcionamento do analista como um receptor adequado ao material do paciente, possibilitado pelo “deixar-se levar”, por meio da atenção livremente flutuante, é um estímulo derivado da pulsão epistemofílica, a qual busca por respostas e promove novos questionamentos, que permitirão o acesso a novas linhas de pensamento do inconsciente profundo, criado pela dupla paciente-analista, a essência do trabalho analítico, que poderá ocorrer.

Com isso, a técnica psicanalítica originalmente desenvolvida por Freud, concentrava-se principalmente na estrutura e no funcionamento mental do paciente, sugerindo ao analista ocupar a posição de ser fundamentalmente um instrumento do ato psicanalítico. O analista em atenção livremente flutuante poderia ler as comunicações das associações livres do analisando por meio da “percepção consciente”, isto é, a capacidade de descobrir padrões ou, no caso da fala, a lógica sequencial. De acordo com Bollas (2012), todavia, tal modelo foi abandonado em favor da repressão, pois tudo o que não estivesse em convergência com o modelo do inconsciente descritivo, com a implicação de que não se fazia parte da dinâmica da sexualidade e agressão, não seria adequado à técnica psicanalítica.

Nasio (2010) acentua que a escuta flutuante seria o fluxo e veículo de um Outro lugar que se sustenta com a neutralidade, isto é, etimologicamente: “não abolir” (*ne-uter*), nem a si, nem a seu paciente. O analista, além de escutar o que está nas palavras, escuta também o que as palavras não dizem. Escuta com a “terceira orelha” o que diz o paciente e as suas próprias vozes interiores – surgidas pelo seu inconsciente.

O analista determina, a partir do material produzido pelo paciente, a interpretação. No entanto, há um destaque, segundo Bion (1991), no qual dois grupos de ideias prevalecem: as relativas ao material do paciente e as referentes ao corpo da teoria psicanalítica. A teoria, contudo, torna-se rígida, devido a sua concretude, mas, por outro lado, é aberta à multiplicidade, ao permitir que os analistas produzam uma nova teoria *ad hoc*, utilizada de modo adequado às existentes. A particularização necessária a isso implica multiplicar teorias e permite ao analista encontrar a equivalência entre o pensar do paciente e o corpo principal da teoria

psicanalítica, pelas interpretações que intimamente vinculam teoria e seus enunciados aos comportamentos do paciente.

O analista teria que ser paciente e se manter em silêncio, a fim de permitir a livre associação do analisando e, por outro lado, atender à necessidade de estar em atenção uniformemente suspensa. Todavia, para Bollas (2012) essa postura estoica faz com que o analista, congelado em uma neutralidade, torne a prática imprópria, incorporada por aqueles analistas que ficavam esperando pelos retornos do reprimido: os momentos em que um significante parecia dizer tudo ou quando ocorria um ato falho, com uma intervenção inconsciente. No princípio, na era verdadeiramente clássica da psicanálise, o analista se matinha em silêncio porque estava profundamente envolvido em um processo mútuo, no qual ambos os participantes facilitavam um fluxo de ideias que se mostrasse esclarecedor.

A atividade física implicada na palavra, a qual é distinta do processo de verbalização reflete a descarga de afetos regressivos que acompanham as ideias recalçadas. Além do mais, a liberação dos afetos estaria na origem do fracasso da manutenção do recalque. A respeito do silêncio do analista, Nasio (2010, p. 192) esclarece: “A arte do analista é bem a de solicitar a palavra até que se esgotem as últimas miragens. O silêncio do analista convoca esse nada a dizer. Não é uma demissão nem uma ausência, e o silêncio que instaura não é um vazio, mas uma outra presença num silêncio compartilhado”.

Contudo, de acordo com Figueira (1994), há o superego técnico introjetado do analista, sendo necessário o controle de interferências indesejáveis do mesmo por parte da mente, a fim de evitar a derivação egoica (ou individuação) da técnica. Portanto, com isso, a dissecação da mente do psicanalista, facilmente é perceptível que entre o ouvir e o interpretar exista sempre um superego técnico psicanalítico, que varia em estrutura e funcionamento de analista para analista, mas que, entretanto, tem sua origem na importante codificação que Freud fez do primeiro superego técnico.

A ATENÇÃO FLUTUANTE E O SENSACIONISMO

Existem experiências não-sensorialmente apreensíveis ou, em linguagem utilizada pelos filósofos, experiências não-sensíveis. Segundo Sandler (2000) existe a percepção da existência do inconsciente e até mesmo, contrassenso

em termos, “percepção inconsciente”. Não se trata apenas, com isso, de o consciente substituir o inconsciente e assim estender o campo de percepção, mas de perceber, de intuir a sua existência e seu campo infinito de possibilidades. Por exemplo, a percepção individual de inveja não implica domínio ou eliminação da característica invejosa. Implica levar-se em conta tal traço e estar vigilante. Nesse sentido, pode-se falar em “percepção do inconsciente”, “percepções inconscientes” e “emoções inconscientes”.

Um inconsciente sendo percebido em sua própria existência, não em sua essência ou alguma pretensa materialidade que ele não possui, a despeito das várias descrições de seu funcionar. [...] Perceber a existência equivale a experimentar e apresentar, sendo vivido. Não implica conhecer em sua plenitude, totalidade, essencialidade e extensão, e muito menos explicar, entender, desvendar símbolos que solucionam o mistério que distinguem a chama do desconhecido. Conhecer o inconsciente os seus conteúdos de modo causal ou final seria conhecer “O” (Sandler, 2000, p. 24).

A respeito das percepções inconscientes, Freud (1940 [1938]/1996) menciona as relações entre a percepção e o aparelho psíquico, uma vez que tais mecanismos são possíveis em virtude dos supostos elementos psíquicos do id (processo primário), os quais diferem da percepção consciente da vida intelectual e afetiva. Contudo, o id isolado do mundo externo possui um universo próprio de percepções, em especial oscila entre as necessidades pulsionais, que se tornam conscientes como sensações, na série prazer e desprazer. Estabelecidas as autopercepções – sensações cinestésicas e sensação de prazer-desprazer governam com soberana tirania os processos do id. A percepção corresponde a um núcleo de um objeto, uma espécie de miragem de movimento, que, necessariamente tem uma identidade, mas apenas em delegação. Os registros funcionam como uma forma de expressão que se abre a uma significação fornecida pela consciência (Freud, 1995).

A conexão entre o sujeito inconsciente das obras poéticas e o do universo psicanalítico possibilitaram a Freud (1907 [1906]/1996, p. 20) evidenciar as ligações entre os escritores e a intuição dos mesmos frente a conteúdos estudados pela psicanálise:

E os escritores criativos são aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta, pois costumam conhecer toda uma vasta gama de coisas entre o céu e a terra com as quais a nossa filosofia ainda não deixou sonhar.

Estão bem adiante de nós, gente comum, no conhecimento da mente, já que se nutrem em fontes que ainda não tornamos acessíveis à ciência.

A atenção flutuante instala na mente do analista um estado de percepção resultante de um estado de consciência capaz de conduzir a um “sonho de vigília”. Aprender a compreender tal campo mental significa, para Bion (1991), que a consciência se vincula a impressões sensíveis e de interesse imediato, porque são reais, e, ao sofrer influências do princípio do prazer e da realidade sobre a necessidade na qual ele se vê, o sujeito do inconsciente pode modificar a realidade ou fugir dela.

Nos estudos de Bion (1967/2016), ele complementa as contribuições de Freud quanto ao conceito de atenção uniformemente suspensa, ao expor a noção de “sem memória, sem desejo e sem ânsia de compreensão”, ou seja, haveria uma mudança na atitude interna do analista, com a adequada mobilização dos órgãos dos sentidos, o que possibilitaria um máximo de intuição. Assim, a memória sempre seria ambígua como registros de fatos, por estar induzida pela influência das forças inconscientes. Os desejos distorceriam o juízo porque selecionam e suprimem o material a ser ponderado.

Alberto Caeiro, com a sua técnica criativa do sensacionismo, que procura a abertura dos sentidos frente às experiências, não retém essas vivências a partir de um período anterior, nem posterior, porque anseia pela eterna novidade do mundo, do realismo sensorial e do “sentir, sem pensar”, isto é, a abertura em direção às sensações e à contínua descoberta. Tal conduta que privilegia o encontro com as sensações, pode ser observada em *O guardador de rebanhos* (Pessoa, 2006, p. 48):

Sou um guardador de rebanhos.
 O rebanho é os meus pensamentos
 E os meus pensamentos são todos sensações.
 Penso com os olhos e com os ouvidos
 E com as mãos e os pés
 E com o nariz e a boca.

Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la
 E comer um fruto é saber-lhe o sentido.

Por isso quando num dia de calor
 Me sinto triste de gozá-lo tanto.

E me deito ao comprido na erva,
 E fecho os olhos quentes,
 Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,
 Sei a verdade e sou feliz

O pensar, para Freud (1995), é mais difícil quanto maior for a influência do afeto. Entre a série do pensar e a série das representações de palavra existe somente uma correspondência e não uma identidade. O pensar consciente é um falar com a intensidade suficiente para produzir uma fala. Assim, o pensamento não tem conteúdo proposicional, apenas as representações de fala que se ligou a algumas de suas estações.

A recomendação de o analista abolir a sua memória e os seus desejos, para Bion (1967/2016), refere-se tão somente ao inconveniente, sob a forma de pré-conceitos, pré-juízos e de uma pouca receptividade, tornando plausível que sua mente esteja saturada com as memórias, os desejos e uma ânsia de compreensão imediata. A memória, com isso, é sempre enganosa, porque o registro de um fato pode ser distorcido pelas influências inconscientes. Os desejos distorcem os julgamentos pela seleção e supressão do material a ser julgado. Memória e desejos promovem a capacidade derivada de impressões dos sentidos. Memórias e desejos lidam com impressões sensoriais, do que é suposto ter acontecido, e impressões sobre o que ainda não aconteceu.

No instante em que uma pessoa ficar ocupada com aquilo que ela quer que aconteça, com aquilo que aconteceu, com aquilo que ela sabe sobre o paciente ou sobre a psicanálise, menos campo restará para a dúvida e para a abertura de significações. Quando se está cansado, é difícil ser receptivo. Caeiro, de forma similar, porém em um outro campo de conhecimento – o literário –, adota a teoria do “pensar para não pensar” ou “desejar não desejar”, porque a sua experiência do universo e das coisas em si não estaria saturada de recordações *a priori* – seria um constante movimento de “desaprendizado”, de antecipações da falsa ilusão de se considerar o domínio pleno da realidade e do instante, que seria circundado através da originalidade permanente:

O que nós vemos das coisas são as coisas.
 Por que veríamos nós uma coisa se houvesse outras?
 Por que veríamos nós uma coisa se houvesse outra?

Por que é que ver e ouvir seria iludirmo-nos
 Se ver e ouvir são ver e ouvir?
 O essencial é saber ver,
 Saber ver sem estar a pensar,
 Saber ver quando se vê,
 E nem pensar quando se vê
 Nem ver quando se pensa.
 Mas isso (triste de nós que trazemos a alma vestida!),
 Isso exige um estudo profundo,
 Uma aprendizagem de desaprender
 E uma seqüestração na liberdade daquele convento
 De que os poetas dizem que as estrelas são as freiras eternas
 E as flores as penitentes convictas de um só dia,
 Nem as flores senão flores,
 Sendo por isso que lhes chamamos estrelas e flores.

(Pessoa, 2006, p. 63)

A consciência da apreensão da sensação é resultante do exercício do pensar, desse estado de deslumbramento da mesma. Há também de se considerar o repúdio do poeta frente ao significado oculto das coisas, isto é, do mistério e do misticismo. Freud (1923 [1922]/1996), contudo, vem nos dizer que o material produzido pelas associações do paciente teria um significado oculto – o conteúdo latente – e seria necessário descobrir, a partir dele, esse sentido. A experiência mostrou que a atitude que o analista poderia adotar era entregar-se à sua própria atividade mental inconsciente, em um estado de atenção imparcialmente suspensa, a fim de evitar, tanto quanto possível, a reflexão e a construção de expectativas conscientes, não tentar fixar particularmente coisa alguma que ouvisse na memória e, por esses meios, aprender o curso do inconsciente do paciente com o seu próprio inconsciente.

O ponto mais importante de qualquer sessão é o desconhecido. Não se torna possível estabelecer antecipadamente o significado de uma formação inconsciente, pois ela sempre será um significante, nunca um signo. Para tanto, o sentido de um significante é revelado apenas a partir das conexões evidenciadas com os outros significantes.

Desse modo, sabemos e não sabemos o que paciente está falando, pois se tem conhecimento, aparentemente, do conteúdo manifesto. Para

o exame do tratamento e para a descoberta do conteúdo latente e suas implicações, na associação livre o paciente deveria estar acessível e sem censura, essencialmente, aos seus pensamentos, enquanto, o analista buscaria estar aberto às sensações produzidas por esses pensamentos, quando verbalizados ou atuados pelo analisando.

Caeiro, portanto, destaca o estado de mistério que ronda o significado das coisas, embora, para ele, a mente e o sentir deveriam estar isentos do teor simbólico e denso do que há por trás das coisas:

O mistério das coisas, onde está ele?
 Onde está ele que não aparece
 Pelo menos a mostra-nos que é mistério?
 Que sabe o rio disso e que sabe a árvore?
 E eu, que não sou mais do que eles, que sei disso?
 Sempre que olho para as coisas e penso no que os homens pensam delas,
 Rio como um regato que soa fresco numa pedra.
 Porque o único sentido oculto das coisas
 É elas não terem sentido oculto algum.
 É mais estranho do que todas as estranhezas
 E do que os sonhos de todos os poetas
 E os pensamentos de todos os filósofos,
 Que as coisas sejam realmente o que parecem ser
 E não haja nada que compreender.
 Sim, eis que os meus sentidos aprenderam sozinhos: –
 As coisas não têm significação: tem existência
 As coisas são o único sentido oculto das coisas.

(Pessoa, 2006, p. 79)

A rejeição da memória, do tempo futuro e do desejo é imprescindível para deixar espaço para uma nova ideia, assim como na filosofia de vida de Caeiro. Para Bion (1967/2016) pode ser que um pensamento, uma ideia não reivindicada esteja flutuando pela sala de análise procurando por uma decifração, embora o analista deva ser capaz de não saber. O analista deverá estar liberto, assim como um barco sem leme, rumo ao desconhecido, aos mistérios e ao infinito.

De acordo com Ferro (2011), o estado mental do analista e as qualidades de seu funcionamento (“sem memória, sem desejo e sem ânsia

de compreensão) efetuam-se como uma das variáveis do bom ou mau funcionamento do analista, que será como um espelho para o paciente, isto é, da relação da dupla e das emoções vivenciadas por ambos, que deverão ter ou não condições de tolerá-las.

[...] o paciente funciona como espelho do afastamento do analista, ao qual permite não só a recuperação na relação, mas também observar quais são as emoções que não teve condições de tolerar (em virtude de suas zonas escuras e oclusas ou com cicatrizes extremante doloridas. [...] o paciente torna-se alguém com condições de nos dizer, constantemente, como e onde estamos para ele, a partir de vértices a nós desconhecidos (e se isto, muitas vezes, pode não nos agradar, pode também satisfazer a nossa necessidade de busca da verdade), além de fazer continuamente experiência a respeito do nosso funcionamento mental (Ferro, 2011, p. 56).

Ainda, a mente do analista funcionaria como um pólo receptivo, afastando-se da distante noção de neutralidade. Ao suspender a atenção habitual e deixar-se levar pelas associações do paciente, o analista acabará por seguir o fluxo de seu próprio inconsciente. Além do mais, Bion (1967/2016) pontua acerca de uma “atenção suficientemente boa”, ou seja, uma atitude de receptividade total ao discurso do paciente, a qual é função da experiência e do aprendizado teórico por parte do analista: certos conteúdos encontrarão uma escuta mais atenta.

Logo, a supressão do conhecimento e da busca imediata pelo entendimento da linguagem comunicante do analisando deve estar suspensa, a fim de se alargar o campo de sentidos, das sensações do que é narrado e percebido.

Caeiro entrega-se à captura dessas sensações do ambiente e das coisas como forma particular, individual e interna de experienciar o que é apreendido pelo órgão dos sentidos; no entanto, faz o movimento de impedir a produção de memórias e desejos do que é mobilizado no campo do pensamento, ou seja, de forma análoga ao “cegar-se artificialmente” de Freud, aderindo para si o “fechar os olhos”, “correr as cortinas”, para evitar o turbilhão causado através do pensar:

Que idéia tenho eu das cousas?

Que opinião tenho sobre as causas e os efeitos?

Que tenho eu meditado sobre Deus e a alma

E sobre a criação do Mundo?

Não sei. Para mim pensar nisso é fechar os olhos

E não pensar. É correr as cortinas

Da minha janela (mas ela não tem cortinas).

(Pessoa, 2006, p. 38)

A atenção flutuante é necessária para o movimento contínuo de desaprender-aprender quanto à dinâmica, as vivências e as falas do paciente, entretanto há de se considerar que deverá haver a circulação e a transformação dos conteúdos manifestos para latentes. Assim, para a psicanálise, existe “mistério por trás das coisas”. Para isso, como visto na regra fundamental da psicanálise, existe a associação livre, direcionada ao paciente, e a atenção flutuante orientada ao analista.

A técnica psicanalítica adota como constructos para o processo de mudança e autoconhecimento orientados ao tratamento a transferência produzida pelo paciente e a contratransferência, que seria a reação aos conteúdos deste, mas mobilizada no analista. Com isso, na contratransferência o analista deveria voltar-se para seu próprio inconsciente como um órgão receptor, em direção ao inconsciente transmissor do paciente, de modo que os inconscientes se comuniquem, a fim de reconstruir e buscar denominar os conteúdos ocultos do analisando. Também, na contratransferência, há a produção de sensações, que serão interpretadas e devolvidas rumo à evolução do paciente.

Os meios de usar as capacidades mentais do analista positivamente e para fins terapêuticos cruciais podem ser verificados na seguinte passagem:

Tenho a convicção de ser antes de mais nada uma questão de tato psicológico o saber quando e como se comunica algo ao analisando, quando se pode declarar que o material fornecido é suficiente para se tirar conclusões; que roupagem dar à comunicação se for o caso; como reagir a uma reação inesperada ou desconcertante do paciente; quando se deve calar e esperar outras associações; em que momento o silêncio é uma tortura inútil para o paciente, etc. [...] Mas o que é tato? A resposta não é difícil. O tato é a faculdade de “sentir com” (*Einfühlung*) [empatia]. Se conseguirmos, com a ajuda do nosso saber, tirado da dissecação de muitos psiquismos humanos, mas, sobretudo, da dissecação de nosso Eu, se conseguirmos, então, tornar presentes as associações possíveis ou

prováveis do paciente, as associações que ele ainda não percebe, podemos – não tendo, como ele, que lutar com resistências – adivinhar não só seus pensamentos retidos mas também suas tendências inconscientes (Ferenczi citado por Figueira, 1994, p. 87).

Ainda sobre o material fornecido pelo paciente, o estado de intuição desenvolvido por Bion (1967/2016) vai muito além da percepção pelos órgãos dos sentidos e pelo raciocínio lógico, qual um “terceiro olho”: abre-se a percepção do analista para sentimentos indizíveis e não-visíveis. Pode-se imaginar que o estado de mente seria bem-vindo, já que desejos e memórias não o são.

A literatura, assim como a psicanálise, portanto, “nos ensinam a ver como se víssemos pela primeira vez”, abstraindo-se o fato do que já foi visto com um novo olhar (Moisés, 2007, p. 69). Assim, para saber do outro, é necessário sair de si a fim de captar a objetiva individualidade alheia; para saber de si, é preciso afastar-se da subjetividade e converter a consciência em olhar neutro, real ou simulado, capaz de apreender-se como objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolher o estudo do sensacionismo – uma proposta da estética de Alberto Caeiro – e a atenção flutuante –, uma técnica da psicanálise iniciada por Freud, buscou-se refletir acerca desses dois conceitos vindos de dois campos de conhecimentos que se influenciam. Tendo em vista o objetivo de apresentar uma leitura acerca das imagens produzidas pela poesia de Alberto Caeiro, o qual propõe que o sujeito deva estar livre e aberto aos estímulos produzidos pelas sensações, ou seja, deve-se estar em um eterno movimento de aprendizado e desaprendizado que constituiria uma perpétua novidade das coisas e do mundo. O poeta, em seu processo criativo espontâneo, aponta a busca pela simplicidade e pela naturalidade das coisas.

O realismo ingênuo pretendido por Caeiro crê na percepção das coisas realmente, isto é, os sentidos direcionam a representação do mundo: não nega haver ilusões da percepção, mas reivindica a forma com que os objetos são apresentados, não estando na mente, mas fora dela. O poeta deseja estar distante do realismo científico, contudo, ao adotar a teoria do não-pensar, valoriza a impossibilidade de uma realidade pré-

discursiva, ou seja, a incapacidade para se abarcar o inassimilável diante das experiências da existência, o desconhecido, o infinito.

Para a psicanálise, como um campo científico, a técnica da atenção flutuante não pressupõe a busca por uma neutralidade diante dos fatos narrados na sessão, mas um grande envolvimento para se buscar aquilo que é o mais importante, ou seja, o desconhecido, que em algum momento deverá ser refletido, pensado pela dupla e simbolizado. Para o máximo de intuição da psicanálise, há de se considerar a abertura aos órgãos dos sentidos, o que possibilitará a novidade e, conseqüentemente, o curso das novas aprendizagens sobre o analisando. Entretanto, ao contrário de Caero, que diz “não há mistérios por trás das coisas”, para a psicanálise há mistérios por trás das coisas, isto é, conteúdos inconscientes que deverão ser desvendados.

REFERÊNCIAS

- Bion, W. R. (2016). Wilfred Bion: notes on memory and desire. Recuperado em 20 nov. 2014 de: <<http://braungardt.trialectics.com/sciences/psychoanalysis/bion/bion-memory-desire/>>. (First published in 1967)
- Bion, W. R. (1991). *O aprender com a experiência*. (Trad. Paulo Dias Corrêa). Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Bollas, C. (2012). *A questão infinita*. (Trad. Ronaldo Cataldo Costa). Porto Alegre: Artmed.
- Ferro, A. (2011). *Evitar as emoções, viver as emoções*. (Trad. Marta Petriccioni). Porto Alegre: Artmed.
- Figueira, S. A. (1994). *Freud e a difusão da psicanálise: estudos sobre a estrutura e funcionamento do campo psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Fingermann, D. O. (2007). O que falar quer dizer? *Revista IDE*, São Paulo, 45, 24-27.
- Freud, S. (1995). *Projeto de uma psicologia*. (Trad. Faria Gabbi Junior). Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Freud, S. (1996). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. IX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em (1907 [1906])

- Freud, S. (1996). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em (1912)
- Freud, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923 [1922])
- Freud, S. (1996). Esboço de Psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXXIII. Rio de Janeiro: Imago. Original publicado em 1940 [1938]
- Freud, S. (2010). O inquietante. In Freud, S. [Autor], *A inquietante história de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. São Paulo: Cia das Letras. (Original publicado em 1919)
- Forbes, J. (2009). Lacan e a psicanálise do século XXI. Lacan para os desesperados da crise. *Invenção do contemporâneo*. Recuperado em 09 mar. 2014 de <www.cpfcultura.com.br/.../lacan-e-a-psicanalise-do-seculo-xxi-jorge-forbes>.
- Meneses, A. B. (2015). A literatura e a organização da experiência. In Barone, L. M. C. (Coord.), Arruda, A. P. B., Fraize-Perreira, J. A., Sadi, L., Freitas, S. R. M. S. (Orgs.). *A psicanálise e a clínica extensa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mezan, R. (1995). *Psicanálise, judaísmo: ressonâncias*. Rio de Janeiro: Imago Ed.
- Moisés, C. F. (2007). *Poesia & utopia: sobre a função social da poesia e do poeta*. São Paulo: Escrituras Editora.
- Nasio, J.-D. (2010). *O silêncio na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Paz, O. (1982). *O arco e a lira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Pessoa, F. (2006). *Poemas completos de Alberto Caetano*. São Paulo: Martin Claret.
- Rancière, J. (2009). *O inconsciente estético*. (Trad. Mônica Costa Netto). São Paulo: Editora 34.
- Reis, C. (s.d.) *Literatura portuguesa moderna e contemporânea*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Sampaio, C. P. (2005). Conjunções entre psicanálise e literatura. In: Barone, L. M. C. (Coord.). Arruda, A. P. B., Fraize-Perreira, J. A., Sadi, L., Freitas, S. R. M. S. (Orgs.). *A psicanálise e a clínica extensa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sandler, P. C. (2000). *A apreensão da realidade psíquica*, v. IV: turbulência e urgência. Rio de Janeiro: Imago.

Recebido em 14/03/2017

Aprovado em 30/08/2017

O FUNCIONAMENTO MENTAL E AS BASES ANCESTRAIS DO PSIQUISMO SEGUNDO SABINA SPIELREIN

*Fátima Siqueira Caropreso**

RESUMO

Embora o interesse pela psicanalista russa Sabina Spielrein tenha crescido nas últimas décadas, os estudos sobre ela ainda enfocam, predominantemente, aspectos de sua biografia. No entanto, a originalidade de seu pensamento teórico e clínico justifica uma análise mais cuidadosa do seu desenvolvimento interno para que o papel de Spielrein na história da psicanálise possa ser cabalmente reconhecido. O objetivo deste artigo é apresentar as teses sobre o funcionamento mental elaboradas pela autora em dois de seus primeiros trabalhos: “Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (*Dementia praecox*)”, de 1911, e “A destruição como origem do devir”, de 1912. Argumenta-se que, neles, Spielrein apresenta uma concepção original sobre a dinâmica mental, que antecipa, em muitos aspectos, certas hipóteses que viriam a ser desenvolvidas pela psicanálise subsequente.

Palavras-chave: Sabina Spielrein; psicanálise; esquizofrenia; filogênese; instinto de morte.

THE MENTAL FUNCTIONING AND THE ANCESTRAL BASES OF THE PSYCHE ACCORDING TO SABINA SPIELREIN

ABSTRACT

Although interest in the Russian psychoanalyst Sabina Spielrein has grown in the last decades, studies about her are still mainly focused on aspects of her biography. However, the originality of her theoretical and clinical thought justify a more careful analysis of its internal development, so that Spielrein's

*Professora do Curso de Psicologia e do PPG em Psicologia e em Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

role in the history of psychoanalysis can be fully ascertained. The objective of this paper is to present the ideas about mental functioning proposed in two of her first works: “On the psychological content of a case of schizophrenia (Dementia praecox)” (1911) and “Destruction as the cause of coming-into-being” (1912). It is argued that, in these works, Spielrein presents an original conception of mental dynamics that, in many aspects, anticipates some hypotheses that would be later developed in psychoanalysis.

Keywords: Sabina Spielrein; psychoanalysis; schizophrenia; phylogeny, death instinct.

A russa Sabina Nikolaevna Spielrein foi internada no Hospital Psiquiátrico Burghölzi da Universidade de Zurich em agosto de 1904, onde recebeu o diagnóstico de psicose histórica. Ela foi a primeira paciente tratada por Carl Gustav Jung a partir do método psicanalítico. O tratamento de Spielrein durou nove meses e meio e foi bem-sucedido. No primeiro semestre de 1905, ela ingressou no curso de medicina da Universidade de Zurich e, em 1911, obteve o grau de doutora, tendo-se especializado em psiquiatria e se interessado, sobretudo, pela psicanálise (Richebächer, 2005/2012). Sua tese médica “Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (*Dementia praecox*)” foi publicada, em 1911, no *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen*. Richebächer (2005/2012) comenta que esse trabalho foi uma contribuição pioneira no terreno da investigação sobre a psicose e que Spielrein foi a primeira mulher a se formar como doutora em medicina abordando um tema psicanalítico. Em 1912, ela publicou, no mesmo periódico, o artigo “Destrução como origem do devir”, o qual ficou conhecido, sobretudo, pela apresentação da hipótese do instinto de morte. Nos anos que se seguem, Spielrein publicou outros artigos psicanalíticos e passou a interessar-se, especialmente, por linguística e pelo desenvolvimento da fala. Em 1923, ela deixou a Suíça e, depois de passar um ano em Moscou, retornou para a Rússia, onde viveu até sua morte, em 1942.

Skea (2006) comenta que, diante da ruptura entre Freud e Jung, Spielrein se recusou a tomar partido de qualquer um dos lados. Ela continuou insistindo em sua admiração por ambos e manifestando sua esperança em uma reconciliação. Entretanto, foi vista pelos

freudianos como junguiana e pelos junguianos como freudiana, despertando resistências em ambos os grupos, o que provavelmente contribuiu para que seu trabalho não recebesse a devida importância e reconhecimento.

Por um longo período, Spielrein foi conhecida apenas por ter sido mencionada em uma nota de rodapé do texto freudiano “Além do princípio do prazer”¹, publicado em 1920, como relata Ovcharenko (1999). Segundo este autor, ela voltou a *existir* após a publicação por McGuire, em 1974, da correspondência entre Freud e Jung, onde é mencionada. No entanto, o interesse por sua vida e obra se intensificou após a publicação do livro “Diário de uma secreta simetria: Sabina Spielrein entre Jung e Freud” (Carotenuto, 1980/1984). Essa obra contém um comentário sobre a vida e o pensamento de Spielrein, assim como partes de um diário e algumas cartas que ela enviou a Jung e a Freud². Noth (2015) afirma que a visão que, a partir de então, passou a predominar sobre a autora foi fortemente influenciada pela obra de Carotenuto, a qual se baseia no pressuposto de que sua produção teórica dependeu exclusivamente de Freud e Jung. A originalidade teórica e clínica de Spielrein permanece ainda pouco investigada e reconhecida, embora esse cenário esteja sendo pouco a pouco alterado. Recentemente, no Brasil, foi publicado um livro (Cromberg, 2014) com traduções de alguns dos primeiros escritos de Spielrein e textos comentando aspectos de sua vida e de seu pensamento, contribuição fundamental para aqueles que se interessam pela psicanálise.

Neste artigo, pretendemos analisar as teses sobre o funcionamento mental elaboradas por Spielrein em seus dois primeiros trabalhos: “Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (*Dementia praecox*)” (Spielrein, 1911) e “A destruição como origem do devir” (Spielrein, 1912). No primeiro, Spielrein introduz a hipótese de que o inconsciente contém sedimentos de vivências do passado da espécie e de que a esquizofrenia resgata tais sedimentos a partir de um processo de dissolução dos conteúdos pessoais. As ideias aí elaboradas são desenvolvidas no texto de 1912, dando origem à distinção entre *psique do eu* e *psique da espécie*, sob o pano de fundo da qual a ideia de um instinto de morte é formulada. Com as hipóteses apresentadas nesses dois textos,

Spielrein propõe uma concepção original sobre a dinâmica mental, a qual antecipa, em muitos aspectos, hipóteses que viriam a ser desenvolvidas na psicanálise subsequente.

A ESQUIZOFRENIA E AS BASES ANCESTRAIS DO PSIQUISMO

Em “Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (*Dementia praecox*)” (Spielrein, 1911), Spielrein interpreta e relata o caso de uma paciente, diagnosticada com demência paranoide, tratada por ela no Hospital Burghölzi. Embora a paciente não fosse capaz de responder diretamente às perguntas que lhe eram direcionadas, a psicanalista foi capaz de interpretar o significado latente de suas falas e extrair algumas hipóteses gerais sobre a esquizofrenia e o funcionamento mental. O trabalho foi orientado por Eugen Bleuler, o qual desempenhou uma influência significativa sobre a autora, principalmente com o seu conceito de ambivalência. Spielrein remete-se também a Freud, Franz Riklin e outros autores. No entanto, Jung é a principal influência sobre ela nesse texto. Ela se apoia, sobretudo, nas concepções de Jung sobre os complexos e em suas hipóteses sobre a demência precoce apresentadas em “Psicologia da *dementia praecox*: um ensaio” (Jung, 1907/2011).

Apesar dessa influência de Jung e de outros autores, como os acima mencionados, Spielrein (1911/2014) defende que seu trabalho traz dados novos à compreensão da esquizofrenia. No final do texto, ela argumenta que Freud e Jung já haviam demonstrado a existência de um paralelismo especial entre os fenômenos neuróticos e oníricos e as manifestações da esquizofrenia, e que ela acredita poder acrescentar dados relevantes ao conceito desses autores introduzindo uma visão filogenética.

Em seus escritos iniciais, Jung (1906/2011) formula a hipótese de que a mente é composta por uma série de *complexos*, concebidos como unidades funcionais mais elevadas formadas por várias moléculas, as quais consistiriam também em unidades funcionais compostas por agregados de percepções sensoriais, componentes intelectuais e tonalidades afetivas³. A integração dessas moléculas nos complexos ocorreria de acordo com determinada tonalidade afetiva, de forma que os mesmos seriam agrupamentos de ideias inconscientes associadas a eventos ou

temas carregados afetivamente. Eles formariam verdadeiras unidades vivas, capazes de existência autônoma.

Em “A psicologia da *dementia praecox*: um ensaio”, Jung (1907/2011) argumenta que, de acordo com sua tonalidade afetiva, o complexo funcionaria como um ímã para qualquer fenômeno psíquico que ocorresse ao alcance de seu campo de atração. Portanto, a autonomia do complexo dependeria das conexões maiores ou menores que o mesmo mantivesse com a totalidade da organização psíquica. Na normalidade, o complexo do eu⁴ seria o mais forte e predominaria sobre os demais, no entanto tal preponderância poderia, em qualquer momento, ser abalada, de acordo com a variação na intensidade, ou na tonalidade afetiva, de outros complexos. É a partir da intrusão de um complexo de forte tonalidade afetiva na consciência que ele explica a histeria e a demência precoce, postulando, no entanto, que, nesta última, o processo seria desencadeado por uma alteração metabólica no organismo, por uma “toxina”.

Na demência precoce, o complexo do eu deixaria de preponderar e o sujeito ficaria sob controle de outros complexos, de modo que tudo o que não dissesse respeito a eles seria ignorado ou negligenciado. Tal fato explicaria a alienação da realidade e o desinteresse por acontecimentos objetivos. Em “O conteúdo da psicose” (1908/2011), Jung diz que todas as pessoas buscam encobrir e esconder tudo que possa ser difícil e problemático na vida, no entanto a doença mental faz com que tal atitude predomine, de maneira que a realidade vai, pouco a pouco, sendo encoberta e o sonho é que se torna realidade, acorrentando o doente, muitas vezes, por toda a vida.

Em sua monografia de 1911, Spielrein adota a hipótese junguiana da mente composta por complexos, assim como a hipótese de que, na esquizofrenia, haveria uma recusa da realidade com o objetivo de evitar um sofrimento pessoal. No primeiro texto, seguindo as ideias de Jung, ela define um complexo como “grupos de representações carregadas de sentimentos” (Spielrein, 1911/2014, p. 145). Em “A destruição como origem do devir”, Spielrein (1912/2014) argumenta que a característica principal de um indivíduo é ser um *divíduo*, isto é, um ser dividido. Ela cita a hipótese de Ernst Mach, segundo a qual o ego seria algo em contínua mudança (e não essencial) e afirma que, para ela, o nome de Mach está intimamente associado ao de Jung, para quem a psique seria

composta por muitos entes singulares, por complexos que lutariam entre si pela prioridade. A mais esplêndida confirmação dessa visão, segundo ela, seria fornecida pelos doentes com demência precoce, cujos egos vivenciariam tão fortemente os poderes dos complexos ativados que seus próprios desejos inconscientes seriam encarados como seres vivos hostis.

A característica da demência precoce mencionada acima é ilustrada, no texto de 1911 de Spielrein, a partir do caso da sua paciente, que, em certo momento, se irritava com más “suposições” que as pessoas faziam a seu respeito e achava que uma suposição poderia se tornar realidade a fim de substanciar seu direito à existência. Essas suposições, esclarece a autora, expressavam os próprios complexos da paciente. Esta sentia tão intensamente o poder de seus complexos sobre si que os enxergava como seres que poderiam se tornar vivos devido à sua vontade. A suposição, no sentido adotado pela paciente, seria uma imposição de certas intenções, ou seja, de determinados complexos, que, como grupos de representações carregadas de afeto, demandariam grande influência sobre as ações. Dessa forma, seria possível que, em determinadas circunstâncias, as suposições se tornassem realidade, uma vez que não seriam meras possibilidades aleatórias, pois tornariam os complexos objetivamente conscientes. Assim, de acordo com Spielrein: “um complexo sempre representa uma possibilidade que adquire direito à existência por meio de ativação especial, ou seja, se torna realidade” (Spielrein, 1911/2014, p. 146).

Spielrein (1911/2014) argumenta que o ser humano possui duas vivências, uma consciente e outra inconsciente, e que esta última é a responsável pela criação de uma tonalidade afetiva. Esse processo é exemplificado da seguinte forma: gostamos de um conto de fadas ou de um poema qualquer porque representações carregadas de prazer são incitadas por ele, de forma que o prazer é vivenciado quando o novo conteúdo da representação entra em contato com o antigo. Nesse caso, temos a impressão de que o sentimento de prazer faz parte do conteúdo atual da representação, pois nos alegamos com ele no presente. No entanto, na verdade, nossa alegria pertence a vivências passadas, as quais não dizem respeito apenas às nossas experiências pessoais, mas também às vivências ancestrais. Spielrein introduz, então, a hipótese de que “herdamos também a sedimentação das vivências de nossos ancestrais

dentro de nós” (Spielrein, 1911/2014, p. 213). Modos de pensamento muito antigos influenciariam nossa consciência do presente, de forma que seria possível dizer que o inconsciente dilui o presente em um passado que ultrapassa a experiência individual. Assim, poderíamos ver no inconsciente algo que estaria fora do tempo, ou que seria, ao mesmo tempo, presente, passado e futuro. Em suas palavras:

O inconsciente nos fornece indícios sobre os conflitos pessoais no presente, sobre os conflitos do passado filogenético a partir do qual se originam as vivências pessoais e, eventualmente, sobre o desenvolvimento futuro das coisas, já que o futuro emerge do passado (na verdade, ele é apenas uma forma do passado) (Spielrein, 1911/2014, p. 216).

Sobre o mecanismo da demência paranoide, Spielrein argumenta que o doente parte de seus conflitos presentes. Por exemplo, a sua paciente repugnava as relações sexuais com o marido. A reflexão consciente sobre esse fato consideraria diversas possibilidades do mundo real que poderiam ajudá-la a se livrar da situação desagradável. No entanto, a doença faz justamente o contrário ao substituir o mundo externo real por um mundo interno com valor de realidade. Esse fato já havia sido demonstrado por Jung, reconhece Spielrein, no entanto, segundo ela, o material de sua paciente mostra que esse eu profundo, que se expressa na doença, pertence “a um passado que ultrapassa o âmbito do indivíduo” (Spielrein, 1911/2014, p. 215). A paciente insere sua vivência presente nesse passado e, em tal processo, as características pessoais são eliminadas: o eu é substituído pelo nós.

Um dos exemplos que ilustram esse fenômeno é o fato de a paciente dizer *a terra foi perfurada*, em vez de *eu fui maculada durante o ato sexual*. Spielrein (1911/2014) esclarece que a paciente compreendia a terra como uma mulher que é conspurcada pelo fato de absorver no coito, além do sêmen, também a urina. Ao se referir à terra, e não a si mesma, ela fala a língua do pensamento mitológico, aponta a autora, pois os antigos viam na terra uma mulher poderosa. A mulher, de maneira geral, foi maculada – e não ela como indivíduo. Assim, sua dor é diluída entre as várias representações análogas que abrigamos dentro de nós como herança de nossos ancestrais.

Em seu texto “A destruição como causa do devir”, Spielrein (1912/2014), ao retomar o exemplo da fala *a terra foi perfurada*, argumenta que, em sua opinião, aí estaria o sentido da expressão

simbólica. O símbolo significaria o mesmo que a representação penosa, mas seria menos diferenciado enquanto representação do eu. Nós podemos pensar em muito mais conteúdos quando falamos “mulher” – já que eles só precisam se assemelhar entre si na essência – do que quando falamos na representação do eu muito mais definida de uma Martha N., exemplifica a autora. Para qualquer ser humano, as outras pessoas só existiriam na medida em que fossem acessíveis à sua psique, ou seja, apenas as características dos outros que correspondessem a nós mesmos existiriam para nós. Por exemplo, quando o sonhador se substituísse por outra pessoa, ele não estaria procurando representar a pessoa em questão. O que lhe interessaria seria apenas apresentar, na pessoa substituta, a característica que correspondesse à realização de seu desejo. Se o sonhador quisesse ser invejado por ter belos olhos, então, ele agregaria diversas pessoas com belos olhos em uma pessoa mista, de forma que o resultado seria um tipo em vez de um indivíduo. Segundo Spielrein (1912/2014), os estudos de pacientes com esquizofrenia mostram que um tipo corresponde a formas arcaicas de pensamento.

Em seu texto de 1911, a autora argumenta que a esquizofrenia gosta de se servir de conceitos abstratos vagos, devido ao fato de que estes são extratos de várias representações concretas unitárias adquiridas por meio de longa experiência, o que faz com que sejam muito mais significativos do que designações concretas e exatas. Durante a elaboração consciente de um objeto, os conceitos abstratos poderiam ser compreendidos por cada indivíduo à sua maneira, o que faria com que eles perdessem sua especificidade. Seria justamente essa falta de especificidade que tornaria os conceitos gerais tão adequados para a vida onírica da esquizofrenia. Quanto menos circunscrito fosse um conceito, menos ele indicaria algo determinado, concreto, mas mais conteúdo de representação poderia abarcar. Assim, na esquizofrenia, os conteúdos pessoais penosos seriam transformados em símbolos, os quais deveriam sua origem ao anseio de um complexo pela sua multiplicação, pela diluição na totalidade geral do pensamento, processo no qual as características pessoais desapareceriam.

Outra característica da esquizofrenia enfatizada é a presença de componentes positivos e negativos nas mesmas fantasias e expressões. Um exemplo é o uso que a paciente fazia do verbo *catolizar* como equivalente

a *entusiasmar-se pelo amor sexual*. A religião, como elemento espiritual, faz oposição à sexualidade, ou seja, ao elemento físico, esclarece a autora. Assim, a nomeação dos componentes sexuais pelo negativo (pelo espiritual) significava ao mesmo tempo uma rejeição a esses componentes. Spielrein (1911/2014) ilustra com vários exemplos a expressão de uma ideia pelo seu negativo, ou pela inversão, na construção simbólica de sua paciente. Com relação a esse aspecto, ela ressalta a importância do conceito de *ambivalência* de Bleuler, assim como do mecanismo da *representação pelo oposto* descrito por Freud em “A significação antitética das palavras primitivas” (Freud, 1910/1998). Ambas as hipóteses auxiliariam a compreensão do surgimento das imagens na demência, segundo Spielrein (1911/2014).

Em “A teoria do negativismo esquizofrênico”, Bleuler (1910/1912) argumenta que, ao menos a parte essencial do ego esquizofrênico, retira-se para uma vida de sonhos; para um mundo de ideias e desejos subjetivos. Os pacientes teriam uma ferida vital que seria separada do ego e encoberta por uma concepção oposta. Mesmo as pessoas normais apresentariam a tendência a fecharem-se em si mesmas, pois, a partir do contato com os outros, surgem muitas coisas que geram dor por associação com os complexos. Na esquizofrenia, contudo, esse processo seria intensificado, o que explicaria a forte recusa e oposição à realidade, explica o autor.

Bleuler (1910/1912) aponta que, na esquizofrenia, a ambivalência – sempre presente no psiquismo normal – também estaria intensificada. Três tipos de ambivalências são descritas: a ambivalência *afetiva*, a da *vontade* e a *intelectual*. Segundo sua descrição, na ambivalência afetiva, dois tons de sentimentos contrários seriam atribuídos à mesma ideia, de forma que o pensamento seria simultaneamente investido de características positivas e negativas. A ambivalência da vontade seria uma consequência natural da afetiva e se expressaria pelo querer e não querer a mesma ação. A ambivalência intelectual consistiria no fato de se pensar os mesmos pensamentos, ao mesmo tempo, positiva e negativamente.

Enquanto uma pessoa normal seria capaz de conviver com sentimentos e pensamentos ambivalentes sem cindi-los, na esquizofrenia ocorreria uma cisão psíquica das ideias, impulsos e sentimentos ambivalentes. Bleuler

(1910/1912) cita como exemplo uma esposa mentalmente doente que, ao mesmo tempo, ama seu marido por suas boas qualidades e o odeia pelas más, de modo que sua atitude em relação a cada um dos sentimentos é como se o outro não existisse. A divisão esquizofrênica da psique dificulta o equilíbrio entre estados mentais opostos, explica Bleuler, de forma que os impulsos mais inapropriados podem ser colocados em ação tão facilmente quanto aqueles apropriados, assim como é possível que, em adição a um pensamento correto, ou sem seu lugar, seu negativo seja pensado.

Em “A significação antitética das palavras primitivas”, Freud (1910/1998) busca compreender, a partir das hipóteses do filólogo Karl Abel, o fato de que o mecanismo dos sonhos desconhece a negação e emprega os mesmos meios de representação para retratar dois opostos. Abel (1884, citado por Freud, 1910/1998) aponta que, nas línguas mais antigas, de forma semelhante ao que acontece no mecanismo do sonho, há um grande número de palavras com dois significados opostos. Ele argumenta que tudo o que existe é relativo e só tem uma existência independente na medida em que se diferencie em suas relações com as outras coisas. Dessa maneira, uma vez que todo conceito seria gêmeo de seu contrário, inicialmente ele só poderia ser pensado, ou comunicado, pela expressão de seu oposto. Tendo em vista os vários exemplos citados no texto original de Abel, Freud diz que podemos ver na correspondência entre a peculiaridade dos sonhos e tal característica das línguas antigas a confirmação da hipótese sobre o caráter regressivo e arcaico da expressão dos pensamentos em sonhos. Spielrein (1911/2014), por sua vez, a partir dos exemplos das fantasias de sua paciente, demonstra como esse mesmo mecanismo da representação pelo oposto está presente nas construções fantasiosas da esquizofrenia e que, atrelado a ele, está a ambivalência dos sentimentos, que é exacerbada e cindida na esquizofrenia.

A autora demonstra também como destruição e criação, morte e vida, estavam intimamente conectadas nas construções de sua paciente, mais especificamente como a destruição seria condição para a criação. Uma das fantasias da paciente era de que o útero teria que ser cozido e macerado para ser preparado para a criação de uma nova geração. Assim, o organismo vivo teria que ser morto, triturado, diluído para gerar outro organismo. O ato de matar, punir tinha para a paciente significado de

salvar, ressuscitar, e o coito era expresso como matar, cozinhar, queimar (Spielrein, 1911/2014).

A presença simultânea de componentes positivos e negativos nos mesmos fenômenos, assim como a relação indissociável entre destruição e criação, está na base da hipótese do instinto de morte que Spielrein propõe em seu artigo sobre a destruição, de 1912. Nesse texto, ela retoma e desenvolve as ideias apresentadas em 1911 e formula uma concepção mais abrangente sobre o funcionamento mental.

A PSIQUE DA ESPÉCIE E O INSTINTO DE MORTE

Em “A destruição como origem do devir” (Spielrein, 1912/2014), retomando as hipóteses apresentadas em 1911, Spielrein argumenta que um evento adquire tonalidade emocional apenas na medida em que estimule tonalidades emocionais de conteúdos previamente vivenciados, que permanecem ocultos no inconsciente. Por esse motivo, nós experimentaríamos muito pouco no presente. Pensamentos e representações inconscientes acompanhariam cada representação ou pensamento consciente e transformariam os produtos do pensamento consciente em uma linguagem específica. Este último processo de transformação é denominado *assimilação* ou *dissolução*.

Para Spielrein (1912/2014), os conteúdos da consciência se diferenciariam do inconsciente e, neste último, seriam assimilados, o que determinaria a tonalidade emocional de uma experiência. Assim, no inconsciente, cada representação diferenciada seria dissolvida, ou seja, transformada em um estado indiferenciado. A autora retoma a fala de sua paciente mencionada anteriormente para exemplificar esse processo. A terra representaria a grande mãe ou a representação inconsciente de todas as pessoas. Nessa grande mãe (o inconsciente), a paciente transformaria si mesma em sua mãe (terra) indiferenciada.

Spielrein (1912/2014) distingue, então, entre uma *psique do eu* (*Ichpsyche*) e outra mais profunda, denominada *psique da espécie* (*Artpsyche*). Além de conter experiências do passado individual, o inconsciente conteria sedimentos de experiências de inúmeras gerações, de forma que a assimilação inconsciente de eventos que tivessem ocorrido em muitas gerações se

encaixaria na cadeia de pensamentos do presente, ou seja, transformaria uma experiência do eu em uma experiência da espécie. Quanto mais nos aproximássemos de nossos pensamentos conscientes, mais diferenciadas seriam nossas representações, ao passo que, quanto mais penetrássemos no inconsciente, mais universais e típicas elas seriam. Segundo a autora: “o âmagô da nossa psique não conhece o *eu*, mas apenas seu somatório, o *nós*, ou o eu presente, visto como objeto, é subordinado a outros objetos semelhantes” (Spielrein, 1912/2014, p. 238). Assim, uma parte individual da personalidade poderia ser tomada como objeto.

Em seu texto de 1912 sobre a destruição, Spielrein (1912/2014) retoma também a hipótese de que, na esquizofrenia, como consequência da falta de atividade do eu, as representações deste são transformadas em representações da espécie ou objetivas. A autora sustenta que tal patologia poderia ser interpretada como uma batalha entre as duas tendências antagônicas da psique. Dessa maneira, o antagonismo presente na esquizofrenia é concebido, em 1912, como uma exacerbação de um conflito inerente ao funcionamento mental em geral. A autora caracteriza tal conflito da seguinte forma: “a psique da espécie quer transformar a representação do eu em uma representação tipicamente impessoal, a psique do eu defende-se dessa diluição” (Spielrein, 1912/2014, p. 240).

Com essas hipóteses, então, a autora sustenta que duas tendências opostas – uma *tendência à dissolução e assimilação* e uma *tendência à diferenciação* – estariam presentes no psiquismo, as quais seriam expressões psíquicas das pulsões de conservação da espécie e de autoconservação, respectivamente. Assim, a oposição – sustentada ainda por Freud na época – entre estes dois tipos de pulsões é mantida⁵. No entanto, Spielrein insere o instinto de morte no interior do instinto sexual.

No início de seu texto de 1912, a autora levanta a questão sobre por que razão a pulsão de procriação, a mais poderosa das pulsões, pode trazer consigo sentimentos negativos, como ansiedade e desgosto, ao lado de sentimentos positivos. O que acontece ao indivíduo na presença da atividade sexual que justifica esse estado mental, pergunta-se ela. Após mencionar hipóteses de alguns autores que apontaram essa relação e tentaram explicá-la, Spielrein formula uma hipótese própria para respondê-la: “tais sentimentos correspondem aos componentes

destrutivos do instinto sexual” (Spielrein, 1912/2014, p. 232). Adiante no texto, ela se refere à presença de um “instinto de morte no instinto sexual” (Spielrein, 1912/2014, p. 259)⁶.

A necessidade de supor um componente destrutivo no instinto sexual é defendida pela autora após a consideração de alguns fatos biológicos. Na reprodução, as células unitárias são destruídas dando origem a uma nova vida. Alguns seres inferiores morrem após se reproduzirem. No caso dos seres multicelulares, a diferença seria apenas quantitativa: uma parte do organismo (células germinativas), que representa o organismo inteiro, é destruída. Nesse caso, o componente masculino funde-se ao componente feminino, o qual é reorganizado e assume uma nova forma mediada pelo intruso desconhecido. Assim, diz ela:

Destruição e reconstrução, as quais estão presentes mesmo em circunstâncias normais, ocorrem bruscamente. O organismo descarrega os produtos sexuais como qualquer uma de suas excreções. É improvável que o indivíduo não tenha no mínimo uma suspeita, traduzida em afetos correspondentes, sobre a existência desses processos de destruição e reconstrução em seu organismo. Assim como os próprios afetos de bem-estar associados ao devir estão presentes na pulsão de procriação, os afetos de defesa, como angústia e aversão... correspondem aos componentes destrutivos do instinto sexual (Spielrein, 1912/2014, p. 232).

Como mencionamos acima, encontramos vários exemplos da relação necessária entre sexualidade e destruição no caso relatado por Spielrein no texto de 1911. Neste, após relatar tais exemplos, a autora defende a existência de dois elementos antagônicos na sexualidade: o instinto sexual e o instinto de morte a ele associado trabalhariam no sentido da conservação da espécie e dariam origem à tendência à dissolução e assimilação, à qual se oporia a tendência à diferenciação, que seria expressão da pulsão de autoconservação. Enquanto a primeira dessas tendências visaria transformar a experiência do eu em uma experiência da espécie, a segunda visaria manter a inércia da personalidade do eu. Como não haveria devir sem destruição, a conservação da espécie daria origem à tendência à dissolução e assimilação, da qual dependeria a criação. Já a pulsão de autoconservação não daria origem a nada de novo, uma vez que visaria manter a inércia do eu (Caropreso, 2016). Assim, Spielrein argumenta que:

A pulsão de autoconservação é uma pulsão simples, composta apenas de um lado positivo. Já a pulsão de conservação da espécie, que precisa dissolver o antigo para que o novo surja, é composta de um componente positivo e um negativo. A pulsão de conservação da espécie é, por essência, ambivalente; por isso, o estímulo dos componentes positivos provoca, ao mesmo tempo, o estímulo dos componentes negativos, e vice-versa. A pulsão de autoconservação é uma pulsão “estática”, na medida em que deve proteger o indivíduo que já existe contra influências externas. A pulsão de conservação da espécie é uma pulsão “dinâmica” que anseia pela alteração, pela “ressurreição” do indivíduo em uma nova forma. Nenhuma alteração pode acontecer sem o aniquilamento do estado antigo (Spielrein, 1912/2014, p. 261).

A autora afirma que o processo de dissolução e assimilação poderia ser vivido de forma prazerosa ou desprazerosa. Na demência precoce, a transformação das representações do eu em representações da espécie daria origem inicialmente a ansiedade e depressão severas. Tais sentimentos surgiriam enquanto o paciente se empenhasse em sustentar uma relação egoica. Com a progressão da doença, a indiferença se instalaria. Ela chama atenção para o fato de que podemos sentir um prazer real no desprazer ou na dor, o que conduz à hipótese de que nem todo o funcionamento mental é regido pelo princípio do prazer, tal como ainda proposto por Freud (Caropreso, 2016).

Spielrein (1912/2014) diz concordar com a suposição de Freud de que a *causa movens* de nosso ego consciente e inconsciente é a busca pelo prazer e pela supressão do desprazer. No entanto, ela se pergunta se não possuiríamos impulsos poderosos que colocassem em movimento nossos conteúdos psíquicos sem consideração pela miséria do ego. Sua resposta é afirmativa. Ela defende que a psique da espécie não obedece ao princípio do prazer; que esse princípio diz respeito apenas ao funcionamento do eu consciente e inconsciente. Na psique da espécie, poderia estar presente um regozijo pela dor que prejudicaria a luta pela autopreservação, assim como um desejo de danificar a si mesmo (o eu). O desejo de ferir a si mesmo e o regozijo pela dor tornariam necessária a suposição de que existe um funcionamento psíquico mais profundo, que não seria guiado pelo princípio do prazer (Caropreso, 2016). Dessa maneira:

A psique do eu só pode desejar sentimentos de prazer, mas a psique da espécie nos revela o que desejamos, o que é carregado de afetos positivos e negativos para nós, e então vemos que os desejos da espécie que vivem dentro de nós não correspondem nem um pouco aos desejos do eu, que a psique da espécie quer assimilar em si a psique do eu recente, enquanto o eu, sim, cada partícula do eu possui a ambição de se autoconservar na forma presente (capacidade de perseveração). Mas a psique da espécie, a qual, portanto, nega o Eu atual, consegue fazê-lo de novo justamente por meio da negação, pois a partícula do Eu submersa volta a emergir travestida de novas representações, mais rica do que nunca (Spielrein, 1912/2014, p. 242).

O impulso de destruição, ou instinto de morte, proviria dessa psique profunda, cujo funcionamento não obedeceria ao princípio do prazer e seria o motor da tendência à dissolução nela presente.

A ORIGINALIDADE DAS HIPÓTESES DE SPIELREIN

No apêndice, publicado em 1912, do texto “Notas psicanalíticas sobre um caso de paranoia descrito autobiograficamente”, Freud (1911/1998) diz que o trabalho de 1911 de Spielrein o ajudou a perceber a riqueza simbólica das fantasias e ideias delirantes de Schreber e discernir melhor o pertencimento ao mitológico de algumas de suas afirmações delirantes. Em “O interesse pela psicanálise” (Freud, 1913b/1998), Freud comenta que, nos últimos anos, psicanalistas como Spielrein, Jung e Abraham haviam percebido que a tese de que a ontogênese é uma repetição da filogênese teria que ser aplicada também à vida anímica. Como aponta Ritvo (1990/1992), nesse mesmo ano, em “Totem e tabu”, Freud (1913c/1998) desenvolve sua mais famosa e controversa aplicação dessa teoria ao complexo de Édipo, propondo que este seria a recapitulação ontogenética de uma ocorrência real no desenvolvimento da civilização. Nos anos que se seguem, Freud (1917/1998, 1918/1998) continua defendendo essa hipótese, sobretudo com a noção de fantasias primordiais. Em sua segunda teoria do aparelho psíquico, proposta em “O ego e o id” (Freud, 1923/1998), ele sustenta que o Id seria composto em parte por aquisições filogenéticas. A seguinte passagem desse texto é elucidativa a esse respeito:

Descender dos primeiros investimentos de objeto do Id e, portanto, do complexo de Édipo, significa para o Superego algo mais... o coloca em relação com as aquisições filogenéticas do Id e o converte na reencarnação de formações egoicas anteriores, que deixaram seus sedimentos no Id (Freud, 1923/1998, p. 49).

Spielrein (1912/2014), no entanto, atribui um papel mais amplo do que Freud às memórias filogenéticas ao propor a hipótese da psique da espécie e da tendência à dissolução e assimilação do conteúdo do eu. Segundo a autora, a psique da espécie herdaria traços de memória de experiências vivenciadas por inúmeras gerações, os quais tenderiam a se sobrepor aos conteúdos da experiência pessoal. Para ela, essa influência dos conteúdos da espécie sobre nossa consciência atual seria generalizada, ou seja, todas as nossas experiências, em última instância, ganhariam seus significados a partir da associação com tais conteúdos. Dessa forma, já em 1912 ela parece dar uma importância às memórias filogenéticas que não encontra paralelo na teoria freudiana.

Alguns autores apontam a relação existente entre o conceito de *psique da espécie*, de Spielrein, e o conceito junguiano de inconsciente coletivo. Skea (2006) comenta que a emergência da ideia junguiana de inconsciente coletivo pode ser vista já no texto “Significação do pai”, de 1909, embora ela tenha se concretizado na segunda parte de “Metamorfoses e símbolos da libido”, publicado em 1912, onde é empregado o termo *modos arcaicos de adaptação*. Contudo, o termo *inconsciente coletivo* foi usado por Jung, pela primeira vez, apenas em “A estrutura do inconsciente”, de 1916. Skea (2006) defende que Spielrein teve uma importante contribuição na então emergente teoria junguiana do inconsciente coletivo. Ele relata que, na segunda parte de “Metamorfoses e símbolos da libido”, publicada no *Jahrbuch*, no mesmo volume de 1912 em que o texto de Spielrein sobre a destruição foi publicado, Jung se refere dezessete vezes ao estudo de Spielrein sobre a demência precoce de 1911, citando material do delírio da paciente que ela havia relacionado com o nível mitológico do inconsciente. No entanto, a tradução para o inglês de 1916 e todas as edições subsequentes, culminando em “Símbolos da transformação”, de 1952, datam incorretamente o texto de Spielrein como sendo de 1912. Skea (2006) comenta ainda que, embora Jung tenha mantido a

maior parte das referências ao trabalho de Spielrein em “Símbolos da transformação”, ele retirou a única referência a ela presente na primeira parte de “Metamorfoses e símbolos da libido”, publicado em 1911. Nessa referência, ele mencionava a interessante correlação entre formas patológicas e mitológicas reveladas nas investigações analíticas de Spielrein e enfatizava expressamente que ela havia descoberto o simbolismo aí presente através de seu trabalho, independente e sem conexão com suas ideias. Skea (2006) considera que, com a hipótese de *psique da espécie*, apresentada em seu texto sobre a destruição de 1912, Spielrein antecipa em quatro anos a definição de inconsciente coletivo de Jung e que isso nunca foi reconhecido por ele. Van Waning (1992) também considera que Spielrein antecipou o conceito junguiano de inconsciente coletivo.

Na edição de 1943 de “Sobre a psicologia do inconsciente” (Jung, 1943/1968), Jung afirma que o conceito freudiano de pulsão de morte foi proposto originalmente por Sabina Spielrein em seu texto sobre a destruição. Como se sabe, em “Além do princípio do prazer”, Freud (1920/1998) defende a existência de uma pulsão de morte constitutiva do psiquismo. No entanto, a referência ao pensamento de Spielrein é parcimoniosa. No sexto capítulo do texto, ao comentar a hipótese de que o masoquismo pode ser primário em relação ao sadismo, ele insere uma nota dizendo: “Uma porção considerável dessas especulações foram antecipadas por Sabina Spielrein (1912) em um instrutivo e interessante artigo, o qual, contudo, infelizmente não me é inteiramente claro. Nele, ela descreve os componentes sádicos do instinto sexual como destrutivos” (Freud, 1920/1998, p. 55).

No texto “Mal-estar na civilização” (Freud, 1930/1998), Freud diz lembrar-se de sua própria atitude defensiva quando a ideia de um instinto destrutivo apareceu pela primeira vez na literatura psicanalítica e quanto tempo demorou para que se tornasse receptivo a ela. Katan (1966) afirma que essas considerações de Freud claramente se referem à publicação de Spielrein.

Além de Jung, vários autores afirmam que Spielrein antecipou o conceito freudiano de pulsão de morte (Lothane, 2003; Britton, 2003; Van Waning, 1992; Robert, 1966; Carotenuto, 1980/1984; Angelini, 2008; Peres, 2012). No entanto, embora não seja possível negar que Freud tenha sido, de alguma forma, influenciado pelas hipóteses de Spielrein,

pode-se argumentar que há diferenças significativas entre o instinto de morte proposto pela psicanalista e a pulsão de morte freudiana.

A primeira delas é o fato de que, enquanto Spielrein (1912/2014) defende a existência de um instinto de morte *no* instinto sexual, Freud (1920/1998) sustenta que a pulsão sexual pertence à classe das pulsões de vida, à qual se oporia outro grupo de pulsões opostas, que trabalhariam a serviço da morte do organismo. Assim, ele não aceita a existência de uma pulsão de morte interna à pulsão sexual, embora reconheça a relação íntima entre sexualidade e destrutividade manifesta, sobretudo nos fenômenos do sadismo e do masoquismo. Dessa maneira, o que Freud explica a partir da vinculação entre a pulsão de morte e a pulsão sexual – as quais corresponderiam a duas classes de pulsões independentes e opostas –, Spielrein explica a partir de uma intensificação do componente destrutivo do próprio instinto sexual (Caropreso, 2017). Como aponta Kerr (1988), para Spielrein a sexualidade seria inerentemente ambivalente e a morte estaria contida em sua dialética. Já para Freud, a tendência para a morte seria manifestação primária de um instinto de morte independente da libido.

Outro ponto importante de distinção entre os dois autores é que, justamente por supor um instinto de morte no instinto sexual, Sabina considera o impulso destrutivo indissociável de um impulso reprodutivo, os quais se expressariam na tendência à dissolução e assimilação. Assim, para ela, a destruição impulsionada pelo instinto de morte seria indissociável da criação. Podemos dizer que a destruição seria condição para o surgimento do novo e o traria consigo necessariamente. Por esse motivo, ela considerava que a pulsão de preservação das espécies surgiria de componentes positivos e negativos. Já para Freud (1920/1998), a pulsão de morte visaria, em última instância, o retorno ao inorgânico, à aniquilação da vida, e não teria como consequência necessária, portanto, a criação. Freud explica a preservação e o desenvolvimento da vida a partir da ação das pulsões de vida, ou seja, a partir de outra classe de pulsões independentes (Caropreso, & Simanke, 2008). Assim, a pulsão de morte, por si só, conduziria à aniquilação da vida; ela não traria algo novo como consequência da destruição; ela não seria *criativa*. Nesse sentido, podemos dizer que, para Freud, a pulsão de morte seria puramente negativa, diferentemente do que sustenta Spielrein.

Além de propor que a destruição é indissociável da criação, para Spielrein (1912/2014), o instinto de morte visaria à aniquilação da psique do eu e sua submissão à psique da espécie. Assim, o que estaria em questão não seria a destruição da vida como um todo, mas sim a destruição do eu. Esse é outro ponto significativo que distancia os conceitos dos dois autores. A diferenciação entre psique do eu e da espécie e a suposição de que a primeira buscaria sobrepor-se a segunda não encontra paralelo na teoria freudiana.

Podemos dizer, portanto, que, com seu conceito de instinto de morte, Sabina Spielrein antecipa a hipótese de que existe “um” instinto de morte no psiquismo. No entanto, entre a sua hipótese e o conceito freudiano de pulsão de morte há diferenças fundamentais que distanciam o pensamento dos dois autores.

Como vimos, Spielrein (1912/2014) argumenta que o fato de haver, no funcionamento mental, um regozijo pela dor que prejudica o ego conduz à suposição de que nem toda atividade mental obedece ao princípio do prazer. Para ela, este último princípio daria respeito apenas ao ego consciente e inconsciente. Com isso, a autora parece anteciper a hipótese, introduzida na teoria freudiana em “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/1998), de que haveria um funcionamento psíquico primordial que antecederia aquele regido pelo princípio do prazer.

Tanto para Freud como para Spielrein, esse funcionamento primitivo teria um aspecto regressivo, embora isso não signifique o mesmo para os dois autores. Para Freud (1920/1998), tal atividade psíquica consistiria em uma compulsão à repetição, que visaria retornar a um estado anterior ao surgimento da própria vida. Para Spielrein (1912/2014), seria a atividade da psique da espécie que estaria para além do princípio do prazer e esta trabalharia no sentido de reproduzir uma experiência do passado da espécie. Tal diferença entre as hipóteses dos dois autores está na base da diferença que apontamos anteriormente a respeito do aspecto puramente negativo do conceito freudiano de pulsão de morte, o qual não está presente no conceito de instinto de morte de Spielrein. Além disso, para Freud (1920/1998), a compulsão à repetição promoveria a ligação da excitação e, assim, permitiria o surgimento do funcionamento mental governado pelo princípio do prazer. Dessa maneira, a compulsão

à repetição trabalharia, ao fim e ao cabo, a favor deste último princípio (Caropreso, & Simanke, 2008). Já Spielrein (1912/2014) supõe que a atividade da psique da espécie se oporia àquela da psique do eu, o que se manifestaria na oposição entre a tendência à dissolução e assimilação, da primeira, e a tendência à diferenciação, da segunda.

Richebächer (2005/2012, p. 194) comenta que “quando Sabina Spielrein diz, em seu trabalho sobre a destruição, que há forças impulsivas que põem em movimento nosso aparato psíquico *sem se preocupar com o bem-estar ou o sofrimento do ego*, que obtemos *diretamente prazer da desgraça e da dor*, está expressando uma ideia completamente nova”. Para a autora, Freud, nessa época, ainda não estava pronto para se dedicar a tais considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (*Dementia praecox*)”, Spielrein (1911/2014) se apoia nas concepções de Jung e Freud acerca do paralelismo entre os fenômenos neuróticos e oníricos e os esquizofrênicos, mas vai além ao apontar que a doença evoca conteúdos que transcendem a experiência individual. Ela interpreta as falas e fantasias esquizofrênicas como expressões de um processo de dissolução de conteúdos pessoais em sedimentos de experiências impessoais, pertencentes ao passado da espécie, e, a partir disso, defende que o inconsciente contém sedimentos de vivências de inúmeras gerações. As ideias do texto de 1911 são desenvolvidas em “A destruição como origem do devir” (Spielrein, 1912/2014), dando origem à distinção entre psique do eu e psique da espécie e ao conceito de instinto de morte.

Em 1912, Spielrein esclarece que o processo de dissolução, presente na esquizofrenia, é impulsionado pelo instinto de morte contido na pulsão de preservação da espécie. A autora propõe também que a tendência à dissolução está presente em todo funcionamento mental, embora se manifeste de forma mais intensa na esquizofrenia. Segundo ela, o conflito estaria presente em dois níveis no funcionamento mental. Haveria, em primeiro lugar, um conflito entre a psique da espécie (e sua tendência à dissolução e assimilação) e a psique do eu (e sua tendência à diferenciação).

Ele seria expressão da oposição entre os impulsos de autopreservação e aqueles de preservação da espécie. Com isso, o primeiro dualismo pulsional freudiano é mantido, mas Spielrein introduz os componentes filogenéticos e o instinto de morte no interior das pulsões sexuais. Em segundo lugar, haveria um conflito interno ao impulso de preservação das espécies, o qual se daria entre os componentes destrutivos e reprodutivos do mesmo. A exacerbação dos componentes destrutivos do instinto sexual impulsionaria o processo de dissolução que estaria na base da esquizofrenia.

Na época, a discussão sobre a possibilidade de memórias filogenéticas estava emergindo no âmbito da psicanálise e viria a adquirir importância cada vez maior nos anos seguintes. Contudo, com o conceito de psique da espécie e psique do eu, Spielrein propõe uma concepção original da dinâmica mental e do conflito psíquico e atribui a tais memórias uma importância até então inédita nas hipóteses psicanalíticas sobre o funcionamento mental. Suas hipóteses do instinto de morte e da existência de um funcionamento mental primordial, que não seria governado pelo princípio do prazer, antecipam certos aspectos das ideias que Freud viria a elaborar em 1920, apesar das diferenças entre as concepções dos dois autores apontadas anteriormente.

O pensamento de Spielrein revela uma riqueza de ideias e de intuições teóricas e clínicas que parece conter o germe de hipóteses centrais que seriam desenvolvidas nos anos subsequentes, sobretudo por Freud e Jung. No entanto, ele apresenta uma originalidade teórica que justifica uma análise mais cuidadosa de seu desenvolvimento interno e uma maior divulgação, para que o papel de Spielrein na história da psicanálise possa ser devidamente reconhecido⁷.

REFERÊNCIAS

- Angelini, A. (2008). History of the unconscious in Soviet Russia: from its origins to the fall of the Soviet Union. *The International Journal of Psychoanalysis*, 89, 369-388.
- Bleuler, E. (1912). *The theory of schizophrenic negativism*. New York: *The Journal of Nervous and Mental Disease Publishing Company*. (Original publicado em 1910 e 1911)
- Britton, R. (2003). *Sex, death and the superego: experiences in psychoanalysis*. London: Karnac Books.
- Caropreso, F. (2016). O instinto de morte segundo Sabina Spielrein. *Psicologia USP*, 27(3), 414-419.
- Caropreso, F. (2017). The death instinct and the mental dimension beyond the pleasure principle in the works of Spielrein and Freud. *International Journal of Psychoanalysis*, 98, 1-22.
- Caropreso, F., & Simanke, R. T. (2006). Compulsão à repetição: um retorno às origens da metapsicologia freudiana. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(2), 207-224.
- Caropreso, F., & Simanke, R. T. (2008). Life and death in Freudian metapsychology: a reappraisal of the second instinctual dualism. *International Journal of Psychoanalysis*, 89, 977- 992.
- Carotenuto, A. (1984). *A secret symmetry, Sabina Spielrein between Jung and Freud*. New York: Pantheon Books. (Original publicado em 1980)
- Cromberg, R. U. (2014). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise*. São Paulo: Livros da Matriz.
- Freud, S. (1998). Sobre o sentido antitético de las palabras primitivas. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 11. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1910).
- Freud, S. (1998). Pontualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (*Dementia paranoides*) descrito autobiográficamente. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 12. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1911)
- Freud, S. (1998). Sobre psicoanálisis. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 12. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1913)

- Freud, S. (1998). El interes por el psicoanálisis. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 13. Buenos Aires: Amorrortu Editores (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1998). Tótem y tabú. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 13. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1913)
- Freud, S. (1998). Introducción del narcisismo. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 14. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1998). Conferencias de introducción al psicoanálisis. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 16. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores (Original publicado em 1917)
- Freud, S. (1998). De la historia de una neurosis infantil. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 17. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1918)
- Freud, S. (1998). Mas allá del principio de placer. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 18. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (1998). El yo y el ello. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 19. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (1998). El malestar en la cultura. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 21. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1930)
- Freud, S. (1998). Esquema del psicoanálisis. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 23. Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Original publicado em 1940)
- Jung, C. G. (1968). On the psychology of the unconscious. In G. Adler, & R. F. C. Hull (Eds.), *The collected works of C. G. Jung* (v.7). Princeton: Princeton University Press. (Original publicado em 1943)
- Jung, C. G. (2011). Estudos diagnósticos de associações. In Carneiro, A. S., Silva, J. M., Peretti, L., & Oleniki, M. L. (Eds.), *C. G. Jung obra completa*, v. 2. Petrópolis: Editora Vozes. (Original publicado em 1906)
- Jung, C. G. (2011). A psicologia da *dementia praecox*: um ensaio. In Carneiro, A. S., Silva, J. M., Peretti, L., & Oleniki, M. L. (Eds.), *C.G. Jung obra completa*, v. 3. Petrópolis: Editora Vozes. (Original publicado em 1907)

- Jung, C. G. (2011). O conteúdo da psicose. In Carneiro, A. S., Silva, J. M., Peretti, L., & Oleniki, M. L. (Eds.), *C.G. Jung obra completa*, v. 3. Petrópolis: Editora Vozes. (Original publicado em 1908)
- Katan, M. (1966). Precursors of the concept of the death instinct. In Loewenstein, R. M., Newman, L. M., Schur, M., & Solnit, A. J. (Eds.), *Psychoanalysis: a general psychology* (p. 86-103). New York: International Universities Press.
- Kerr, J. (1988). Beyond the pleasure principle and back again: Freud, Jung, and Sabina Spielrein. In Stepansky, P. E. (Ed.), *Freud appraisals and reappraisals*, v. 3 (p. 3-79). Hillsdale: Analytic Press.
- Lothane, Z. (2003). Tender love and transference: unpublished letters of C. G. Jung and Sabina Spielrein. In Covington, C., & Wharton, B. (Eds.), *Sabina Spielrein: Forgotten Pioneer of Psychoanalysis* (p. 191-225). Nova York: Brunner- Routledge.
- Noth, I. (2015). Beyond Freud and Jung: Sabina Spielrein's contribution to child psychoanalysis and developmental psychology. *Pastoral Psychology*, 64(2), 279-286.
- Ovcharenko, V. (1999). Love, psychoanalysis and destruction. *Journal of Analytical Psychology*, 44(3), 355-373.
- Petchkovsky, L. (2013). MRI responses to Jung's word association test: implications for theory, treatment and research. *Journal of Analytical Psychology*, 58, 409-431.
- Peres, R. S. M. (2012). Sabina Spielrein: do que não se pode falar, do que não se pode saber. *Letra Freudiana*, 11(10), 58-62.
- Richebächer, S. (2012). *Sabina Spielrein de Freud a Jung*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 2005)
- Ritvo, L. B. (1992). *A influência de Darwin sobre Freud: um conto de duas ciências*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1990)
- Robert, M. (1966). *The psychoanalytic revolution: Sigmund Freud life and achievement*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Skea, B. R. (2006). S. Spielrein: out from the shadow of Freud and Jung. *Journal of Analytical Psychology*, 51, 527-552.
- Spielrein, S. (2003). Unedited extracts from a diary. In Covington, C., & Wharton, B. (Eds.), *Sabina Spielrein: forgotten pioneer of psychoanalysis* (p. 15-31). Nova York: Brunner – Routledge.

- Spielrein S (1911). *Über den psychologischen Inhalt eines Falles von Schizophrenie- Dementia Praecox. Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen*, 3(1), 329-400.
- Spielrein, S. (1912). Die Destruktion als Ursache des Wedens. *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen*, 4 (1), 465-503.
- Spielrein, S. (2014). Sobre o conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia. In Cromberg, R. U. (Org.), *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise*, v. 1 (p. 127-216). São Paulo: Livros da Matriz. (Original publicado em 1911)
- Spielrein, S. (2014). A destruição como origem do devir. In Cromberg, R. U. (Org.), *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise*, v. 1 (p. 227-277). São Paulo: Livros da Matriz. (Original publicado em 1912)
- Van Waning, A. (1992). The works of pioneering psychoanalyst Sabina Spielrein “Destruction as a cause of coming into being”. *International Review of Psycho-Analysis*, 19, 399-414.

NOTAS

- ¹ No sexto capítulo do texto, ao comentar a hipótese de que o masoquismo pode ser primário em relação ao sadismo, Freud (1920/1998, p. 53) insere uma nota dizendo: “Sabina Spielrein, em um trabalho substancial e rico em ideias (1912), ainda que infelizmente não totalmente compreensível a mim, antecipou boa parte dessa especulação. Ela designa ali o componente sádico da pulsão sexual como ‘destrutivo’”.
- ² As cartas e o diário de Spielrein permaneceram guardados na Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de Genebra desde sua partida para a União Soviética, em 1923, e foram descobertos em 1977.
- ³ O termo *complexo* foi cunhado, em 1898, por Theodor Ziehen, um dos primeiros psiquiatras infantis da Alemanha. Jung usou o termo para se referir aos ditos “pontos de acesso” apontados pelo teste de associação de palavras (Petchkovsky et al., 2013).
- ⁴ Segundo Jung (1907/2011), o eu consistiria na expressão psicológica de uma combinação firmemente associada entre todas as sensações corporais. Ele seria um complexo entre outros, embora, na normalidade, preponderasse sobre os demais.
- ⁵ A explicação do primeiro dualismo pulsional, elaborada por Freud (1914/1998)

no texto “Introdução ao narcisismo”, já permite inferir que a pulsão sexual é concebida como uma pulsão de conservação da espécie. Nesse texto, na tentativa de fundamentar o dualismo entre pulsões sexuais e pulsões egoicas, o autor afirma: “em primeiro lugar, essa divisão conceitual corresponde à divisão popular corrente entre fome e amor. Em segundo lugar, considerações *biológicas* advogam em seu favor. O indivíduo, realmente, leva uma existência dupla, uma vez que é fim em si mesmo e elo dentro de uma cadeia da qual é tributário contra a sua vontade ou, ao menos, sem que a medeie. Ele tem a sexualidade como um de seus propósitos, enquanto que outra consideração o mostra como mero apêndice de seu plasma germinal, à disposição do qual coloca suas forças em troca de um ganho de prazer; é o portador mortal de uma substância, talvez, imortal, assim como um herdeiro é apenas o detentor temporário de uma instituição que sobrevive a ele. A separação das pulsões sexuais a respeito das egoicas apenas refletiria essa função dupla do indivíduo” (Freud, 1914/1998, p. 76). Essa concepção da pulsão sexual como pulsão de conservação da espécie é mais claramente afirmada na seguinte passagem do texto “Esboço de psicanálise”, onde Freud (1940/1998, p. 146) comenta sua hipótese do segundo dualismo pulsional: “Após longa vacilação e oscilação, resolvemos aceitar apenas duas pulsões básicas: *Eros* e *pulsão de destruição* (A oposição entre pulsão de conservação de si mesmo e de conservação da espécie, assim como a outra entre amor egoico e amor objetal, se situam no interior de *Eros*)”. Spielrein, em seu texto de 1912, claramente identifica o instinto sexual ao instinto de conservação da espécie.

⁶ Spielrein (1912/2014b) usa os termos *Instinkt*, *Trieb* e *Drang* ao longo do texto. Ela usa *Instinkt* nos substantivos compostos *Todesinstinkt* (instinto de morte) e *Sexualinstinkt* (instinto sexual). O termo *Drang* é usado em *Destruktionsdrang* (impulso de destruição) e o termo *Trieb* é usado em *Selbsterhaltungstrieb* (pulsão de autoconservação), *Arterhaltungstrieb* (pulsão de conservação da espécie) e *Fortpflanzungstrieb* (pulsão de reprodução). Ela usa também, em poucas ocasiões, *Fortpflanzungsinstinkt* (instinto de reprodução) e *Selbsterhaltungsinstinkt* (instinto de autoconservação).

⁷ Apoio: CNPq – Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Recebido em 03/04/2017

Aprovado em 26/09/2017

TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO E PSICANÁLISE: REVISITANDO A LITERATURA

*Amanda Pilosio Gonçalves**

*Bruna da Silva***

*Marina Menezes****

*Luana Tonial*****

RESUMO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) constitui-se em um conjunto de características específicas que afetam o desenvolvimento de diversas maneiras, causando comprometimentos principalmente na área de habilidades sociais. Os indivíduos com autismo geralmente apresentam padrões restritos de atividades, interesses limitados e comportamentos estereotipados. Historicamente, a forma de compreender os TEA tem se modificado, em nível de causalidade, diagnóstico e até tratamento, sendo a psicanálise um dos modelos teóricos e técnicos mais influentes. Esta pesquisa objetivou analisar as relações entre autismo e psicanálise em produções bibliográficas brasileiras do período de 2009 a 2014 e analisar sistematicamente as publicações sobre as relações entre os TEA e a psicanálise. Estimou-se ainda descrever a etiologia dos TEA, identificar os parâmetros diagnósticos e elencar as principais formas de tratamento pelo viés da psicanálise. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e os dados foram coletados através da revisão sistemática da literatura disponível em bases de dados nacionais, como Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil BVS-PSI, Bireme, Lilacs e SciELO, através dos descritores “autismo e psicanálise” e “transtornos autísticos e psicanálise”. Os resultados obtidos indicaram que o maior volume de

* Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) – Itajaí, SC, Brasil.

** Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) – Itajaí, SC, Brasil.

*** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Psicologia – Florianópolis, SC, Brasil.

**** Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) – Itajaí, SC, Brasil.

obras trata a etiologia como multicausal, destacando aspectos genéticos, biológicos, psicogênicos e relacionais. Sobre o diagnóstico, foram ressaltadas a singularidade e a subjetividade de cada sujeito e com relação ao tratamento enfatizou-se o manejo da transferência como uma técnica apropriada. Observou-se, no conjunto de publicações, que o diagnóstico e o tratamento estão voltados em sua grande maioria para a infância, chamando a atenção para a escassa quantidade de publicações que tratam de adolescentes e adultos com TEA.

Palavras-chaves: psicanálise; autismo; transtorno autístico.

AUTISM SPECTRUM DISORDER AND PSYCHOANALYSIS: REVISITING THE LITERATURE

ABSTRACT

The Autism Spectrum Disorder (ASD) is in a specific set of characteristics that affect development in different ways, causing impairments mainly in the area of social skills. Individuals with autism usually have restricted patterns of activities, limited interests and stereotyped behaviors. Historically, the way to understand the ASD has changed at the level of causation, diagnosis and even treatment, psychoanalysis is one of the most influential theoretical and technical models. This study aimed to analyze the relationship between autism and psychoanalysis in Brazil the period of 2009 to 2014 bibliographic production has been estimated also describe the etiology of ASD, identify diagnostic parameters and rank the main forms of treatment from the perspective of psychoanalysis. The methodology adopted was the literature search and data were collected through systematic review of the available literature in national databases as Virtual Health Library – Psychology Brazil BVS-PSI, Bireme, Lilacs and SciELO, using the descriptor “autism and psychoanalysis “and” autism spectrum disorders and psychoanalysis”. The results indicated that most of the articles refer to as multifactorial etiology, highlighting genetic, biological, psychological and relational. About the diagnosis, the article emphasizes the uniqueness and subjectivity of each subject and regarding the treatment emphasized the management of transfer as an appropriate technique. It was observed in the number of publications that diagnosis and treatment are geared mostly for children, drawing attention to the limited amount of publications dealing with adolescents and adults with ASD.

Keywords: psychoanalysis; autism; autistic disorder.

INTRODUÇÃO

O que se conhece hoje como Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)¹ consiste num feixe de componentes particulares percebidos no indivíduo geralmente até os três anos de idade, destacando entre esses um comportamento alheio, uma inabilidade em se relacionar socialmente e responder adequadamente aos estímulos externos, que parecem passar despercebidos aos seus olhos, além das peculiaridades no estabelecimento de vínculos afetivos e dos padrões de comunicação verbal e não-verbal.

A relação entre psicanálise e autismo teve seu primeiro registro a partir de Melanie Klein, com a publicação do caso Dick em 1930. Naquela época o autismo ainda não havia sido definido como uma entidade nosológica e, portanto, Dick, um menino de quatro anos, que apresentava ausência da fala, falta de reciprocidade afetiva, desinteresse por brinquedos e “ensimesmamento” recebeu o diagnóstico psiquiátrico de “demência precoce”. Klein, ao se deparar com tal diagnóstico, observou que a criança não cumpria todos os critérios para a classificação de demência precoce e esquizofrenia, condições diagnósticas utilizadas na época para casos de crianças com a mesma descrição comportamental de Dick (Tafari, & Safra, 2008).

Em 1942, Kanner publicou um artigo nomeado “Distúrbios autistas do contato afetivo”, no qual divulgou os resultados obtidos em uma pesquisa realizada com 11 crianças. A maior parte das características observadas nesse estudo ocorreu na primeira fase do desenvolvimento infantil, destacando-se a ausência ou inabilidade de manter relações interpessoais compostas pela tríade afetivo-emocional-verbal, a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados, além de um repertório limitado de interesses. Surge a descrição da sintomatologia do autismo (Marfinati, & Abrão, 2014).

Para Rutter (1993/1997) a explicação de Kanner sobre o autismo estava embasada na relação afetiva e simbiótica entre mãe e bebê, pois as dificuldades interacionais, principalmente nessa relação, facilitariam o desenvolvimento de um quadro grave e psicótico na criança. Ornitz (1993/1997), ao referir-se à perspectiva de Kanner, descreve que o autismo infantil é uma patologia com início, meio e fim, além de apresentar um curso clínico diferenciado de outros transtornos, ressaltando dessa forma a importância de considerar as dimensões psicológica, social e biológica.

Em 1944, Bruno Bettelheim afirmou que o autismo teria como causa principal um problema na matriz relacional da família, atribuindo categoricamente a culpa à mãe, denominando-a “mãe-geladeira”. Seguindo as causas prováveis já divulgadas por Kanner e as dificuldades de interação e trocas afetivas entre a família, concluiu que uma mãe frígida, um pai ausente e a ineficiência nos cuidados com a criança resultariam nos comportamentos autísticos (Bettelheim, 1967/1987).

Bowler (1992) recapitula Hans Asperger, que em 1944 descreveu um grupo de pacientes infantis com uma condição que ele denominou como “psicopatia autista da infância”. As crianças e adolescentes descritos eram de aparência normal, mas tinham deficiências distintas na comunicação verbal e não-verbal, bem como nas competências sociais e interpessoais. Em termos intelectuais, os resultados dos testes desses pacientes variaram de levemente deficiente ao normal, com desempenho melhor em testes de memorização. Essas observações despertaram a atenção para a descoberta de uma patologia diferenciada do autismo, denominada como “Síndrome de Asperger” ou “autismo leve”, cuja causa seria orgânica e não emocional (Roballo, 2001).

Houzel (1991) refere que em meados dos anos 50 do século XX, na França, o conceito de esquizofrenia infantil foi substituído por psicose infantil, sendo o autismo incorporado na descrição da psicose precoce. Assim, psicose e autismo passaram a ser descritos como uma entidade nosológica comum e a esquizofrenia passou a ser designada aos casos mais tardios, que apresentavam desestruturação da personalidade ocorrendo após um período de evolução relativamente estável.

Margareth Mahler, também na década de 50, estudou as psicoses precoces e desenvolveu um modelo explicativo para o desenvolvimento da criança, denominado de “separação-indivuação” (Mahler, Pine, & Bergman, 1975/1993). Nesse modelo descreveu os estádios “autístico” e “simbiótico” do desenvolvimento, destacando o conceito de “autismo normal” – período do nascimento até o segundo mês de vida – quando o bebê ainda não seria capaz de tomar consciência sobre instintos e desejos, pois tal capacidade só se efetivaria a partir da “organização intrapsíquica” (Mahler, 1979/1989).

Françoise Dolto, ainda em meados dos anos 50, a partir do caso de Dominique, teceu novas considerações sobre o autismo. Dolto descreveu o processo psicanalítico de um garoto de 14 anos que se apresentou inicialmente

desorientado no tempo e espaço, sem amigos, repetindo a tabuada e realizando sempre as mesmas figuras estereotipadas sobre automóveis e aviões. No campo da psicanálise, destacou o manejo da transferência, as situações de interpretação, a oferta de recursos expressivos e o trabalho com os pais, pois para ela os sintomas que surgem na primeira infância dizem respeito a distúrbios reativos à dinâmica familiar (Soler, & Bernardino, 2012).

Frances Tustin (1981/1984) discutiu a parada do desenvolvimento psicológico no indivíduo autista abordando uma nova perspectiva. Destacou que os bebês com desenvolvimento típico não percebem claramente a existência do mundo para além de si, pois tudo ao seu redor é sentido como uma extensão de si mesmos. Ao experimentar a quebra de um forte vínculo com a mãe, como no caso do fim da amamentação, o bebê vivencia a perda de elementos concretos (o seio, o contato) e também simbólicos (o laço afetivo, o momento daquele ritual). Quando essa separação ocorre após a criança ter atingido uma determinada fase de desenvolvimento psicológico, sua capacidade de diferenciar objeto e *self* se mantém preservada. Mas no caso das crianças autistas a separação ocorreria prematuramente e provavelmente a experiência para o bebê significaria não apenas a perda de um objeto, mas a perda de uma parte de si, levando-o a um encapsulamento global a fim de proteger-se. Tustin (1972/1975) denominou esse fenômeno como “crianças tipo concha” ou “crustáceas”, pois estas desenvolveriam tal defesa diante do sentimento de pânico associado à incompreensão da sua individualidade corporal.

Donald Meltzer, em 1975 publicou uma classificação das psicoses infantis que incluía o autismo. Sua concepção para o desenvolvimento desses quadros diagnósticos pautava-se na incapacidade de alguns bebês encontrarem um objeto materno capaz de conter seu desamparo psíquico ligado ao “conflito estético”. O conflito estético representa a tarefa de significar a emoção vivenciada pelo bebê para a descoberta da beleza do mundo após o nascimento (Houzel, 1991). Na perspectiva de Meltzer, a criança autista seria incapaz de desenvolver uma atenção dirigida ao objeto em si, pois se sentiria atraída pelas características visuais, olfativas e auditivas suspendendo temporariamente o reconhecimento do objeto (Tafari, & Safra, 2008).

Nos anos de 1980 e 1990, Laznik-Penot, a partir dos paradigmas lacanianos afirmou que os comportamentos autísticos são resultantes de uma dificuldade significativa da criança na constituição da sua imagem

corporal e que isso significaria uma falha significativa no processo de instauração da relação simbiótica da mãe com seu filho (Rosenberg, 2011).

Jerusalinsky (1984) reflete acerca de uma ideologia do autismo, fundada a partir dos enfoques teóricos orientados à função materna e que acabaram culpabilizando, em particular, as mães de crianças autistas, proliferando críticas e conselhos sobre a criação dos filhos, destacando o papel dos aspectos afetivos e de cuidado.

A reação às concepções teóricas de Kanner e Bettelheim ocorreu, porém não imediatamente, pois o movimento antipsicanalítico iniciou em meados dos anos 1980 e atingiu seu ápice na França, no ano de 2012, no âmbito da saúde privada e principalmente pública, pois se colocou em questão a cientificidade da abordagem (tendo em vista os discursos disseminados sobre a etiologia do autismo) e a sua eficácia no tratamento dos pacientes (devido principalmente às declarações infundadas e ofensivas de psicólogos – inclusive psicanalistas). A forte recusa à psicanálise no tratamento do autismo veio acompanhada de sanções no plano econômico e administrativo na França, refletindo a má fama psicanalítica em diversos países, despertando a necessidade de defesa da teoria por parte de uma grande massa de profissionais especializados na área (Menéndez, 2012).

Por tais considerações e com o conseqüente aumento da quantidade e diversidade das publicações compartilhadas, entende-se que o tema Transtornos do Espectro do Autismo e Psicanálise é emergente, instigante e tem ampliado sua visibilidade no cenário mundial em virtude do enfoque que tem recebido nos últimos anos, juntamente com a ascensão dos estudos produzidos e da mídia envolvida em sua divulgação.

O presente artigo se propõe identificar as relações entre autismo e psicanálise em produções bibliográficas brasileiras do período de 2009 a 2014, e para isso definiu-se como objetivo a análise sistemática dessas produções com o intuito de levantar os parâmetros diagnósticos, descrever a etiologia e elencar as principais formas de tratamento para os TEA, orientadas pela psicanálise.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se define por buscar, em materiais já produzidos, respostas para a questão problema de

um projeto. Gil (1995) define que esse modelo de pesquisa abrange os seguintes itens: definição de objetivos, estruturação do projeto, organização das fontes que serão pesquisadas, leitura e apropriação de material específico, categorização de tópicos, elaboração de fichas didáticas e a escrita do trabalho.

A coleta de dados do presente estudo ocorreu a partir da pesquisa às bases de dados nacionais: Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil BVI-PSI, Bireme, Lilacs, SciELO e da ferramenta de pesquisa na *web* Google *Scholar*, através dos descritores “autismo e psicanálise” e “transtornos autísticos e psicanálise”. Para tanto, foi elaborada uma planilha a fim de organizar e catalogar os artigos que fizeram parte da seleção de publicações analisadas.

Os artigos selecionados atenderam aos seguintes critérios de inclusão: abordar autismo e psicanálise e ter sido publicado em língua portuguesa entre os anos de 2009 a 2014. Foram excluídas as publicações em outros idiomas, publicações anteriores a 2009 e publicações que não atendiam aos objetivos do estudo.

Para a análise dos dados procedeu-se primeiramente à leitura exploratória de todo o material selecionado, que consistiu na observação rápida, objetivando verificar se a obra consultada era de interesse para a pesquisa. Em seguida, procedeu-se à leitura seletiva, que possibilitou a identificação nos artigos das partes importantes para a realização da análise proposta. Após essa seleção, fez-se a compilação das informações pertinentes, extraídas das fontes, em instrumento específico que contemplou o registro dos dados (autores, ano, método, resultados e conclusões). Para a conclusão da etapa seletiva procedeu-se à leitura analítica, cuja finalidade foi elencar, ordenar e resumir as informações contidas nas fontes bibliográficas para que possibilitassem a obtenção de respostas aos objetivos propostos.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise sistemática das publicações localizadas com os descritores já mencionados, obteve-se um total de 78 obras. Desse montante foram excluídas 24 obras que não atendiam aos critérios de inclusão e aos objetivos do estudo, conforme exemplifica a figura 1.

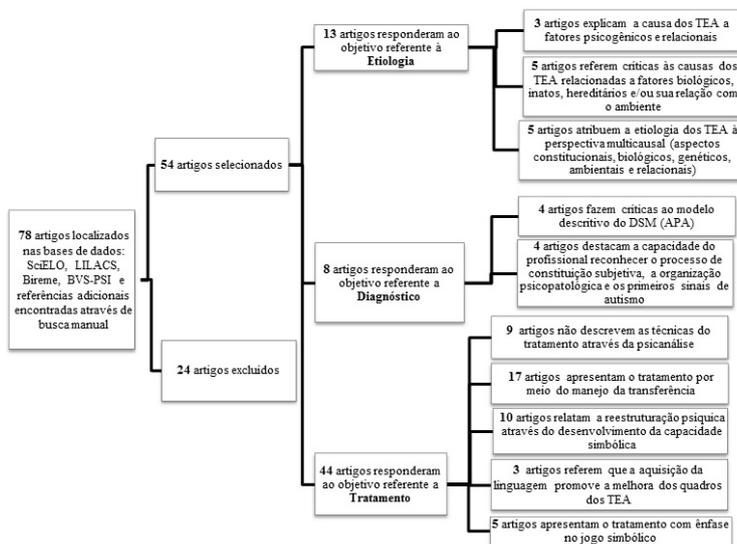


Figura 1: Seleção de registros de acordo com os objetivos da revisão bibliográfica

ETIOLOGIA DOS TEA SOB O VIÉS DA PSICANÁLISE

Referente aos artigos que explicam a causa dos TEA foram selecionadas 13 obras que contemplaram em sua discussão as possíveis origens desses transtornos a partir de uma perspectiva psicanalítica. Fez-se a estruturação das categorias desse objetivo de acordo com as diferentes compreensões apontadas nas referidas obras.

Dentre as publicações analisadas, três explicam a causa dos TEA por fatores psicogênicos e relacionais (Kupfer, & Pechberty, 2010; Lima, 2010; Marfinati, & Abrão, 2014). Segundo Marfinati e Abrão (2014) a etiologia do autismo é proveniente de uma deficiência na constituição do ego, que consiste numa interrupção no desenvolvimento do sujeito devido a uma adaptação falha às suas necessidades, obrigando-o a reagir de forma a se fechar para as experiências externas, percebidas como invasivas, perdendo o sentido de *self* adquirido até então.

Kupfer e Pechberty (2010) enquadram o autismo como um problema psíquico e exaltam a necessária hipótese do inconsciente colocada pela

psicanálise, atentando para o fato de que os TEA foram excessivamente associados aos distúrbios do apego no passado, fato que acabou por culpabilizar os pais, resultando em uma pesada crítica à orientação psicanalítica nas décadas de 40 e 50 do século XX. Por fim, Lima (2010) evidencia que o autismo é resultante de falhas na instalação da pulsão no sujeito, ou seja, durante o processo de constituição do psiquismo do bebê é preciso realizar e fortalecer a sua experiência de presentificar-se no mundo. Quando esse processo não ocorre de maneira adequada e as necessidades do bebê (cuidado, acolhimento, espelhamento, significação, apresentação, condução, entre outros) não são supridas, podem surgir cisões na interação mãe-bebê nos primórdios de sua vida psíquica, ocorrendo uma interrupção do processo de amadurecimento da criança. Isso pode ser percebido através do isolamento, incomunicabilidade, hipersensibilidade sensorial, pobreza dos processos simbólicos e pela aparente “desconexão” entre a criança frente ao outro e aos objetos, que ocorre devido ao fato de estar tomada por intensas sensações que ficam concentradas em seus processos corporais.

Outros cinco artigos elaboram reflexões críticas às causas dos TEA articuladas a fatores biológicos, inatos, hereditários e/ou sua relação com o ambiente (interação), na perspectiva psiquiátrica ou interdisciplinar (Freire, & Moraes, 2011; Januário, & Tafuri, 2009; Macedo, 2010; Pavone, & Rafaeli, 2011; Thomas, 2013) e, apesar de não apresentarem uma ideia concreta de etiologia, demarcam-na historicamente, diferenciando as primeiras investigações psicanalíticas que aproximavam a causa do autismo aos distúrbios do apego, culminando na culpabilidade dos pais e, em particular, da mãe ou na causalidade biológica/orgânica.

Nessa perspectiva, Macedo (2010) apresenta duas principais correntes etiológicas que se opõem: uma de origem orgânica e outra psicogênica. Para a primeira, a causalidade do autismo é considerada de natureza endógena ou inerente ao organismo e para a corrente psicogênica a causa está vinculada ao não estabelecimento de uma demanda adequada do bebê em relação à mãe, por falta de recursos de um ou de outro, acarretando perturbação na dialética comunicacional, o que levaria à “desistência” da relação entre ambos.

Freire e Moraes (2011) destacam os estudos vinculados a um ideal científico, como a neurociência, a partir da teoria dos “neurônios espelhos”

como a causa do autismo, pois, segundo essa perspectiva teórica, os neurônios seriam ativados ao realizar uma ação ou ao observar outro da mesma espécie realizar essa mesma ação, promovendo um espelhamento do neurônio. Desse modo o neurônio passaria a simular automaticamente essa ação no cérebro, como se o observador estivesse de fato agindo (Freire, & Moraes, 2011). Referem ainda que Freud não se pronunciou sobre o autismo, uma vez que, enquanto entidade nosológica, o autismo só foi definido em 1943, portanto quatro anos após sua morte. Lacan o fez de forma sucinta, delineando dois pontos de direção clínica: o primeiro, que indica que o autista já é um sujeito, mesmo que rechace a presença do Outro; e o segundo, que considera que o autista está, de forma muito singular, no campo do verbo e da linguagem, mesmo que refute a fala e o discurso.

Thomas (2013) também retoma a posição de Lacan em 1966, afirmando que a linguagem produz o sujeito e que a concepção científica dominante sobre causas orgânicas, biológicas, genéticas ou psicogenéticas para o autismo não são do interesse da psicanálise, visto que seu interesse repousa em uma “causalidade significante”. Esta considera que o efeito da linguagem seja a causa introduzida no sujeito, uma vez que ele não é a causa dele mesmo, mas a base da causa que o divide. Desse modo, a causa é o significante, que possibilita a existência do sujeito no real.

Nessa mesma linha, Pavone e Rafaeli (2011) tecem críticas sobre as teorias que, tendo em vista que a manifestação dos sintomas é muito precoce, apontam a causalidade ao biológico, mas também abordam as teorias relacionais, ou a correlação entre ambas. Destacam que “para a psicanálise o plano da causalidade é outro, distinto das predisposições inatas do sujeito e de suas relações com as características do meio ambiente, nem se trata tampouco do plano da interação entre elas” (Pavone, & Rafaeli, p. 35). Nessa concepção, os sujeitos não respondem da mesma forma a um determinado estímulo, pois uma falha na relação não funcionaria no esquema de causa-efeito quando se pensa em autismo, ou seja, o fato de uma mãe apresentar depressão, por exemplo, não resultaria necessariamente no desenvolvimento de uma psicopatologia na criança.

Januário e Tafuri (2009) chamam a atenção para a transformação conceitual do autismo desde as descrições de Bleuler em 1911 e Kanner em 1956, para as definições relativas a déficits sensoriais de caráter

crônico e incurável, sob uma perspectiva biologizante. Referem que Fédida em 1991 afirmava que tais conceituações se mostram limitadas, pois permanecem fixadas a etiologias genéticas ou neurobiológicas, que não dialogam com intervenções psicológicas ou psicanálticas.

Entre os demais artigos que abordam as causas dos TEA, cinco publicações referem-se à perspectiva multicausal, ou seja, a partir de um conjunto de aspectos constitucionais, biológicos, genéticos, ambientais e relacionais que devem “coabitar” e compreender que se referem de formas distintas ao mesmo objeto (Carvalho, 2011; Cullere-Crespin, 2010; Fonseca, 2012; Serra, 2010; Wajntal, 2013).

Fonseca (2012) ressalta que entre os aspectos ambientais e sua relação com a gênese dos TEA, os fatores ligados à cultura ou às rápidas mudanças nas práticas parentais dos centros urbanos têm sido negligenciados nas publicações atuais. Desse modo, os aspectos biológicos e os ambientais não diferem a princípio, mas as influências de um ou de outro podem ser difíceis ou fáceis de reverter. Ou seja, as suscetibilidades inatas como a falta de algum dispositivo neurobiológico ou a presença de um transtorno neuronal favoreceriam, alinhados a outras condições, a ocorrência dos TEA (Carvalho, 2011).

A aproximação da psicanálise e das teorias sociogenéticas, segundo Carvalho (2011), compreende que alguns aspectos do funcionamento psíquico já estão presentes nos indivíduos desde o seu nascimento, pois são características que constituem o ser humano ontogeneticamente, tais como o fator “instinto”. Para essa linha teórica, esse fator está na raiz das interações sociais, ou seja, existe uma predisposição específica no bebê em relação ao outro da espécie para assegurar a possibilidade de mediação social e de comunicação – ambas as funções primitivas da linguagem.

Partindo desse raciocínio, ter um processo de comunicação instalado nos primeiros momentos de vida exige, para a abordagem psicanalítica, o reconhecimento do outro como outro ser da mesma espécie, e esse seria o dispositivo que está ausente na síndrome do autismo infantil. A compreensão multicausal dos TEA sustenta-se nas similaridades comportamentais, o que causa estranhamento ao pensar a etiologia apenas como resultado de fatores ambientais desencadeantes ou contribuintes, tendo em vista os mais diversos contextos onde os TEA estão presentes.

Serra (2010) relata que a compreensão etiológica por meio da neurociência e da teoria psicanalítica indica que existe um componente biológico que só pode se expressar ao atravessar o campo psíquico do sujeito e que apenas nas interações com o outro e com o meio é que estas falhas vão se exprimir e se retroalimentar.

Wajntal (2013) e Cullere-Crespin (2010) evidenciam que o autismo é resultante de falhas na instalação da pulsão no sujeito. Do ponto de vista psicanalítico, esse fenômeno consiste na não instauração de determinadas estruturas psíquicas que propiciam ao sujeito condições de desenvolvimento normal e, portanto, sua ausência poderia acarretar déficits cognitivos, entre outros. Os mesmos autores dizem ainda que a etiologia é um enigma a ser decifrado e que os estudos sempre são experimentais, pois parece que todas as causas do fenômeno não são abarcadas.

PARÂMETROS DIAGNÓSTICOS PARA TEA NA ABORDAGEM PSICANALÍTICA

Referente ao diagnóstico para TEA na perspectiva da psicanálise, oito obras foram selecionadas, sendo que estas abordaram os aspectos, as divergências e as dificuldades sobre a realização do diagnóstico.

Januário e Tafuri (2009) demonstram que a noção do diagnóstico tem se empobrecido na prática clínica pela falta do encontro entre o fenômeno e a linguagem. As autoras supracitadas ressaltam que a ação de diagnosticar é um guia do processo terapêutico. Tecem críticas ao modelo enfático e fechado do diagnóstico que condiciona o sujeito a um rótulo e, sobretudo, afirmam que a delimitação entre conceito de saúde e doença é primordial nessa ação clínica. Consideram também que o profissional tem que levar em conta, na elaboração do diagnóstico, estas informações essenciais: sintomas, presença de doenças orgânicas, manifestação do isolamento, incapacidade de simbolizar a realidade e de se constituir como sujeito falante, desenvolvimento emocional, anormalidade física, entre outras, e criticam o sistema classificatório das doenças mentais no que diz respeito ao nominalismo pervertido em função da dedicação obsessiva das palavras.

Flores e Smeha (2013) e Rabello, Lopes, Lacanna e Alencar (2009) refletem sobre a tarefa difícil de diagnosticar precocemente e seu risco, alegando que os profissionais apresentam pouca capacitação para essa ação. Por outro lado, enfatizam que, quanto mais precoce for o diagnóstico, melhores serão os resultados do tratamento. Esses dois artigos discorrem sobre a psicanálise ser uma metodologia que concebe a ideia de que o sujeito tem em si, após seu nascimento, a subjetividade instalada por meio das representações apresentadas pelos pais (familiares, outros), no entanto a respeito do diagnóstico ambas as obras afirmam que este tem seu início a partir do estranhamento da mãe (em especial) ao se deparar com as dificuldades da criança, o que possibilita a procura pelos profissionais de saúde para a detecção dos riscos de possíveis distúrbios por meio da anamnese e outras investigações. Portanto, são necessárias condições básicas, por parte dos profissionais, como o conhecimento do processo de constituição subjetiva, da organização psicopatológica, dos primeiros sinais e sobre os encaminhamentos dos casos para as formulações diagnósticas dos TEA.

Rocha (2009) destaca que para realizar um diagnóstico preciso o analista deve perceber quais são os sintomas, se estão presentes, quais as delimitações deles, e concebe essa verificação a partir da hipótese da não relação com os Outros e suas correlatas. Refere que na observação desse fenômeno encontra-se uma premissa interrogativa que demanda reflexão para a constatação diagnóstica: se a pessoa com autismo está fora do que é humano, onde a mesma se situa? A partir dessas respostas passa a ser viável refletir sobre por qual autismo o sujeito está acometido.

Batista (2013) aborda a importância significativa da psicanálise no diagnóstico do autismo, descrevendo que a mesma oportuniza conceber a subjetividade do sujeito para além da observação de comportamentos estereotipados, considerando a sua singularidade. Tal perspectiva sustenta-se na noção psíquica da personalidade do sujeito enfatizando os aspectos orgânicos e afirma que o diagnóstico pelo viés psicanalítico faz a diferença por ampliar tais possibilidades. Para essa autora, a dimensão simbólica da criança e o advento da abordagem psicanalítica revolucionou a clínica e enalteceu a questão subjetiva como uma das circunstâncias dos diagnósticos psiquiátricos.

Klinger, Reis e Souza (2011) apontam que a estruturação psíquica diferenciada comporta a fundamentação do autismo, conceito importante ao se realizar o diagnóstico. A ideia principal está embasada na forclusão do Nome-do-Pai, conceito que consiste no reconhecimento de um aspecto psíquico faltante que inviabiliza a produção de sintomas. As autoras enfatizam que essa falta traz como consequência uma criança tomada pela instância do autoerotismo ou pela alterização absoluta, e que, portanto, ao se fazer o diagnóstico, devem ser considerados esses aspectos referentes à constituição da mesma. Nesse sentido, afirmam ainda que a produção da uniformidade é inadequada para o diagnóstico do autismo.

Para Carvalho (2011) e Bernardino (2010), o diagnóstico do autismo a partir dos critérios descritos pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-IV-TR (APA, 2002) enfatiza os aspectos comportamentais (observáveis), em detrimento de aspectos da organização da personalidade (dedutíveis). Para Bernardino (2010, p. 113) tal modelo descritivo de diagnóstico propõe a objetividade observada no cérebro e suas funções cognitivas enquanto o modelo subjetivo, impossível de ser mensurado “[...] em termos químicos, genéticos ou de neuroimagem, depende de um cálculo a partir de suas manifestações”. Ou seja, depende de interpretações e de uma teoria a ser interpretada. Desse modo, a maior problemática observada no diagnóstico descritivo do DSM-IV-TR estaria centrada na não diferenciação entre psicoses da infância e autismo, compreendendo-os como entidades nosográficas comuns aos transtornos invasivos do desenvolvimento e generalizando sintomas, sem conceber a formação do psiquismo e sua inter-relação com o mundo externo.

Na análise conjunta das publicações citadas, observa-se que os autores priorizaram aspectos atuais e pertinentes como: a difícil tarefa de diagnosticar a pessoa com TEA; a dúvida sobre o diagnóstico precoce ser mais eficiente ou se é preferível que seja mais tardio em função das limitadoras rotulações que podem decorrer desse processo; a participação efetiva dos pais nas observações dos comportamentos diferenciados nas crianças (especialmente a dificuldade de interação social, a preferência por situações e coisas ao invés de pessoas, a evitação do contato com o outro, entre outros). Por fim, as críticas sobre a realização do diagnóstico a partir dos critérios dos manuais de psiquiatria, que definem rigorosamente

aquilo que deve ser observado, se contrapõem a respeito das possibilidades diagnósticas a partir de uma leitura psicanalítica do fenômeno, que compreende o ser humano como um sujeito subjetivo e desejante.

Nesse sentido, compreende-se que a reflexão proposta pela análise das publicações selecionadas no presente estudo ressalta a importância daquilo que está sendo desconsiderado ou superestimado na elaboração de diagnósticos dos TEA, porém permanece a sensação de que falta um fio condutor para uma estruturação fundamentada nos princípios psicanalíticos.

PRINCIPAIS FORMAS DE TRATAMENTO PARA O TEA ORIENTADAS PELA PSICANÁLISE

A análise das obras pesquisadas não contempla especificações como idade, tempo do diagnóstico, duração do tratamento, grau de comprometimento e o desfecho prognóstico de cada caso, devido ao fato de que esses aspectos não estavam abarcados entre os objetivos deste estudo. Assim, as principais formas de tratamento para os TEA orientadas pela psicanálise foram elencadas a partir de publicações que identificassem as intervenções utilizadas.

Do total de quarenta e quatro artigos selecionados, constatou-se que nove (Barros, & Danziato, 2010; Batista, 2013; Brandão Junior, 2009; Catão, & Vivès, 2011; Kingler, Reis, & Souza, 2011; Rocha, 2010; Santiago, 2009; Souza, 2011; Thomas, 2013) apenas citam o tratamento como uma etapa necessária, não apresentando técnicas, recursos ou descrições de como ele deve ser realizado. Os referidos autores enfatizam a importância de ofertar serviços de atendimento atentando para o fato de que não há um manual a ser seguido, é fundamental aprender a lidar com as particularidades de cada sujeito para, assim, obter maior êxito nessas intervenções. Portanto, não fica evidente qual metodologia foi empregada, apenas a imprescindibilidade em atender esses indivíduos.

Entre as demais publicações, trinta e cinco artigos explanam metodologicamente sobre as principais formas de tratamento para o TEA com orientação em psicanálise, sendo divididos em quatro categorias: a) o manejo da transferência; b) a reestruturação psíquica através do desenvolvimento da capacidade simbólica; c) o tratamento com ênfase no jogo simbólico; e d) a aquisição da linguagem, apresentadas a seguir.

O MANEJO DA TRANSFERÊNCIA

Dezessete artigos descrevem que o tratamento dos TEA está sustentado na função continente do analista e no vínculo terapêutico que se estabelece (transferência e contratransferência), conforme ilustra de modo sistematizado a Tabela 1.

Tabela 1: Descrição cronológica das obras que abordam o tratamento a partir do manejo da transferência

Ano	Autor (es)	Título da obra
2009	Fonseca	A psicanálise na fronteira dos estados autísticos
2009	Januário, & Tafuri	O sofrimento psíquico grave e a clínica com crianças
2010	Almeida	Do menino do carretel ao menino da ilha: desafios para o conceito de transferência e desdobramentos a partir da clínica dos estados primitivos da mente
2010	Elia	A clínica e pesquisa na instituição pública de tratamento de crianças e adolescentes autistas e psicóticos
2010	Jerusalinsky	Considerações preliminares a todo tratamento possível do autismo
2010	Lima	Vale a pena correr o risco? Patologias da dependência
2010	López	A escuta psicanalítica de uma criança autista
2010	Macedo	A função continente e o uso da contratransferência como instrumentos na psicoterapia de grupo com pacientes com severas perturbações no desenvolvimento do psiquismo
2010	Serra	Autismo: uma abordagem psicoterápica
2010	Tafuri, & Januário	A relação transferencial com crianças autistas: uma contribuição a partir do referencial de Winnicott
2011	Catão, & Vivès	Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo

Ano	Autor (es)	Título da obra
2011	Korbivcher	Algumas contribuições atuais abordando a transferência em psicanálise de crianças: relação continente/contido e transformações em alucinação e transformações autísticas
2012	Dudzele	Irene: das sensações às emoções
2013	Abramovitch	Joey: o menino-máquina
2013	Falek	Para concluir um projeto de pesquisa
2013	Leone	Transferência com a criança autista: há um lugar possível ao analista?
2014	Bialer	Espelhos no autismo: alicerces para a criação de um estofado imaginário

Dentre o conjunto de obras desta categoria de análise, três artigos (Catão, & Vivès, 2011; Korbivcher, 2011; Lima, 2010) reforçam o papel de *holding* do analista ao oferecer sustentação egoica ao paciente, se colocando à mercê de suas invenções e as legitimando como produções de um sujeito suposto, ajudando-o na constituição da voz própria. Geralmente, no início do tratamento a criança não tem acesso nem à sua subjetividade, tampouco ao outro. O papel de *holding* demanda do analista a capacidade para segurar, resistir ou conter o que vem do analisando, papel muito similar ao que é desempenhado pela mãe, que auxilia na edificação da personalidade de seu filho. Essa capacidade diz respeito à possibilidade de um ser mais frágil poder contar com um organismo que sirva de apoio a sua sobrevivência, oferecendo não só um aparato físico que supra suas necessidades biológicas como alimentação, higienização, aquecimento, mas também que forneça a entrada ao mundo simbólico, na qual poderá experimentar sentimentos de amor, proteção e cuidados, fundamentais para o desenvolvimento de qualquer sujeito.

Macedo (2010) e Dudzele (2012) referem que por ser uma patologia do vínculo, fato que compromete o contato com o outro e o desempenho de qualquer papel, deve-se utilizar recursos técnicos que ofereçam a maior diversidade de situações que promovam abundância de possibilidades de interações e vinculações, tais como encenações e representações de diferentes funções e papéis (pai, mãe, filho) a serem assumidos transferencialmente. Dudzele (2012) ressalta que a partir

do uso dessas técnicas, ao passo que nada se inscreve devido a um dismantelamento dos processos de constituição do sujeito, inicia-se a criação de um espaço transicional onde há o estabelecimento do comum, e a partir desse momento é que se avançará para o estágio da identificação e imitação, propiciando ao sujeito comunicar-se e expressar suas angústias e experiências. Isso o conduzirá para a consolidação da percepção de si, seu corpo e sensações, paralelamente ao desenvolvimento da expressão emocional, do jogo e da simbolização.

Em quatro publicações (Abramovitch, 2013; Carvalho, 2011; Januário, & Tafuri, 2009; Jerusalinsky, 2010), o acolhimento, a espontaneidade e a criatividade do analista para entrar no campo psíquico do paciente são referidas como intervenções para os TEA, destacando que as interpretações de gestos pouco representativos ou automatismos (estereotípias que possibilitam a descarga de energia) possivelmente viabilizam à criança a elaboração das angústias que inibem as funções do ego (gozo), tais como o processo de fantasiar a realidade e promover a inscrição no simbólico.

Falek (2013) e López (2010) evidenciam tanto o processo de transferência quanto o deslocamento do lugar que o analista ocupa durante o tratamento, de acordo com o surgimento de demandas. Para Falek (2013, p. 592) o lugar do analista situa-se na estrutura do sujeito, “[...] em *a*, e ocupa-se de dar a ver esse objeto que causa o sujeito: sua falta, seu desejo. Trabalha, portanto, no registro de um erotismo que se encontra por definição banido do campo da medicina e da ciência”.

O analista irá se ocupar do jogo erótico estabelecido entre a mãe e a criança, tentando cultivar uma transferência entre ambas além de também estabelecer esse laço com o sujeito com autismo. Isso irá demandar construir, em análise, uma rede de significantes, o registro de um erotismo para que possa existir então a falta e o desejo nesse indivíduo, reestruturando-o psiquicamente (Falek, 2013).

Para López (2010) o desejo do analista é decisivo no processo clínico da criança autista, contudo, refere que esse desejo abandona o ideal pedagógico e terapêutico – de curar e ensinar – investe-se no laço social que possibilita a entrada do autista no discurso. Assim, o desejo do analista “[...] se fabrica no processo analítico e está sustentado pelo ato de escuta e acolhimento da palavra ou do ato do sujeito” (López, 2010, p. 14).

Tafari e Januário (2010) e Almeida (2010) priorizam a interpretação da transferência, um método clássico freudiano, com a finalidade de trazer para o manejo clínico o material do inconsciente recalçado – conteúdo expulso da consciência por ocasionar sofrimento psíquico intenso. Portanto, por se tratar de sujeitos que começaram a se integrar, mas não adquiriram estabilidade como unidade devido às interrupções no processo maturacional, a análise visa acessar esses conteúdos para restaurar essas falhas.

Para Elia (2010) o uso do dispositivo psicanalítico, que consiste nos elementos que compõem a clínica psicanalítica, tais como o lugar discursivo ocupado pelo analista, o estabelecimento do manejo, o modo de direcionar a escuta a um sujeito, entre outros, permitem a estruturação do sujeito (subjetividade e linguagem). Leone (2013) contempla que o lugar discursivo do analista deve funcionar como uma antecipação da ação do sujeito com autismo, já que dele não partirão demandas e sim recusas. Para essa autora, essa antecipação é um movimento necessário para a entrada do sujeito na ordem simbólica e para a perda do corpo da necessidade, avanços que só podem se dar através da incidência da linguagem do analista no corpo vivo desse indivíduo.

E por fim, Serra (2010) e Bialer (2014a) relatam a transferência como recurso primordial no tratamento com pessoas que tenham o diagnóstico de TEA, sugerindo o uso de técnicas como a ecolalia e o espelhamento. Essa sugestão ocorre por duas razões: primeiramente porque crianças com autismo normalmente não fazem uso de brinquedos para comunicar-se, mas sim do próprio corpo e do corpo do analista, demandando uma atenção especial à sua expressão corporal; em segundo lugar, os autores apontam que a relevância do uso dessas técnicas está no componente facilitador da interação de um contato psicológico do autista com o mundo e consigo. O espelhamento dos comportamentos do autista é uma técnica que se apoia na observação da relação mãe-bebê, quando este tenta imitar os gestos daquela, e isso só ocorre porque, para que o indivíduo passe a existir psiquicamente, é necessário espelhar e ser espelhado. A ecolalia, enquanto repetição da fala do outro, deve ser vista como uma forma de propiciar o desenvolvimento, pois representa uma possibilidade de sintonia e de aproximação com o outro.

REESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE SIMBÓLICA

A seleção das dez obras referentes ao desenvolvimento de uma prática clínica que promova a reestruturação psíquica após a instalação do simbólico e de significantes no sujeito foi agrupada para fins demonstrativos na Tabela 2.

Tabela 2: Descrição das obras que abordam o tratamento a partir da reestruturação psíquica através do desenvolvimento da capacidade simbólica

Ano	Autor (es)	Título da obra
2009	Bentata	O canto de sereia – Considerações a respeito de uma incorporação frequente da voz materna
2009	Laznik, & Cabral	Bebê com risco de autismo em tratamento conjunto: visa-se a reversibilidade total?
2010	Bernardino	Mais além do autismo: a psicose infantil e seu não lugar na atual nosografia psiquiátrica
2010	Cullere-Crespin	Discussão da evolução de uma síndrome autística tratada em termos de estruturação psíquica e de acesso à complexidade
2010	Fuziy, & Mariotto	Consideração sobre a educação inclusiva e o tratamento do Outro
2010	Verdi	De uma nota só à melodia: considerações sobre a clínica psicanalítica da Síndrome de Asperger
2011	Marfinati, & Abrão	O pensamento psicanalítico sobre o autismo a partir da análise da revista <i>Estilos da Clínica</i>
2013	Campanário, Pinto, & Vorcaro	Tratamento psicanalítico do bebê com risco de autismo: uma clínica ao avesso?
2014	Bialer	Algumas estratégias de (auto) tratamento do autista
2014	Leiras, & Batistelli	Reflexões psicanalíticas sobre um caso com transtorno do espectro do autista

Bernardino (2010) aponta que o tratamento é um processo organizador dos aspectos psíquicos, podendo ser composto por um conjunto de possibilidades tais como o tratamento medicamentoso com indicação de

fármacos, treinamento cognitivo do comportamento da criança e ainda compreensão psicanalítica, considerando que os fatores simbólicos são constituintes da espécie humana e, portanto, devem participar efetivamente da estruturação de uma oferta de tratamento para crianças com TEA.

Cullere-Crespin (2010) e Marfinati e Abrão (2011) ressaltam a restauração da articulação pulsional, de modo que a criança possa, com relação ao desenvolvimento normal, começar a se organizar, se construir e se enriquecer por meio dos processos de identificação e de imitação. Essa estruturação psíquica ocorre em três estágios, dos quais os dois primeiros consistem na articulação do mundo autossensorial da criança e o mundo intersubjetivo do terapeuta, e o terceiro corresponde a tornar esse processo de conquistas cumulativo, para então transcender do passo de construção ao de complexificação, tendo como resultado o acesso da criança a uma subjetividade própria.

Bentata (2009) discorre sobre a escuta do analista como um procedimento de materialização do fecho do circuito pulsional – considerado um momento em que o sujeito deixa de se assujeitar e passa a reconhecer sua semelhança com as demais pessoas, a partir de um objeto rumo ao sujeito. Isso quer dizer que o psicanalista, ao ocupar o lugar do outro, possibilita ao paciente dar sentido ao seu comportamento, resultando na rearticulação e significação das pulsões do mesmo.

Em quatro obras (Leiras, & Batistelli, 2014; Campanário et al., 2013; Fuziy, & Mariotto, 2010; Verdi, 2010) indica-se que no tratamento do autismo não devem ser fornecidas técnicas deterministas e organicistas. Destaca-se que para a psicanálise é a posição do analista frente à subjetividade – na sua antecipação ao se colocar no lugar do outro – que irá facilitar para a criança a tomada para si das representações simbólicas e externas. Dessa forma o analista contribuirá com a reorganização psíquica da criança com TEA, auxiliando-a a desenvolver prioritariamente a autonomia.

Laznik e Cabral (2009) descrevem que a reanimação psíquica é resultante da representação de papéis por parte do analista, pois através da postura de valorizar a troca de contato com o paciente permite-se que ele consiga se perceber como sujeito desejante e significar a importância de interagir com o ambiente em que está inserido, o que propicia uma relação mais efetiva entre ambos.

Para Bialer (2014b) a intervenção no tratamento tem que permitir a inscrição de elementos diferenciais tais como a alteridade, visto que isso representa um importante passo em direção a uma mudança da economia do gozo² e, se assim for, o analista poderá auxiliar a pessoa com TEA a descobrir e acessar soluções para relacionar-se com seu próprio gozo e de acordo com suas necessidades, em especial no investimento relacional com a singularidade alheia.

As demais oito obras referentes ao tratamento foram agrupadas em outras duas categorias temáticas: a) o tratamento com ênfase no jogo simbólico; b) e a aquisição da linguagem, que serão apresentados a seguir.

O TRATAMENTO COM ÊNFASE NO JOGO SIMBÓLICO

Cinco publicações (Campanário, & Pinto, 2011a; Jerusalinsky, J., 2011; Maleval, 2010; Rodriguez, 2012; Untoiglichu, 2013) corroboram a importância da participação do analista na construção e estimulação de jogos simbólicos e brincadeiras de modo geral. São citados o jogo dos sons, a ludoterapia, o jogo da natureza e o jogo da inversão dos papéis, exemplificando o percurso do tratamento com a utilização dessas técnicas, que promovem a interação e contribuem na efetivação do vínculo terapêutico entre analista e criança. Tais pressupostos permitem concluir que oferecer maior atenção à subjetividade gera consequências mais significativas. Jerusalinsky (2011) discorre que os jogos constituintes no processo de tratamento, entre o sujeito e analista, podem ser considerados como uma ferramenta clínica fundamental por propiciar contato com as primeiras operações lógicas da constituição psíquica e por permitir ao paciente atrelar significantes às possibilidades de gozo da linguagem.

A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Três artigos (Freire, & Oliveira, 2010; Thomas, 2013; Travaglia, 2014) referem que, por meio da aquisição da linguagem maturacional, através de técnicas específicas, poderá ocorrer melhora dos sintomas em pessoas com TEA, sendo que para Thomas (2013, p. 362) “a criança é jogada na língua pelo brincar”. Já Freire e Oliveira (2010) e Travaglia

(2014) descrevem que a direção do tratamento se dá pela escuta do analista aos “elementos verbais” apresentados pelo paciente, destacando a questão do significante privilegiado; essa é uma questão fortemente levantada pelo fato de que a pessoa com autismo tem dificuldade em ser escutada e compreendida pelos demais, dessa forma propõem esse método ao analista, com a finalidade de estabelecer laço de comunicação significativa na terapia, pelo que se propicia o saber-fazer próprio, a modalização do gozo e o surgimento do olhar diretivo e intencional.

De forma geral, os tratamentos apresentados têm como foco principal o desenvolvimento das habilidades de interação social, a capacidade simbólica, através da linguagem verbal e corporal e dos jogos, e a restauração da articulação pulsional. Portanto, é importante levar em conta a inexistência de intervenções totalmente eficazes e também considerar que a eficiência de cada tipo de tratamento depende de características e peculiaridades de cada indivíduo e de cada analista, ou seja, da diáde que se formará no processo analítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou analisar as relações entre TEA e psicanálise e para tanto buscou identificar as principais contribuições históricas e atuais dessa relação, bem como levantar a discussão a respeito da complexa possibilidade das causas, diagnósticos e tratamentos.

Sabe-se que, atualmente, essas três temáticas estão sendo consideradas a partir de múltiplos fatores e a maioria dos autores das obras selecionadas para este estudo apresentou essas considerações, corroborando e enfatizando a necessidade de se reconhecer e refletir criticamente sobre as contribuições da psicanálise para a compreensão e avanço do tratamento do autismo.

Quanto à etiologia pode-se observar que as obras apresentam uma discussão sobre as definições que abarcam os aspectos genéticos, biológicos, relacionais/psicogênicos, ambientais, culturais; enfim, trata-se, portanto, de considerar possibilidades multicausais para as origens dos TEA. Entretanto, algumas publicações também refletem que para a psicanálise a causa do autismo está além dos aspectos de um modelo de registro orgânico ou psicogênico, ou de falhas na

interação com o ambiente, mas na causalidade significativa produzida pela linguagem.

No que diz respeito ao diagnóstico na perspectiva da psicanálise, identificou-se que as práticas são orientadas para a observação dos comportamentos e a consideração da singularidade e subjetividade de cada sujeito, sua história de vida, seus desejos e a expressividade da sua convivência com o mundo externo. Ressalta-se que a detecção diagnóstica precoce foi referida como uma prática que tanto pode oferecer riscos (da banalização e da tipificação) como pode proporcionar o desenvolvimento das capacidades psíquicas do sujeito. Ainda com relação às perspectivas apontadas para o diagnóstico, alguns autores refutam as classificações a partir de descrições generalizadas e que rotulam os sujeitos, conferindo-lhes a condição deficitária e crônica. Nesse sentido, citam que a psicanálise se mostra disposta a refletir sobre a importância de não se priorizar os aspectos cognitivos sobre os aspectos que organizam a personalidade.

Já com relação ao tratamento psicanalítico para os TEA, a maioria dos autores associa o manejo da transferência como uma técnica psicanalítica apropriada, sendo que uma parte considerável das publicações destaca a reestruturação psíquica através do desenvolvimento da capacidade simbólica e as demais referem a ênfase no jogo simbólico e na capacidade da linguagem como possibilidades de intervenção. Importante destacar que muitos autores sinalizam a necessidade de adaptar a técnica às características singulares do sujeito. Entretanto observou-se que algumas obras apenas citam o tratamento, mas não descrevem as técnicas interventivas, como se o método psicanalítico se constituísse de elementos aplicáveis a todo tipo de demandas e, portanto, não necessitasse ser descrito.

Observou-se no conjunto das publicações selecionadas que o diagnóstico e o tratamento na perspectiva psicanalítica são voltados em sua grande maioria para a infância. Apenas uma publicação referiu relatos clínicos de adolescentes e nenhuma obra descreveu aspectos relativos aos adultos com TEA. A ênfase parece concentrar-se na fase infantil, incluindo bebês, talvez em função dos resultados promissores que a intervenção precoce propõe. Contudo, há que se considerar que os sujeitos autistas adolescentes ou adultos necessitam que os diagnósticos sejam constantemente reavaliados a partir de adaptações a esses momentos

evolutivos e que especialmente as intervenções não os infantilizem e estejam atentas às demandas dessa população.

Quanto à postura do analista destaca-se, em muitos artigos, a necessidade de atualização teórica do profissional e de adequação da sua conduta clínica sob uma perspectiva multifatorial. Em geral percebeu-se o analista buscando caminhos possíveis e às vezes impensáveis para adentrar nesse mundo autístico singular do paciente, “emprestando seu corpo” ou escolhendo comportamentos primitivos como grunhidos, imitação de sons específicos, imitação de animais, favorece o processo de simbolização.

Referente ao modelo culpabilizante dos pais, muito enfatizado pela psicanálise em seus primórdios, algumas obras destacam as evoluções e as mudanças conceituais, avançando na discussão dos estudos, o que possibilita agregar as dimensões psíquico-psicanalíticas, neurobiológicas, relacionais e ambientais/culturais que concebem cada sujeito, sua história única e suas particularidades.

Como sugestões para os próximos estudos recomenda-se a inclusão de descritores visando identificar publicações sobre a relação com outros momentos evolutivos (adolescência e vida adulta). Sugere-se também que a pesquisa dos temas etiologia, diagnóstico e tratamento do autismo e sua relação com a psicanálise ocorra separadamente, a fim de aprofundar a análise das definições teóricas e técnicas, progressas e atuais, buscando identificar os principais avanços registrados.

REFERÊNCIAS

- Abramovitch, S. (2013) Joey: o menino-máquina. *Marraio*, 26,71-78.
- Almeida, M. M. (2010). Do menino do carretel ao menino da ilha: desafios para o conceito de transferência e desdobramentos a partir da clínica dos estados primitivos da mente. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(4), 59-66.
- American Psychiatric Association (APA). (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV- TR)*. (4ª ed. rev.). Porto Alegre: Artmed.
- Barros, L., & Danziato, L. (2010). Intervenção tardia: reflexões sobre uma intervenção possível no autismo infantil. *Reverso*, 32(60), 43-47.
- Batista, C. A. M. (2013). Autismo, política e instituição. *Trivium*, 5(1), 46-63.
- Bentata, H. (2009). O canto de sereia: considerações a respeito de uma incorporação frequente da voz materna. *Reverso*, 31(57), 13-20.
- Bernardino, L. M. F. (2010). Mais além do autismo: a psicose infantil e seu não lugar na atual nosografia psiquiátrica. *Psicologia Argumento*, 28(61), 111-119.
- Bettelheim, B. (1987). *A fortaleza vazia*. (1ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1967)
- Bialer, M. (2014a). Algumas estratégias de (auto) tratamento do autista. *Estilos da Clínica*, 19(1), 150-162.
- Bialer, M. (2014b). Espelhos no autismo: alicerces para a criação de um estofo imaginário. *Estilos da Clínica*, 19(2), 294-308.
- Brandão Junior, P. M. C. (2009). Um bebê no CAPSi: uma clínica possível. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 9(2), 345-355.
- Bowler, D. M. (1992). "Theory of mind" in Asperger's syndrome. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 33(5), 877-893.
- Campanário, I. S., & Pinto, J. M. (2011). Devastação e autismo. *Estudos de Psicanálise*, 36, 93-102.
- Campanário, I. S. Pinto, J. M., & Vorcaro, A. M. R. (2013). Tratamento psicanalítico do bebê com risco de autismo. Uma clínica ao avesso? *Reverso*, 35(65), 47-55.
- Carvalho, A. L. (2011). Autismo: a discussão de um paradoxo? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 11(2), 664-675.

- Catão, I., & Vivès, J. M. (2011). Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo. *Estudos de Psicanálise*, 36, 83-92.
- Cullere-Crespin, G. (2010). Discussão da evolução de uma síndrome autística tratada em termos de estruturação psíquica e de acesso à complexidade. *Psicologia Argumento*, 28(61), 159-166.
- Dudzele, G. C. (2012). Irene: das sensações as emoções. *Estilos da Clínica*, 17(2), 306-323.
- Elia, L. (2010). Clínica e pesquisa na instituição pública de tratamento de crianças e adolescentes autistas e psicóticos. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, 20, 87-108.
- Falek, J. (2013). Para concluir um projeto de pesquisa. *Estilos da Clínica*, 18(3), 591-612.
- Flores, M. R., & Smeha, L. N. (2013). Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico. *Ágora*, 16, 141-157
- Fonseca, V. R. J. R. M. (2009). A psicanálise na fronteira dos estados autísticos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43(1), 129-138.
- Fonseca, V. R. J. R. M. (2012). Do Homo ergaster ao Homo autisticus: aspectos filogenéticos e ontogenéticos do desenvolvimento da mente e seus desvios. *Jornal de Psicanálise*, 45(83), 191-202.
- Freire, A. B., & Oliveira, E. C. (2010). Sobre o tratamento analítico de um caso de autismo: linguagem, objeto e gozo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(2), 257-268.
- Freire, A. B., & Moraes, J. C. (2011). Clínica, transmissão e pesquisa: uma direção de tratamento no autismo. *Interação em Psicologia*, 15, 91-97.
- Fuziy, M. H., & Mariotto, R. M. M. (2010). Consideração sobre a educação inclusiva e o tratamento do Outro. *Psicologia Argumento*, 28(62), 189-198.
- Gil, A. C. (1995). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Houzel, D. (1991). Reflexões sobre a definição e a nosografia das psicoses infantis. In Mazet, P., & Lebovici, S. (Ed.), *Autismo e psicoses da criança* (p. 31-50). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Januário, L. M., & Tafuri, M. I. (2009). O sofrimento psíquico grave e a clínica com crianças. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 9(2), 527-550.
- Januário, L. M., & Tafuri, M. I. (2010). A relação transferencial com crianças autistas: uma contribuição a partir do referencial de Winnicott. *Psicologia Clínica*, 22(1), 57-70.

- Jerusalinsky, A. (1984). *Psicanálise do autismo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Jerusalinsky, A. (2010). Considerações preliminares a todo tratamento possível do autismo. *Psicologia Argumento*, 28(61), 121-125.
- Jerusalinsky, J. (2011). Jogos de litoral na direção do tratamento de crianças em estados autísticos. *Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista*, 22, 77-89.
- Klinger, E. F., Reis, B. K., & Souza, A. P. R. (2011). A inclusão dos pais na clínica das psicoses infantis. *Estilos da Clínica*, 16(1), 96-115.
- Korbivcher, C. F. (2011). Algumas contribuições atuais abordando a transferência em psicanálise de crianças: relação continente/contido e transformações em alucinação e transformações autísticas. *Revista de Psicanálise*, 18(2), 315-329.
- Kupfer, M. C., & Pechberty, B. (2010). A escolarização de crianças e de adolescentes com problemas psíquicos graves no Brasil e na França: algumas observações. *Psicologia Argumento*, 28(61), 127-134.
- Laznik, M. C., & Cabral, M. D. L. (2009). Bebê com risco de autismo em tratamento conjunto: visa-se a reversibilidade total? *Reverso*, 31(58), 63-74.
- Leiras, E. P. L., & Batistelli, F. M. V. (2014). Reflexões psicanalíticas sobre um caso com transtorno do espectro do autista. *Estilos da Clínica*, 19(2), 277-293.
- Leone, C. (2013). Transferência com a criança autista: há um lugar possível ao analista? *Marrão*, 26, 17-25.
- Lima, R. C. B. (2010). Vale a pena correr o risco? Patologias da dependência. *Cadernos de Psicanálise*, 32(23), 167-180.
- López, A. L. L. (2010). A escuta psicanalítica de uma criança autista. *Estudos de Psicanálise*, 34, 13-20.
- Macedo, C. R. M. (2010). A função continente e o uso da contratransferência como instrumentos na psicoterapia de grupo com pacientes com severas perturbações no desenvolvimento do psiquismo. *Vínculo*, 7(2), 16-23.
- Mahler, M. (1989). *As psicoses infantis e outros estudos*. (3ª ed.) Tradução Helena Mascarenhas de Souza. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979)
- Mahler, M., Pine, F., & Bergman, A. (1993). *O nascimento psicológico da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1975)
- Maleval, J. C. (2010). O que há de constante no autismo? *Curinga*, 31, 123-143.

- Marfinati, A. C., & Abrão, J. L. F. (2011). O pensamento psicanalítico sobre o autismo a partir da análise da revista *Estilos da Clínica*. *Estilos da Clínica*, 16(1), 14-31.
- Marfinati, A. C., & Abrão, J. L. F. (2014). Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. *Estilos da Clínica*, 19(2), 244-262.
- Menéndez, R. (2012). Autismo: uma questão de ciência ou de ideologia?. *Estudos de Psicanálise*, 38, 115-124.
- Ornitz, E. M. (1997). Autismo. In Gauderer, C. (Ed.), *Autismo: autismo infantil como manejar os problemas de interação social das pessoas autistas* (p. 126-137) (2ª ed. rev. ampl.). Rio de Janeiro: Revinter. (Original publicado em 1993)
- Pavone, S., & Rafaeli, Y. M. (2011). Diagnóstico diferencial entre psicose e autismo: impasses do transitivismo e da constituição do outro. *Estilos da Clínica*, 16(1), 32-51.
- Rabello, S., Lopes, A. B. F., Lacanna, F., & Alencar, R. (2009). A história de alguns anos de pesquisa em detecção precoce de psicopatologias graves – PUCSP. *Psicologia Revista*, 18(2), 231-245.
- Roballo, S. (2001). *O outro lado da Síndrome de Asperger*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Católica de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Recuperado em 30 jun. 2017 de <<http://www.ucb.br/sites/100/165/TeseseDissertacoes/Ooutroladoda sindromedeAsperger.pdf>>.
- Rocha, F. H. (2009). Questões sobre a alteridade no autismo infantil. *Estilos da Clínica*, 14(27), 150-171.
- Rocha, P. S. (2010). Algumas considerações sobre a constituição psíquica. *Psicologia Argumento*, 28(61), 167-174.
- Rodriguez, L. S. (2012). Psicanálise e autismo. *Marraio*, 24, 11-16.
- Rosenberg, R. (2011). História do autismo no mundo. In Schwartzman, J. S., & Araújo, C. A. (Orgs.), *Transtornos do espectro do autismo* (p. 19-26). São Paulo: Memnon.
- Rutter, M. (1997). Autismo infantil. In Gauderer, C. (Ed.). *Autismo: autismo infantil como manejar os problemas de interação social das pessoas autistas* (p. 81-103) (2ª ed. rev. ampl.). Rio de Janeiro: Revinter. (Original publicado em 1993)

- Santiago, A. L. (2009). Efeitos da apresentação de pacientes frente às exigências do mestre contemporâneo. *Curinga*, 29, 135-148.
- Serra, S. C. (2010). Autismo: uma abordagem psicoterápica. *Cadernos de Psicanálise*, 32(23), 181-192.
- Soler, V. T., & Bernardino, L. M. F. (2012). A prática psicanalítica de Françoise Dolto a partir de seus casos clínicos. *Estilos da Clínica*, 17(2), 206-227.
- Souza, L. C. (2011). Considerações psicanalíticas sobre o tratamento do outro no autismo. *Estilos da Clínica*, 16(1), 52-65.
- Tafari, M. I., & Safra, G. (2008). Extrair sentido, traduzir, interpretar: um paradigma na clínica psicanalítica com a criança autista. *Psychê*, 12(23). Recuperado em 30 jun. 2017 de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1415-11382008000200009&lng=pt&tlng=pt>.
- Thomas, M. C. (2013). Introdução para uma genealogia do autismo. *Tempo Psicanalítico*, 45(2), 339-366.
- Travaglia, A. A. S. (2014). Autismo e os primórdios da palavra: pulsão invocante, corpo e linguagem. *Estilos da Clínica*, 19(2), 263-276.
- Tustin, F. (1975). *Autismo e psicose infantil*. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1972).
- Tustin, F. (1984). *Estados autísticos em crianças*. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1981).
- Untoiglichu, G. (2013). As oportunidades clínicas com crianças com sinais de autismo e seus pais. *Estilos da Clínica*, 18(3), 543-558.
- Verdi, M. T. (2010). De uma nota só à melodia: considerações sobre a clínica psicanalítica da Síndrome de Asperger. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(4), 125-134.
- Wajntal, M. (2013). Reflexões sobre a clínica do autismo. *Estilos da Clínica*, 18(3), 518-531.

NOTAS

¹ Para o presente artigo as terminologias “autismo”, “transtornos autísticos” e “transtornos do espectro do autismo” serão tratadas como sinônimos.

² Trata-se da substituição dos automatismos e das estereotípias por um significante primordial desconhecido aos significantes do autismo.

Recebido em 10/05/2016

Aprovado em 10/06/2017

A CRIANÇA E SUA FAMÍLIA: O CASO DO MENINO E O SEU AVATAR, O SOMBRA

*Ethyene Andrade Costa**
*Jacqueline de Oliveira Moreira***

RESUMO

As tramas familiares se constituem como elementos decisivos na construção dos sintomas do sujeito. A partir da concepção de que crianças trazidas à clínica são depositárias e porta-vozes das angústias familiares, faz-se mister pensar o sujeito considerando o contexto no qual está inserido e as relações que estabelece. Mantendo o rigor preconizado por Freud quanto à investigação do novo que se apresenta no discurso do sujeito, o presente trabalho teve por objetivo construir um estudo de caso que permitisse repensar as possibilidades de atuação do analista no atendimento a crianças que de maneira inconsciente atualizam a história de sofrimento de suas famílias. O conteúdo recalcado, “não dito”, retorna dando forma aos sintomas das novas gerações. Na medida em que as repetições sintomáticas têm demonstrado ligação com os “mal-ditos” da história do sujeito, o atendimento em sessões conjuntas tem revelado sua importância para a condução do caso. A clínica de família mostra sua relevância: por meio da simbolização de heranças familiares traumáticas, torna-se possível organizar o que é próprio do sujeito e diferenciar o “pertencer” à família das identificações que o levaram a emaranhar-se e “ser” aquela família.

Palavras-chave: psicanálise com crianças; família; construção de caso clínico.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) – Belo Horizonte, MG, Brasil.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Belo Horizonte, MG, Brasil.

THE CHILD AND THEIR FAMILY: THE CASE OF THE BOY AND HIS AVATAR, THE SHADOW

ABSTRACT

Family matters can be decisive elements in the development of symptoms in individuals. Considering the idea that children who are taken to psychoanalytical treatment are depositary of family anguishes and can enunciate these anguishes to the outside world, it is crucial to consider the subject as a part of a broader context in which they establish relations with other subjects. Maintaining Freud's rigor concerning the investigation of the novelties presented in the subject's speech, this article aimed to construct a case study which allows reconsiderations regarding the possible actions carried out by the analyst towards children who unconsciously relive their families' history of suffering. The unsaid, i. e., what has been repressed by the family, returns and results in symptoms which affect new generations. Since symptomatic repetitions have shown to have a connection with the "badly-said" of the subject's history, receiving different members of the families in group sessions has shown to be of great importance in dealing with cases. Family clinic shows its relevance: through symbolization of traumatic family inheritance, it becomes possible to organize the subject's particularities and to understand the difference between "belonging" to a family and the identifications which led them to fuse and "turn into", "become", the family.

Keywords: psychoanalysis with children; family; building of clinical case.

LOS NIÑOS Y SU FAMILIA: EL CASO DEL NIÑO Y SU AVATAR, EL SOMBRA

RESUMEN

Las tramas familiares se constituyen como elementos decisivos en la construcción de los síntomas del sujeto. Desde la concepción de que esos niños traídos a la clínica son depositarios y portavoces de las angustias familiares, se hace necesario pensar el sujeto considerando el contexto en el cual está inserido y las relaciones que establece. Manteniendo el rigor preconizado por Freud con relación a la investigación de lo nuevo que se presenta en el discurso del sujeto, el presente trabajo tuvo por objetivo construir un estudio de caso que permitiese repensar las posibilidades de actuación del analista en el atendimento a niños que, de manera inconsciente, actualizan la historia de sufrimiento de sus familias. El contenido reprimido, "no dicho", vuelve dando forma a los síntomas de las nuevas generaciones. En la medida en

que las repeticiones sintomáticas vienen demostrando ligación con los “mal dichos” de la historia del sujeto, el atendimento en secciones conjuntas viene revelando su importancia para la conducción del caso. La clínica de familia muestra su relevancia: por medio de la simbolización de herencias familiares traumáticas se hace posible organizar qué es propio del sujeto y diferenciar lo “pertener” a la familia de las identificaciones que lo llevaron a enmarañarse y “ser” aquella familia.

Palabras clave: psicoanálisis con niños; familia; construcción de caso clínico.

INTRODUÇÃO

O cenário globalizado atual, alimentado por transformações contínuas, tem delineado novas formas de “ser e estar em família”. Com a demanda capitalista que exige alta produtividade, as famílias têm dedicado maior parte do tempo à formação intelectual e à capacitação para as exigências do mercado de trabalho. O reflexo do referido contexto aparece nas clínicas e nos dispositivos de saúde mental, que recebem cada vez mais crianças com rotinas carregadas de atividades, mas esvaziadas de brincadeiras, de simbolização, da autoridade e atenção dos pais. Estes últimos, em total complacência em relação à inscrição da Lei simbólica na constituição subjetiva dos filhos, delegam sua função de transmissão e educação à escola, às babás, ou mesmo aos programas de televisão (Côgo, 2009). A convivência familiar, condição fundamental para a simbolização e para a organização psíquica da própria história, cede lugar às famílias sem sustentação psicológica (Birman, 2009).

Durante a realização do estágio sob supervisão da Prof.^a Dra. Joyce Marly Gonçalves Freire (*In memoriam*) e de projetos de extensão na Clínica Psicológica da Universidade Federal de Uberlândia, observou-se que, na maioria dos casos atendidos, as crianças denunciam traumas, ou seja, afetos que não foram devidamente simbolizados. Tais afetos passam a ser base para formação de sintomas, os quais parecem não ter origem unicamente na experiência individual. As tramas familiares se constituem como elementos decisivos na construção dos sintomas do sujeito. Nesse sentido, o trabalho do analista consiste em identificar mecanismos de resistência e elucidar as lacunas do discurso: “Do sintoma que é linguagem, o analista se faz decifrador” (Vanier, 1988/2005, p. 28).

Considerando o contexto da forte inserção dos pais em um mercado de trabalho competitivo que exige destes um alto desempenho, acarretando, com isso, uma diminuição de tempo e energia dedicados à família, a clínica psicanalítica com crianças tem encontrado novas configurações relacionais que impactam o modo de ser sujeito do *infans*. Na medida em que as repetições sintomáticas têm demonstrado ligação com os “mal-ditos” da história do sujeito, a clínica de família mostra sua relevância: por meio da simbolização de heranças familiares traumáticas torna-se possível organizar o que é próprio do sujeito e diferenciar o que “pertence” à família das identificações que o levaram a emaranhar-se e “ser” aquela família (Rehbein, & Chatelard, 2013).

O atendimento às famílias parece não ter sido uma prática comum nos primórdios da Psicanálise. Não obstante, os escritos de origem desse método já diziam da influência das relações com o outro sobre o processo de subjetivação. Em “Narcisismo: uma introdução”, Freud (1914/1996) argumenta que, na relação com os filhos, os pais revivem os afetos experimentados no próprio narcisismo e projetam sobre os filhos seus desejos não realizados. Mesmo antes de nascer, o sujeito é concebido no registro da palavra (Freud, 1914/1996). Os significantes que lhe são atribuídos pelo outro, como o nome próprio e os traços genealógicos, formam a base para um processo contínuo de subjetivação (Vanier, 1988/2005).

Para Lacan (1971), a formação do Eu depende do reconhecimento do sujeito no discurso familiar. A subjetivação depende de um Outro, no qual o sujeito busca uma sensação de completude, uma confirmação de suas identificações. No seu artigo “Os complexos familiares”, escrito em 1938 para a *Encyclopédie française*, Lacan (1938/1985) anuncia e defende a primazia das estruturas sociais sobre a vida natural. Podemos questionar a densidade da palavra “natural” no que se refere à vida humana na medida em que se sabe que a cultura produz e introduz novas dimensões na realidade psíquica, e a família representa uma importante instituição social que forma, controla e transmite dimensões constitutivas para o sujeito.

Vorcaro (1999) retoma a teoria lacaniana para pensar a subjetivação. A princípio, não há sujeito, isto é, o bebê constitui-se como uma matriz simbólica na qual ocorre a alternância entre estados de tensão e

apaziguamento frente à satisfação das necessidades. A mãe, por sua vez, supre a demanda que supõe existir no bebê, havendo, portanto, uma matriz simbólica na qual, na medida em que há uma falha na satisfação das necessidades, insurge o real. Há uma diferença entre o gozo esperado e aquele obtido, e o bebê, no registro imaginário, supõe que a mãe possui um saber sobre seu gozo. Em um terceiro movimento, o bebê busca o desejo da mãe e utiliza-se do registro simbólico para fazer-se objeto de preenchimento da falta. Nesse ponto, o real insurge novamente junto à percepção da impossibilidade do preenchimento pretendido. A lei paterna se faz obstáculo imaginário para o movimento pretendido, defendendo o bebê da “mãe jacaré”. “O falo imaginário é posto fora de jogo e substituído por uma unidade de medida que regula as relações entre desejo e lei, e confere a eles uma lógica” (Vorcaro, 1999, p. 62). O sujeito supõe no pai um saber sobre o desejo da mãe, o qual passa a orientar a subjetivação em substituição à identificação ao Outro primordial. É a partir do outro que a criança articula simbólico, imaginário e real de maneira singular, inscrevendo-se no simbólico, que é anterior à própria existência.

Maud Mannoni (1967/1971), em seu livro *A criança, sua doença e os outros*, vai ao encontro das teorias lacanianas ao apresentar casos clínicos nos quais os sintomas da criança remontam às problemáticas dos pais. Também influenciada pelas teorias da escola francesa, Françoise Dolto (1980) assinalou que os sintomas das crianças refletem as dívidas herdadas de questões não resolvidas pelos pais. Por esse motivo, o *setting* analítico da clínica infantil, em Dolto, incluía entrevistas com os pais e comentários em relação ao discurso familiar, com vistas à dissolução de mal-entendidos, a partir da tradução, para a língua da criança, das compreensões do analista quanto aos efeitos produzidos na criança pela dinâmica da família (Soler, & Bernardino, 2012).

Por meio de mecanismos psíquicos como projeção, introjeção e identificação, as feridas narcísicas dos pais, bem como as demais representações, fantasias e afetos, participam da formação do Eu, exercem influência sobre a formação da estrutura psíquica do sujeito e ainda sobre seu posicionamento diante do próprio desejo. Frequentemente, o que se faz notar na clínica é a presença da herança psíquica marcada pelos traumas transgeracionais, definidos por Almeida (2008) como

o não dito, que remete aos segredos, à cripta, aos fantasmas, [...] à maldição praguejada por um antepassado, à palavra extraviada, mal dita, que não encontra seu estatuto na palavra, e no excessivamente dito, na genealogia, no ancestral muito presente, não deixando o recalçamento desempenhar sua função, atrapalhando a organização psíquica do sujeito e, por conseguinte, as ações deste na vida (Almeida, 2008, p. 223).

Rehbein e Chatelard (2013), reconstruindo o pensamento de Abraham e Torok, destacam que, quando não há elaboração psíquica, o recalçado é transmitido nas relações com a nova geração. Desprovido de representações, o mecanismo de introjeção dos filhos dá lugar ao mecanismo da incorporação, caracterizado pela impossibilidade de simbolização.

Na falta de registro na dimensão simbólica, o vivido é reservado à dimensão do Real, do inapreensível, e o conteúdo recalçado, “não dito”, retorna dando forma aos sintomas das novas gerações. Isso faz com que as crianças tragam à clínica repetições capazes de dizer do que há de sintomático na estrutura familiar (Lacan, 1988).

Em “Recordar, repetir e elaborar”, Freud (1914/1996) ressalta que o paciente não se lembra do que foi reprimido, ou sequer passou pela consciência, mas o expressa pela atuação, repetindo naturalmente o que está reprimido em cada relação que estabelece, sem perceber que o faz. A psicanálise torna-se importante na medida em que proporciona um método de investigação do Inconsciente e tenta estabelecer a possibilidade de construção de um contorno possível para esse conteúdo que escapa, mas que insiste em se inscrever através do sintoma.

Esse espaço transubjetivo oferece à clínica psicanalítica uma nova dimensão de trabalho. A partir do referido prisma, torna-se importante analisar essas “marcas que não se representam, e sim que se apresentam” (Gaspar, Lorenzutti, & Cardoso, 2002, p. 21). O domínio do Real, composto por pulsões inassimiláveis para o Eu, se faz presente na transferência de modo que o não representado pela linguagem é encoberto por significantes que evidenciam a evitação do traumático (Val, & Lima, 2014). O sujeito atualiza sua dor na relação com o analista e, por meio da repetição, oferece pistas dos vazios que precisam de contornos para as (re)construções de sentidos.

Como preconizado pelo pensamento freudiano, fazer psicanálise não é mantê-la intacta, mas manter o rigor de investigação do novo que

se apresenta no discurso do sujeito. A partir da concepção de que essas crianças trazidas à clínica são depositárias e porta-vozes das angústias familiares, faz-se mister pensar o sujeito considerando o contexto no qual está inserido e as relações que estabelece. Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo construir um estudo de caso que permitisse repensar as possibilidades de atuação do analista no atendimento a crianças que de maneira inconsciente “tomam as dores” de suas famílias.

QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO

Antes de dar início ao caso clínico, convém propor breve discussão em torno da metodologia aqui adotada. A Psicanálise é constituída por três vertentes, sendo elas método, técnica e teoria. Freud (1923/1976) propôs a atenção flutuante e a livre associação como técnicas que possibilitariam o método de investigação do Inconsciente, abrindo caminhos para a construção de uma teoria científica.

O pai da psicanálise desenvolveu a teoria a partir da construção de monografias clínicas, as quais lhe permitiam dar lugar ao singular, à contingência que emergia na análise. No entanto, os direcionamentos técnicos são escassos em sua obra, visto que o autor preza pela não redução do método à técnica. Segundo Vorcaro (2010, p. 11), a aplicação da técnica “pressupõe a detenção de um conhecimento que universaliza o objeto e, conseqüentemente, apaga sua manifestação singular”. Assim, o caso clínico deve prezar pelo rigor investigativo em relação ao Real, singular, em detrimento do universal.

Ao recusar-se a aplicação do saber adquirido previamente, a função da literalidade da escrita do caso preserva e dá significado ao histórico singular, articulando-se ao saber produzido pelo analisante, bem como ao trabalho do analista em torno do questionamento do Real emergente em análise. É necessário que o analista invente o próprio estilo diante da demanda que se impõe em cada caso, e assim reinvente a clínica sem perder de vista o pressuposto metodológico psicanalítico (Vorcaro, 2010). O que se propõe, portanto, não é a utilização do caso para exemplificar a teoria: o analista deve suportar o não saber, a tensão entre a teoria acumulada e o novo que se apresenta através do sujeito. Privilegia-se o

sujeito e seu desejo em detrimento de sua submissão ao universal, ao Ideal do Outro (Lacan, 1977).

“O psicanalista-pesquisador tem aí sua participação nas linhas e entrelinhas do que escreve, assim como a teve nos atos e atitudes ligados à direção do tratamento” (Castro, 2010, p. 29). O que se encontra a seguir não é, portanto, a transcrição pura de um caso, mas o relato do encontro entre o analisante, suas produções em análise e a produção do analista, “um saber que se deposita em seu escrito” (Vorcaro, 2010, p. 15). Há que se ressaltar que este não é um saber imposto; não se trata aqui de uma intersubjetividade terapêutica, visto que o analista se destituiu do lugar atribuído a si, de sujeito suposto-saber, para abrir espaço à emergência do desejo do analisante.

Castro (2010) retoma a etimologia da palavra “método”, a qual, composta de *metá* – através e *hodós* – caminho, significa o caminho utilizado para atravessar, ou ainda um campo a ser atravessado. O método psicanalítico da investigação do Inconsciente foi adotado no presente estudo com vistas a retomar o atravessamento do Inconsciente na análise e, concomitantemente, atravessar para um campo de reelaboração do saber. Nas palavras de Freud (1918/1996):

é óbvio que um caso como o que está descrito nestas páginas pode transformar-se num pretexto para pôr em discussão todas as descobertas e problemas da psicanálise. Isso, contudo, seria um trabalho infundável. Deve-se reconhecer que nem tudo se pode aprender a partir de um único caso e que nem tudo pode ser resolvido através dele; devemos-nos contentar em explorar tudo aquilo que porventura se mostre de forma mais clara. Existem, em qualquer caso, limites estreitos para aquilo que a psicanálise foi chamada a explicar. Pois, ao passo que é da sua alçada explicar os sintomas revelando a sua origem, não o é explicar, mas simplesmente descrever, os mecanismos psíquicos e os processos instintuais aos quais a pessoa é desse modo conduzida. Para derivar novas generalizações do que foi, assim, estabelecido em relação aos mecanismos e aos instintos, seria essencial ter à disposição numerosos casos tão profunda e inteiramente analisados como este (Freud, 1918/1996, p. 139-140).

Eis aqui o que Ferrari (2010, p. 37) chama de demarcação da “transmissão da psicanálise pela via da singularidade”. Segundo as recomendações freudianas, esse caso foi escrito após o distanciamento

da analista em relação à realização das sessões, com vistas a evitar que a pretensão de supor prognósticos impedisse a manifestação surpreendente do Inconsciente. Respeitou-se, assim, a marca do vazio que dá espaço à emergência do sujeito.

Segundo o que é defendido pela mesma autora, propõe-se aqui nomear – e não traduzir – as manifestações que se articulam em torno do Real, sem a pretensão de uma escrita neutra, pura, “nomear as construções feitas pelo sujeito na via da fantasia, e do sintoma” (Ferrari, 2010, p. 40). Cumprindo as funções do caso clínico, na literalidade da narrativa escrita do caso poderemos encontrar o singular e desse modo “expoenciar o saber adquirido com os ensinamentos do caso, tornando-o dispositivo problematizador da carga imaginária presente na generalização teórica da doutrina psicanalítica” (Vorcaro, 2014, p. 16).

UM CASO DE FAMÍLIA

Apresenta-se, aqui, um caso em que a família busca atendimento psicológico para Matheus, um menino de oito anos que aos dois anos de idade apresentou um diagnóstico de somatização ao parar de andar quando da separação dos pais. Entendemos com Freud (1909/1996, p. 243) “que o desejo mais intenso e mais importante da criança nesses primeiros anos é igualar-se aos pais”. Seria, então, a paralisação motora da criança uma metáfora do fim do casamento dos pais? O sintoma, que agora já dura seis anos, se refere a um estado de fortes dores de cabeça, crises nervosas e queixa familiar de uma falta de limite. A partir da dinâmica familiar apresentada na queixa, nos contatos telefônicos e no *setting* analítico, produziu-se a decisão de se realizarem sessões conjuntas com mãe e filho, e algumas vezes com a presença também da avó.

As ligações feitas pela analista, com a finalidade de estabelecimento de horários, sempre envolviam longas conversas nas quais a mãe e a avó de Matheus falavam sobre o comportamento opositivo do menino e anunciavam a possibilidade de o levarem ao psiquiatra na perspectiva de receberem uma receita de uma medicação que funcionasse como um “calmante” para as “crises de nervoso” [*sic*]. De alguma maneira, a família toda parecia estar transbordando, clamando por continência, pela

construção de bordas que, sob nossa visão psicanalítica, poderiam advir da colocação de palavras naquilo que se apresentava como angústia.

Nas conversas por telefone, muitas vezes os horários das sessões tinham que ser tratados com a avó de Matheus, cujo número de contato constava até mesmo no prontuário do menino que estava na fila de espera da clínica escola. Tendo em vista que Matheus passava a maior parte do dia na casa da avó e a participação angustiada desta ao demandar ajuda para o neto, o que ficou claro nas conversas por telefone, decidiu-se por convidar também a avó para algumas sessões conjuntas. A voz das narradoras, Rosa, mãe de Matheus, e sua mãe, D. Amélia, invadem o palco antes que o personagem principal pudesse apresentar-se. Rosa se refere aos sintomas como a “doença da somatização” [*sic*] de Matheus, ao dizer que o menino “exagera”, “faz para chamar atenção, e passa”. Já a avó desespera-se com as crises e oferece ao menino o que acredita que lhe falta: brinquedos e o *tablet*, que se configuram como moedas de troca no jogo de forças travado a cada vez que suas ordens contrariam a vontade de Matheus. Nos encontros, a psicanalista localiza uma dificuldade da criança em relação aos limites, comportamento que produz na mãe uma impaciência e na avó a ação de barganha por intermédio dos brinquedos.

Era preciso dar voz à criança. Matheus se apresenta tímido e quieto na presença da analista, sendo o jogo o passaporte principal para se estabelecer a relação transferencial. Em uma sessão conjunta, na qual a mãe também estava presente, ele traz para a sessão seu jogo preferido. Apesar de ter passado anteriormente pela brinquedoteca, onde ele escolhia o que queria levar para cada sessão, ele insistiu em mostrar o que havia trazido. Pedi que me contasse um pouco mais sobre aquele jogo ao que respondeu que o objetivo era usar cartas com o poder de “atacar para se defender”.

Em outra sessão, ele chega com o *tablet* e apresenta um jogo de espadas e luta. Vai me informando sobre quem ele é no jogo virtual: “o Sombra”, que não tem pele. Em diversas sessões, frequentemente escolhe levar para a sala o banco “imobilionário” [*sic*], no qual, segundo ele, pode ser rico e poderoso, e não ser punido indo para a cadeia. Mas seria esse apenas um jogo de forças em que Matheus precisava ter o poder? E por que escolher “o Sombra” como seu avatar no jogo virtual? Matheus seria a sombra de alguém? Estaria preso em um personagem sem luz que reflete outra vida?

Na construção desta história, alguns elementos começam a chamar a atenção da analista. As movimentações de Matheus nos jogos nos oferecem pouco material para pensar o caso, com exceção da escolha do avatar, o Sombra. Mas o silêncio, que parece permear as relações daquela família, e os segredos velados surgem ruidosos no momento em que Rosa é convidada para uma conversa. Esse momento se dá a partir da percepção de que, nas sessões conjuntas, Rosa se mostra sempre muito aflita e esgotada. Junto à supervisora, a estagiária percebe a necessidade de acolher a angústia de Rosa em sessões individuais, o que se confirma a partir de uma mensagem enviada por ela: “Preciso falar com você, me liga. Estou desesperada, não sei mais o que fazer...”.

Na primeira sessão individual, Rosa conta sobre a tentativa de suicídio que precedeu a mensagem em que pedia ajuda. Chegou a encher um copo com veneno, mas diz ter desistido ao pensar no filho. Diante disso, a analista pontua para a mãe possibilidade dos seus conflitos estarem aguçados e transbordando na relação com o filho e com sua própria história. Questionando: “Já que estamos falando da infância de seus filhos, por que não me conta um pouco sobre a sua?”.

Rosa tenta se esquivar, pedindo para “pular essa parte” porque tivera uma infância “muito triste”. Após hesitar, acaba dizendo a frase que perpassa as sessões seguintes: “Minha infância pode ser caracterizada por duas palavras: rejeição e solidão”. Contou que seu pai violentava a mãe, e por isso decidiram sair de casa escondidas. “Minhas primas não gostavam de mim, e minha tia... acho que o que queria mesmo era ficar com as nossas coisas... aí falou pra minha mãe que devia ir embora...”.

Na sua narrativa, D. Amélia, sua mãe, casou-se novamente e teve a outra filha, a quem o padrasto oferecera mais carinho, afeto e atenção. “Ele nunca gostou de mim” – diz ela sobre o padrasto. Rosa parece carregar o peso de sentir-se rejeitada, e suas relações são marcadas por sua submissão ao sofrimento em troca da presença do outro, sendo esse o motivo que a trouxe para a clínica queixando-se do filho “sem limites”. Afinal, também submetida ao menino em troca de amor, Rosa não poderia contrariá-lo. D. Amélia diz que Rosa não é uma boa mãe e, para realizar a afirmação da mãe, Rosa se ausenta da relação com o filho, permitindo que o menino fique com a avó a maior parte do tempo.

O atual marido de Rosa a agride verbal e psicologicamente, e o filho, quando contrariado, prefere a casa da avó, onde as regras são feitas por ele. As crises de Matheus, a angústia e o desânimo notáveis em Rosa, bem como os segredos familiares transbordam sobre um silêncio que a família tentava impor. Segundo Vorcaro (1999),

nas manifestações da criança (aí incluído o que dizem dela), o ciframento da relação da criança à alteridade poderá se distinguir, modulado ao registro imaginário que produz sentido, à articulação significativa que apresenta a consistência da criança, e ao real que os causa (Vorcaro, 1999, p. 66).

O sintoma seria então o ciframento em torno do real, a ser decifrado pelo analista. Nesse sentido, não caberia à analista realizar uma retificação objetiva dos comportamentos que diziam da falta de limites impostos ao menino, ou orientar a mãe no sentido de educá-lo e medicá-lo quanto às dores de cabeça. Esses sintomas, assim como o desânimo e o peso no corpo e nas palavras de Rosa, se fizeram linguagem do real dessa família, portanto foram acolhidos no sentido de compreender suas raízes e buscar os significantes envolvidos em sua constituição.

Rosa nos revela que, por vezes, teve vontade de pegar o filho e ir para bem longe, para recomeçar sua vida. “Mas não dá”, diz ela ao sentir-se presa, “arrastar grilhões como os escravos”. Ao invés de recomeçar, permite que a mãe interfira na educação do filho, tenha as chaves de sua casa, e seja “sua agenda”. Rosa tornou-se escrava de suas repetições, que a fazem, inconscientemente, ocupar o lugar da incapacidade de buscar o próprio desejo.

Nesse sentido, acreditamos que a história de Rosa, que se refere à sua relação com o seus pais, se reproduz na sua relação com Matheus.

A GOTA D'ÁGUA: O COPO QUE TRANSBORDA DE VENENO

Acreditamos que Matheus é trazido à clínica denunciando, por meio de seus sintomas, a dinâmica psíquica e relacional familiar silenciada, mas que tem se repetido pelas gerações. Rosa não comenta com o filho a própria história, mas atua e atualiza essa história na relação com o filho, ao mesmo tempo que se queixa de não se sentir capaz de educar e impor limites ao filho e, assim como se sentiu desprezada em diversas relações

durante a vida, castiga o filho, oferecendo-lhe o que mais parece tê-la machucado: o “desprezo”. Dessa equação resta Matheus, um menino sem limites, sem continência, sem pele, sem luz própria, sombra de um outro. Todavia, o “Sombra”, seu avatar no jogo virtual, ataca para se defender.

Mãe e filho parecem refletir no corpo conflitos inconscientes. O corpo, segundo a concepção psicanalítica, existe no real da carne, é articulado pela linguagem e tem sua forma na imagem, sendo assim uma constituição subjetiva. Quinet (2010) retoma os preceitos lacanianos para discorrer sobre o corpo determinado pela “*lalíngua*”, ou seja, pelas marcas do discurso materno. O corpo é então compreendido como o eu imaginário, formado a partir de marcas dos ideais do Outro cuja linguagem faz eco movimentando a pulsão e, assim, o corpo do sujeito.

Colette Soler (2009) comenta o termo “Mistérios do corpo falante”, utilizado por Lacan em “Mais ainda” para dizer do real em confronto com a linguagem. Sem conseguir escrever a relação sexual inexistente, o sujeito fala com o próprio corpo: do encontro das palavras com o gozo emerge o sintoma capaz de reportar a falta e o desejo do sujeito. O mistério não está, portanto, no verbo que se faz carne, da palavra, “mas o da carne que fala” (Soler, 2009, p. 1). Cada corpo torna-se, então, uma superfície singular misteriosa, que diz da forma como o sujeito lida com o real, com o desejo do Outro e com o próprio desejo. O que as dores e demais “somatizações” de Matheus vêm denunciar em torno do que sustém seus sintomas e sua subjetivação?

Em “Duas notas sobre a criança”, Lacan (1969/2003) propõe a ideia de que o sintoma da criança traz pistas do que há de sintomático na estrutura familiar. Pela investigação desse sintoma, e do lugar da criança no desejo do Outro, abrem-se caminhos para compreender a verdade sobre parte do desejo da mãe. Os pais podem estabelecer uma relação amorosa com o filho no modelo narcísico, ou seja, o filho é amado porque representa o eu dos pais no passado, no presente ou no futuro, ou porque foi uma parte dos pais. Nesse caso, é vedada à criança a possibilidade de assumir o próprio desejo e ingressar no processo de subjetivação.

Levantamos, a partir disso, a hipótese de que Rosa estabelece esse tipo de relação com o filho. Como se o filho fosse um espelho da criança que ela foi. O eu de Matheus se constitui nessa relação especular com a

mãe. Nesse sentido, Matheus não teria sua própria pele, sendo o eu aqui constituído na relação com outro, numa relação de alteridade que habita eternamente o cerne do eu.

Com o conceito de narcisismo, Freud (1914/1996) formula que o corpo e o sujeito se constituem a partir do outro, sendo a Identificação o conceito que torna efetiva a afirmação de que na origem do eu está o outro. O eu carrega no seu corpo e psiquismo as marcas indelévels da relação com o outro e, no encontro antecipado do outro com o futuro eu, a primeira realidade a ser configurada é a realidade corporal: “O ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície” (Freud, 1923/1996, p. 40).

O contato com a realidade através do sistema perceptivo (*Pcpt*) possibilita a formação do ego a partir de uma diferenciação no id. O próprio corpo é peça fundamental nesse processo, pois é a sua superfície que delimita e diferencia os estímulos internos e externos. Assim, podemos pensar em uma codependência entre o corpo e o sistema perceptivo, pois o último possibilita a delimitação do primeiro, mas sem o corpo o sistema perceptivo não teria espaço para atuação qualitativa. Esse corpo é construído na relação com o outro, que através do olhar enche de significado o corpo vazio.

Segundo Lacan (1969/2003), endereça-se ao sujeito um desejo que não é anônimo. No entanto, a criança não há que preencher essa falta, causa do desejo materno, e sim dividi-la entre o desejo materno e aquele endereçado a outro homem, o desejo de mulher. Caso não provoque essa divisão, “o objeto criança sucumbe como dejetivo do par genitor, ou, então, entra com a mãe numa relação dual que o alicia” (Miller, 2014, p. 4).

Acreditamos que Matheus sucumbe como objeto de troca no interior da relação entre mãe e filha (Rosa e Amélia) e torna-se a criança rejeitada que ainda reside em Rosa. Esse movimento identificatório pode ser observado no significante utilizado pela mãe que, para castigar as crises opositivas do filho, diz que vai lhe “dar desprezo”.

A possibilidade de se oferecer uma escuta psicanalítica orientada para a singularidade de Rosa deu margens para construções a partir do sentido que parecia implícito em uma rede de relacionamentos que foi sendo

tecida a partir da linha da fantasia de Rosa, do abandono que sente. Apesar da vontade de ter o filho consigo, a mãe de Matheus dizia sentir-se culpada diante das ameaças de D. Amélia, que simulava passar mal e dizia que morreria caso a filha lhe tirasse o neto. A culpa parece dizer do compromisso criado por Rosa de entregar o filho à mãe, que “deu a vida” para criá-la, e que, sendo aquela que ainda a ajuda com as contas e com os cuidados de seu filho, não a desprezou. Ao mesmo tempo, parece afastar de si o filho que é sua repetição. Matheus, com seus sintomas somáticos, “alimenta na mãe neurótica o motivo da culpabilidade” (Miller, 2014, p. 5), preenchendo seu desejo e causando a angústia pela falta da falta.

A tentativa de suicídio que se materializou através do copo cheio de veneno parece metaforizar a ideia da última “gota d’água” que produz o transbordamento do copo. Essa metáfora nos conduziu à canção de Chico Buarque de Holanda, “Gota d’água”, que, inspirada em Medeia, conta a história de uma mãe que assassinou os filhos como forma de vingança frente à traição do marido.

Já lhe dei meu corpo, minha alegria
 Já estanquei meu sangue quando fervia
 Olha a voz que me resta
 Olha a veia que salta
 Olha a gota que falta
 Pro desfecho da festa
 Por favor
 Deixe em paz meu coração
 Que ele é um pote até aqui de mágoa
 E qualquer desatenção, faça não
 Pode ser a gota d’água

(Holanda, 1989)

A tentativa materna de represamento de afetos indesejáveis parece falhar. A dor silenciada transborda na ausência da imposição de limites ao filho que, curiosamente, escolhe jogar com o personagem do monstro sem pele, o monstro sombra. Isso pode ser percebido a partir dos relatos da avó e da mãe sobre as crises nervosas de Matheus, que aos berros convence os que estão à sua volta de que a sua ordem deve imperar, ou seja, ataca para se defender. Em casa, o menino faz apenas o que

quer, nas sessões em que joga o banco imobiliário diz que quer ser rico para sentir-se poderoso. Além disso, por um saber que não se sabe, no entanto não deixa de exercer seus efeitos sobre o sujeito, Matheus parece vivenciar o não limite entre si e a mãe, entre o passado desta e o próprio presente. Identificado ao monstro sem pele, ele parece denunciar a falta de continência de suas pulsões, que por vezes se mostram destrutivas, e quiçá por esse motivo tenha escolhido um monstro. Tanta exigência pulsional transborda em seu corpo, que grita por socorro. O sujeito clama por representações capazes de ressignificar sua angústia, delinear sua história e dar sentido ao seu devir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o nascimento, o sujeito é estrangeiro de si, visto que se constitui a partir de significantes atribuídos pelo Outro cujo discurso atua sobre a subjetividade. Pela relação dual especular, a criança constitui seu eu imaginário a partir do desejo do outro, dos significantes atribuídos por este. O bebê (a') se faz reflexo do desejo materno (a). Caso não haja a intervenção do grande Outro (A) exercendo a função paterna de interdição, a criança não terá espaço para fazer-se emergir como sujeito (S barrado) e ocupará o lugar de objeto a , com vistas a completar a falta materna (Lacan, 1953-1954/1979).

Eis aqui um exemplo da importância da inclusão da família no *setting* analítico infantil: os sintomas de Matheus vêm denunciar os conflitos psíquicos travados na dinâmica de sua família, a começar por seu lugar no desejo dos pais, que é carregado de rejeição. A falta de limites, tanto daqueles impostos ao menino, quanto os do próprio corpo, dizem do fantasma da mãe, em sua condição de ser submissa para lidar com o real de seu desamparo. Indo além, no contato com a história de Rosa, é possível perceber que o filho representa uma reedição da criança rejeitada que foi e que atua até hoje nos relacionamentos que estabelece.

Nesse sentido, a clínica analítica questiona os significantes mestres que atuam sobre o sujeito, abrindo espaço para que se evidencie a falta-a-ser, causa do desejo, e impulsionando o analisante à criação de sua verdade singular e das próprias saídas para o impasse diante do discurso do Outro

(Pinto, 2009). Seguindo os pressupostos de Freud (1914/1996), o que não pode ser de verdade recordado deverá ser reconstruído, sendo o analista autor da criação de um saber que venha ressignificar o afeto outrora traumático, o qual circula entre gerações.

Como foi dito anteriormente, o enodamento dos registros do Real, Simbólico e Imaginário se dá a partir dos significantes atribuídos pelo outro. Há que haver uma separação da condição de objeto do desejo do outro, uma desalienação, para que possa se dar a subjetivação, ou seja, o sujeito precisa se (des)envolver, transpor a condição de objeto do fantasma do outro para buscar significantes do próprio desejo (Vorcaro, 1999).

Matheus ocupa um lugar na tragédia da mãe, vivenciada pela família como as tragédias clássicas, regidas pelo destino e pela necessidade (Versa, 2005). Tomado por objeto substituto da satisfação, tampona a falta e obtura o desejo. A prática analítica aqui preconizada considera a necessidade de dar palavra ao silêncio com vistas a criar possibilidades de saída ao que é experienciado como força imutável do destino. A tragédia, quando transformada em drama, pode tornar-se um recurso para que o sujeito se aproprie da história familiar e, portanto, da própria história, e assim esteja apto a reescrever seu desejo.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. E. S. (2008). A força do legado transgeracional numa família. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(2), 215-230.
- Birman, J. (2009). Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 47-62.
- Castro, J. E. (2010). O método psicanalítico e o estudo de caso. In Kyrillos Neto, F. & Moreira, J. O. (Orgs.), *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade*. Barbacena, MG: Editora UEMG.
- Côgo, M. M. S. (2009). Eu sei, mas mesmo assim. In *As novas doenças da alma* (p. 251- 263). Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Dolto, F. (1980). Prefácio. In Mannoni, M. *Primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus.
- Ferrari, I. F. (2010). Caso clínico: o método do exemplo. In Kyrillos Neto, F. & Moreira, J. O. (Orgs.), *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade*. Barbacena, MG: Editora UEMG.
- Freud, S. (1976). Dois verbetes de enciclopédia. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 9. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (1996). Romances familiares. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 9. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1909).
- Freud, S. (1996). Narcisismo: uma Introdução. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). História de uma neurose infantil. In Freud, S. [Autor], *Obras completas de Sigmund Freud*, v. 17. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1918)
- Freud, S. (2010). Recordar, repetir, elaborar. In Freud, S. [Autor], *Obras completas de Sigmund Freud*, v. 10. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1914)
- Gaspar, F. L., Lorenzutti, P. S., & Rezende, M. R. (2002). Trauma e representação: estudo de um caso clínico. *Revista de psicanálise*, 15(163), 17-23.

- Holanda, C. B. (1989). Gota d'água. In Holanda, C. B. *Minha história: o melhor de Chico Buarque*. Rio de Janeiro: Universal Music.
- Lacan, J. (1971). El estadio del espejo como formador de la función del yo tal como se nos revela en la experiencia psicoanalítica. In Lacan, J. [Autor], *Escritos 1*. Ciudad de México: Siglo Veinteuno.
- Lacan, J. (1977). Overture de la section clinique. *Ornicar*, 9, 14.
- Lacan, J. (1979). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1953-1954)
- Lacan, J. (1985). *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1938)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003). Duas notas sobre a criança. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Mannoni, M. (1971). *A criança, sua doença e os outros*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1967)
- Miller, J. A. (2014). A criança entre a mulher e a mãe. *Opção Lacaniana Online*, 5(15). Recuperado em 06 jun. 2016 de <http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_15/crianca_entre_mulher_mae.pdf>.
- Pinto, J. M. (2009). Uma política de pesquisa para a psicanálise. *Clinicaps: Impasses da clínica*, 1(7).
- Quinet, A. (2010). Com a língua no corpo. O mistério do corpo falante. Rio de Janeiro. Recuperado em 05 jun. 2017 de <<http://www.champlacanian.net/public/docu/4/rdv2010pre2.pdf>>.
- Rehbein, M. P., & Chatelard, D. S. (2013). Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(3), 563-584.
- Soler, C. (2009). Apresentação do tema. In O mistério do corpo falante (D. Fingermann, R Grippi e O. Xavier, trad.). Recuperado em 05 jun. 2017 de <<http://www.champlacanian.net/public/docu/4/rdvTheme2010.pdf>>.
- Soler, V. T., & Bernardino, L. M. F. (2012). A prática psicanalítica de Françoise Dolto a partir de seus casos clínicos. *Estilos Clínicos*, 17(2), 206-227. Recuperado em 26 jul. 2015 de <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/49646>>.

- Val, A. C., & Lima, M. A. C. (2014). A construção do caso clínico como forma de pesquisa em psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(1), 99-115.
- Vanier, A. (2005). *Lacan*. São Paulo: Estação Liberdade. (Original publicado em 1988)
- Versa, C. (2005). Breve estudo diacrônico sobre a tragédia. *Trama*, 1(2), 71-80.
- Vorcaro, A. M. R. (1999). *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Vorcaro, A. M. R. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In Kyrillos Neto, F. & Moreira, J. O. (Orgs.), *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade*. Barbacena, MG: Editora UEMG.

Recebido em 12/09/2017

Aprovado em 10/10/2017

ADOLESCENTES NO CIBERESPAÇO: UMA REFLEXÃO PSICANALÍTICA

*Natália Fernandes Kelles**
*Nádia Laguárdia de Lima***

RESUMO

Esta pesquisa investiga as relações dos adolescentes com o saber no contexto das tecnologias digitais a partir da noção de inconsistência do Outro. Para fazer essa discussão, analisa a relação entre saber, transmissão e transferência, a partir de fragmentos de conversação com adolescentes em uma escola pública. A hipótese sustentada nesta pesquisa é a de que, diante do desvelamento da inconsistência do Outro na época atual, a busca de saber passa a ser feita na internet. Entretanto, o que o adolescente obtém na internet não é da ordem de um saber, mas da informação. A internet não só não favorece a elaboração de um saber próprio, como evidencia e reforça a inconsistência do Outro.

Palavras-chave: adolescência; saber; psicanálise; conversação; internet.

ADOLESCENTS IN THE CYBERSPACE: A PSYCHOANALYTICAL REFLECTION

ABSTRACT

This research investigates the relationships of adolescents with knowledge in the context of digital technologies from the notion of inconsistency of the Other. To carry out this discussion, the relation between knowledge, transmission, and transference was scrutinized from fragments of conversation with adolescents in a public school. The hypothesis sustained here is that, faced with the unraveling of the inconsistency of the Other in current times, the search for knowledge begins to be made in the internet. Nonetheless,

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, MG, Brasil.

** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Belo Horizonte, MG, Brasil.

that which the adolescent obtains in the internet is not from the domain of knowledge, but rather from that of information. Not only internet does not favor the elaboration of a singular knowledge, but it also reveals and reinforces the inconsistency of the Other.

Keywords: adolescence; knowledge; psychoanalysis; conversation; internet.

INTRODUÇÃO

Na década de 1970 quando os primeiros computadores surgiram no formato que conhecemos hoje, Lacan (1972-1973/1985, p. 131), de forma perspicaz, comentou: “Que um computador pense, quanto a mim estou de acordo. Mas que ele saiba, quem é que vai dizer isto? Pois a fundação de um saber é que o gozo do seu exercício é o mesmo do da sua aquisição”.

Assim, Lacan (1972-1973/1985) nos informa que na experiência analítica o estatuto do saber não é o mesmo do conhecimento. Para o psicanalista, pensamento e saber são distintos, uma vez que no saber há gozo. Os computadores evoluíram bastante desde a década de 1970 e hoje temos aparelhos cada vez menores e que são capazes de “pensar” sobre temas diversos simultaneamente. Nos programas e aplicativos disponíveis em celulares e *tablets*, por exemplo, é possível conversar com pessoas a milhares de quilômetros de distância ou encontrar toda a obra freudiana disponível a um clique. Os aplicativos vão desde redes de relacionamentos, controle da saúde até ferramentas de gestão empresarial e vigilância e controle social.

Neste trabalho buscamos compreender as formas de apropriação dessas novas tecnologias pelos jovens, levando em conta as possibilidades que elas podem proporcionar. Abordaremos como se dá a transmissão do saber na adolescência contemporânea, diante do declínio do Outro e da recusa às tradições. Recorreremos a alguns textos de Lacan sobre o saber, além de produções de autores contemporâneos que analisam as relações dos sujeitos adolescentes com o saber e a virtualidade. A partir da escuta dos adolescentes, refletiremos sobre a possibilidade de transmissão de saber no ambiente virtual.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Em nosso projeto de pesquisa e extensão realizamos conversações de orientação psicanalítica com adolescentes em escolas da rede pública de ensino. A conversação é um dispositivo clínico criado nos anos 1990 por Jacques Alain-Miller e posteriormente utilizado como metodologia de pesquisa. A conversação tem sido utilizada como prática de pesquisa e intervenção em vários campos, dentre eles a educação, a saúde mental e a socioeducação. Miller (2003) define a conversação como:

uma situação de associação livre, se ela é exitosa. [...] Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiamos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir – não uma enunciação coletiva – senão uma associação livre coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e, finalmente, resulta – às vezes – algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas (Miller, 2003, p. 15-16).

Este projeto parte de uma demanda da escola devido ao uso excessivo e/ou inadequado das redes sociais pelos jovens, como a publicação e o compartilhamento de fotos de nudez de colegas, as manifestações de segregação e violência nas redes sociais, dentre outros. A conversação visa à responsabilização do sujeito pelas suas palavras e pelo seu agir na web. Apesar da proposta de se trabalhar com grupo de adolescentes, buscamos alcançar o singular de cada um. A partir das falas dos adolescentes, tentamos localizar um ponto de mal-estar no uso que cada um faz do espaço virtual. O número de encontros, a duração e a quantidade de participantes é variável de acordo com a proposta, as possibilidades e a demanda de cada instituição, mas é previamente acordada com os adolescentes. A conversação é conduzida por um psicólogo em formação psicanalítica, acompanhado por um estudante da graduação ou de pós-graduação em Psicologia. A supervisão do trabalho ocorre semanalmente com a coordenadora do projeto, com a participação ativa de todos os pesquisadores, seguida de um grupo de estudos sobre os temas relacionados à pesquisa.

Assim como Freud (1925/1976) nos ensina, ao chegarmos à escola não pretendemos substituir o trabalho pedagógico, mas intervir nos pontos de mal-estar localizados pela comunidade escolar. O uso do celular, aparelhos eletrônicos e redes sociais pelos alunos é uma das fontes do mal-estar contemporâneo nas escolas e tem deixado os educadores diante de um não-saber como lidar com isso. As condutas usadas pelos professores para lidar com tal situação normalmente passam pelo controle do uso dos objetos, que nos remetem às questões sempre presentes na educação e que já eram apontadas por Freud, a saber, a dificuldade de se definir sobre quando, quanto e como impetrar uma proibição ao aluno e a constatação de que aquilo que funciona para um não é garantia de sucesso com outros (Freud, 1933/2010).

A nossa proposta é a de escutar os adolescentes partindo do que eles têm a nos dizer sobre o uso que fazem desses dispositivos eletrônicos. A escola se queixa de uma série de problemas envolvendo os alunos e as redes sociais. Entretanto, existe alguma demanda dos jovens? Eles descrevem algum mal-estar no uso que fazem das redes sociais?

Neste artigo, recortamos algumas falas de adolescentes que apontam para as relações existentes entre o saber e a virtualidade, para refletir sobre as possibilidades de transmissão de saber no contexto das tecnologias digitais. Para fazer essa reflexão, privilegiamos as noções psicanalíticas de inconsistência do Outro, adolescência, transferência e saber.

O OUTRO E SUA INCONSISTÊNCIA

A adolescência é um tempo lógico em que o sujeito deve ancorar-se nos significantes da cultura, desvincilhando-se dos significantes paternos com os quais se identificava. Nesse momento, o sujeito se depara com a inconsistência estrutural do Outro e, concomitantemente, com a inexistência da relação sexual. Assim, o sujeito descobre que seus pais não são os heróis da infância que tudo podiam resolver, mas sujeitos faltosos, assim como ele. Essa descoberta é angustiante para o sujeito, sendo, segundo Freud (1910/1970), um momento propício para o desencadeamento de patologias nos adolescentes.

No entanto do que se trata nessa inconsistência estrutural do Outro e como ela é apreendida pelo adolescente em suas navegações pelo

ciberespaço? Pretendemos discutir se na contemporaneidade o Outro é de fato dispensável, podendo ser substituído pela internet, por exemplo, ou se a apreensão do saber passa necessariamente pelo Outro.

A fim de abordarmos a inconsistência do Outro, nos ocuparemos inicialmente do conceito de Outro que Lacan desenvolve em sua obra, especialmente no *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Nesse seminário, Lacan (1964/1998) apresenta as operações de alienação e separação para explicar a relação do sujeito com o Outro. A constituição do sujeito não se dá sem o Outro que “é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (Lacan, 1964/1998, p. 194). Para se constituir, o sujeito depende do significante, que é capturado primeiramente no Outro. O Outro antecede o sujeito que, ao nascer, já tem uma história, já é contado.

Aprendemos com Freud e com Lacan que o sujeito se constitui na relação com o Outro e com a linguagem. Ao nascer, a criança encontra-se desamparada e depende de outro ser para que ela sobreviva. Nos primeiros meses de vida, o bebê não se reconhece como uma unidade diferenciada desse outro que a acolhe, no entanto, por volta dos seis meses, ele começa a se reconhecer em um processo importante para seu desenvolvimento e para sua constituição enquanto sujeito, o que Lacan (1949/1998) denomina *estádio do espelho*.

Lacan (1949/1998, p. 100) propõe que o estádio do espelho seja compreendido como uma identificação, que tem como função “estabelecer uma relação do organismo com a realidade”. No estádio do espelho o outro é imaginário, o pequeno outro, que comporta a ambiguidade de ser semelhante e rival do sujeito, é um “outro-ideal” (Quinet, 2012, p. 9). É a partir da imagem desse semelhante que o sujeito constituirá sua própria imagem.

O grande Outro é aquele da ordem simbólica. O sujeito se aliena aos seus significantes e se confunde com esses significantes buscando decifrar o enigma “quem sou eu” e “o que o Outro quer de mim”. Esse lugar é ocupado em um primeiro momento pela mãe, mas, como nos lembra Quinet (2012, p. 28), “é preciso haver a inclusão da Lei – o Nome-do-Pai – no Outro” para que o sujeito possa ser incluído na cadeia significante. Assim, o Nome-do-Pai tem uma função organizadora do discurso do Outro.

No entanto, entre esses significantes há intervalos nos quais a divisão do sujeito aparece. A falta que o sujeito encontra no Outro faz a criança questionar “ele me diz isso, mas o que é que ele quer?” (Lacan, 1964/1998, p. 203). Assim, o sujeito tem a escolha de ficar preso, alienado ao significante do Outro, ou enveredar-se nesses intervalos e na cadeia significante. No caso da segunda opção, temos a separação. Mas é importante pontuar que Lacan (1964/1998, p. 199) nos alerta que sempre estaremos “um pouquinho mais alienados” em um ou outro aspecto de nossa vida.

Lacan (1964/1998) aponta que a alienação está na linguagem e revela o sujeito dividido. Ele exemplifica: “*A bolsa ou a vida!* Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada” (Lacan, 1964/1998, p. 201). Desse modo, o sujeito estará sempre entre a alienação e a separação em relação ao Outro. Assim, o sujeito vai se constituindo a partir das operações lógicas de alienação e separação.

É possível perceber na teoria lacaniana que o autor nunca apresentou o Outro de forma completa, consistente. Ao contrário, Lacan sempre pontuou a falta como constitutiva da subjetividade.

Quando Lacan em sua obra evidencia a inconsistência do Outro, refere-se ao Outro não apenas como o Outro do romance familiar, o Outro que cada sujeito precisa inventar, mas também a esse Outro social que não mais abriga o adolescente. Nesse sentido, Peixoto Lima (2009, p. 114) aponta que a adolescência está sem pais e sem mestres, devido a um “esvaziamento do lugar do Outro” que impulsiona a identificação horizontal, e não mais a um mestre. As referências deixam então de se orientar pelo simbólico e passam a ser dominadas pelo imaginário. Logo, no lugar de uma referência que balize o sujeito, temos referências múltiplas. Muitas vezes, os adolescentes buscam um saber sem a mediação do Outro, devido à perda de autoridade dos mestres, sejam eles pais ou professores. Nessa busca, a internet tem sido uma das “enciclopédias” privilegiadas pelos jovens.

A INCONSISTÊNCIA DO OUTRO E O MAIS-DE-GOZAR NO DISCURSO CAPITALISTA

Vivemos o declínio da autoridade e das grandes instituições sociais, com a multiplicação das referências de identificação.

Lypovetsky (2004) destaca que na contemporaneidade o sujeito é deixado à deriva e as instituições não mais o sustentam. No entanto, quanto menos as normas sociais nos regem, mais o sujeito sintomatiza e manifesta sinais de “esgotamentos e ‘panes’ subjetivas” (Lypovetsky, 2004, p. 84).

Em seu texto “Radiofonia”, Lacan (1970/2003) afirma que vivemos em uma época de ascensão do mais-de-gozar regulado pelo consumismo, que resulta em tédio. O autor comenta que na atualidade há o declínio do Ideal e os objetos de consumo passaram a orientar e comandar o sujeito.

Ao apresentar os quatro discursos – da histórica, do universitário, do mestre e do analista – que demonstram as possibilidades de laço social, Lacan (1969-1970/1992) já possuía os elementos do que posteriormente formalizou como o quinto discurso: o discurso capitalista. No entanto, diferente dos outros, o discurso capitalista não estabelece laço social. Nesse discurso, o mais-de-gozar é imperativo, o laço é realizado com o objeto e não mais com o Outro.

Na mesma perspectiva, Miller e Laurent (2005) ressaltam que podemos pensar em uma grande neurose contemporânea, na qual a inexistência do Outro condena o sujeito a buscar o mais-de-gozar. O autor destaca que “o supereu freudiano produziu o proibido, o dever, a culpa, que são termos que fazem o Outro consistir, são semblantes do Outro, supõem o Outro. O supereu lacanianos [...] produz um imperativo diferente: ‘goza!’ Este é o superego da nossa civilização” (Miller e Laurent (2005, p. 19; tradução nossa). Nessa sociedade não há objeto que escape à linha de produção. Nessa perspectiva, podemos concluir que enquanto o supereu freudiano está articulado a um Outro consistente, o supereu lacanianos pressupõe a inconsistência do Outro e a ascensão do gozo.

Assim, consideramos que uma sociedade regida pelo discurso capitalista dificulta a travessia do adolescente do espaço familiar para o laço social mais amplo, uma vez que, como demonstrou Freud (1905/1989), é preciso o apoio de um Outro, substituto do pai no lugar do Ideal do Eu, para que o sujeito possa desvencilhar-se dos muros de sua casa para ancorar-se no mundo.

A INCONSISTÊNCIA DO OUTRO E O TEMPO LÓGICO DA ADOLESCÊNCIA

A adolescência possui uma posição ambivalente em nossa cultura, uma vez que é considerada, ao mesmo tempo, o futuro da sociedade e uma ameaça ao suposto equilíbrio social, tornando-se alvo de práticas educacionais e científicas. Viola (2016, p. 93) indica que essa é uma “posição duplamente subversiva encarnada pela figura do adolescente: aquele que desvela, mesmo sem autorização da sociedade, o despertar da sexualidade, mas também como aquele a quem pertence o futuro, o imponderável, a quem tudo pode acontecer”. Para a psicanalista, essa posição tem lugar de destaque no discurso social marcado pelo sintoma e sofrimento. Assim, o adolescente é um alvo fácil do discurso capitalista, que promete preencher o vazio e o mal-estar com objetos de consumo.

Do mesmo modo, interrogamos as implicações desse desvelamento do Outro para a adolescência: “Como é que eles [os adolescentes] iniciam um movimento de separação, quando é o próprio Outro social que lhes ordena a gozar sem limite, isto é, a não se separar?” (Consenza, 2015, p. 2). Recorrendo ao prefácio de Lacan (1974/2003) para a peça *O despertar da primavera*, Consenza (2015) destaca os dois tempos da adolescência: o primeiro é o tempo da fantasia, em que os meninos sonham “fazer amor com as mocinhas” (Lacan, 1974/2003, p. 557). Nesse tempo do “véu”, o sujeito faz existir a relação sexual. O segundo tempo é o do trauma, no qual o sujeito se depara com a inexistência da relação sexual e a subjetiva. Os dois tempos estão articulados, pois o primeiro, de constituição do véu, é necessário para que o sujeito, no segundo tempo, possa subjetivar o trauma. Consenza (2015) aponta que na contemporaneidade esse véu que sustenta o enigma da sexualidade está perdido. A multiplicidade de sentidos leva a uma equivalência entre eles, que perdem a sua força. O Ideal declina diante da ascensão do gozo sem sentido.

A partir das considerações acima, podemos interrogar como se encontram os adolescentes na época atual. Lima (2016) questiona se o adolescente estaria evitando o encontro com o outro sexo no bombardeio de imagens das telas dos dispositivos tecnológicos, se essas telas

funcionariam como um interdito ao encontro dos corpos, evitando o confronto com a inexistência da relação sexual. Consenza (2015) aponta a dificuldade do adolescente contemporâneo em fazer existir a relação sexual, esse primeiro tempo da adolescência, no qual o véu fornece um valor enigmático ao sexo. Assim, a dificuldade em tecer o véu da fantasia compromete o segundo tempo, da subjetivação do trauma.

Um fator que dificulta a travessia adolescente é a falta de referências sobre o que é ser adulto hoje. Para Lipovetsky (2004, p. 80), a modernidade era definida por Kant como um “tornar-se adulto”, e na hipermodernidade vivemos um movimento de retorno permanente à juventude, “uma fênix emocional”. Nesse movimento, vivemos uma adolescência generalizada que “parece retirar a dose de alteridade geracional” (Pereira, & Gurski, 2016, p. 163) imprescindível para que o adolescente possa realizar suas primeiras marcas no mundo fora do seu lar e lançar-se no social.

Acerca do uso que os adolescentes fazem dos dispositivos tecnológicos, Lima (2006) aponta que a tecnologia virtual pode entrar no circuito do mais-de-gozar para alguns sujeitos. Para a psicanalista, o fascínio pela tecnologia virtual e a pluralidade de imagens incidem sobre os modos de subjetivação na contemporaneidade, o que se reflete, por exemplo, na busca pelo prazer instantâneo e na desmotivação em relação às atividades que exigem algum esforço ou adiamento do prazer. A profusão de imagens na contemporaneidade mascara o furo da imagem, justamente o que instiga o sujeito a buscar o saber no campo do Outro. Logo, frente aos objetos de satisfação instantânea, ofertados pela cultura, o desinteresse dos sujeitos pela aprendizagem escolar, ou por qualquer outra atividade que freie ou postergue o gozo, torna-se frequente. Para o sujeito adolescente, quando os recursos simbólicos mostram sua fragilidade para tratar o real, abdicar do gozo é uma tarefa mais difícil.

Sabemos que o real da puberdade era contornado por ritos de passagem que tinham uma eficácia simbólica, permitindo aos sujeitos adentrarem no mundo adulto. Esses ritos marcavam o sujeito com um carimbo social, que autenticava sua entrada nesse novo universo. Na contemporaneidade, repleta de referências múltiplas e fluídas, esses ritos dificilmente são encontrados e parece haver um rito singular para cada adolescente, sugerindo, então, uma pluralidade de modelos de

adolescências. Para Lacadée (2011, p. 55), a ausência de referências impele os adolescentes a se tornarem “artesãos do sentido de suas existências”. Assim, os adolescentes na nossa sociedade precisam criar os seus próprios ritos de passagem, sem contar com a chancela do Outro.

O SABER E O GOZO NA ADOLESCÊNCIA

Lacan, em *O seminário, livro 10: a angústia* (1962-1963/2005), faz uma aproximação entre a maturação do objeto *a* e a apreensão do conceito na adolescência. Pautada nessa postulação lacaniana, Viola (2016, p. 236) estabelece que no momento em que o sujeito se depara com a inconsistência do Outro há a “presentificação de um vazio que corresponde à maturação do objeto *a*”. Assim, compreende-se a ocorrência de algo inédito na adolescência em relação ao saber. Viola (2016) defende a seguinte tese:

A relação do sujeito com o saber se transforma, necessariamente, quando essa falha se coloca, cristaliza-se, no momento-limite da puberdade. A aquisição da função conceitual, indissociável da função da causa e correlata a uma apreensão topológica do ponto de junção entre exterior e interior do sujeito, propicia toda uma atualização da relação com o saber. O conceito [...] pode ser compreendido, assim, como um saber-fazer inédito que só se disponibiliza ao sujeito a partir da adolescência. [...] Ou seja, o que vai desabrochar na adolescência deriva desse ponto oscilante, um ponto de enigma em torno do qual gira a pulsão de saber e que tem valor determinante na causação do sujeito, em sua posição subjetiva (Viola, 2016, p. 237).

O sujeito precisará, então, construir um saber para lidar com o “furo no real” (Lacan, 1974/2003, p. 558) desencadeado pela puberdade. Para Freud (1905/1989), o saber tem sua origem na pulsão e sua apreensão está ligada às pulsões escopofílica e de domínio.

O saber é sempre apreendido, capturado no campo do Outro. Logo, o saber faz laço social. Lacan (1972-1973/1985, p. 130) explica que “o estatuto do saber implica, como tal, que já há saber e no Outro, e que ele é a prender, a ser tornado. E por isso que ele é feito de *aprender*”. Para o psicanalista, o gozo está presente tanto nessa apreensão do saber quanto no seu exercício. Na adolescência a articulação entre saber e gozo

apresenta-se de forma inédita para o sujeito, e é essa articulação que possibilita que o adolescente se situe na partilha dos sexos, apropriando-se dos semblantes no jogo sexual.

TRANSMISSÃO VIRTUAL: DE QUE ORDEM É?

O livro *Cibercultura*, do filósofo e sociólogo Pierre Lévy, é um dos mais citados na área acadêmica para tratar dos temas ciberespaço, cultura digital, cibercultura, virtualidade, dentre outras terminologias adotadas de acordo com cada área do conhecimento. Lévy (1999) nos revela que o termo ciberespaço foi inventado em um romance de William Gibson de 1984, no qual as redes digitais eram o campo de batalha de grandes empresas que brigavam por informações e dados secretos. Posteriormente, o termo foi adotado por usuários das redes digitais (Lévy, 1999). O filósofo define o ciberespaço da seguinte forma:

espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. ... Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço (Lévy, 1999, p. 92-93).

Lévy (1999) comenta que alguns autores definem o ciberespaço como a “terra do saber”. Esse termo nos parece bastante propício para a nossa cultura, na qual o “Deus Google”, a um só clique, fornece respostas para qualquer pergunta. Recentemente, no *XI Colóquio Internacional do Laboratório de Pesquisas e Estudos Psicanalíticos e Educacionais sobre a Infância* (LEPSI)¹, o psicanalista Mario Elkin Ramirez, ao comentar a peça *O despertar da primavera*, apontou o Google como o oráculo moderno. Referenciando Miller², ele destacou que hoje o saber está no bolso, seja no *tablet* ou no celular, de forma que o saber não passa mais pelo Outro. O psicanalista destacou que esse saber do Google é diferente do saber-fazer com a sexualidade e com as pulsões, e indicou que o saber-fazer depende de alguém responsável por sua transmissão, seja ele o homem mascarado como na peça de Wedekind (1891/1973) ou um analista ou um treinador

de futebol. O psicanalista considera, portanto, que o mestre transmite não só o que é da ordem do Ideal, mas também de um saber-fazer com o gozo.

Em seu ensino, Lacan (1964/1998) nos apresenta a noção de sujeito suposto saber para designar a transferência. É essa noção o princípio da transferência. Ele nos adverte que o psicanalista não deve se identificar com o sujeito suposto saber (Lacan, 1969-1970/1992). Tal como Miller (1988, p. 73) aponta é ao entregar-se à associação livre que o sujeito propicia a transferência, buscando “no limite de sua palavra” encontrar a verdade sobre si, sobre seu desejo. Miller (1988, p. 73) ressalta que esse limite da palavra encontra-se no analista “enquanto grande Outro, ouvinte fundamental que decide a significação – e é por isso que seu silêncio é tão essencial, seu silêncio que dá lugar ao desdobrar das palavras, e que não se deve precipitar a satisfazer a demanda do paciente”. Demanda esta de saber a verdade de quem é e de seu desejo.

Lacan (1967/2003) demonstra que o saber só se revela no engano do sujeito. O autor aponta para a existência de um engano próprio à estrutura do inconsciente. O buraco no saber é o real. Ele passa a ressaltar o sujeito como impossível de ser representado, como resposta do real, um vazio simbólico. Se o Outro não detém um saber absoluto, isso vai afetar a própria estrutura do sujeito suposto saber. Ele demonstra que é ao se colocar como objeto *a* que o analista sustenta esse Outro saber. No coração do sujeito suposto saber existe um furo, uma incompletude. É esse furo que leva ao papel dialético na transferência. Lacan (1967/2003) formaliza a estrutura furada no sujeito suposto saber. Assim, é a partir desse lugar esvaziado de saber ocupado pelo analista que o paciente pode supor um saber no Outro.

A transmissão de saber é sustentada pela transferência. Mas de que ordem é essa transmissão? Para iniciar essa reflexão, buscamos analisar a especificidade da transmissão familiar. Ao retornar ao texto freudiano, Lacan (1969/2003), em “Nota sobre a criança”, destaca que a transmissão é necessária à constituição psíquica, transmissão essa realizada pela família, “implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (Lacan, 1969/2003, p. 369).

Lacan (1974-1975), em *O Seminário, livro 22: R.S.I.*, esclarece que o imaginário, o real e o simbólico estão enlaçados desde o início da história

da criança. Nesse seminário, Lacan (1974-1975) propõe a noção de um pai “per-vertido” (*père-version*) como aquele que vai além da lei, que até a burla, e é esse ponto que é captado pelo sujeito, esse ponto onde o gozo do pai está presente. Lacan (1974-1975) aponta que “um pai só tem direito ao respeito, senão ao amor, se o-dito amor, o-dito respeito, estiver, vocês não vão acreditar em suas orelhas, *père-vertidamente* orientado, isto é, feito de uma mulher, objeto pequeno *a* que causa desejo” (Lacan, 1974-1975, p. 23).

O pai transmite ao filho a sua versão particular de gozo, a sua “per-versão”. Ao comentar sobre *O despertar da primavera*, Lacan (1974/2003) sublinha que o homem mascarado se apresenta para Melchior como apenas uma das (per)versões do Nome-do-Pai, entre tantas possíveis. O convite que o homem mascarado faz a Melchior é de conhecer o ser humano, “um mundo de possibilidades. Outros horizontes” (Wedekind, 1891/1973, p. 60).

A transmissão geracional permite ao sujeito usufruir de seu lugar na sociedade. No entanto, essa transmissão está cada vez mais precária. Como aponta Le Breton (2009, p. 37), a família propicia a socialização do sujeito e baliza sua autonomia, mas, nos tempos atuais, “essas famílias com dificuldades deixam de cumprir sua função sociológica de abrir para a criança o mundo que os envolve e sua função antropológica de suscitar o gosto de viver”.

Além disso, o educador, que, segundo Freud, seria o substituto do pai, assumindo o lugar de Ideal do Eu para o adolescente, perdeu o lugar de autoridade do saber, já que ele não detém o conhecimento na era da internet.

A partir dessas considerações, questionamos se existe transmissão de saber na internet. Para fazer essa análise, devemos considerar as especificidades de nossa época. Lipovetsky (2004) aponta a noção de hipermodernidade para designar esse novo tempo social marcado pelo hiperconsumismo, pela hiperindividualização e pela hipervigilância, no qual imperam os ideais hedonistas e a ideologia do “aqui-agora” (Lipovetsky, 2004, p. 51).

Lacan (1970/2003, p. 432) comenta que vivemos em uma época na qual há uma oferta excessiva de saber, “a ponto de não se saber o que fazer com ele, enchendo os armários. Daí, alguns (desses saberes) nos agarram ao passarmos. [...] Sermos transformados em sujeito de um discurso pode deixar-nos sujeitados ao saber”. Lacan (1968-1969/2008) desenvolve essa ideia no texto “A inconsistência do Outro”, em que explana sobre a

“homogeneização dos saberes no mercado”, na qual se revela a ordenação do gozo pelo saber, gozo que “pode se estabelecer como rebuscado e perverso” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 40).

Entretanto, não podemos desconsiderar que o ciberespaço oferece possibilidades aos jovens. Ao pesquisar blogs escritos por adolescentes, Lima (2009) percebe que, para alguns jovens, essa escrita no ciberespaço pode auxiliar o sujeito a construir uma significação sobre a adolescência. Para a psicanalista, o adolescente se torna protagonista no blog e pode construir sua ficção, o seu romance familiar. Consideramos que o mesmo pode ocorrer em outros espaços da internet, como, por exemplo, nos vlogs, que estão cada vez mais populares entre os jovens, e também nos jogos virtuais. É interessante observar que alguns *youtubers* começam a se mostrar pelo vídeo e pela imagem e, posteriormente, escrevem livros contando suas histórias, sendo muitos deles adolescentes.

Como Freud (1905/1989) nos ensina, a tarefa mais dolorosa do adolescente é desvencilhar-se da autoridade dos pais. Lacadée (2012, p. 262) destaca a importância da fantasia nessa tarefa: “A atividade fantasmática toma como tarefa livrar-se dos pais, que de agora em diante são desdenhados, seja sob o modo de sonhos diurnos, de leituras, de escrituras de diários íntimos ou de jogos diversos”. Desse modo, para alguns sujeitos a tela do celular ou do computador pode funcionar como uma moldura para as fantasias adolescentes. Como relatam os adolescentes nas conversações, nos jogos eles podem ser o que quiserem, é um espaço para a livre experimentação.

A fantasia, na adolescência, pode contornar e dar limite ao indizível, à falha no saber com o qual o jovem se confronta em relação ao sexo. Como destaca Consenza (2015), a fantasia auxilia os adolescentes nesse “trabalho de nomeação”, em que podem se aproximar da inexistência da relação sexual, “como um trauma subjetivável, evitando assim cair de volta na deriva ilimitada própria da adolescência contemporânea” (Consenza, 2015, p. 5). A fantasia tem função de mediação e articulação entre significante e gozo. Lima (2009, p. 69) aponta que “onde há furo coloca-se o objeto *a* fantasioso”. Assim, o “real é o enquadramento da fantasia como janela ou como véu sobre o impossível, sobre o que é inacessível ao sujeito” (Lima, 2009, p. 210). Na adolescência o sujeito

precisa reconstruir sua fantasia, uma vez que as fantasias infantis falham. Nas conversações percebemos que o ciberespaço pode auxiliar o sujeito na construção desse contorno sobre a sexualidade.

Lima (2009, p. 218) afirma que “o ciberespaço se configura como um novo espaço público, onde o jovem se sente ‘incluído’. Um espaço onde é possível encontrar os seus pares e exercitar a passagem do privado ao público, da família para o laço social mais amplo” (p.218). Assim, o sujeito sente-se pertencente à rede, podendo modificá-la a partir de suas interações tanto individuais quanto em grupo.

Pois bem, existem possibilidades de identificação e de interação social através da rede, mesmo que sejam predominantemente imaginárias. Mas é possível a construção de saber nesse espaço virtual? Viola (2016) salienta que o acesso ao conhecimento é buscado nos meios virtuais de maneira desregulada, em um espaço no qual não há limites. Essa overdose de informações altera a relação do adolescente com o saber, uma vez que os carimbos simbólicos que poderiam auxiliar o sujeito a lidar com o não-saber sobre o sexo – encontro traumático para todos, como nos diz Lacan (1974/2003) – estão cada vez mais fluidos, esparsos. Desse modo, “os adolescentes hipermodernos estão à deriva num oceano virtual de informação e conhecimento, o que não garante a transmissão do saber” (Viola, 2016, p. 108). Na mesma perspectiva, Peixoto Lima (2009, p. 118) pondera que o adolescente navega, é um “*flâneur* virtual”, mas não marca seu lugar.

Diante desse cenário perturbador, Lacadée (2006) nos dá um alento. Recorrendo a Lacan, ele acredita que o sujeito pode encontrar saídas devido à sua “subversão criadora” (s.p.). O psicanalista indica a responsabilidade ética da psicanálise ao auxiliar o sujeito a inventar, encontrar um lugar e uma solução para o vazio deixado pela autoridade. Assim, para que o sujeito encontre a sua subversão criadora, é preciso que ele encontre um “Homem mascarado”, tal como o de Wedekind (1891/1973): esse Outro que autentica a invenção do sujeito. O encontro do adolescente com um Outro encarnado é, portanto, fundamental para a transmissão de um saber-fazer com o gozo.

Nas conversações, percebemos que cada adolescente busca o apoio de um Outro que valide ou autentique a sua invenção. Apesar de alguns adolescentes identificarem-se com o outro do *Youtube* ou dos jogos, é ao Outro de carne e osso que eles recorrem para se apoiarem em sua travessia na adolescência.

Nesse ponto retomamos os dois tempos lógicos da adolescência, o tempo do véu e o tempo do trauma. No primeiro tempo, o adolescente tece um véu apoiado no Ideal do Eu para recobrir o gozo. No segundo tempo, a irrupção de um gozo sem sentido requer um saber-fazer com isso. Consideramos que, para que o adolescente possa construir esse saber-fazer, é preciso o encontro com um Outro encarnado, que lhe transmita um saber-fazer com o próprio gozo. Esse Outro não está em posição semelhante, horizontal, mas diferencia-se dele pela distância geracional que os separa, situando-se além da adolescência, na fase adulta, e assumindo a responsabilidade pelo seu modo de gozo.

O SABER DOS ADOLESCENTES NO CIBERESPAÇO

Apresentaremos, a seguir, fragmentos de conversações de um grupo de adolescentes coordenado por duas mestrandas em Psicologia no primeiro semestre de 2016. Realizamos dezoito encontros com periodicidade semanal e duração de cem minutos cada. O grupo foi formado por quatro alunos e uma aluna, com idades entre 11 e 12 anos.

Nos encontros, os adolescentes contam e mostram os jogos e canais do *YouTube* de que gostam. Eles exprimem o fascínio que sentem em relação aos *youtubers* famosos, que recebem muitas curtidas, têm muitos inscritos e ganham muito dinheiro. Felipe³ sonha em ser jogador de futebol, mas diz que, se não conseguir, pretende exercer a profissão de *youtuber*. A coordenadora se surpreende com essa nova profissão e o grupo afirma que, por “*dar dinheiro*”, é uma profissão como outra qualquer. Felipe e André criaram um canal no *YouTube* em que postam tutoriais dos jogos que utilizam, especialmente de *Minecraft*, que é um jogo no qual você cria seu mundo a partir de blocos e ferramentas disponíveis no jogo. O jogador pode construir uma paisagem e ir remodelando-a de acordo com a sua criatividade. Assim, a organização do espaço fica a critério de cada jogador. Gabriel tem um canal com outro colega da escola, Davi, sobre jogos e *tags*, que são desafios, como, por exemplo, fazer misturas alimentares não usuais e ingerir. Mariana também joga, mas parece fazer um uso mais moderado dos jogos em comparação aos meninos.

Na primeira conversação, os jovens contam que jogam *Grand Theft Auto* (GTA) e que gostam muito do jogo, no qual há cidades fictícias dominadas pelo crime e o jogador deve realizar algumas missões – atividades criminosas – para avançar na história. Eles revelam que a classificação indicativa do GTA é dezoito anos. Ao serem questionados sobre como conseguem comprar o jogo, dizem que os pais sabem, pois são eles que compram. No entanto, os pais estabelecem os locais virtuais onde os filhos não podem ir, e eles nos contam que é “no *strip club* [...] que as mulheres ficam naqueles canos de biquíni... ou sem biquíni”. Mariana diz que não tem interesse em ir lá: “Eca! Só tem mulher, o que eu vou fazer lá? Se tivesse homem...”. Já Felipe e Gabriel não demonstram interesse em saber o que tem nesse lugar proibido. Gabriel diz que o que mais gosta no jogo é “a zueira”, e Felipe, as manobras com a moto. André relata que foi escondido no *strip club* uma vez só para ver o que era. Já Mateus gosta de “matar”. Contam que no jogo podem fazer coisas que não são permitidas na vida real, como assaltar o banco e confrontar a polícia.

Logo nesse primeiro encontro, a sexualidade surge como o tema principal, mesmo quando os jovens falam sobre jogos. Além dos jogos, buscam na internet vídeos de “zueira”, engraçados. Apesar dos canais eleitos por esses adolescentes serem geralmente os mesmos, e os jogos preferidos também, é possível perceber o uso próprio que cada adolescente faz deles.

Os alunos destacam o *Minecraft* e o GTA como os seus jogos favoritos, assim como valorizam os *youtubers* que comentam e fazem tutoriais desses jogos nos canais *Authentic Games* e *Amenic*. O entusiasmo com que se referem a esses *youtubers* famosos, que recebem muitas curtidas, têm muitos inscritos e, como consequência, ganham muito dinheiro, nos leva a questionar se os garotos estariam colocando esses *youtubers* no lugar de Ideal, especialmente Felipe, que busca diversas estratégias para que seu canal no *Youtube* tenha mais curtidas. Mas parece-nos, nesses casos, que o que está em questão não é uma identificação vertical, e sim horizontal. Eles percebem esses jovens famosos como adolescentes e, portanto, semelhantes, com a diferença que eles têm acesso a todos os objetos de consumo valorizados socialmente.

Lacadée (2011) aponta o fascínio dos adolescentes pelos *reality shows*. Percebemos em Felipe esse mesmo fascínio em relação às celebridades

do *Youtube* que ele acompanha. Jovens com idade entre dezoito e vinte e cinco anos que, além de apresentarem os tutoriais sobre jogos, mostram as suas casas, contam sobre as suas rotinas cotidianas, escrevem livros e viajam pelo Brasil, aglomerando diversos fãs que desejam conhecê-los, tirar uma *selfie* ou ter os seus livros autografados. Para Lacadée (2011, p. 33) “o adolescente se prende ao jogo das celebridades efêmeras que vêm completar sua falta a ser, dando-lhe a ilusão de ocupar o lugar daquele que se vê gozar”. Nesse sentido, Lima (2014) indica que o sucesso das redes sociais entre os jovens deve-se ao fato de físgarem seus gozos. Segundo a autora, para muitos adolescentes, as redes sociais funcionam como “veículos de identificação” (Lima, 2014, p. 109), porém, ela considera que se trata de uma “*pseudo-identificação* horizontal, sem referência a um Ideal” (Lima, 2014, p. 115), na qual o gozo é o ordenador.

Felipe sempre enfatiza que a vida desses *Youtubers* é maravilhosa e que gostaria de ter uma casa como a deles, com muitos quartos, piscina e poder comer “besteira” todos os dias. Felipe nos mostra um dos episódios em que um grupo de amigos *youtubers* adquire uma casa e a mostra a seus seguidores. Ao final do vídeo, todos se deliciam com sanduíches de *fast-food*. Questionamos o que ele acha interessante nesse vídeo que ele nos mostra e Felipe é categórico: “só te falo uma coisa, fessora, essa casa”. O fascínio de Felipe pela casa dos *youtubers* é evidente e, em outros momentos da conversação, ele retoma essa questão.

Durante os encontros, os alunos nos mostram os usos que fazem das redes sociais. Pela via da escuta, buscamos extrair um saber possível dessas formas de utilização da internet. Gabriel é o garoto eleito pelos colegas desse grupo como o que tem mais *know-how* nesse universo virtual: sabe editar vídeos, conhece muitos aplicativos e criou um canal com um dos colegas de sala. Gabriel relata que aprendeu essas habilidades em tutoriais e com os amigos. Ao longo dos encontros, percebemos que, mesmo buscando na internet informações sobre edições de vídeos, aplicativos e jogos, os garotos sempre elegem um colega ou um familiar que possa auxiliá-los no assunto, alguém que detenha mais conhecimento sobre o assunto do que eles. Felipe elege o primo, também adolescente, e Gabriel elege Davi, que estuda na mesma sala que ele e é seu parceiro no canal do *Youtube*.

Com relação ao saber tecnológico, são os jovens que ocupam o lugar de mestria na contemporaneidade, e não os mais velhos, invertendo as posições tradicionais. Entretanto, existe uma transmissão que é de outra ordem, não técnica, que supõe um sujeito responsável pelo seu gozo.

Ao mostrar a introdução de um dos vídeos, Felipe conta que o primo lhe ensinou como fazer a inserção de um *emoticon*: “Até que não foi tão difícil não, eu tenho preguiça de ver vídeo tutorial para aprender... tipo, não entendi, pode explicar de novo? Aí vai ter que voltar o vídeo e o cara vai falar a mesma coisa, não vai falar de um jeito mais fácil de você entender, você vai continuar do mesmo jeito que ele falou antes”. Assim, Felipe nos revela que a transmissão que ocorre no ciberespaço não é da mesma ordem daquela que ele obtém no contato com seu primo ou com Gabriel, a quem também recorre quando tem alguma dúvida ao editar seus vídeos.

Essa questão da transmissão também aparece em relação ao saber escolar. Apesar de o grupo ter muitas queixas sobre a escola e sobre a relação com os professores, destaca que os professores são essenciais em sua formação. Ao serem questionados sobre a busca que fazem na internet para as atividades escolares, relatam que não recorrem com frequência ao espaço virtual. Contam que quando não sabem uma questão do “para casa”, por exemplo, pedem ajuda a um familiar – citam pai, mãe e avó – e, se não sabem, deixam uma interrogação para discutir em sala de aula com o professor.

Felipe aponta que, quando não entende como resolver alguma questão escolar, a mãe nem sempre ajuda: “eu não gosto tipo, quando você pergunta e tipo e ela lê pra você. E você fala assim ‘não entendi não’. Aí ela lê de novo a pergunta. Não vai adiantar se ela lê de novo”. Questionamos o que o Felipe faria se ele estivesse ensinando: “ah, eu ia tentar explicar de um jeito mais fácil, se fosse mais complicado, eu ia falar de outro jeito”.

Esse “jeito mais fácil” parece ser do domínio dos professores. Eles apontam para o modo como os professores transmitem os conceitos escolares e dizem que deixam as dúvidas para aprenderem em sala com o docente. Percebemos que os conteúdos ministrados têm pouca influência na relação entre docentes e alunos, como Freud (1925/1976) já tinha nos mostrado. Em seus relatos, demonstram que os professores considerados

bons, “legais”, são aqueles que transmitem afeto no ato educativo. Felipe relata que “professor chato é aquele que só da aula”. E Mateus emenda: “só escreve no quadro, senta na cadeira e começa a ler um livro”.

Esse grupo nos surpreendeu pelo grande interesse em nos apresentar o seu mundo e os seus jogos. Felipe explica pacientemente como faz os vídeos do seu canal ou como usa aplicativos para conseguir curtidas. Lacadée (2011) ressalta que os adolescentes têm uma língua própria na qual são exilados e se sentem como estrangeiros. É exatamente o que sentimos com esse grupo. Não conhecíamos esse mundo dos jogos e dos *youtubers* aclamados por eles, mas demonstramos interesse em conhecê-los, e eles, pacientemente, nos apresentaram o seu mundo, a sua língua.

As transgressões, características da adolescência, também aparecem no uso da internet, como no fato de utilizarem um jogo mesmo sabendo que a classificação indicativa é para maiores de dezoito anos. Assim, cada adolescente faz um uso singular da internet. Consideramos que o uso dos jogos tanto pode servir como um modo de evitar o laço social quanto pode favorecê-lo, por exemplo ao permitir que os amigos da escola criem um grupo dentro do jogo para lutar e conquistar territórios no mundo virtual.

Existe uma forma de aprendizagem no jogo que não pode ser desconsiderada. Os jovens aprendem estratégias para conquistar novas etapas no jogo, desenvolvendo diferentes habilidades perceptivas, motoras e cognitivas. Muitas vezes os jogos digitais envolvem o laço com outros jogadores. Consideramos, a partir das conversações, que os adolescentes buscam diferentes formas de conhecimento na internet. Eles desenvolvem diferentes habilidades, fazem amigos na rede, se comunicam, constituem grupos de identificação e podem fazer experimentos e invenções.

O adolescente busca informações de todo tipo na rede, inclusive sobre as questões sexuais, que, como vimos, não são da mesma ordem de um saber. O saber é transmitido a partir de um Outro encarnado, na função de mestre, que transmite o Ideal e sua “perversão particular”, além de acolher o saber-fazer do jovem.

Entretanto, a internet interferiria no tempo lógico de constituição de um véu sobre o real do sexo, ou seja, no tempo de elaboração de uma fantasia na adolescência? A internet poderia favorecer o saber-fazer com o gozo? Faremos essa discussão a seguir.

DE UM SABER IMPOSSÍVEL SOBRE O SEXO A UM “SABER-FAZER” COM O GOZO

Para a psicanálise, saber e gozo estão articulados. Os primeiros questionamentos infantis são despertados pelo enigma da origem dos bebês e cada criança escreverá sua ficção familiar para essa questão, que na verdade é um desejo de saber sobre sua origem e sobre o seu lugar no desejo do Outro. Com a irrupção da puberdade essa questão se reatualiza e o adolescente se confrontará com a inconsistência estrutural do Outro e com a inexistência da relação sexual. Esse momento, apesar de angustiante para o sujeito, pode ser também propício para a invenção.

Ao apresentar o discurso do mestre, Lacan (1969-1970/1992, p. 19) destaca que o escravo detém um “*savoir-faire*, um saber fazer” que o senhor subtrai do escravo. Aponta que o saber tem duas faces: “a face articulada e esse saber-fazer” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 19). O primeiro é um saber transmissível, função da episteme, enquanto segundo é o saber-fazer das técnicas artesanais do escravo. Viola (2016) destaca que o saber-fazer:

avizinha-se do campo do gozo, condizendo com certo manejo legitimado do gozo, a outra face do saber se refere ao campo do conhecimento, à ciência, ao saber teórico e ao mundo da informação transmissível, configurando o que faz limite ao gozo, sua renúncia. Compreende-se, assim, que o saber como meio de gozo diz respeito a essa dupla aceção do saber (Viola, 2016, p. 244).

A psicanalista sublinha que essas duas faces do saber estão presentes na adolescência e em cada sujeito uma delas poderá estar mais acentuada do que a outra (Viola, 2016).

Gabriel queixa-se da colega Bianca, pois ela disse para todos que é sua namorada. Em um dos encontros, ele aparece com um coração desenhado de vermelho na mão e conta, rindo meio sem jeito, que foi Bianca quem o marcou. Os colegas complementam as queixas sobre a colega, dizem que ela faz isso com todos os garotos e é “chata”. Em outro encontro, contou que ficou preocupado, pois Bianca deixou uma marca de batom em seu pescoço: “o que minha mãe vai pensar?”. Bianca parece ser um enigma para os adolescentes do grupo, despertando diferentes afetos nos jovens. Apesar de reclamarem de suas atitudes, demonstraram interesse em decifrar

de quem ela de fato gosta, uma vez que “cada hora é um”. Os adolescentes parecem querer descobrir se eles estão incluídos no desejo dela.

Gabriel, que nos primeiros encontros mostrava-se bastante tímido, foi aos poucos nos contando sobre os seus dramas relativos à sexualidade. Se antes relatava não ter nenhum interesse em conhecer o *strip club*, agora ele se encontrava às voltas com os encontros amorosos e com as questões sobre a sexualidade. Contou que as primas o encurrularam em algumas brincadeiras, correram atrás dele e, por duas vezes, tatearam seu órgão genital: “pegaram lá mesmo, uma vez ela [prima] apertou, eu saí correndo”. Essas brincadeiras também estão presentes na escola. Mateus e Felipe recordaram um episódio em que um colega “entrou para separar a briga das meninas só pra pegar no peitinho”.

O saber que Gabriel detém sobre as tecnologias digitais, tão destacado e admirado pelos colegas, não lhe serve no contato com as meninas. Em um dos últimos encontros, ele nos conta, com as bochechas rosadas e com certa hesitação, que gosta de uma garota, mas que não consegue dizer isso a ela. Ele relata que não sabe o que acontece, mas quando chega perto dela “sei lá... não sei”.

Nas conversações fica evidente o pulsar do corpo adolescente que precisa estar em movimento, alguns com mais intensidade do que outros. Em muitos momentos, eles se entretêm em brincadeiras com o corpo, dançam, lutam, correm. Stevens (2016) recorda que o corpo é primeiro uma imagem, tal como Lacan nos ensina no estádio do espelho, mas também é simbólico. E acrescenta que o corpo tem uma “inclinação a querer gozar” (Stevens, 2016, s.p.). Por isso, precisa ser ocupado para pensar, fazer outra coisa, e o uso dos dispositivos eletrônicos pode ser uma forma de ocupar o corpo para realizar alguma atividade, como estudar, por exemplo. Em vários momentos, os adolescentes participam da conversação e se engajam movimentando o corpo, andam pela sala e sobem na mesa. É no movimento dos corpos que a palavra circula.

DO GOZO AO LAÇO

Conforme comentamos anteriormente, Felipe é engajado nos jogos virtuais. Em todos os encontros, Felipe quer monopolizar a fala para

contar sobre um novo vídeo e as moderadoras precisam negociar com todos para que a palavra circule.

O discurso capitalista absorve o sujeito sem que ele se questione sobre os motivos que o levam a desejar tanta fama e dinheiro. Nossa impressão é a de que, para Felipe, esse é um imperativo; logo, não há espaço para questionamentos. Em vários momentos, ele destaca as vantagens de ter fama no *Youtube*, especialmente pela possibilidade de aquisição de bens materiais, como a casa que nos mostra de um grupo de *youtubers* famosos que segue. Conta muito animado sobre a placa de diamante⁴ que um *youtuber* pode ganhar ao atingir dez milhões de inscritos. Ao ser indagado sobre o que deseja ser profissionalmente, Felipe logo responde *youtuber*, seguido de jogador de futebol – profissões que, no imaginário do adolescente, remetem a fama e dinheiro.

Felipe está sempre buscando ter mais inscritos em seu canal. Ele nos conta sobre um site em que é possível gerar números de cartões de créditos e realizar compras. Diante do espanto das moderadoras e da crítica dos colegas, Felipe desconversa e diz que conhece o site, mas nunca o utilizou. Felipe estaria utilizando esse artifício para conquistar as tão desejadas curtidas e os jogos que não pode comprar?

Pois bem, no encontro seguinte, levamos a história de um *hacker* que cometeu crimes financeiros, foi preso e atualmente é um profissional de sucesso no ramo de segurança virtual, prestando consultoria a diversas empresas renomadas. Felipe desqualifica a história e pondera que não houve tantos prejuízos assim ao sujeito, uma vez que “o cara só ficou preso 24 horas”. Nossa tentativa de problematizar o tema do *hacker* foi fracassada. Concluímos que abordamos esse assunto de maneira pedagógica e, então, retornamos à escuta analítica.

Em uma das últimas conversações, Felipe nos conta que descobriu um site no qual os jogos podem ser compartilhados, demonstrando grande interesse em nos mostrar. Explica que ele realiza a compra de um jogo e, nesse site, pode adicionar um amigo a sua rede social e compartilhar o jogo com esse amigo sem custos adicionais. Ele nos avisa: “não é *hacker*, é de compartilhar”. Conta que já está usando e nos mostra as possibilidades do site. Assim, percebemos que a conversação teve um efeito para esse adolescente, que encontrou uma alternativa para sua impossibilidade

de comprar todos os jogos de seu interesse. Acreditamos que o fato de seus pares terem desqualificado sua atitude em relação à possibilidade de uso de cartões de crédito de terceiros foi também importante para que Felipe refletisse sobre essa questão. A busca incessante por curtidas foi aos poucos diminuindo no discurso de Felipe, dando espaço para outras questões, inclusive o interesse dele por outros jogos, diferentes dos que ele utiliza, tal como o jogo apresentado por Mateus.

Sabemos que nossa postura nas conversações não deve ser moralista. O importante é promover a reflexão, abrir novas janelas para que os adolescentes possam ver outras paisagens e outras possibilidades nas telas virtuais. Com a oferta da palavra, Felipe parece ter renunciado um pouco a seu gozo e encontrado uma solução simbólica através do laço com o Outro, compartilhando os seus jogos.

DA REPETIÇÃO À INVENÇÃO

Mateus é um garoto falante, alegre e participativo. Mas, nos primeiros encontros, ele era isolado no grupo. Ele sempre queria tomar a palavra e era possível perceber que os colegas duvidavam de suas histórias e, às vezes, ficavam impacientes com ele. No primeiro encontro, disseram que tem onze anos, enquanto Mateus tem doze, porque é “repetente”.

Percebemos que Mateus usava o espaço da conversação para elaborar suas fantasias, mas o grupo não acolhia as suas construções. Ele narrava com a habilidade de um contador de histórias sobre seu heroísmo ao correr atrás de um assaltante, destacando como via a violência na porta de sua casa com frequência. Em outros momentos, mostrava vídeos engraçados ou de atos de coragem para chamar a atenção de seus colegas e das moderadoras. Sua tática funcionava às vezes. Durante alguns encontros, André e Felipe dominaram a cena ao contarem sobre o seu canal no *Youtube* e mostrarem a habilidade que possuíam nos jogos.

Mateus demonstrou ter muito interesse por história e mitologia, sendo que os jogos que utiliza são diferentes dos convencionais apresentados pelos colegas. Os jogos de Mateus estão relacionados com os seus interesses e, por serem diferentes, chamam a atenção dos colegas, que ficam interessados em saber como funciona o jogo em que clãs disputam

território. O jogo foi a estratégia utilizada por Mateus para estabelecer um laço com os colegas desse grupo e com os outros alunos da escola, apesar de gostar de jogos que não são famosos entre os jovens dessa idade.

Nas primeiras conversações, Mateus tentava envolver seus colegas em suas fantasias de heroísmo, mas não conseguiu a atenção deles. Com seu celular, ultrapassado em relação ao dos jovens de sua idade, apresenta aos colegas novos jogos, diferentes do modismo dos *Youtubers* de sucesso. Aos poucos, ele consegue se inscrever no grupo, estabelecendo um lugar próprio, que tem espaço para os seus gostos e a sua inventividade. Nas conversações, Mateus era inicialmente nomeado pelo grupo como “o repetente”. Ao trazer, a cada encontro, algo inédito, que foi bem acolhido na conversação, Mateus pôde ocupar um lugar novo no grupo.

Nas últimas conversações, Mateus contou que está criando um jogo de *Rolle Playing Game* (RPG) e que pensou em fazê-lo utilizando os espaços de grupos de trabalho oferecidos pela escola com a ajuda de uma professora. Quando interrogado sobre de quem tinha sido a autoria dessa proposta, ele afirmou que a ideia foi sua. Os outros adolescentes do grupo pareceram se interessar pelo jogo. Mateus contou que usará as moedas antigas que ganhou da mãe para representar o dinheiro. Relatou com entusiasmo as regras do jogo e disse já ter colegas na escola interessados em fazer parte desse grupo.

Desse modo, percebemos que o jogo foi uma forma encontrada por Mateus de fazer laço com os colegas e de inserir-se em grupos. Mas, fundamentalmente, o jogo envolve um saber-fazer, que se refere ao que há de mais singular em Mateus. O jogo inclui as moedas de valor afetivo que ganhou de sua mãe, e tem valor de gozo que ele aborda pela via da contabilidade do gozo, além de abranger aspectos da história e da mitologia, numa construção simbólica geracional. Mateus inventou um jogo sobre “a origem”, questão que retorna na adolescência, num jogo simbólico em que ele se faz protagonista de sua própria história. Essa construção foi propiciada por ter sido acolhida e autenticada pela coordenadora da conversação.

A transmissão virtual não é da mesma ordem do que a presencial. A rigor, do ponto de vista da psicanálise, não poderíamos nomear de transmissão o que ocorre no ciberespaço. Desde Freud (1925/1976) aprendemos que

a transmissão é realizada na transferência. Lacan (1969-1970/1992) nos esclarece que, para a psicanálise, o saber é sempre inconsciente.

Consenza (2015) destaca, na elaboração de um saber na adolescência, a elevação do papel sexual no nível do inconsciente, que o faz existir para o sujeito numa representação singular, imaginária, como um enigma, num quadro fantasmático que se presta ao fantasma. Esse primeiro tempo é, para o adolescente, onde existe relação sexual, que é representável em uma cena que o inclui. No segundo tempo, o autor descreve o nó real que tal experiência iniciante revela ao adolescente, definindo-o como verdadeiro princípio de iniciação: o véu levantado não mostra nada. Outro modo de dizer que a sexualidade faz furo no real. Consenza (2015) situa aqui o segundo tempo lógico do processo de iniciação sexual na adolescência: aquele no qual o adolescente encontra, nas primeiras vicissitudes da vida sexual com seus parceiros, como experiência que faz trauma para ele, a inexistência estrutural do papel sexual. O autor conclui que é exatamente nessa tensão dialética entre o que pode fazer existir a relação sexual – primeiro tempo da adolescência – e o encontro traumático com sua inexistência – segundo tempo –, entre o tempo do véu e o tempo do trauma, que se estrutura a iniciação sexual do adolescente. Desse modo, podemos questionar se esse mercado de imagens na web serviria de apoio ou dificultaria a construção dos sonhos dos adolescentes.

A tela do dispositivo tecnológico se interpõe entre os corpos, interditando esse encontro. Estaria o jovem que se mantém preso às imagens na internet buscando se esquivar do encontro corpo a corpo, para evitar o confronto com a inexistência da relação sexual? Nessa profusão de imagens *prêt-à-porter*, o adolescente buscaria manter-se no gozo masturbatório, para evitar o desencontro com o outro sexo?

Miller (2014) comenta que os masturbadores encontram-se aliviados por não terem de produzir eles mesmos os sonhos quando despertos, uma vez que os encontram feitos, já sonhados para eles. Essa oferta de sonhos prontos, como diz Miller (2014), os afasta da possibilidade de construir seus próprios sonhos.

Nas conversações, percebemos que os adolescentes recorrem à internet em busca de informações e distração. No entanto, não podemos afirmar que há uma transmissão de saber no espaço virtual. Quando ela

ocorre, é mediada por um Outro, de carne e osso, seja o professor ou o amigo. Esses adolescentes nos mostram que, se o Outro é inconsistente, é preciso reivindicar sua presença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escuta dos adolescentes nos mostrou que o tema das redes sociais pode funcionar como uma porta de acesso aos impasses vividos no tempo lógico da adolescência, às dificuldades no laço social e aos sintomas de cada um. Muitas vezes, é a partir do tema da internet que os adolescentes começam a falar do mal-estar que vivenciam na escola, com os professores e com os colegas. Outras vezes, o tema das redes sociais é soberano. Falam sobre os seus interesses na internet e as formas de utilização das redes sociais. Nossa função é a de escutar o que eles têm a dizer, especialmente por eles apontarem que esse espaço de escuta é raro ou inexistente no espaço escolar.

As conversações apontaram os jovens envolvidos no primeiro tempo lógico da adolescência, tentando construir um saber sobre a sexualidade para encobrir o furo no saber. A escuta dos adolescentes permitiu compreender a importância do Outro encarnado na transmissão do saber, diferenciando a transmissão presencial daquela que ocorre no ambiente virtual. As conversações mostraram também muitas possibilidades que a internet tem aberto aos jovens no campo das identificações, dos agrupamentos sociais, e até mesmo na produção das fantasias do sujeito adolescente.

Diante da inconsistência do Outro na hipermodernidade, os adolescentes buscam na internet respostas para as questões que os afligem e encontram informações e imagens marcadas pelo excesso próprio de nossa cultura. A internet não só não favorece a elaboração de um saber próprio, como evidencia e reforça a inconsistência do Outro. O excesso de informações e imagens na web pode dificultar a elaboração de um véu, ou seja, de uma fantasia para recobrir o furo do sexo. No entanto, o adolescente também pode encontrar no ciberespaço um apoio para a construção de sua fantasia – primeiro tempo da adolescência –, assim como a possibilidade de um “saber fazer” com o que escapa ao sentido pela via das invenções nesse espaço virtual – segundo tempo da adolescência. Essa invenção requer a mediação de um Outro não virtual que a acolha no laço social.

As transformações decorrentes das tecnologias digitais são constantes. Assim, não pretendemos alcançar um domínio nesse campo do saber, mas acreditamos que a psicanálise deve estar atenta à forma como a cultura digital impacta as subjetividades e às respostas construídas pelos sujeitos para lidarem com os desafios contemporâneos. Nessa navegação pelo ciberespaço, o adolescente é um exímio marinheiro para nos conduzir.

REFERÊNCIAS

- Cosenza, D. (2015). A iniciação na adolescência: entre mito e estrutura. *@gente Digital Revista de Psicanálise*, 9, ano 4. Recuperado em 14 dez. 2016 de <http://www.institutopsicanalisebahia.com.br/agente/download/009/003_agente09_domenico_cosenza.pdf>.
- Freud, S. (1970). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910)
- Freud, S. (1976). Prefácio à juventude desorientada de Aichhorn. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1925)
- Freud, S. (1989). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 7. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (2010). Esclarecimentos, orientações, explicações. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 18. São Paulo: Cia das Letras. (Original publicado em 1933)
- Lacadée, P. (2006). A autoridade da língua. (K. Mariás e M. Mezêncio, trad.). *La Petite Girafe*, 23, 7-15. Paris: Agalma. Recuperado em 12 jan. 2016 de <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/04/textos/autoridade%20da%20lingua.pdf>>.
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lacadée, P. (2012). A clínica da língua e do ato nos adolescentes. *Responsabilidades*, 1(2), 253-268. Belo Horizonte.
- Lacan, J. (1974-75). *O seminário, livro 22: R.S.I.* (Obra ainda não publicada comercialmente)
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. (M. D. Magno, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1972-1973)
- Lacan, J. (1992). *O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise*. (A. Roitman, trad.). Rio de Janeiro: J. Zahar. (Seminário original de 1969-1970)

- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1949)
- Lacan, J. (1998). *O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M. D. Magno, trad.). Rio de Janeiro: J. Zahar (Seminário original de 1964)
- Lacan, J. (2003). O engano do sujeito suposto saber. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1967)
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1969)
- Lacan, J. (2003). Radiofonia. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1970)
- Lacan, J. (2003). Prefácio a *O despertar da primavera*. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1974)
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1962-1963)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1968-1969)
- Le Breton, D. (2009). *Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver*. Campinas: Autores Associados.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Lima, N. L. de (2006). O fascínio e a alienação no ciberespaço: uma perspectiva psicanalítica. *Arq. bras. psicol.*, 58(2), 38-50. Rio de Janeiro. Recuperado em 19 out. 2016 de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000200005&lng=pt&nrm=isso>.
- Lima, N. L. de (2009). *A escrita virtual na adolescência: Os blogs como um tratamento do real da puberdade, analisados a partir da função do romance*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Lima, N. L. de (2014). Da lei edipiana à norma entre pares: as identificações nas redes sociais da internet. In Santos, T. C., Santiago, J., & Martello, A. (Orgs.). *Os corpos falantes e a Normatividade do Super Social* (p. 109-136). Rio de Janeiro: Cia de Freud.

- Lima, N. L. de. (2016). “Na internet eu não posso fazer tudo, mas posso ver tudo!”. Relato de experiência das conversações apresentado no Cien-Minas. Inédito.
- Lipovetsky, G. (2004). Tempos contra tempo, ou a sociedade hipermoderna. In Lipovetsky, G., & Charles, S. *Os tempos hipermodernos* (p. 49-103). (M. Vilela, trad.). São Paulo: Barcarolla.
- Miller, J.-A. (1988). *Percurso de Lacan: uma introdução*. Zahar.
- Miller, J.-A. (2003). *La pareja e el amor: conversaciones clínicas con Jacques Alain-Miller en Barcelona*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J.-A., & Laurent, E. (2005). *El Otro que no existe y sus comités de ética*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J.-A. (2014). O inconsciente e o corpo falante. (V. A. Ribeiro, trad.). *Associação Mundial de Psicanálise*. Recuperado em 13 fev. 2016 de <<http://www.wapol.org/pt/articulos/Template.asp?intTipoPagina=4&intPublicacion=13&intEdicion=9&intIdiomaPublicacion=9&intArticulo=2742&intIdiomaArticulo=9>>.
- Peixoto Lima, M. C. (2009). O declínio do mestre e suas relações com o saber na adolescência: novas reflexões sobre a psicologia do escolar. *Estilos da clínica*, 14(27), 112-123. Recuperado em 01 set. 2016 de <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/46065>>.
- Pereira, M. R., & Gurski, R. R. (2016). A adolescência hoje. In Medeiros, C., & Almeida, S. (Orgs.), *Psicanálise implicada: educar e tratar o sujeito* (p. 155-169). Curitiba: Juruá.
- Quinet, A. (2012). *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Stevens, A. (2016). Fazer-se um corpo na adolescência. *CIEN Digital*, n. 20. Recuperado em 20 dez. 2016 de <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/ciendigital/n20/fazer-se-um-corpo-na-adolescencia.html>>.
- Viola, D. T. D. (2016). *O momento-limite conceitual: um estudo sobre as implicações sociais e subjetivas do saber na passagem adolescente*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Wedekind, F. (1973). *O despertar da primavera*. Recuperado em 28 jul. 2016 de <<http://ciaateliedasartes.com.br/TEXTOS%20TEATRAIS/O%20despertar%20da%20primavera%20-%20Frank%20Wedekind.pdf>>. (Original publicado em 1891)

NOTAS

- ¹ O *XI Colóquio Internacional do LEPSI* ocorreu nos dias 20 a 23 de setembro de 2016 na Universidade Federal de Minas Gerais e discutiu o tema “Os sintomas na educação de hoje: o que fazemos com ‘isso’?”.
- ² Miller, em 2015, na “Intervenção de encerramento” da *3ª Jornada do Instituto da Criança*, ao discutir sobre a adolescência.
- ³ Todos os nomes mencionados nesse trabalho foram alterados para se preservar a identidade dos participantes.
- ⁴ O *Youtube* fornece o que denomina como “botão play de diamante”. De acordo com o site, esse é “o maior prêmio que existe para mostrar que você é um dos grandes criadores de conteúdo do YouTube”. Fonte: <https://www.youtube.com/yt/creators/pt-BR/rewards.html?noapp=1>.

Recebido em 20/03/2017

Aprovado em 19/06/2017

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO MEDIADOR ESCOLAR: A FUNÇÃO DO CUIDADO

*Paloma Sá Carvalho**

RESUMO

O projeto de inclusão escolar tem como princípio básico a incorporação dos alunos com necessidades individuais no ensino regular. A partir daí surge a figura do mediador escolar como um profissional que auxilia a criança no processo de adaptação afetiva e acadêmica. Entretanto, fazer valer o direito à educação para todos não se limita a simplesmente aplicar a lei indiscriminadamente às situações escolares. É preciso pensar nesse assunto com um entendimento mais profundo sobre a questão. O principal objetivo neste artigo é poder refletir, a partir da perspectiva psicanalítica, sobre ética do cuidado, questionando meios e estratégias que viabilizem a inclusão de crianças que necessitam de um acompanhamento mais específico, bem como pensar sobre as dificuldades e particularidades que ela implica.

Palavras-chave: alteridade; inclusão; ambiente; cuidado; mediação.

CONSIDERATIONS ABOUT THE ROLE OF THE SCHOOL MEDIATOR: THE ROLE OF CARE

ABSTRACT

The school inclusion project has as basic principle the incorporation of students with individual needs in regular education. From this comes the figure of the school mediator as a professional who assists the child in the process of affective and academic adaptation. However, asserting the right to education for all is not limited to simply applying the law indiscriminately to school situations. We need to think about this with a deeper understanding of

* Psicóloga, membro da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle – Rio de Janeiro, RJ, Brasil; membro do Instituto de Estudos das Complexidades – Rio de Janeiro, RJ, Brasil; mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica/PUC – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

the issue. The main objective of this article is to reflect, from a psychoanalytic perspective, on ethics of care, questioning means and strategies that allow the inclusion of children who need a more specific follow-up, as well as thinking about the difficulties and peculiarities that it implies.

Keywords: inclusion; caution; environment; mediation; Otherness.

INTRODUÇÃO

O cenário social atual caracteriza-se pela ditadura da aparência, pela qual ser bonito e capaz de um bom desempenho cognitivo são critérios que validam a competência do sujeito. Aqueles que não conseguem atingir tais ideais frequentemente carregam um estigma, sendo fortemente marcados pela falência própria em não atingir os modelos veiculados pelo ideário contemporâneo. Nesse contexto, podemos afirmar que os indivíduos tendem a um comportamento de aversão em relação às pessoas que não seguem os padrões de beleza e competência dominantes. A situação da criança com necessidades específicas nos remete a questões que incluem a complexidade do mundo contemporâneo, onde valores de inclusão se chocam com os valores que vigoram na cultura.

Observa-se assim que simultaneamente a um novo enfoque sobre os sujeitos deficientes, que propõe ações que garantam o acesso e permanência destes no ensino regular, a questão da segregação bem como os estigmas e preconceitos atribuídos a essas pessoas ainda estão fortemente enraizados nas escolas e na sociedade de um modo geral (Goffman, 2013). Segundo Foucault (1996), os processos de exclusão são culturais, são acumulados, nunca vêm sozinhos; se desenvolvem e se reproduzem através do tempo e se entrelaçam no tecido social e se movimentam através das instituições, dos regulamentos, dos saberes, das técnicas e dos dispositivos que se instalam na cultura.

O princípio básico da inclusão escolar é a inserção dos alunos com necessidades individuais no ensino regular. Nesse sentido se faz necessário considerar a prática do cuidado não apenas como algo fundamental para o exercício da mediação escolar como também para a sua própria efetivação. Sendo assim, é necessário discutir e contextualizar a figura

do mediador que atua como um profissional que auxilia a criança no processo de adaptação afetiva, social e acadêmica.

A mediação escolar passou a se tornar mais frequente a partir da Convenção de Salamanca (1994). Desde então as instituições de ensino tiveram que incluir todas as crianças que careciam de uma ajuda mais especializada em sala de aula. Entretanto, fazer valer o direito à *educação para todos* não se limita exclusivamente a cumprir com o que está na lei e aplicá-la indiscriminadamente às situações pedagógicas que envolvem o cotidiano dos alunos.

O cuidar no contexto da mediação escolar considera o reconhecimento da dimensão humana, o enfrentamento do abuso e dos processos traumáticos que muitas vezes levam a criança estigmatizada a perder o prazer pela vida devido a uma série de preconceitos e obstáculos que a impedem de participar ativamente da sociedade de um modo geral, prejudicando assim a passagem de valores e referências culturais. O olhar de cuidado amoroso e responsável da família e do mediador escolar recompõe os vínculos de humanidade solidária em contraponto à mercantilização do cuidado e do afeto em relação à infância.

Sendo assim, para que o processo de inclusão aconteça é preciso uma mudança de paradigmas, compreender e aceitar o outro em suas diferenças, abrir horizontes, desejar e realizar mudanças profundas nas práticas educacionais e de saúde, proporcionando assim um ambiente que favoreça o desenvolvimento físico e emocional da criança. Nesse sentido, o papel do mediador escolar pode ser pensado como de extrema relevância. Paradoxalmente encontra-se ainda pouca literatura sobre essa questão.

Portanto, o principal objetivo neste artigo é poder refletir teoricamente, sob a perspectiva da ética e do cuidado, a respeito de meios e estratégias que viabilizem a inclusão de crianças que necessitam de um acompanhamento mais específico bem como pensar sobre as dificuldades e particularidades que ela implica. A inclusão desses alunos envolve aspectos peculiares, pois são sujeitos que na maioria das vezes, possuem uma condição intelectual semelhante a uma construção incompleta, tendo a lentidão como marca principal no processo de amadurecimento intelectual. Entretanto, a inteligência de crianças com deficiência mental apresenta uma elasticidade ao reagir satisfatoriamente à solicitação

adequada do meio, sendo fundamental uma ação educativa cuidadosa e adequada para que elas possam estruturar condutas que aparecem espontaneamente no desenvolvimento das outras crianças.

O CUIDADO: ASPECTOS GERAIS

Ao buscarmos os sinônimos para o verbo *cuidar* encontramos alguns sentidos bastante interessantes como: tomar conta de, curar, medicar, tutelar, olhar, velar, vigiar, atender, preocupar-se e interessar-se. Para desenvolvermos a temática do cuidado, selecionamos as duas últimas referências: *preocupar-se* e *interessar-se*, pois supomos que o cuidado funciona como uma atitude materna que possibilita o desenvolvimento da existência humana como algo inerente ao sujeito, configurando um sentimento de *fazer sentido* à sua própria vida.

Pode-se afirmar que a atividade de fazer sentido é, na verdade, um processo de “ir fazendo sentido” em que se configura um processo criativo que parte do mais passional e primitivo na experiência humana rumo à articulação e simbolização. “Quando o sentido se cristaliza ou é recebido ou tomado de forma cristalizada, o processo se interrompe e a criatividade se estiola” (Figueiredo, 2012, p. 116). Em virtude dessa experiência de “ir fazendo sentido” existe a ameaça constante de interrupção dessa atividade em que nos deparamos com o não sentido, o real não simbolizado, as forças passionais mais primitivas e até mesmo o traumático em sua dimensão desestruturante.

Para Figueiredo (2012), o processo de *fazer sentido* deve ser entendido como sempre implicando operações de desligamento, separação e recorte e, simultaneamente, as operações de articulação e reunião – *Thânatos* (pulsão de morte) e *Eros* (pulsão de vida). Sendo assim, o sofrimento comparece como um afeto inerente ao *fazer sentido*, já que tanto nas operações de desligamento como nas de ligação certa violência deve ser exercida.

No ligar e desligar criativos há forças que contrariam os sentidos já estabelecidos, os padrões dominantes, deixando o indivíduo entregue temporariamente ao não sentido (obra dos desligamentos) e ao inesperado (obra de ligações novas e inusitadas). A recusa a este sofrimento bloqueia a atividade, obstrui o trânsito, interrompe o processo de fazer sentido,

embora tal interrupção lance e mantenha o sujeito em um estado ainda mais pavoroso, o da dor psíquica em estado bruto, que, eventualmente, nem chega a ser reconhecida como sofrimento mental (Figueiredo, 2012, p. 117).

Assim sendo, os processos e atividades criativas de *fazer sentido* suscitam sofrimento e só podem avançar em condições em que haja atenuação e modulação desse sofrimento e isso, segundo Figueiredo (2012) ocorre somente no plano da cultura. Caso contrário, o sofrimento produzirá estados de terror e de pavor nos quais poderosos mecanismos de defesa irão se instaurar. Com isso, podemos mencionar alguns exemplos de elementos da cultura que buscam amenizar e dar um contorno ao sofrimento excessivo provenientes das operações de desligar e ligar, separar e articular, como os objetos e fenômenos transicionais (Winnicott, 1975). A criação de fenômenos e objetos transicionais depende exclusivamente das relações com os objetos primários, tema que será desenvolvido mais adiante.

Nesse contexto, observamos que práticas de cuidado costumam fazer parte das obrigações e tarefas específicas de todos os profissionais da área da saúde e da educação, bem como, de um modo geral, estão ligadas a todos aqueles que estão na condição de seres humanos que vivem em sociedade. A introdução de um recém-nascido na vida é marcada por inúmeros acontecimentos e rituais que inauguram o *vir-a-ser-humano*. Cada cultura, cada sociedade e cada época possuem múltiplos procedimentos específicos relativos ao cuidado do bebê, porém, apesar de tanta diversidade no que se refere às práticas de cuidar, existem características que parecem universais (Figueiredo, 2012).

Segundo Figueiredo (2012), existem rituais de “salvação” que retiram o recém-nascido das trevas do não-ser para colocá-lo entre os vivos e humanos, como, por exemplo, batizado e circuncisão. Tais ritos de passagem integram e reintegram o indivíduo nos dois planos religiosos: o da horizontalidade (solidariedade com os semelhantes) e o da verticalidade (adoração e obediência ao sagrado ou aos mais elevados valores), que são: Primeira Comunhão, Bat Mitzvah, festas de formatura, aniversários, casamentos e etc. Em todos esses procedimentos observamos que há uma separação: separa-se o sujeito das trevas, da natureza, do profano, da loucura, ou da família de origem, para que se possa dar uma nova ligação. O autor ressalta também que existem outros procedimentos

como os da pediatria que funcionam como dispositivos de cura e de (re)estabelecimento da saúde. Desse modo, observamos que a criança sempre foi alvo de prescrições e interdições voltadas para promover a sua integridade física e mental e seu ingresso e participação na comunidade humana: cuida-se da alma e cuida-se do corpo.

Independentemente das motivações religiosas ou terapêuticas, acreditamos que o sentido mais profundo de todos os costumes de recepção é o de proporcionar ao bebê uma possibilidade de *fazer sentido* de sua vida e das vicissitudes de sua existência ao longo do tempo, do nascimento à morte. “Este ‘fazer sentido’ se dá e é requerido em oposição aos excessos traumáticos da passionalidade primitiva e extrema que uma vida, mesmo a mais simples, comum e pacífica, comporta” (Figueiredo, 2012, p. 134). Logo, fazer sentido significa fazer ligações/erotizar os acontecimentos que ao longo de uma vida evocam e provocam o retorno às experiências da loucura e turbulência caótica emocional. *Eros* teria a função de reunir partículas fragmentadas da substância viva e criar unidades cada vez mais complexas, buscando preservar o organismo vivo e a espécie. Logo, fazer sentido assemelha-se a constituir para o sujeito uma *experiência integrada, uma experiência de integração*. Tais experiências não se concebem se não puderem ser primeiramente exercidas, ensinadas e facilitadas pelos cuidados de que somos alvo (Figueiredo, 2012).

Plastino (2009) nos convida a pensar a relação do cuidado com a morte e com a alteridade. Segundo ele, o cuidado se funda em nossa mortalidade, o homem cuida porque sabe, mesmo que sob formas mais ou menos conscientes ou meramente intuitivas da sua própria finitude. Desse modo, o sujeito possui o conhecimento sobre a sua existência, a sua temporalidade e a sua morte e, por isso, cuida. Entretanto, devemos nos atentar à ideia de que, mesmo antes de ser uma ação, o cuidar caracteriza uma atitude e, na ausência dessa atitude que revela a consideração pelo outro e por suas necessidades, as ações de cuidar perdem sua motivação ética. Portanto, o cuidar está diretamente ligado ao reconhecimento da alteridade, à diminuição do narcisismo e da onipotência.

O ato de cuidar revela sua dimensão ética fundamentada no reconhecimento da alteridade que nos remete à própria etimologia da palavra grega *éthos* da qual deriva ética, que emana dois sentidos:

“morada” e “pátria”. A palavra ética expõe as condições necessárias ao acontecer humano, ou seja, é o que permite a cada sujeito “morar” no mundo inserido numa comunidade (Safra, 2004). Nessa mesma direção podemos concluir que é na relação primordial com o outro que se constitui a condição fundamental para o vir a ser do sujeito e para o desenvolvimento de sua singularidade. Por isso, tanto o reconhecimento mútuo quanto o sentimento de pertencimento a um coletivo são fatores essenciais para o desenvolvimento emocional do sujeito. Para o autor, o outro não é só alteridade, mas também um lugar que possibilita a inserção daquele que nasce na história dos ancestrais e no futuro que virá. Dessa forma, a dimensão histórica é necessária para o acontecer humano. Logo, não se pode abordar a condição humana esquivando-se de pensar o homem em sua historicidade (Safra, 2004, p. 75).

Em um texto intitulado “O sofrimento humano e as fraturas éticas”, Safra (2004) discorre sobre a importância do cuidado materno e as possíveis fraturas éticas que a falta ou o excesso do cuidado da mãe/ambiente com o seu bebê podem acarretar, trazendo à tona consequências traumáticas e formação de comportamentos antissociais e distúrbios narcísicos. Segundo o autor, uma das necessidades fundamentais do sujeito na inauguração do seu éthos é a forma pela qual ele é recebido no mundo pelo outro. Nesse sentido, algumas especificidades nessa recepção podem promover alterações significativas na maneira de ser do bebê, influenciando na sua singularidade e autonomia. Outro importante ponto discutido pelo autor é que na atualidade a mídia nos fornece uma vasta gama de informações por meio de organizações estéticas nas quais a temporalidade se apresenta cada vez mais veloz e mais distante do tempo da corporeidade e da subjetividade humana, contribuindo para inibição do gesto criativo: “A criatividade celebrada pela mídia, na maior parte das vezes, seduz o ser humano com o já estabelecido, com uma imanência sem transcendência, o que leva ao esquecimento de seu gesto, ao esquecimento de si e de suas raízes. A arte e a cultura têm uma possibilidade bastante fecunda de curar o homem contemporâneo por meio de uma ação resistente que abra a memória do éthos humano e de sua ética” (Safra, 2004, p. 140).

Nesse aspecto devemos considerar a impossibilidade da realização de uma vida humana sem a presença de um outro, na medida em que

a construção de sentido da vida só pode se dar na interação com a alteridade desde as origens da construção da subjetividade. O outro tem uma função estruturante nos momentos iniciais da experiência psíquica pelo fato de que é através da sua presença que o circuito pulsional se organiza em relação ao campo de objetividade bem como o circuito do desejo se organiza diante do registro simbólico. Sendo assim, a exclusão da alteridade é sinônimo da exclusão do cuidado, pois não é possível cuidar sem se expor ao outro, como nos diz Plastino (2009):

A desvalorização da alteridade que a perspectiva contemporânea caracteriza tornou-se hegemônica na vida social, sendo necessário assinalar, todavia, a existência de múltiplas e renovadas experiências que resistem a essa dinâmica, contribuindo para aumentar a consciência sobre suas gravíssimas consequências (Plastino, 2009, p. 54).

O psicanalista evidencia que o descaso com as necessidades mais substanciais do outro não se limitou apenas às gerações atuais. A negligência em relação ao outro é algo que podemos encontrar também nas atitudes destrutivas conscientes e intencionais em relação à natureza que revelam os interesses capitalistas de caráter predatório e mortífero em obter lucro. Nesse contexto, analisamos que na atualidade existem diversas práticas que resultam na expansão do individualismo e que contribuem para as inúmeras formas de sofrimentos psíquicos narradas diariamente por nossos analisandos como: solidão, depressão, compulsões e falta de sentido da vida.

Seguindo essa linha de pensamento, consideramos que o surgimento da figura do mediador escolar esbarra com esse campo marcado pelo descuido. Esse profissional surgiu para acompanhar as crianças que necessitavam de auxílio, sendo orientado pelos profissionais que acompanhavam a criança nas terapias de apoio, aliando trocas com a família e a escola. Aos poucos, essa função foi se especializando e ampliando, sendo cada vez mais frequente sua presença em escolas públicas e, principalmente, particulares. O mediador é aquele que busca estabelecer uma relação de respeito e cuidado em relação à criança que pretende acompanhar, o cuidado é um dos princípios básicos do projeto de inclusão escolar, pois o respeito à individualidade e a adaptação do meio às necessidades de cada sujeito são fundamentais para o real caminho da inclusão.

A FUNÇÃO ESTRUTURANTE DO CUIDADO

A contemporaneidade reforça incessantemente a ideia de que o único tempo a ser valorizado é aquele que pode ser convertido em dinheiro. Bittencourt (2005) chama a atenção para um impasse extremamente relevante e comum que habita o psiquismo humano: como podemos encontrar os valores da construção da vida e conciliar a angústia frente à morte no atual contexto marcado pela cultura capitalista de consumo? Diante dessa questão a autora sugere a retomada do ato de pensar o tempo como *Kairós*, que é diferente do tempo objetivo sendo ele o tempo subjetivo da experiência, experimentada como *energia vital espontânea*, sendo também o tempo da experiência compartilhada com o outro, o tempo favorável, oportuno, que cria os significados da vida, como tão bem descreveu Mario Quintana no poema Seiscentos e sessenta e seis (Quintana, 2005, p. 479).

A vida é uns deveres que nós trouxemos para fazer em casa.
 Quando se vê, já são 6 horas: há tempo...
 Quando se vê, já é 6^a-feira...
 Quando se vê, passaram 60 anos...
 Agora, é tarde demais para ser reprovado...
 E se me dessem – um dia – uma outra oportunidade,
 eu nem olhava o relógio
 seguia sempre, sempre em frente...
 E iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas.

Ao resgatarmos a temática do cuidado podemos retomar as dimensões do preocupar-se e do interessar-se; ela, além de conferir uma ocupação, uma atitude, é, sobretudo, uma preocupação, e a palavra preocupação deve ser entendida no sentido de um empenho amoroso. Com os outros sujeitos, o sujeito não apenas se ocupa, mas se preocupa e para eles dirige sua atenção e deles cuida com dedicação e ternura. Logo, pode-se dizer que cuidar com preocupação e delicadeza supõe que aquele que cuida se empenhe para que o outro realize suas possibilidades existenciais e se torne, ele também, *um si mesmo próprio*. Cuidam verdadeiramente as pessoas que não apenas se ocupam, mas se preocupam, com solicitude e desvelo, de quem lhes pede acolhimento e ajuda.

No entanto, até mesmo essa maneira de cuidar com zelo e amor precisa ser bem compreendida e não deve ser feita sob a forma de uma manipulação ou de um controle sustentado e orientado por modelos preestabelecidos. Uma tal maneira manipuladora e sufocante de cuidar não disfarça a vontade de dominação que a sustenta. Por isso, excessos também podem acontecer no exercício do cuidado. Quando invasivo, ele impossibilita que o outro consiga ser ele mesmo e realize suas possibilidades a fim de se tornar um *si mesmo próprio*, isto é um sujeito integrado (Figueiredo, 2012).

Vejamos agora o que a psicanálise freudiana e winnicottiana tem a nos dizer sobre a função estruturante do cuidado na constituição da subjetividade e nas diversas fases de seu desenvolvimento afetivo na dinâmica atual da sociedade que, muitas vezes, confere um lugar ambíguo do cuidado como “serviço” terceirizado. Para nós, a psicanálise ainda pode configurar uma reserva ética na nossa contemporaneidade.

O LUGAR AMBÍGUO DO CUIDADO COMO “SERVIÇO” TERCEIRIZADO

A psicanálise nos ensina que a experiência da precariedade advém não apenas do desamparo promovido pelas exigências impostas pelo campo pulsional que nos constitui, mas também, e sobretudo, pelo esgarçamento do laço social que, criando uma barreira entre o eu e o outro, nos remete à situação de abandono traumático (Kupermann, 2009, p. 185).

Vivemos em uma época efetivamente traumática, promotora de insensibilidade e de achatamento de subjetividades, Kupermann (2009) denomina brilhantemente de *era da insensibilidade* aquela em que nossa capacidade de prestar atenção uns nos outros parece drasticamente reduzida. E a negligência com a vida e sua fragilidade caracteriza a base de uma crise civilizatória de grande porte que aponta para diversas situações de descuido consigo próprio e com o outro. Portanto, recuperar essa capacidade nos parece uma tarefa urgente e preciosa, tanto para os agentes de cuidado, como o mediador escolar, no caso, quanto para todos os humanos.

Nessa perspectiva, podemos dizer que tanto as figuras do psicanalista como a do mediador escolar trazem à tona o exercício do testemunho como uma espécie de apelo ao outro na tentativa de representar o irrepresentável traumático, tarefa inevitável e até mesmo impossível,

uma vez que o trauma é caracterizado justamente pelo caráter *repetitivo, silencioso e indizível*. Entretanto, oferecer ao sujeito uma experiência de integração é uma atitude primordial frente ao sofrimento vivido pelas crianças deficientes e estigmatizadas pela sociedade.

É sabido que a competição entre os indivíduos é algo que denota a supervalorização da eficiência e da *performance* do sujeito contemporâneo frente às demandas sociais: o cuidado passa a ser valorizado como uma técnica a ser consumida, favorecendo assim a desvalorização da alteridade. Dessa forma, a dimensão ética do cuidar vai de encontro à lógica operante na dinâmica econômica, social e política e revela, segundo Plastino (2009) *uma profunda crise que afeta seriamente o futuro da espécie*.

Concomitantemente, podemos observar no cenário contemporâneo inúmeras situações de descuido, a falta de respeito a uma ética da vida e da sua preservação é fortemente evidenciada em situações do nosso cotidiano. A negligência e a ausência de solidariedade entre as pessoas e o descuido do Estado em relação aos seus próprios cidadãos são exemplos dos tempos atuais. Sendo assim, Costa (2009) faz uma importante contribuição para a discussão sobre a falta de cuidado na contemporaneidade, na qual articula o cuidado à preservação da vida. O autor traz à tona a questão da transitoriedade da existência humana e relaciona a tomada de consciência da própria morte com o ato de cuidar.

O cuidado condiz à humanidade do homem, é um ânimo de que todos participam, é a nossa arte contra a morte. Por isso, o homem é e ao mesmo tempo existe num mundo em que desfila os seus paradoxos, a sua ambiguidade igualmente inevitável, as suas insuperáveis contradições. O homem passeia pelo mundo, gozando a duração de sua vida sob a qualidade de artista: um artista cujas artes são todas um zelo pela vida. Com elas ele cuida da sua vitalidade e também da sua vivência, o desejo, talvez insano, de inventar uma felicidade possível, de emprestar, enfim, felicidade e bem-estar a uma vida mortal e que, sendo mortal, sempre já é uma frustração e sempre já nos revela o desagradável, a contradição (Costa, 2009, p. 44).

Freud (1926/1996), em “Inibição, sintoma e angústia”, ressalta que o estado de desamparo (*Hilflosigkeit*), que revela a situação de total incapacidade em que se encontra o recém-nascido de poder ajudar a si mesmo, caracteriza o ser humano desde o seu nascimento e definirá a sua

experiência de vida todas as vezes que o psiquismo tiver que se haver com a ameaça de desintegração traumática provocada pelos excessos pulsionais. Para Freud, o outro tem uma função estruturante principalmente nos primórdios da experiência psíquica, pois é através da sua presença que o circuito pulsional se organiza em relação a um campo de objetividade, assim como o circuito do desejo se organiza diante do registro simbólico.

Freud (1926/1996), ao se debruçar sobre o conceito de *Hilflosigkeit*, levou em consideração tanto a imaturidade biológica quanto a imaturidade psíquica do bebê, aliadas ao fato de o homem ser, quando nasce, o mais desamparado de todos os animais, escreveu: “por isso o valor do objeto único que pode proteger contra os perigos e substituir a vida intrauterina perdida é enormemente elevado [...] e cria a necessidade de ser amado que jamais abandonará o ser humano” (Freud, 1926/1996, p. 293). A partir desse momento, fica claro que o cuidado, enquanto empenho amoroso em resposta à necessidade primordial que toda criança tem de ser amada, deve acompanhar o ser humano por toda a sua vida. Portanto, o cuidado como expressão de solicitude e de dedicação não só permite a existência do recém-nascido, mas assegura ao ser humano sentimento de confiança e de segurança indispensável para enfrentar e superar as dificuldades que não faltarão durante toda a sua existência.

Entretanto, a ameaça de perda de amor do outro proveniente da herança privilegiada das primeiras experiências de satisfação proporcionadas ao sujeito pela presença do outro, se revela através da angústia do abandono que acaba sendo a maior motivação para a direção adotada pelos seus atos (Kupermann, 2009).

Em 1928a, Ferenczi, diante os impasses trazidos por seus analisandos severamente comprometidos em sua competência simbólica e criativa, opera uma reviravolta com seu artigo “A adaptação da família à criança” em que enfatiza o papel do ambiente na constituição da subjetividade da criança em oposição à leitura predominante na psicanálise, que enfatizava sua natureza pulsional e o conseqüente estado de desamparo a que o sujeito está condenado até o fim de seus dias. No ano posterior podemos encontrar em “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”, 1929, a reafirmação da importância do ambiente para o processo de subjetivação da criança. As subjetividades traumatizadas com que o psicanalista se

deparava em seu consultório advinham do fato de terem sido “hóspedes não bem-vindos na família [...] todos os indícios confirmam que essas crianças registraram bem os sinais conscientes e inconscientes de aversão ou de impaciência da mãe, e que sua vontade de viver viu-se desde então quebrada” (Ferenczi, 1929/2011, p. 193). Portanto, o acolhimento necessário à experiência lúdica e criativa não havia sido experimentado pelos sujeitos em questão:

o nascimento é um verdadeiro triunfo, exemplar para toda a vida. Consideremos os fatos em detalhe: a sufocação ameaçadora tem imediatamente fim, pois os pulmões estão a postos e começam a funcionar desde o instante em que cessa a circulação umbilical; o ventrículo esquerdo, inativo até então, entra em função de forma enérgica. A essa ajuda fisiológica cumpre adicionar o instinto dos pais, que os impele a tornar a situação do recém-nascido tão agradável quanto possível; o bebê é deitado no quente, protegido ao máximo das excitações ópticas e acústicas incomodas; eles fazem a criança esquecer efetivamente o que se passou, como se nada tivesse acontecido (Ferenczi, 1928a/2011, p. 5).

Desse modo, Ferenczi, ao descrever o nascimento como um *verdadeiro triunfo* indica não somente a influência dos fatores biológicos de maturação do bebê (tecidos pulmonares, aparelho digestivo, respiratório e etc.) no processo de nascimento, mas assinala também a importância da preparação do ambiente pela família, mais especificamente pelo casal parental, para a chegada e cuidados dedicados ao recém-nascido. Tais medidas de cuidado aliadas à experiência de onipotência proporcionadas pelo ambiente acolhedor configuram o eixo fundamental para que a subjetividade, em seu movimento de expansão, passe a se constituir.

Assim, a hospitalidade apresenta-se como princípio salvaguardado tanto pela psicanálise quanto pela mediação escolar, que pretendem propiciar a emergência de processos de singularização dos sujeitos em questão. Caso a criança ou analisando não encontre essa atitude amável, cordial e atenta no adulto, uma série de atitudes defensivas e resistentes se instalam e o trabalho analítico se vê atravancado. Segundo Ferenczi (1933/2011, p. 114): “Se mantemos uma atitude fria e pedagógica, mesmo na presença de um paciente em opistótonos, quebramos o último vínculo que nos liga a ele”. Através da hospitalidade “permite-se tais

pacientes desfrutar pela primeira vez a irresponsabilidade da infância, o que equivale a introduzir impulsos de vitalidade positivos e razões para se continuar existindo” (Ferenczi, 1933/2011, p. 120).

Nesse sentido, podemos constatar que, tanto na clínica orientada pela ética do cuidado quanto no trabalho de mediação escolar, não é uma dissimetria radical de posições entre aquele que cuida e aquele que é alvo de cuidado. O ponto mais delicado segundo Kupermann (2009, p. 194) “é o encontro de linguagens de interlocução que se dá entre analista e analisando [...] ao conceber que o analista se debruça sobre a criança presente em cada analisando – não apenas através do instrumento interpretativo mas, sobretudo, investindo na qualidade no plano de afetação”. Sendo assim, pensamos que não se trata de falar *da* criança e sim de falar *com* a criança, o que implica na possibilidade de poder construir uma relação que proporciona experimentar, tanto no campo físico quanto no plano psíquico, inúmeros afetos e percepções advindas desse processo.

Portanto, uma das inovações trazidas por Ferenczi é que muitas vezes encontramos no campo psicanalítico duas crianças que, em seu desamparo, falam a mesma língua e constituem uma comunidade de destino e amizade. A partir disso, podemos utilizar essa concepção ferencziana para pensar sobre a relação entre mediador-mediando, na qual duas subjetividades estão em relação e tendo que lidar diariamente com o cotidiano escolar, ambiente que geralmente hostiliza e segrega aqueles que possuem algum tipo de deficiência. Diante de tais adversidades, tanto o mediador quanto o mediando inauguram uma relação não somente marcada pelo desamparo e preconceitos advindos do ambiente em questão, como também vislumbram a construção de um vínculo cuidadoso e amável.

Foi, justamente, o entendimento de que o encontro clínico é definido pelo estabelecimento de uma ressonância empática o que conduziu Ferenczi a buscar uma atuação clínica mais referida ao “coração” do que a “cabeça”. Para o *enfant terrible* da psicanálise, a hipocrisia (recusa dos próprios afetos) do analista é causadora das principais resistências ao trabalho elaborativo (Kupermann, 2009, p. 195).

Para que possamos retomar a temática da função estruturante do cuidado na constituição da subjetividade da criança e nas principais fases do desenvolvimento afetivo não podemos deixar de discutir as

ideias concebidas por Winnicott. Ele não só confirma o que disse Freud, mas inaugura novas dimensões de acessibilidade para uma melhor compreensão da função estruturante do cuidado não só na sua perspectiva teórica, mas, sobretudo, na sua perspectiva clínica.

Winnicott (1962/1983) defende que toda criança, desde o momento em que entra no mundo da vida, tem uma *tendência natural inata* ao amadurecimento e à integração: “A integração está intimamente ligada à função ambiental de segurança” (Winnicott, 1962/1983, p. 60). Todavia, embora essa tendência seja natural, paradoxalmente ela não pode ser realizada naturalmente, pois para isso ela precisa contar com um *ambiente favorável* que forneça os meios indispensáveis para o recém-nascido poder assegurar a sua *continuidade de ser* e se desenvolver como um ser vivo e criativo. Somente quando vê assegurada essa continuidade de ser e, desse modo, pode dar um sentido ao seu existir no mundo, a criança consegue sentir-se como um ser vivo e defrontar-se com as dificuldades e as ameaças da existência, entre as quais as mais duras e difíceis serão, seguramente, aquelas do sem-sentido. Portanto, para Winnicott o processo de integração está diretamente relacionado aos cuidados maternos voltados ao recém-nascido.

Inicialmente, o bebê, que não existe sozinho, forma uma só unidade com a sua mãe, na qual ainda não se diferenciam o eu do não-eu. Winnicott (1945/1978) denominou de “dependência absoluta” essa fase do desenvolvimento na qual o bebê encontra, na “mãe suficientemente boa”, o *ambiente* indispensável para satisfazer as suas necessidades fundamentais, tanto fisiológicas quanto psíquicas, e, assim, garantir a sua continuidade de ser. A mãe, por sua vez, também se encontra em uma situação de total adaptação às necessidades do filho, situação que Winnicott (1956) denominou de “preocupação materna primária”. Nela, a mãe manifesta seu cuidado materno sob a forma de um *holding*, um modo de sustentar que significa muito mais do que uma mera sustentação física, pois tem como finalidade garantir a continuidade de ser do bebê, proporcionando-lhe um sentimento de segurança e de confiabilidade no ambiente, sem o que essa continuidade de ser seria impossível. Aqui não se pode deixar de notar o papel decisivo que, para Winnicott, o cuidado tem na emergência do sujeito. Portanto, é a mãe, enquanto *ambiente facilitador*, que torna

possível ao bebê fazer a sua experiência de vida sem sofrer grandes rupturas e interrupções, para, desse modo, atualizar suas possibilidades e construir gradativamente o seu *si mesmo*, o seu verdadeiro *self*.

Quando encontra no cuidado materno esse ambiente facilitador, o bebê sente-se confiante e pode gradativamente ir lançando mão de seu potencial criativo para começar a fazer a sua descoberta do mundo e dar sentido ao seu existir. Portanto, para Winnicott (1962/1983), é de importância decisiva não só a adaptação do bebê ao ambiente facilitador, mas também a adaptação do ambiente às necessidades e aos gestos criativos do bebê. Por causa do cuidado da mãe suficientemente boa, o bebê poderá vivenciar, no seu imaginário, uma ilusão de onipotência que lhe vem da união com a mãe, que para ele é onipotente, e começa, então, a se sentir capaz de criar seus objetos, primeiro no campo lúdico do brincar e, depois, no mundo da realidade externa.

Entretanto, quando nesse estágio inicial do desenvolvimento acontecem falhas significativas nos cuidados maternos e o ambiente deixa de ser favorável, a continuidade de ser do bebê fica ameaçada pelo perigo daquilo que Winnicott (1962/1983) chamou de *angústias impensáveis*. Os ataques aos quais ele se expõe e submete por falta de um ambiente facilitador provocam traumas e reações excessivas que irão submergi-lo não apenas em um sentimento de frustração difícil de suportar, mas em uma verdadeira *angústia de aniquilamento*. Posteriormente, na fase que Winnicott (1945/1978) denominou de *dependência relativa*, a desadaptação gradual da mãe facilitará o processo de realização referente à aquisição do sentido de realidade. Essa fase também será marcada pela função estruturante do cuidado materno, indispensável para assegurar que a passagem da não-integração para a fase da integração aconteça também sem rupturas traumatizantes, de modo que o bebê possa continuar construindo um sentido de si mesmo em um mundo mais confiável. Se assim não for, no momento em que ele se confrontar com os objetos que lhe serão apresentados pelo objeto subjetivo, essa apresentação será vivida como uma invasão agressiva e, para se defender, ele se fechará numa atitude defensiva de natureza autista que poderá ter consequências desastrosas para o desenvolvimento de sua vida psíquica. Sendo assim, é fundamental pensar que todos esses estágios que compõem o processo do desenvolvimento

afetivo não são assegurados nem garantidos ao bebê em virtude de uma estruturação inata e natural, são o resultado de várias conquistas que só os cuidados de uma mãe suficientemente boa podem assegurar.

Ainda na passagem da dependência absoluta para a dependência relativa, a experiência de ilusão que a criança vive, alimentada pelas fantasias de onipotência, irá se confrontar com a experiência da desilusão, que a gradativa desadaptação da mãe-ambiente e o encontro com o mundo da realidade externa necessariamente provocam. Note-se, porém, que, nessa confrontação, é a fantasia ilusória de onipotência que é destruída e não a própria ilusão ou a capacidade imaginativa da criança, pois elas têm um grande poder criativo (Kupermann, 2009).

Assim sendo, a capacidade criativa da criança vai prosseguir se manifestando na criação dos *objetos transicionais* (Winnicott, 1975), por meio dos quais ela começa a substituir seus objetos subjetivos da fase da dependência absoluta pelos objetos objetivamente percebidos da fase que se dirige rumo à independência. Além do mais, com a passagem do eu para a alteridade, surge, no processo de amadurecimento, uma área intermediária entre o mundo interno e o mundo externo, entre o objeto-subjetivo e o objeto objetivamente percebido, que Winnicott designou como um *espaço potencial*, onde a criatividade da criança vai ser exercida seja no seu brincar solitário, seja no brincar compartilhado, e, depois, no trabalho criativo do adulto, por meio do qual serão enriquecidas as diversas formas simbólicas da nossa cultura: a ciência, a arte, a religião. Para dizê-lo com as palavras do próprio Winnicott (1975, p. 63): “É no brincar e somente no brincar que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o si mesmo, o *self*”.

A partir do que foi dito, pode-se afirmar que, na teoria winnicottiana, o cuidado e, especialmente, o cuidado materno são fatores estruturantes da subjetividade e têm um papel decisivo no desenvolvimento afetivo do ser humano.

Levando em consideração a abordagem trazida por Figueiredo, Plastino e Kupermann, e as reflexões teóricas de Freud, Ferenczi e Winnicott, constatamos diversos ensinamentos sobre a função estruturante do cuidado, tanto na constituição da subjetividade do ser humano quanto

no seu desenvolvimento afetivo. A partir daqui pretendemos refletir sobre as condições que nos permitem fazer da mediação escolar uma verdadeira prática de cuidado. Podemos aqui aproximar a clínica psicanalítica e a prática da mediação escolar, uma vez que tanto o ato de clinicar quanto o de mediar não se reduz a uma mera *ocupação profissional*; clinicar/mediar, para nós, é dedicar-se ao analisando/mediando com preocupação, solicitude e desvelo.

Cada sujeito, na sua singularidade e na particularidade de suas demandas, espera de seu mediador um acolhimento afetuoso e uma dedicação solícita a fim de poder fazer cada vez mais seu o seu modo de ser e de existir, tornando-se, como diria Winnicott, um *self* verdadeiro. A criatividade, por sua vez, depende da competência do ambiente em propiciar a passagem gradativa para a independência a partir da qual a criança transitará em direção a uma contínua e gradual adaptação ao sentido de realidade por meio de um processo evolutivo que passa dos fenômenos transicionais para o brincar isolado, deste para o brincar compartilhado e, finalmente, para o trabalho criativo realizado nas experiências culturais, por meio das quais o homem contribuirá para enriquecer o patrimônio cultural e espiritual da humanidade (Winnicott, 1975).

Essa abertura para a criatividade pela mediação do lúdico que Winnicott destacou na clínica das crianças é válida também para a análise dos adultos, na medida em que se puder contar com a disponibilidade afetiva do analista. Ferenczi (1928b/2011) resume essa disponibilidade com a palavra *Einfühlung*, que, etimologicamente, significa *sentir dentro do outro* e que, geralmente, se traduz por “empatia”. O que o outro pensa, sente e deseja, antes de ser compreendido, precisa ser experimentado. No momento da empatia, o eu coincide momentaneamente com o outro e isso faz da empatia uma fonte de *insight* e dá ao afeto uma dimensão poética, na qual e por meio da qual se pode dizer: “só se conhece bem o que se ama”. Quando se tem empatia, procede-se com mais tato e, mais facilmente, se tem simpatia; e, como disse Ferenczi (1931/2011): *sem simpatia, nenhum tratamento*.

Em contrapartida, a sociedade contemporânea articula-se de forma bem diferente, é recorrente ouvirmos que vivemos um momento de chegada, ou melhor, no limite do nosso processo civilizatório, no qual

atravessamos profundas transformações, tanto em nível micro quanto macrossocial (Maia, 2009). Na experiência diária, podemos observar o esgarçamento de códigos morais e níveis de empobrecimento brutais que apontam para um descuido generalizado. Segundo Maia (2009, p. 358), “o descuido abrange desde as relações das instituições estatais com os cidadãos até as relações afetivas e familiares”. Há um sentimento de exclusão, de pavor do futuro e a sensação de risco eminente que são facilmente identificados nas falas dos sujeitos, sob a sombra do descuido existe um sentimento subjetivo de exclusão que atinge até mesmo os “bem-sucedidos” em nossa cultura. Para Maia (2009), ao considerarmos o consumo como uma marca central e o único bem de valor (afetivo), somos capturados por uma perigosa armadilha e de difícil resolução:

A “felicidade” (euforia) do consumo é instantânea e passageira, e sua “ressaca” é o próprio sentimento de exclusão, já que somos instados a desejar consumir todo o tempo e sempre seremos excluídos das próximas “novidades da estação”. Ao cair nessa armadilha o sujeito se sente irritado como um adicto, procurando na próxima dose o simulacro de felicidade já experimentado (Maia, 2009, p. 358).

A lógica do consumo atinge diretamente os laços sociais, trazendo o descuido para o centro das experiências afetivas, estamos num tempo em que todos reclamam de solidão, mas, contraditoriamente, há uma profunda impossibilidade para a experiência amorosa alteritária – *quero estar com o outro, mas não consigo, quero estar com o outro, mas sem o outro*, pois na lógica do consumo a relação entre duas pessoas se dá pelo uso.

Contudo, podemos observar o crescente processo de terceirização do cuidado: o número de creches, berçários, cursos de especializações para babás, manuais de como cuidar do seu bebê e etc revelam que, no contexto do neoliberalismo, as relações humanas se veem cada vez mais reduzidas aos aspectos econômico-financeiros e nesse âmbito as práticas de cuidado passaram a ser mais um bem a ser consumido, principalmente por parte dos pais extremamente e até desumanamente ocupados com suas profissões.

Podemos observar que, no que diz respeito aos agentes dos cuidados, as defesas patológicas contra as experiências do *não sentido* são incompatíveis com os cuidados exercidos de forma equilibrada e espontânea. Nesse conexo, na ausência de “cuidadores naturais” prolifera a demanda pelos

especialistas, segundo Figueiredo (2012, p. 150): “tudo ficaria resolvido se tais especializações, com seus rituais e procedimentos codificados, habilitassem o sujeito efetivamente para as tarefas de cuidar. Não é o caso. As tarefas de cuidado vão muito além do que se ensina e prescreve”.

Desse modo, Figueiredo (2012, p. 148) afirma que a capacidade de indivíduos, famílias, grupos e instituições como fornecedoras de cuidado parece estar em crise, pois elas mesmas passam por um período de descontinuidade e descrédito: “nem podem oferecer continuidade aos sujeitos, nem fazê-los sonhar”. O psicanalista afirma também que algumas situações comprovaram as falhas nos dispositivos de recolhimento e reconhecimento possíveis, tais como: a proliferação de ideologias e partidos totalitários em meados do século passado e a luta feroz e competitiva por reconhecimento na sociedade neoliberal. Portanto, uma sociedade marcada pela competição e pelo culto à imagem revela, pelo avesso, as graves deficiências em mecanismos sociais de reconhecimento dos indivíduos e suas singularidades.

Os fenômenos do totalitarismo, por seu turno, trazem à tona a intensa demanda de inclusão em ambientes e objetos capazes de sustentação e continência. Na mesma direção, o ressurgimento e expansão do fanatismo nos fundamentalismos religiosos, parecem corresponder, no plano macrosocial, às irrupções da reparação maníaca: trata-se de incluir a todo custo, doa a quem doer – se preciso for, com o uso da força e da tortura. É justamente a massa de indivíduos avulsos e desamparados a que mais se sente atraída pelas promessas de englobamento absoluto proferidas pelos partidos totalitários e pelos líderes religiosos (Figueiredo, 2012, p. 149).

É preciso, por outro lado, estar atento ao exagero das funções de cuidado, isso é, os exageros das chamadas à vida, às falas e à ordem podem contribuir para a produção de subjetividades cronicamente traumatizadas e defendidas. Por outro lado, a nossa tão cara presença reservada pode facilmente se converter em distância afetiva e indiferença. Os fenômenos sociais e políticos do totalitarismo podem ter também uma função defensiva contra o trauma e contra a indiferença, bem como pode ter a mesma função subjetiva o narcisismo exacerbado que se encontra nessa mescla de competitividade e representação, evidente no ambiente narcisista liberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo ficaram três coisas...
 A certeza de que estamos começando...
 A certeza de que é preciso continuar...
 A certeza de que podemos ser interrompidos
 antes de terminar...
 Fazamos da interrupção um caminho novo...
 Da quedam um passo de dança...
 Do medo, uma escada...
 Do sonho, uma ponte...
 Da procura, um encontro!

(Sabino, 1923/1981, p. 200)

Diante tudo que foi discutido observamos que a nossa capacidade de prestar atenção uns nos outros, parece drasticamente reduzida; assim, recuperar essa capacidade parece uma tarefa urgente e preciosa, tanto para os agentes de cuidado quanto para todos os seres humanos. Acreditamos que essa seja a única maneira de dar à vida que levamos e ao mundo em que vivemos sentido e valor.

Logo, falar de cuidado não significa falar de seu lugar institucionalizado, o cuidado precisa ser pensado como uma ação que se expressa na experiência de existir-com-o-outro mediante a existência de um campo de afetação que se abre sempre à possibilidade de uma reinauguração subjetiva, propiciando uma reapropriação dos modos fundamentais de subjetivação. Portanto, para criar sujeitos como pessoas integradas é preciso que haja uma delicada rede que implica o eu e os outros, sendo estes interligados pelo cuidado.

Apesar de vivermos imersos nas práticas e nos discursos que se referem à questão da inclusão escolar, observamos que ainda é preciso buscar não somente balizas teóricas como também arcabouços que possam legitimar e garantir a função do mediador escolar em todas as instituições educacionais, públicas e privadas. As características da instituição escolar em nossa sociedade se relacionam a um ideal meritocrático, privatizante, competitivo e segregatório que impede o acesso pleno ao segmento populacional das pessoas com deficiências. Apesar de ter acesso ao ensino regular garantido por lei, constatamos que o caminho para a

inclusão dessas crianças ainda é longo e arduo. Portanto, é um desafio permanente, temos que continuar lançando questões a nós mesmos, para que uma educação de qualidade seja a meta da educação em geral.

Temos o dever de pensar a experiência de viver o coletivo e de ter nossas condutas dirigidas de forma mais coerente com a noção de direito, nesse caso, à educação para todos. Estar aberto ao outro não é uma tarefa fácil, pois quanto mais festejamos a diferença no Brasil, tomada como sinônimo de diversidade e de identidade, mais trilhamos o caminho inverso àquilo que seria estar disposto ao outro, a sua presença, à alteridade, estabelecendo assim, a ordem da segregação e da exclusão.

REFERÊNCIAS

- Bittencourt, M. I. (2005). Reflexões sobre o tempo: instrumentos para uma viagem pelo ciclo vital. *Psychê, LX(15)*, 93-104. Universidade São Marcos, São Paulo.
- Costa, A. (2009). A fábula de Higino em Ser e tempo: das relações entre cuidado, mortalidade e angústia. In Maia, M. S. (Org.), *Por uma ética do cuidado* (p. 29-51). Rio de Janeiro: Garamond.
- Ferenczi, S. (2011). A adaptação da família à criança. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1928a)
- Ferenczi, S. (2011). Elasticidade da técnica psicanalítica. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1928b)
- Ferenczi, S. (2011). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1929)
- Ferenczi, S. (2011). Análises de crianças com adultos. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1931)
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1933)
- Figueiredo, L. C. (2012). *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Freud, S. (1996). Inibição, sintoma e angústia. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1926)
- Goffman, E. (2013). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Kupermann, D. (2009). Figuras do cuidado na contemporaneidade: testemunho, hospitalidade e empatia. In Maia, M. S. (Org.), *Por uma ética do cuidado* (p. 185- 204). Rio de Janeiro: Garamond.
- Maia, M. S. (2009). Crianças no porão: descuido, violência psíquica e cuidado. In Maia, M. S. (Org.), *Por uma ética do cuidado* (p. 357-379). Rio de Janeiro: Garamond.

- Plastino, C. A. (2009). A dimensão constitutiva do cuidar. In Maia, M. S. (Org.), *Por uma ética do cuidado* (p. 53-87). Rio de Janeiro: Garamond.
- Quintana, M. (2005). *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Sabino, F. (1923/1981). *O encontro marcado*. Rio de Janeiro, Record, 34ª ed.
- Safra, G. (2004). *A po-ética na clínica contemporânea*. Aparecida, SP: Ideias e Letras.
- Winnicott, D. W. (1956). A preocupação materna primária. In: *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1978). Desenvolvimento emocional primitivo. In Winnicott, D. W. [Autor], *Textos selecionados da pediatria à psicanálise*. Tradução de Jane Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Original publicado em 1945)
- Winnicott, D. W. (1983). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In Winnicott, D. W. [Autor], *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1962)

Recebido em 10/10/2015

Aprovado em 01/02/2016

HACIA UNA TEORÍA ANTIVITAL, ANTIHOMEOSTÁTICA Y ANTIADAPTATIVA DE LA VIDA EN FREUD: EL TRABAJO DEL CONCEPTO DE PULSIÓN

*Alejandro Bilbao**
*Felipe Henríquez Ruz***

RESUMEN

Situado en el examen del concepto de *pulsión* [*Trieb*], piedra angular de la arquitectura teórica del psicoanálisis, el presente artículo pretende destacar dos grandes líneas de análisis: en primer lugar, mostrar el conjunto de los aspectos filosóficos y ontológicos que el concepto moviliza en su reflexión sobre los dinamismos y los sentidos de la vida humana; y, en segundo lugar, evidenciar la subversión que el concepto establece en el seno de los postulados mayores del pensamiento científico, filosófico y médico del siglo XIX, al introducir una concepción general de la vida como un acontecer esencialmente antivital, antihomeostático y antiadaptativo, en el cual las tendencias a la muerte, a la degradación y a la inercia forman parte de su patrimonio más arcaico e inmanente.

Palabras clave: teoría de las pulsiones; filosofía del concepto; teoría de la vida; vida; muerte.

* Universidad Andres Bello. Programa de Doctorado en Psicoanálisis, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Fernández Concha 700, Las Condes, Santiago, Chile. bilbao1231@hotmail.com. Psicólogo, Psicoanalista. Docteur en Psychopathologie Fondamentale et Psychanalyse, Université Paris Diderot – Paris 7. Director Programa de Doctorado en Psicoanálisis, Universidad Andrés Bello.

** Universidad Andres Bello. Programa de Doctorado en Psicoanálisis, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Fernández Concha 700, Las Condes, Santiago, Chile. felipe.henriquez.ruz@gmail.com. Psicólogo, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. Doctor © en Psicoanálisis, Universidad Andrés Bello.

VERS UNE THÉORIE ANTIVITALE, ANTIHOMÉOSTATIQUE ET ANTIADAPTATIVE DE LA VIE CHEZ FREUD: LE TRAVAIL DU CONCEPT DE PULSION

RÉSUMÉ

Placé dans l'examen du concept de pulsion [Trieb], soubassement angulaire de l'architecture théorique de la psychanalyse, cet article prétend souligner deux grandes lignes d'analyse: premièrement, montrer l'ensemble des aspects philosophiques et ontologiques que le concept mobilise dans sa réflexion sur les dynamismes et les sens de la vie humaine; et, deuxièmement, avérer la subversion que le concept établit au sein des postulats majeures de la pensée scientifique, philosophique et médicale du XIXe siècle, de la sorte d'y introduire une conception générale sur la vie en tant que avènement essentiellement antivital, antihoméostatique et antiadaptatif, dans lequel les tendances envers la mort, la dégradation et l'inertie font partie de son patrimoine le plus archaïque e immanent.

Mots clés: théorie des pulsions; philosophie du concept; théorie de la vie; vie; mort.

τῷ τόξῳ ὄνομα βίος· ἔργον δὲ θάνατος.

“Para el arco, el nombre es vida; pero su obra es la muerte”.

Héraclite (1986/1998). Fr. 124 (48), in *Fragments*,

Paris: Presses Universitaires de France, p. 423.

I. INTRODUCCIÓN

Teatro de creación incesante, escenario de transformaciones continuas y obra permanente de destrucción y de muerte, la *vida* encierra en sí misma el enigma más arcaico para la actividad humana del pensar. La pregunta “¿Qué es la vida?” constituye el problema ontológico y filosófico por antonomasia, problema a propósito del cual no puede forjarse representación exacta, unívoca y totalizante alguna, puesto que tratándose de la vida, es decir, de “la forma y el poder de lo viviente” (Canguilhem, 1966a, p. 193), toda certitud se vuelve espuria, engañosa. Ahora bien, pese al obstáculo que la vida opone al trabajo del pensar, el viviente humano no ha retrocedido – ni puede hacerlo – en sus empeños por conceptualizarla,

puesto que esa opacidad que funda lo viviente es, al mismo tiempo, el genuino motor de la construcción de sus representaciones. Es en este sentido en el que ha de ser interpretada la siguiente advertencia epistemológica de Georges Canguilhem (1955), dirigida a los interesados en abordar los problemas relativos a la intelección de la naturaleza, principios rectores y sentidos de la vida: “Podemos admitir que la vida desconcierta la lógica, sin creer por eso que nos arreglaremos mejor con ella renunciando a formar conceptos” (Canguilhem, 1955, p. 1). Dicho de otro modo, a pesar de que la vida desbarate la lógica, y a pesar de que desborde y desconcierte al pensamiento, conceptualizar sigue siendo, hasta hoy, el único modo de aprehender la vida. De la misma idea era Michel Foucault (1985), quien escribió: “Formar conceptos es una manera de vivir y no de matar la vida; es una forma de vivir en una relativa movilidad, y no un intento de inmovilizar la vida” (Foucault, 1985, p. 13). Formar conceptos es, pues, el modo de vivir y el modo de existir del viviente humano, y es justamente el concepto como trabajo ficcional el que ha de permitir el acceso “de un viviente singular, el hombre, consciencia de la vida” (Canguilhem, 1966a, p. 193), al conocimiento de la vida.

II. LA VIDA COMO UNA CUESTIÓN CIENTÍFICA EN LAS CIENCIAS DEL SIGLO XIX: FISIOLÓGÍA, MÉTODO EXPERIMENTAL Y DOGMA DE CONSERVACIÓN

En 1974, en un artículo redactado bajo el título “Vie” (1974/1998), Georges Canguilhem señala que tras los fracasos e insuficiencias tanto del método naturalista y del animismo aristotélicos como del racionalismo mecanicista de Descartes para dar cuenta de la naturaleza y de los principios rectores u organizadores de la vida de lo viviente, el siglo XIX trajo aparejados significativos cambios en lo que concierne al abordaje de la noción de *vida*. En efecto, la pregunta “¿*Qué es la vida?*” fue purgada y exorcizada del espectro de la metafísica y de la teología, para adquirir, sin solución de continuidad en relación a la concepción de la vida como *organización* y *organismo* del siglo precedente, el estatuto de una cuestión eminentemente científica (Canguilhem, 1974/1998, p. 4). De esta

manera, y bajo la influencia preponderante de las tesis fisiopatológicas y nosológicas de Broussais (Canguilhem, 1966b/2005, pp. 25 y sigs.), la vida se convirtió, por una parte, en el objeto de estudio de la fisiología y del método experimental – nuevos paradigmas de investigación de lo viviente que veían en la cuantificación o mensuración de los conceptos fisiológicos, una fértil vía de acceso al conocimiento de la vida –, y, por la otra, en un problema susceptible de ser traducido al lenguaje de las ciencias médicas en términos de una interrogación relativa a la naturaleza de lo normal y de lo patológico, de la salud y de la enfermedad. Es en este contexto en el que, según Canguilhem (1966b/2005), cobraron una importancia decisiva los trabajos teóricos de Auguste Comte, y los experimentales de Claude Bernard, quienes desempeñaron el papel de verdaderos portaestandartes de una tesis ampliamente difundida durante el siglo XIX: “Se trata de la tesis según la cual los fenómenos patológicos son idénticos a los fenómenos normales respectivos, salvo por determinadas variaciones cuantitativas” (Canguilhem, 1966b/2005, p. 13). Pues bien, a la luz de esta tesis, “lejos de generar novedades devastadoras para lo normal” (Le Blanc, 1998/2004, p. 32), lejos de constituir una suerte de “orden fisiológico nuevo” (Leriche, 1936, citado por Canguilhem, 1966b/2005, p. 67) que “nos revela funciones normales en el preciso momento en que nos impide ejercerlas” (Canguilhem, 1966b/2005, p. 71), las enfermedades fueron convertidas en una mera prolongación, cuantitativamente variada, es decir, aumentada o disminuida, de los respectivos fenómenos fisiológicos, y concebidas como una suerte de “excrecencia” que debía ser inmediatamente extirpada del organismo viviente. De modo que, en el marco epistemológico general del conocimiento científico o fisiológico de la vida, el valor de los fenómenos mórbidos quedaba reducido y limitado al esclarecimiento de las leyes de lo normal: “En consecuencia, la enfermedad sólo es un subvalor destinado a esclarecer el valor de la salud más que un valor autónomo, negativo, que pone de manifiesto la negatividad en la vida” (Le Blanc, 1998/2004, p. 31).

Ahora bien, esta anulación de la enfermedad como una realidad en sí misma, esta negación del acontecimiento mórbido como un valor negativo que permite al viviente humano interrogar los resortes ordinarios de la vida, no fue un producto del azar; ella fue el resultado de la operación implícita de un dogma fuertemente instalado en el pensamiento de los

científicos, médicos y filósofos del siglo XIX, que postulaba que toda anormalidad de la vida puede ser restituida a su normalidad anterior, que toda enfermedad puede ser recuperada, que todo equilibrio homeostático es un estado que, tras ser perturbado, puede ser nuevamente restaurado. Se trata, en otras palabras, de un “dogma de conservación” (Le Blanc, 1998/2004, p. 46) articulado por la creencia irrestricta tanto en la posibilidad de restaurar lo normal como en el predominio de la salud por sobre la enfermedad, y determinado, en última instancia, por “la optimista convicción racionalista de que no hay una realidad del mal” (Canguilhem, 1966b/2005, p. 73), convicción que dio forma a “*l’esprit du temps*” del siglo XIX, sobre todo en lo tocante a las ciencias de la vida y a la medicina. “El rechazo de una concepción ontológica de la enfermedad, corolario negativo de la afirmación de identidad cuantitativa entre lo normal y lo patológico, es quizás ante todo el rechazo más profundo a reconocer el mal.” (Canguilhem, 1966b/2005, p. 74). Pues bien, fue precisamente en virtud de este rechazo radical, científicamente fundado, frente a toda representación del mal como inmanente a la vida, que las interrogaciones relativas a su naturaleza, a sus principios rectores y sus sentidos posibles fueron abordadas por los científicos, médicos y filósofos del siglo XIX a la luz de las nociones de *salud*, *autoconservación*, *homeostasis* y *adaptación* de los organismos vivos, categorías del pensar que dieron nacimiento a una genuina *teoría de la vida como conservación*.

III. UNA TEORÍA DE LA VIDA EN EL PENSAMIENTO CIENTÍFICO, MÉDICO Y FILOSÓFICO DEL SIGLO XIX: EL PREDOMINIO DEL PRINCIPIO DE AUTOCONSERVACIÓN DE LO VIVIENTE

“La vida es *autoconservación* del ser vivo y, como tal, *oposición* a la muerte y a la degradación”: tal podría ser, quizás, la versión aforística de la respuesta que desde fines del siglo XVIII y durante gran parte del siglo XIX se dio a la pregunta “¿*Qué es la vida?*”. En esta representación de la vida del siglo XIX, la muerte ocupaba un lugar crucial; sin embargo, se trataba de un lugar muy particular, situado en las antípodas del acontecer

vital, desde el cual la muerte era figurada no sólo como cesación de toda actividad orgánica, sino también, y por sobre todo, como un destino enérgicamente evitado y resistido por la vida, sus funciones y dinamismos, y, por esta misma razón, radicalmente opuesto a la vida “como lo interno a lo externo” (Poissonnier, 1998/1999, p. 19). Tal era el antagonismo entre las nociones de vida y muerte, que Claude Bernard (1878/1885, p. 30) escribió: “La vida es lo contrario de la muerte”, definición común en enciclopedias y diccionarios, no exenta de cierta ingenuidad en su formulación – es cierto –, pero precisa en su esencia para definir los contornos del paradigma que durante los siglos XVIII y XIX dominara la investigación científica y filosófica relativa a la naturaleza de la vida.

Un ejemplo célebre de esta concepción de la vida como radicalmente opuesta y contraria a la muerte, lo constituye la teoría del médico alemán Georg Ernst Stahl (1660-1734), quien consideró, en su *Theoria medica vera* (1708), que “Los cuerpos vivientes son cuerpos compuestos, constantemente en peligro de una rápida disolución y de una fácil corrupción, y a pesar de ello dotados de una disposición contraria y opuesta a la corrupción” (Canguilhem, 1974/1998, p. 2). Para Stahl, aquello que permitía dar cuenta de la naturaleza de la vida era justamente la evidencia médica del *principio de autoconservación de lo viviente*, es decir, la existencia, en el interior de las individualidades biológicas, de una resistencia o de un poder tendiente a evitar su descomposición y degradación, o, inversamente, de una fuerza propulsora de la conservación de su existencia. Es por esta razón que Stahl definía la vida como “poder de suspender temporalmente un destino de corruptibilidad” (Canguilhem, 1974/1998, p. 2), vale decir, como poder de oposición y de lucha frente a la muerte y la degradación.

En total continuidad con las ideas de Stahl, se halla la concepción del cirujano y anatómo-patólogo francés Xavier Bichat (1771-1802), quien comenzó sus *Recherches physiologiques sur la vie et la mort* (1800/1822, p. 2) con la célebre fórmula “La vida es el conjunto de funciones que resisten a la muerte”, que ejerciera una gran influencia sobre el pensamiento médico, científico y filosófico del siglo XIX al poner de relieve la radicalidad del antagonismo existente entre las nociones de *vida* y *muerte*. En el capítulo VIII de *El nacimiento de la clínica* (1953/2001), Michel

Foucault delineaba de esta manera los contornos del estatuto particular que la noción de *muerte* posee dentro del pensamiento de Bichat: “[La muerte] es a lo que se *opone* la vida y a lo que se *expone*; es aquello por relación a lo cual ella es viva *oposición*, por lo tanto *vida*; aquello con relación a lo cual ella está analíticamente *expuesta*, por lo tanto *verdad*” (Foucault, 1953/2001, p. 206).

Según Bichat, la principal fuente de amenazas a la vida – pero, ciertamente, no la única, puesto que en el organismo viviente existen modificaciones espontáneas y necesarias que también son capaces de conducirlo a la muerte – la constituye el medio ambiente o medio exterior, en el cual “se expresan leyes indiferentes a las exigencias propias de lo viviente” (Canguilhem, 1974/1998, p. 2). En este sentido, la muerte era concebida por Bichat como una suerte de *accidente* (Poissonnier, 1998/1999, p. 19) que sobreviene como consecuencia de una imperfecta lucha entre las fuerzas hiperpotentes que rigen el mundo exterior y las fuerzas vitales que determinan la autoconservación de todo lo vivo.

[Stahl y Bichat] admitían en el organismo viviente dos fuerzas actuantes en sentido contrario: una para conservarlo, otra para destruirlo. Para Stahl, una era el principio conservador que preservaba al cuerpo de la putrefacción; para Bichat, el principio conservador era la fuerza vital que resistía a la muerte o a una fuerza mortal que actúa constantemente alrededor de nosotros en el medio ambiente (Bernard, 1877, p. 360).

Auguste Comte y Claude Bernard tomaron contacto con las ideas de Bichat a través de sus maestros, F.-J.-V. Broussais y François Magendie, respectivamente (Canguilhem, 1966b/2005). Así, mientras Comte, por su parte, estaba “tan intuitivamente convencido como Bichat de que la vida es una lucha contra la muerte” (Canguilhem, 1968 [1958]/2009, p. 85), Bernard, por la suya, no sólo denunciaba la caducidad de las ideas de Bichat, sino que también rechazaba de él el hecho de que en su pensamiento el dualismo vida/muerte hubiera tomado la expresión de una oposición, de un antagonismo. En efecto, mientras “El dualismo de Bichat es un dualismo de fuerzas en lucha, agonístico e incluso maniqueo desde el punto de vista de la vida.” (Canguilhem, 1968 [1965]/2009, p. 168), la dualidad de Bernard no sólo *no excluye* la posibilidad de que entre la vida y la muerte

exista “la unión y el encadenamiento” (Canguilhem, 1968 [1965]/2009, p. 168), sino que establece, además, la exigencia epistemológica de que es preciso reconocer entre los fenómenos que soportan la vida y aquellos que la conducen a la muerte, la continuidad y la armonía:

Estas ideas de lucha entre dos agentes opuestos, de antagonismo entre la vida y la muerte, la salud y la enfermedad, la naturaleza bruta y la naturaleza animada, han cumplido ya su ciclo. Es necesario reconocer en todas partes la continuidad de los fenómenos, su graduación insensible y su armonía (Bernard, 1876, p. 394).

Ahora bien, es preciso señalar que esta anulación de la oposición entre las nociones de *vida* y *muerte* operada por Claude Bernard, resulta tan oscura, profunda y compleja como su propio pensamiento. De hecho, tal como nos informa Georges Canguilhem (1966a, p. 213-214; 1974/1998, p. 4), la teoría bernardiana de la vida consiste en dar una explicación cuyos ejes son dos fórmulas deliberadamente contrastadas: por una parte, “la vida, es la creación” (Bernard, 1865, p. 161), que parece derivarse del reconocimiento del hecho de que en el quimismo de los seres vivientes opera un fragmento de creación inabordable, esencialmente irreductible a las leyes físico-químicas, que es preciso denominar *la originalidad de lo viviente*; y, por la otra, “la vida es la muerte” (Bernard, 1878 [1875]/1885, p. 41), fórmula con la que admite que “toda manifestación de un fenómeno en el ser viviente está necesariamente ligada a una destrucción orgánica”, y que “La existencia de todos los seres, animales o vegetales, se sostiene por estos dos órdenes de actos necesarios e inseparables: la *organización* y la *desorganización*.” (Bernard, 1878 [1875]/1885, p. 41). Es importante advertir, empero, que esta última sentencia, “la vida es la muerte”, que parece encarnar en el orden fisiológico la misma deriva negativa que luego pondrá de relieve el concepto freudiano de *pulsión de muerte*, fue rápidamente puesta en entredicho por el propio Bernard en sus *Leçons sur le diabète et la glycogénèse animale* (1877), obra en la que dio expresión a la tesis de que el organismo viviente tiende naturalmente a su autoconservación y a la restauración de sus equilibrios fisiológicos, incluso cuando una enfermedad amenaza con conducirlo ineluctablemente hacia su degradación.

Un autor ha definido la enfermedad “una función que conduce a la muerte”, por oposición a una función normal que conserva la vida. No necesito decir que esta definición de la enfermedad me parece una pura fantasía. Todas las funciones tienen por objeto la conservación de la vida y tienden constantemente a restablecer el estado fisiológico cuando éste es perturbado. Esta tendencia se mantiene en todos los estados mórbidos, y es ella la que constituía ya para Hipócrates la fuerza medicadora de la naturaleza (Bernard, 1877, p. 56-57).

Así, tras una aparente y breve vacilación en la obra de Bernard, el *dogma de conservación* que prevaleciera en las ciencias, en la medicina y en la filosofía del siglo XIX a través de la tesis que identificaba lo normal y lo patológico, volvió para reclamar su lugar y su imperio dentro de una *teoría de la vida*, esta vez bajo una versión positivista y científicista de la vieja idea hipocrática de la fuerza medicadora de la naturaleza.

IV. DEL TRABAJO DEL CONCEPTO DE PULSIÓN A LA SUBVERSIÓN DEL DOGMA DE CONSERVACIÓN DEL SIGLO XIX: ELEMENTOS PARA UNA TEORÍA DE LA VIDA EN LA DOCTRINA PULSIONAL DE FREUD

Freud subvirtió y desbarató radicalmente las categorías que la ciencia, la filosofía y la medicina del siglo XIX construyeron para inteligir qué es la vida. La piedra angular de esta subversión no es otra que el concepto-institución de *pulsión*, sobre todo a partir de las reflexiones inauguradas en 1920 con la teoría del segundo dualismo pulsional. Sólo a partir de este concepto fundamental se vuelve posible pensar algo así como una “teoría de la vida” en la metapsicología freudiana. Pero la pregunta “¿*Qué es la vida?*”, que en el siglo XIX se multiplicaba rápidamente en artículos de diccionarios y en enciclopedias científicas y filosóficas (Canguilhem, 1974/1998, p. 1), ocupaba un lugar más bien marginal o secundario dentro de las originarias preocupaciones de Freud, relativas siempre a la naturaleza de la vida anímica. Así lo atestigua, al menos, el siguiente fragmento de una carta que enviara a su amigo Wilhelm Fließ, el 22 de diciembre de 1897: “Si ahora existen dos personas, una de las cuales puede decir qué es la vida, y la otra (aproximadamente) qué es el alma, y las dos además mantienen

cordialísimas relaciones, no es sino justo que ambas se vean y hablen más a menudo” (Freud, 1986 [22.XII.1897]/2008, “Carta 151”, p. 312).

De estas puntualizaciones es posible desprender, por un lado, que en el pensamiento de Freud no existe una teoría de la vida en “estado puro”, con elementos bien delimitados y organizados, y, por el otro, que para hablar dicha teoría es preciso *construirla*. Ahora bien, este proceso de edificación que ha de llevarnos de la pulsión [*Trieb*] a la vida, requiere de una actividad propiamente filosófica que Georges Canguilhem (1968 [1963]/2009, p. 218) definió de manera magistral bajo la noción de *trabajo*:

trabajar un concepto significa hacer variar su extensión y comprensión, generalizarlo mediante la incorporación de rasgos de excepción, trasladarlo fuera de su región de origen, tomarlo como modelo o, a la inversa, buscarle un modelo; en síntesis, conferirle gradualmente, en virtud de transformaciones reguladas, la función de una forma (Canguilhem, 1968 [1963]/2009, p. 218).

Pues bien, apropiándonos de esta definición de Canguilhem, intentaremos, por una parte, trasladar el concepto de pulsión [*Trieb*] fuera de su región de origen – la metapsicología y el registro económico –, para emplazarlo en el campo de la historia científica, médica y filosófica de la noción de vida del siglo XIX, todo ello con la finalidad de aprehender allí su dimensión más original; y, por la otra, conferirle gradualmente, en virtud de transformaciones reguladas, la función de una forma, es decir, de un entendimiento particular de lo viviente – o, mejor dicho, de una *lógica de lo viviente* – capaz de subvertir el dogma de conservación del siglo XIX, y de hacer de la metapsicología de Freud “un método fecundo para definir una individualidad biológica” (Ferté, Jacquard, & Vermeren, 2013, p. 9). Procedamos, entonces, a exponer los elementos centrales de nuestra teoría freudiana de la vida.

Lejos de lo que podría pensarse, la subversión freudiana de la concepción de la vida del siglo XIX no comenzó en 1920 con “Más allá del principio de placer” y el inicio del período filosófico-especulativo del pensamiento de Freud, sino casi 25 años antes con la redacción inconclusa del célebre “Proyecto de psicología” (1950 [1895]/1986). En dicho escrito, y bajo el ideario que recubre el “principio de la inercia neuronal” (Freud, 1950

[1895]/1986, p. 340), Freud formuló por vez primera la idea de que la vida psíquica no tiende sino a deshacerse o a desembarazarse del régimen de excitación intrasomática que justamente posibilita su mantenimiento y autoconservación. Es, pues, desde este texto temprano del *corpus* freudiano desde donde podría desprenderse la primera concepción general de la vida como un bregar acéfalo que no persigue su propia autoconservación o el aumento de las tensiones psicosomáticas, sino, por el contrario, la extinción de todo dinamismo, es decir, el reposo que sólo ofrece el mundo de lo inanimado. Otros momentos de relevancia dentro de esta *lógica freudiana de lo viviente* podrían ser fechados en 1905, con “Tres ensayos de teoría sexual” (1905/1978), obra en la que Freud analiza la subversión que la pulsión sexual establece respecto de la concepción instintiva o “popular” de la sexualidad humana; en 1910, con “La perturbación psicógena de la visión según el psicoanálisis” (1910/1986), artículo en el que Freud formula la existencia de una oposición radical en el interior del viviente humano, entre las pulsiones sexuales y las yoicas (de autoconservación), formulación conocida también como teoría del “primer dualismo pulsional”; y en 1915, con “Pulsiones y destinos de pulsión” (1915/1984), escrito que muestra, por un lado, la imposibilidad de reducir los dinamismos pulsionales a las regularidades del orden fisiológico, y, por el otro, la captura y el empuje [*Drang*] incoercible que las pulsiones determinan en la vida de todo viviente humano.

No obstante estos insoslayables antecedentes, es precisamente en “Más allá del principio de placer” (1920/1984) en donde estas tempranas preocupaciones de Freud relativas a la naturaleza de la vida pulsional se cristalizan en una interrogación sobre la naturaleza y los sentidos que la vida humana edifica en sus íntimas relaciones con la muerte, la inercia y la degradación. Es en esta obra capital en donde Freud llevó a cabo la segunda y última gran reforma estructural en la arquitectura teórica de su doctrina de las pulsiones, cuyo corolario fue la formulación del dualismo entre las *pulsiones de vida* o *Eros* y las *pulsiones de muerte*. Ciertamente, el motivo más profundo para esta reforma fue la apreciación de conjunto, por parte de Freud, de una serie de fenómenos clínicos y metapsicológicos – entre ellos, la sustitución del principio de placer por el principio de realidad, las perturbaciones de la vida onírica en las neurosis

traumáticas, el juego infantil (Fort-Da), los casos de “compulsión de destino”, y los fenómenos anímicos del masoquismo y de la reacción terapéutica negativa – que parecían ser irreductibles a las exigencias del principio de placer, puesto que no hacían otra cosa que conducir una y otra vez al viviente humano, a la reproducción y a la reedición incesante del *displacer*, del dolor y del sufrimiento. Pues bien, a partir de la observación atenta de estas experiencias que “no contienen posibilidad alguna de placer” (Freud, 1920/1984, p. 20), Freud elaboró los supuestos de que “en la vida anímica existe realmente una compulsión de repetición que se instaura más allá del principio de placer.” (Freud, 1920/1984, p. 22), y de que esa compulsión es de una naturaleza “más originaria, más elemental, más pulsional que el principio de placer que ella destrona.” (Freud, 1920/1984, p. 23).

Fue precisamente el descubrimiento de esta dimensión maldita y demoníaca del acaecer anímico lo que puso a Freud sobre la pista de un carácter universal de la dinámica de la vida pulsional, generalizable y extrapolable, según él, a la totalidad de los dinamismos de la vida orgánica, de la *βίος*: se trata de su carácter radicalmente *conservador* y esencialmente *regrediente*. Desde este punto de vista, las exteriorizaciones más diversas de los organismos vivientes – desde lo animal a lo vegetal, desde lo psíquico a lo somático, y desde lo ontogenético a lo filogenético – no han de ser concebidas sino como un esfuerzo, inherente a lo vivo, por reproducir un estado anterior, vale decir, como una fuerza o empuje ciego y acéfalo por volver a estadios inferiores del desarrollo y de la evolución, transformando las funciones y estructuras orgánicas complejas en formas menos organizadas y diferenciadas. “Una pulsión sería entonces un esfuerzo, inherente a lo orgánico vivo, de reproducción de un estado anterior que lo vivo debió resignar bajo el influjo de fuerzas perturbadoras externas; sería una suerte de elasticidad orgánica o, si se quiere, la exteriorización de la inercia en la vida orgánica” (Freud, 1920/1984, p. 36).

Esta hipótesis del carácter conservador y regrediente de las pulsiones, y quizás de toda la vida orgánica – en este punto, es preciso recordar que “Las pulsiones no rigen sólo la vida anímica, sino también la vegetativa”, y que por esa razón Freud (1933 [1932]/1986, p. 98) hablaba de “pulsiones orgánicas” –, no sólo condujo a Freud a poner en entredicho

la idea de una suerte de “pulsión de perfeccionamiento” que esforzaría a los seres vivientes en la dirección del cambio, del progreso y del desarrollo (Freud, 1920/1984, p. 41), sino también a formular el controvertido y fundamental concepto de *pulsión de muerte*, que permitirá situar la doctrina de las pulsiones en el centro de gravedad de las problemáticas concernientes a la naturaleza, principios rectores y sentidos de la vida. Y es que, en efecto, si la naturaleza de las pulsiones es radicalmente conservadora, es decir, si ellas no tienden sino a la repetición y a la reproducción de estados anteriores, la meta de la vida no podría ser un estado nuevo, inédito; ha de tratarse, por el contrario, de un estado antiguo, arcaico, resignado bajo el efecto de los hiperpoderes exógenos de la naturaleza. Y si se admite, con Freud (1920/1984), el hecho de que el estado anterior a la vida es el estado de lo inerte, entonces la única meta posible de la vida es la muerte. He aquí, pues, la trama ideativa que informa el concepto freudiano de pulsión de muerte.

Hasta se podría indicar cuál es esta meta final de todo bregar orgánico. Contradiría la naturaleza conservadora de las pulsiones el que la meta de la vida fuera un estado nunca alcanzado antes. Ha de ser más bien un estado antiguo, inicial, que lo vivo abandonó una vez y al que aspira a regresar por todos los rodeos de la evolución. Si nos es lícito admitir como experiencia sin excepciones que todo lo vivo muere, regresa a lo inorgánico, por razones *internas*, no podemos decir otra cosa que esto: *La meta de toda vida es la muerte*; y, retrospectivamente: *Lo inanimado estuvo ahí antes que lo vivo*. (Freud, 1920/1984, p. 38).

De tal manera que mientras Stahl, Bichat, Comte y Bernard – cada uno a su modo – aprehendieron la naturaleza de la vida en sus fuerzas de autoconservación o en aquello que ya Hipócrates denominaba la “fuerza medicadora de la naturaleza”, y decían, consecuentemente, que *vivir es resistir a la muerte*, que *vivir es retardar* la ineluctabilidad de la ley general de degradación de la materia, y que *vivir es restablecer* una y otra vez los equilibrios fisiológicos o físico-químicos perturbados, Freud distinguió, como un principio basal del funcionamiento de todo lo viviente, su tendencia radical a la provocación de la muerte y al alcance de la degradación. Capturado por los dinamismos aniquiladores y mortíferos de una *pulsión de muerte* cuya meta no es otra que “disolver nexos y así,

destruir las cosas del mundo” (Freud, 1940 [1938]/1986, p. 146), Freud operó sobre el concepto de vida una inversión radical en lo relativo a la polaridad de sus fuerzas: de ser teorizado como un poder de oposición y de resistencia frente a la degradación, pasó a ser concebido como un esfuerzo o empuje [*Drang*] tendiente a la corrupción, es decir, marcado en su devenir por el estigma de la degradación (Canguilhem, 1978, p. 16). La vida – diría Freud – es el poder de “reconducir al ser vivo orgánico al estado inerte” (Freud, 1923/1984, p. 41).

Freud hizo de la muerte un concepto crucial en lo relativo a la intelección de la naturaleza de la vida, estableciendo entre ambas nociones, y como nunca antes en el campo de la cultura científica, órdenes de compatibilidad, armonía y necesidad. En efecto, al ofrecer de la muerte una representación a modo de tendencia o fuerza, Freud no hizo otra cosa que desterrarla de las antípodas del acaecer vital, para emplazarla tanto en un espacio de interioridad y de contigüidad como en un tiempo de simultaneidad con respecto a la vida: “No aseveramos que la muerte sea la meta única de la vida; no dejamos de ver, junto a la muerte, la vida.”, escribía en su “32ª Conferencia. Angustia y vida pulsional” (Freud, 1933 [1932]/1986, p. 99-100). Consecuentemente, y tomando en cuenta la exigencia metapsicológica de que la “*pulsión de muerte* [...] no puede estar ausente de ningún proceso vital” (Freud, 1933 [1932]/1986, p. 99), Freud hizo del concepto de vida un “deslizarse hacia la muerte” (Freud, 1923/1984, p. 47), e invirtió el campo de acción de esas “leyes indiferentes a las exigencias propias de lo viviente” – de las cuales hablaba Bichat a propósito del mundo exterior – al situarlas en el interior del organismo. De este manera, la muerte dejaba de ser pensada como un mero accidente, para ser figurada por Freud como un acontecimiento orgánico, interno e inmanente a lo viviente, que podría ser atribuido a una porción de la *pulsión de muerte* que permanece para siempre en el interior del individuo a modo de destrucción de sí. El viviente humano moriría, entonces, por razones y procesos internos, determinados por un deterioro metabólico o por una degradación físico-química impulsada y comandada por los dinamismos de la pulsión de muerte.

Una parte de destrucción de sí permanece en lo interior, sean cuales fueren las circunstancias, hasta que al fin consigue matar al individuo, quizá sólo cuando la libido de este se ha consumido o fijado de una manera

desventajosa. Así, se puede conjeturar, en general, que el individuo muere a raíz de sus conflictos internos (Freud, 1940 [1938]/1986, p. 148).

Si la teoría freudiana del segundo dualismo pulsional ha de ser tomada en todo su sentido, las pulsiones sexuales o de vida podrían constituir una notable excepción con respecto a la vertiente antivital que hemos discernido la teoría freudiana de la vida; ello, no sólo porque estas pulsiones cuidan los destinos de las células germinales que “laboran en contra del fenecimiento de la sustancia viva y saben conquistarle lo que no puede menos que aparecérsenos como su inmortalidad potencial” (Freud, 1920/1984, p. 40), sino que, además, bajo su designación sintética de *Eros*, persiguen “la meta de complicar la vida mediante la reunión, la síntesis, de la sustancia viva dispersada en partículas, y esto, desde luego, para conservarla.” (Freud, 1923/1984, p. 41). En el pensamiento de Freud, las pulsiones de vida tienen un papel metapsicológico fundamental en la conservación de la vida del viviente humano, puesto que, desde un punto de vista económico, introducen nuevas magnitudes de estímulo o “diferencias vitales” (Freud, 1920/1984, p. 54) que logran detener la caída de nivel energético comandada por los principios súbditos las pulsiones de muerte – los principios de inercia neuronal, de 1895, y de Nirvana, de 1920 –, y, volcar hacia afuera, en forma de pulsión de agresión o de destrucción, las pulsiones de muerte que reinan en lo interior. Sin embargo, lo verdaderamente importante para la teoría freudiana de la vida es que, en último análisis, estos incrementos endógenos de estímulo no apuntan a otra cosa que “a dificultar la tarea de vivir” (Freud, 1920/1984, p. 61), ya que introducen tensiones en el aparato anímico que no pueden ser sentidas sino como displacenteras mientras no han sido elaboradas psíquicamente o satisfechas de manera real o sustitutiva (sublimación) en el mundo exterior. De tal forma que, desde el punto de vista económico, las pulsiones de vida inauguran unas vertientes antiadaptativas y antihomeostáticas en la teoría de la vida de Freud, puesto que su fuerza o empuje constante [*konstante Kraft*] torna sencillamente inadmisibles las representaciones de un organismo en estado de equilibrio dinámico (homeostasis) o de una armonía energética posible. De este modo, lejos de los principios de adaptación biológica,

de regulación y de homeostasis que imperaran durante gran parte del siglo XIX, las pulsiones sexuales o de vida no tenderían sino a perturbar, a entorpecer, el propio acontecer vital. Testimonios de estos caracteres antihomeostáticos y antiadaptativos de las pulsiones de vida podrían ser los siguientes pasajes escritos bajo la pluma de Freud (1923/1984, p. 47): “casi todo el alboroto de la vida parte del Eros”; “la libido, [...] introduce perturbaciones en el decurso vital” (Freud, 1923/1984, p. 47); “las exigencias de las pulsiones de vida – de la libido –, [...] procuran perturbar el ciclo vital a cuya consumación se aspira” (Freud, 1924/1984, p. 166). Insoslayable resultará, también, dentro de estos extractos, un notable fragmento de “Más allá del principio de placer” (1920/1984), en donde Freud señaló que el modo de trabajo de las pulsiones sexuales, el principio de placer, puede llegar a actuar “en detrimento del organismo en su conjunto” (Freud, 1920/1984, p. 10).

Sin duda alguna, el apogeo de esta teorización de la vida como un acontecer antivital, antihomeostático y antiadaptativo lo constituye la interrogación que Freud operara en 1920 respecto de la naturaleza última de las *pulsiones de autoconservación*, cuyas funciones fisiológicas u orgánicas asociadas – hambre, sed, funciones excretorias, entre otras – se encuentran indudablemente orientadas por el designio de preservar la vida del organismo a través de la regulación de sus equilibrios físico-químicos. Pues bien, capturado por el novedoso y polémico concepto de pulsión de muerte, Freud (1920/1984) se mostró dispuesto – al menos momentáneamente – a situar dichas pulsiones del lado de lo mortífero, conceptualizándolas como unas “pulsiones parciales destinadas a asegurar el camino hacia la muerte peculiar del organismo y a alejar otras posibilidades de regreso a lo inorgánico que no sean las inmanentes” (Freud, 1920/1984, p. 39). Para Freud (1920/1984), el valor de esta inédita y subversiva intelección no era baladí, pues pensaba que solamente a partir ella se podría diluir “ese enigmático afán del organismo, imposible de insertar en un orden de coherencia, por afirmarse a despecho del mundo entero” (Freud, 1920/1984, p. 39). Así, las mismas pulsiones que en un primer tiempo parecían resguardar, proteger y conservar la vida de los riesgos de la degradación, se han convertido ahora, en el segundo tiempo del pensamiento freudiano, inaugurado por las derivas negativas

de la pulsión de muerte, en unos guardianes originariamente destinados a servir a la muerte peculiar del organismo. El organismo sólo quiere morir a *su* manera, es decir, regresar a lo inorgánico por sus derroteros inmanentes; las pulsiones de autoconservación aseguran este regreso.

He aquí lo que resta: el organismo sólo quiere morir a su manera, también estos guardianes de la vida fueron originariamente alabarderos de la muerte. Así se engendra la paradoja de que el organismo vivo lucha con la máxima energía contra influencias (peligros) que podrían ayudarlo a alcanzar su meta vital por el camino más corto (por cortocircuito, digámoslo así); pero esta conducta es justamente lo característico de un bregar puramente pulsional, a diferencia de un bregar inteligente (Freud, 1920/1984, p. 39).

El enigmático y obstinado bregar del organismo por perseverar en su existencia, por afirmarse en la vida a despecho del mundo entero, revela, de este modo, su más prístina naturaleza: no es otra cosa que la expresión orgánica de los rodeos [*Umwege*] que efectúa el viviente humano en su tránsito de retorno a lo inanimado, comandado por las pulsiones de muerte. En un artículo redactado bajo el título “Pulsiones de muerte: la mala noticia. Schnitzler con Freud”, el filósofo y psicoanalista francés Bertrand Ogilvie (2004/2006, p. 209) observa que “las pulsiones de muerte no constituyen un salto a la muerte dado contra todos los obstáculos”; esto significa que el retorno al estado inerte no puede ser directo e inmediato, es decir, no se puede llevar a cabo por el camino más corto, no se puede ejecutar por vía de un cortocircuito. Por el contrario, para morir – en el sentido de las pulsiones de muerte –, es decir, para alcanzar el punto de partida de la materia inerte, es preciso *de-vivir* (Freud, 1920/1984, p. 54), o sea, recorrer, en una marcha inversa, todos aquellos influjos o excitaciones que en el curso de la evolución de la vida forzaron a lo viviente “a desviarse más y más respecto de su camino vital originario, y a dar unos rodeos más y más complicados, antes de alcanzar la meta de la muerte” (Freud, 1920/1984, p. 38).

Se pasa de la búsqueda del fin de la excitación a la búsqueda de la excitación, o a su reactualización, para que acabe de nuevo. Este es el ciclo característico, no inteligente, como dice Freud, de la pulsión: buscar la oportunidad de la excitación para gozar de su recaída. Dicho de otra manera, el retorno al punto de partida es siempre, en realidad, retorno también hacia y a través de todas las construcciones (vitales) que alejaron

al organismo del punto de partida, retorno hacia el origen pero a través de todos los rodeos, y por lo tanto, también, retorno hacia ellos. No puede haber cortocircuito (Ogilvie, 2004/2006, p. 209).

Las fuerzas de autoconservación de lo viviente y, con ellas, la vida misma, corresponden, de esta manera, a la reactualización invertida del itinerario de obstáculos y de fuerzas que alejaron cada vez más a la sustancia viva de su meta originaria. “Acaso son estos rodeos para llegar a la muerte, retenidos fielmente por las pulsiones conservadoras, los que hoy nos ofrecen el cuadro [*Bild*] de los fenómenos vitales” (Freud, 1920/1984, p. 38). La vida es, pues, el proceso de *de-vivir* de aquellos obstáculos y fuerzas, es el rodeo de degradación y de extinción que el dinamismo singular de la pulsión de muerte prescribe al viviente humano como su ruta inmanente. La *vida* es, de este modo, el nombre ilusorio o la antifrasis de un funcionamiento orgánico cuya clave de bóveda se halla en su propia destrucción. Se trata aquí, pues, de una idea ya expresada por Georges Canguilhem (1966a) a propósito de las derivas filosóficas del pensamiento fisiológico de Claude Bernard:

Por consiguiente, para Claude Bernard, el organismo que funciona es un organismo que se destruye. El funcionamiento del órgano es un fenómeno físico-químico, es la muerte. Este fenómeno podemos captarlo, podemos comprenderlo, caracterizarlo, y es esta muerte la que estamos llevados a llamar, ilusoriamente, la vida (Canguilhem, 1966a, p. 215).

Para finalizar, una última reflexión. Si la vida no es otra cosa que un *de-vivir* permanente comandado por las pulsiones de muerte, lo característico de éstas es que “no son abolición de formas sino construcción-de-formas-para-abolirlas [...], o sea, rodeo por todas las formas de vida a través de las cuales prosigue pacientemente el tortuoso camino hacia la muerte” (Ogilvie, 2004/2006, p. 210). Según Ogilvie (2004/2006), en este punto las pulsiones de muerte se vuelven distinguibles de las de vida sólo en el plano conceptual, puesto que en su realización u operación ambas se funden para constituir, cada una, una dimensión de la otra. Indiscernibles de las pulsiones de vida en este *de-vivir* permanente de lo viviente, la representación freudiana de las pulsiones de muerte se ha asentado “en la ausencia de temporalidad propia de lo inconsciente” (Ogilvie, 2004/2006, p. 210), implicando una capacidad para integrar lo cronológico – es decir,

todas aquellas fuerzas, influjos o excitaciones que en el curso de la evolución de la vida actuaron como obstáculos para el retorno de lo viviente a lo inanimado – como etapas, fases o estadios necesarios de ese mismo retorno a lo inerte. En este preciso momento, postula Ogilvie (2004/2006), tanto el rodeo de *de-vivir* que es la vida como esa anterioridad inanimada a cuya restitución lo viviente aspira, dejan de ser meras categorías temporales, para convertirse, además, en categorías espaciales. El rodeo del *de-vivir* es una categoría espacio-temporal.

La idea de pulsiones de muerte indicaría que el retorno a un estado anterior apunta a esta anterioridad desde una perspectiva no cronológica, sino espacial: todos los momentos de su desarrollo o de su historia son, al mismo tiempo, puntos de la figura de su inmovilidad tendencial. De ahí la fórmula freudiana: “La psique es extensa, nada sabe de eso”. El “rodeo” es entonces una categoría espacial tanto como temporal (Ogilvie, 2004/2006, p. 210).

Devorado tanto por el dinamismo singular de la pulsión de muerte como por la idea freudiana del *de-vivir*, el propio concepto de vida se ha vuelto vacío y carente de sentido, transformándose en una formación degradada y residual de la muerte. Al mismo tiempo, las fuerzas de autoconservación de la vida han perdido su orientación y su finalidad – su *telos*, por así decir –, justamente porque la vida se ha transformado en lo que Jacques Lacan (1955 [1954-1955]/2000, p. 337) llamó “una suerte de rodeo, de rodeo obstinado, y por sí mismo particularmente caduco, precario, transitorio, desprovisto de significación en tanto que vida”. Desbaratada su oposición radical a la muerte – esa misma que en el pensamiento de Bichat constituye aquello por lo cual la vida es viva *oposición*, y, por lo tanto, *vida* –, la vida se ha transformado en el pensamiento de Freud, en una vida “para nada” (Ogilvie, 2004/2006, p. 210), en una vida para la muerte. El enemigo de antaño ha ganado la batalla, y ha hecho de la vida, su vasallo.

V. CONCLUSIÓN

La teoría del segundo dualismo pulsional de Freud, cristalización de sus tempranas preocupaciones por las distorsiones que la intensidad de la vida pulsional introduce en las regularidades de la vida orgánica, transformó radicalmente las categorías que el pensar humano construyera

durante el siglo XIX para volver inteligible el problema “¿Qué es la vida?”. En efecto, mediante el trabajo del concepto de pulsión, Freud subvirtió las *ideas princeps* del pensamiento científico, médico y filosófico de su época, e introdujo en el estudio de las individualidades biológicas humanas – y de toda creación de la *Bíos* –, las dimensiones del mal, de lo mortífero y de lo destructivo, dimensiones de la negatividad inmanente a la vida que se mantuvieron forzosamente excluidas del pensamiento del siglo XIX en razón de su captura por el dogma de conservación. Sin embargo, quizás lo más relevante de esta teoría de la vida como un acontecer esencialmente antivital, antihomeostático y antiadaptativo no estriba sino en el hecho de que Freud elevó a la pulsión al estatus de un verdadero *concepto de la vida*, es decir, al estatus de un concepto capaz de volver inteligible y representable aquello que se presenta preliminarmente, según Canguilhem (1966a, p. 193), como “la forma y el poder de lo viviente”. El concepto de pulsión permite aprehender la vida precisamente como la forma y el poder de lo viviente, pero se trata de una forma y de un poder, no de preservación o de autoconservación, sino de desgaste y de extinción de las capacidades de la vida. La originalidad y el carácter subversivo del pensamiento freudiano se juegan por completo en su aprehensión de lo viviente por la relación de inconciliabilidad y de tensión que existe entre la pulsión y la vida, o entre la vida y sus fuerzas. Las pulsiones soportan la existencia y el devenir de todo lo viviente, sin embargo, en el ejercicio de su función de sostén sus dinamismos y reclamaciones resultan ser incompatibles con respecto a la vida, revelándose como esfuerzos o poderes de ruina y de muerte, y haciendo de toda vida un proceso de degradación y de corrupción permanente. El segundo dualismo pulsional de Freud habla de la vida como una formación degradada y residual, de una vida que se despliega desde y sobre la muerte, que no es el límite último de la existencia, sino el basamento previo de toda vida. En este sentido, se podría decir que para la teoría freudiana de la vida, así como para Georges Canguilhem (1978, p. 25), “La vida del individuo es, desde el origen, reducción de los poderes de la vida”, es decir, vida sin orientación ni finalidad, vida destinada a la muerte; vida como rodeo obstinado, precario, caduco y transitorio; vida violenta por su ciego y acéfalo bregar, y por su sinsentido originario. Vida para nada, pero, a fin de cuentas, vida para todo. Vida para ser llenada de sentido y de valor.

REFERÊNCIAS

- Bernard, C. (1865). *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*. Paris : Librairie J.-B. Baillière et Fils.
- Bernard, C. (1876). *Leçons sur la chaleur animale, sur les effets de la chaleur et sur la fièvre*. Paris: Librairie J.-B. Baillière et Fils.
- Bernard, C. (1877). *Leçons sur le diabète et la glycogénèse animale*. Paris: Librairie J.-B. Baillière et Fils.
- Bernard, C. (1885). *Leçons sur les phénomènes de la vie communs aux animaux et aux végétaux*, tome premier, deuxième édition. Paris: Librairie J.-B. Baillière et Fils. (Original publié en 1878)
- Bichat, X. (1822). *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*, quatrième édition. Paris : Béchet Jeune et Gabon. (Original publié en 1800)
- Canguilhem, G. (1955). *La formation du concept de réflexe aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: PUF.
- Canguilhem, G. (1966a). Le concept et la vie. *Revue Philosophique de Louvain*. Troisième série, Tome 64, N° 82, 193-223.
- Canguilhem, G. (1966b/2005). *Lo normal y lo patológico*. México, D.F.: Siglo XXI Editores, S.A. de C.V.
- Canguilhem, G. (1968 [1958]/2009). La escuela de Montpellier juzgada por Auguste Comte, en *Estudios de historia y de filosofía de las ciencias*. Buenos Aires: Amorrortu editores, pp. 80-85. (Original publicado en 1958)
- Canguilhem, G. (2009). Dialéctica y filosofía del no en Gaston Bachelard. In *Estudios de historia y de filosofía de las ciencias*. Buenos Aires: Amorrortu editores. (Original publicado en 1968 [1963])
- Canguilhem, G. (2009). Claude Bernard y Bichat. In *Estudios de historia y de filosofía de las ciencias*. Buenos Aires: Amorrortu editores. (Original publicado en 1968 [1965])
- Canguilhem, G. (1998). Vie. In *Encyclopaedia Universalis France*, Version CD-ROM, 15 p. (Original publié en 1974)
- Canguilhem, G. (1978). Une pédagogie de la guérison est-elle possible?. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, XVII: *L'idée de guérison*, 13-26.
- Ferté, L., Jacquard, A., & Vermeren, P., (2013). Avant-propos. In Ferté, L., Jacquard, A., & Vermeren, P. (sous la direction de), *La formation de Georges Canguilhem. Un entre-deux-guerres philosophique*. Paris: France, Hermann Éditeurs, p. 5-12.

- Foucault, M. (2001). *El nacimiento de la clínica. Una arqueología de la mirada médica*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, S.A. de C.V. (Original publicado en 1953)
- Foucault, M. (1985). La vie: l'expérience et la science. *Revue de métaphysique et de morale*, 90e Année, N° 1, *Canguilhem*, 3-14.
- Freud, S. (1978). Tres ensayos de teoría sexual. In Freud, S. [Autor], *Obras completas Sigmund Freud*, v. VII (1901-1905). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores S.A. (Original publicado en 1905)
- Freud, S. (1986). La perturbación psicógena de la visión según el psicoanálisis. In Freud, S. [Autor], *Obras completas Sigmund Freud*, v. XI (1910). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores S.A. (Original publicado en 1910)
- Freud, S. (1984). Pulsiones y destinos de pulsión. In Freud, S. [Autor], *Obras completas Sigmund Freud*, v. XIV (1914-1916). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores S.A.. (Original publicado en 1915)
- Freud, S. (1984). Más allá del principio de placer. In Freud, S. [Autor], *Obras completas Sigmund Freud*, v. XVIII (1920-2222), Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores S.A. (Original publicado en 1920)
- Freud, S. (1984). El yo y el ello. In Freud, S. [Autor], *Obras completas Sigmund Freud*, v. XIX (1923-1925). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores S.A. (Original publicado en 1923)
- Freud, S. (1984). El problema económico del masoquismo. In Freud, S. [Autor], *Obras completas Sigmund Freud*, v. XIX (1923-25), Buenos Aires, Argentina, Amorrortu editores S.A., pp. 161-176. (Original publicado en 1924)
- Freud, S. (1933 [1932]/1986). “32ª Conferencia. Angustia y vida pulsional”, en Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. In Freud, S. [Autor], *Obras completas Sigmund Freud*, v. XXII (1932-1936). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores S.A. (Original publicado en 1933 [1932])
- Freud, S. (1940 [1938]/1986). *Esquema del psicoanálisis*. In Freud, S. [Autor], *Obras completas Sigmund Freud*, v. XXIII (1937-1939). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores S.A. (Original publicado en 1940 [1938])
- Freud, S. (1986). Proyecto de psicología. In Freud, S. [Autor], *Obras completas Sigmund Freud*, v. I (1886-1899). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores S.A. (Original publicado en 1950 [1895])

- Freud, S. (1986/2008). *Cartas a Wilhelm Fließ (1887-1904)*. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1986)
- Héraclite (1998). *Fragments* (trad. et com. de Marcel Conche). Paris : Presses Universitaires de France. (Originel publié en 1986)
- Lacan, J. (2000). Leçon XIX du 18 mai 1955. In Lacan, J. [Auteur], *Séminaire II: Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse: 1954-1955* (p. 319-342). Paris, I.S.I. (Originel publié en 1955 [1954-1955])
- Le Blanc, G. (2004). *Canguilhem y las normas*. Buenos Aires: Nueva Visión. (Original publicado en 1998)
- Ogilvie, B. (2006). Pulsiones de muerte: la mala noticia. Schnitzler con Freud. In Plon, & Rey-Flaud, H. (Dir.), *La pulsión de muerte. Entre psicoanálisis y filosofía* (p. 195-211). Buenos Aires, Argentina: Ed. Nueva Visión. (Original publicado en 2004)
- Poissonnier, D. (1999). *La pulsión de muerte. De Freud a Lacan*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión SAIC. (Original publicado en 1998)

Recebido em 22/04/2016
Aprovado em 08/05/2017